



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UNB/UFPA

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

“Da belle-epoque à bréa-epoque” – Relações Internacionais e a governança das mudanças climáticas na Amazônia: um diálogo entre o público, o privado e o internacional no desenvolvimento sustentável dos Estados do Pará e do Amazonas

**BRASÍLIA (DF)
2019**

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

“Da belle-epoque à bréa-epoque” – Relações Internacionais e a governança das mudanças climáticas na Amazônia: um diálogo entre o público, o privado e o internacional no desenvolvimento sustentável dos Estados do Pará e do Amazonas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB), como requisito para obtenção do Título de Doutor em Relações Internacionais pela mesma universidade.

Área de concentração: Instituições internacionais, Cooperação e Governança.

Linha de pesquisa: Construção de Governança ambiental

Orientador: Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França

BRASÍLIA (DF)
2019

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

“Da belle-epoque à bréa-epoque” – Relações Internacionais e a governança das mudanças climáticas na Amazônia: um diálogo entre o público, o privado e o internacional no desenvolvimento sustentável dos Estados do Pará e do Amazonas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Brasília (UNB), em cumprimento as exigências para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração: Instituições internacionais, Cooperação e Governança.

Aprovada em 27 de Junho de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França (Orientador – Presidente)
Instituto de Relações Internacionais – IREL/Universidade de Brasília (UNB)

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro (Avaliadora externa)
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Cristina Yumie Aoki Inoue (Avaliadora interna)
Instituto de Relações Internacionais – IREL/Universidade de Brasília (UNB)

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos (Avaliador interno)
Instituto de Relações Internacionais – IREL/Universidade de Brasília (UNB)

À minha querida e amada madrinha *Maria da Conceição Monteiro Martins* (*in memoriam*) pela referência, pelos incentivos e por ter sido a primeira doutora que conheci na vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a contínua presença de uma força maior, integradora e articuladora do Universo que muitos convencionam por *Deus*, e que eu prefiro acreditar estar presente não somente em um espaço ou local delimitado e, sim em tudo aquilo que gera fé e move a vida. Não chegaria até aqui, sem essa força!

À minha família como um todo, que em nome das duas matriarcas mais amadas: Ireneide Andrade Monteiro e Maria Vidal Mira representam a essência de ambas as famílias, agradeço imensamente os demais, pois sei e sinto a torcida de muitos sobre essa etapa louca da vida que foi o Doutorado. Mas especialmente agradeço, à minha mãe Cleide, meu pai Vidal e minha irmã Larissa, pelo amor, carinho, incentivos e suporte incondicional, desde o maternal e até o Doutorado, que sem os quais eu não conseguiria alcançar nenhum dos meus objetivos. Muito obrigado!!! E não poderia deixar de lembrar do Bubby, *cãopanheiro* que nos deixou recentemente, e que por quase 14 anos, de forma descompromissada e diária foi motivo de boas risadas e bons momentos!

À Rita, que não é “apenas” a mulher da minha vida, como também é a razão de tudo em minha vida, desde 2016. Uma amiga e companheira sem igual. Uma pessoa única e que tenho a sorte de conviver, tal como, dos nossos caminhos terem se cruzado e eu, hoje, poder chama-la de minha namorada, futura esposa e mãe dos gêmeos Luke e Léia. À ela, pelos incentivos diários, pelas palavras de conforto, por um amor indescritível, pelas nossas risadas quase intermináveis e por ter o melhor lugar do Mundo consigo: seus braços, com seus abraços! Te Amo meu amor, obrigado por esse amor e pela parceria de vida!

Ao orientador e grande mestre, Daniel Jatobá, um professor excepcional e uma pessoa incrível. Foi uma honra poder tê-lo nessa caminhada e acredite, não teria chegado até aqui sem teu apoio, incentivo, tranquilidade e certeza de que finalizaríamos essa etapa. Nunca me esquecerei dessa parceria e de todo suporte que me foi direcionado. Tenho muito a agradecer por ter me permitido aprender constantemente a pensar as RI fora de uma bolha, direcionando-a uma análise mais crítica, humana e social. Desejo que muitos outros alunos de graduação, mestrado e doutorado possam ter a mesma sorte e honra que tive, em poder chama-lo de orientador. Aqui, meu muito obrigado Mestre Jatobá!

Aos amigos de caminhada dupla, Mayane e Tito. Pela amizade, parceria e olhares sempre além do ôntico. Tal como, a turma que o IREL jamais esquecerá, em especial, aos camaradas João Elbio, João Cauby, Osvaldo, José Cauby, Jefferson, Elson, Kadu, Sheyla, Raimundo Jorge e Beth. Vocês foram fundamentais nessa caminhada.

A coordenação local do DINTER, na pessoa da professora Dolores Silva e a todos os colaboradores do PPGCP que proporcionaram desde 2015, todo suporte possível para o desenvolvimento de nossas atividades.

As/Aos grandes mestres que tive no IREL/UNB, lugar de referência que jamais esquecerei, e que me fizeram amar ainda mais as Relações Internacionais, em especial, as professoras Cristina Inoue, Daniely Becard e Maria Helena de Castro. E aos professores Alcides Vaz, Roberto Goulart Menezes, Rodrigo Campos, Fidel Flores e Thiago Gehre Galvão.

À dois precursores das Relações Internacionais na Amazônia e que tiveram papel determinante na realização e concretização do DINTER, ao professor Durbens Martins Nascimento, meu respeito e admiração pelo trabalho e trajetória. E ao professor Alberto Teixeira da Silva, grande incentivador e coordenador do projeto de pesquisa: “Geopolítica das Mudanças Climáticas e Políticas Públicas Subnacionais: a atuação dos governos estaduais da Amazônia” financiado pelo CNPq, no âmbito da Chamada pública Universal MCTI/CNPq no.14/2013 - e desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA) do qual o presente estudo está inserido, pelo qual, agradeço a oportunidade no referido projeto, as publicações em conjunto e, claro, a amizade.

A dois professores que tenho como referência, pelas pessoas e pelos profissionais que são, à minha querida orientadora de Mestrado Edna Maria Ramos de Castro pelos ensinamentos, incentivos, pelos SIALAT's e por tudo que representa na ciência amazônica. Tal como, ao mestre Jedi das Relações Internacionais Amazônicas, Mário Miguel Amin Herreros, pelas instigantes e motivadoras conversas de corredor e por ser fonte inesgotável de informações e pesquisas sobre a Amazônia. Quando eu crescer, quero ser igual a vocês!

Aos amigos da UNAMA, em especial a professora Betânia Fidalgo pela referência, liderança, suporte e amizade ao longo, em especial, dos últimos 3 anos. Aos amigos de coordenação - almoços - cafês - lanches - auditorias - missões diversas, Fernando, Diego,

Roberta, Fábria, Ivana, Thiago, Veridiana e Ana Darc, em grande parte só foi possível aguentar e prosseguir, graças a essa amizade!

A todas as professoras, professores, mestres e doutores que passaram em minha vida e que tive desde a Escolinha do Mickey, passando pelo Centro de Criatividade Instituto da Criança, posteriormente Colégio Alfa e até chegar na UNAMA, NAEA/UFPA e IREL/UNB. Para todas e todos vocês que ensinaram, educaram, incentivaram, guiaram e possibilitaram que eu chegasse até aqui, meus sinceros agradecimentos! A educação e o conhecimento são as melhores lentes que podemos ter e usar para enxergar, interpretar, compreender e responder a vida e o passar dela. Em tempos onde a Educação e o Conhecimento parecem estar à margem das prioridades governamentais, em tempos onde se questiona sem fundamento, em tempos onde a ignorância parece ter ganhado espaço, a Educação e o Conhecimento são atos de resistência e de sobrevivência. A ignorância para muitos é uma benção e talvez até seja mesmo, mas eu prefiro seguir pelo caminho em que estou. ***Scientia Potentia Est!***

***“Se pude enxergar à tão grande distância, foi
subindo no ombro de gigantes!”***

Isaac Newton (1676)

RESUMO

Neste último século a Terra experimentou um crescimento acelerado de sua população, somado a um exponencial crescimento econômico fundamentado na lógica capitalista vigente, que se sustenta em grande medida na exploração insustentável de recursos naturais. A emergência das problemáticas ambientais motivou, principalmente, desde a década de 1970, uma crescente e constante preocupação com as florestas tropicais, e a Amazônia brasileira (por sua dimensão continental, rica biodiversidade e importância geopolítica) tornou-se pauta das discussões da comunidade internacional. Considerando sua extraordinária diversidade ecossistêmica, cultural e social, a Amazônia possui uma relação direta e emblemática com o fenômeno das mudanças climáticas globais, o que tem colocado em ação e mobilizado múltiplos atores e iniciativas de governança em prol de políticas climáticas, envolvendo iniciativas subnacionais (estaduais e municipais), privadas e internacionais, que vem crescendo com a globalização dos problemas ambientais. Tal preocupação com as florestas tropicais fez surgir mecanismos de Pagamento por serviços ambientais (PSA), materializado, dentre outras formas por meio de crédito de carbono, como o REDD e o REDD+ (Redução por Emissão Desmatamento e Degradação Florestal) para mitigar os impactos das mudanças climáticas. As estratégias de REDD e REDD+ são uma realidade na região amazônica, todavia suas práticas, procedimentos e efetividade são colocados a prova quando se trata e se direciona à discussão de desenvolvimento local sustentável da região. A construção de pontes de diálogo entre os níveis de governança apontam para a formação de agendas de negociação e implementação de programas, projetos e estratégias de mitigação e adaptação das mudanças climáticas, a exemplo do Programa Municípios Verdes (no Pará) e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do JUMA (no Amazonas), mas de que forma tais programas e projetos são executados? Seu alcance, efetividade e principalmente participação e inclusão social nos mesmos. Esses questionamentos somados aos desafios de tais mudanças climáticas são complexos e multidimensionais pois implicam necessariamente em profundas relações no campo institucional, econômico, social, de desenvolvimento e conseqüentemente, ambiental; variáveis de análise essenciais e basilares do presente estudo.

Palavras chave: Governança global, ambiental e climática. Mudanças climáticas. Amazônia. REDD/REDD+. Desenvolvimento local sustentável

ABSTRACT

In this last century the Earth experienced an accelerated growth of its population, added to an exponential economic growth based on the current capitalist logic, which is based to a great extent on the unsustainable exploitation of natural resources. Since the 1970s, the emergence of environmental agenda has led to a growing and constant preoccupation with tropical forests, and the Brazilian Amazon (because of its continental dimension, rich biodiversity and geopolitical importance) has become the focus of the discussions in the international community. Considering its extraordinary ecosystem, cultural and social diversity, the Amazon has a direct and emblematic relationship with the phenomenon of global climate change, which has put in action and mobilized multiple actors and initiatives of governance in favor of climate policies, involving subnational initiatives (state and municipal), private and international, which has been growing with the globalization of environmental problems. This concern with tropical forests has led to the emergence of payment mechanisms for environmental services (PSA), materialized through, among other forms, carbon credit, such as REDD and REDD + (Reduction by Emission Deforestation and Forest Degradation) to mitigate the impacts of climate changes. REDD and REDD+ strategies are a reality in the Amazon region, but their practices, procedures and effectiveness are put to the test when it comes to the discussion of sustainable local development in the region. The construction of bridges of dialogue between levels of governance point to the formation of agendas for negotiation and implementation of programs, projects and strategies for mitigation and adaptation of climate change, such as the Green Municipalities Program (in Pará) and the Development Reserve JUMA (in Amazonas), but how are these programs and projects implemented? Its scope, effectiveness and mainly participation and social inclusion in them. These questions, coupled with the challenges of climate change, are complex and multidimensional because they necessarily imply deep relations in the institutional, economic, social, developmental and consequently environmental; essential analysis variables of the present study.

Key words: Global, environmental and climatic Governance. Climate change. Amazon. REDD / REDD +. Sustainable local development.

RESUMEN

En este último siglo la Tierra experimentó un crecimiento acelerado de su población, sumado a un exponencial crecimiento económico fundamentado en la lógica capitalista vigente, que se sustenta en gran medida en la explotación insostenible de recursos naturales. La emergencia de las problemáticas ambientales motivó, principalmente, desde la década de 1970, una creciente y constante preocupación con los bosques tropicales, y la Amazonía brasileña (por su dimensión continental, rica biodiversidad e importancia geopolítica) se convirtió en pauta de las discusiones de la comunidad internacional. La Amazonía posee una relación directa y emblemática con el fenómeno de los cambios climáticos globales, lo que ha puesto en acción y movilizó múltiples actores e iniciativas de gobernanza en pro de políticas climáticas, involucrando iniciativas subnacionales (considerando la extraordinaria diversidad ecosistémica, cultural y social, estatales y municipales), privadas e internacionales, que vienen creciendo con la globalización de los problemas ambientales. Esta preocupación por los bosques tropicales hizo surgir mecanismos de Pago por servicios ambientales (PSA), materializado, entre otras formas por medio de crédito de carbono, como REDD y REDD + (Reducción por Emisión Deforestación y Degradación Forestal) para mitigar los impactos de las lluvias cambios climáticos. Las estrategias de REDD y REDD + son una realidad en la región amazónica, pero sus prácticas, procedimientos y efectividad se ponen a prueba cuando se trata y se dirige a la discusión de desarrollo local sostenible de la región. La construcción de puentes de diálogo entre los niveles de gobernanza apunta a la formación de agendas de negociación e implementación de programas, proyectos y estrategias de mitigación y adaptación del cambio climático, a ejemplo del Programa Municipios Verdes (en Pará) y de la Reserva de Desarrollo Sostenible del JUMA (en el Amazonas), pero de qué forma se ejecutan tales programas y proyectos? Su alcance, efectividad y principalmente participación e inclusión social en los mismos. Estos cuestionamientos sumados a los desafíos de estos cambios climáticos son complejos y multidimensionales pues implican necesariamente en profundas relaciones en el campo institucional, económico, social, de desarrollo y consecuentemente, ambiental; variables de análisis esenciales y basilares del presente estudio.

Palabras clave: Gobernanza global, ambiental y climática. Câmbios climáticos. Amazonía. REDD / REDD +. Desarrollo local sostenible

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Realização das COPs com o passar dos anos.....	p. 50
Figura 02 – As Amazônias, internacional e legal.....	p. 112
Figura 03 – Estados amazônicos e suas respectivas políticas relacionadas as mudanças do clima, ao PSA e ao REDD+	p.128
Figura 04 – Contextualização do Estado do Pará	p.133
Figura 05 – Encontro de Governadores (Ana Julia Carepa/PA, Arnold Schwarzenegger/Califórnia e Eduardo Braga/AM	p.134
Figura 06 – Mapa do Pará com as 5 categorias dos municípios dentro do PMV.....	p.155
Figura 07 – Contextualização do Estado do Amazonas	p.163
Figura 08 – Registros da APA do Rio Negro, localidade beneficiada com o PBF	p.177
Figura 09 – Torre ATTO	p.178
Figura 10 – Localização da RDS JUMA.....	p.182
Figura 11 – Localização das Unidades de Conservação (UC's) atendidas pela FAS	p.186
Figura 12 – Os 9 critérios/fases do Programa Bolsa Floresta (PBF).....	p.188
Figura 13 – Cadeias produtivas apoiadas pela FAS no fomento ao Empreendedorismo..	p.189
Figura 14 – Linha do Tempo e de Compromissos do Estado do Pará	p.194
Figura 15 – Linha do Tempo e de Compromissos do Estado do Amazonas	p.199

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Síntese: Estocolmo 1972, Rio 1992 (Eco-92) e Rio + 20 (2012)	p.48
Quadro 02 – Grupos de Interesses, Desenvolvimento e Interação.....	p.60
Quadro 03 – Agências, Órgãos e Secretariados envolvidos em questões ambientais.....	p.75
Quadro 04 – Fatores e Justificativas da importância da preservação e manutenção das florestas em pé na Amazônia	p.92
Quadro 05 – Taxa PRODES de Desmatamento de 2004 a 2018.....	p.113
Quadro 06 – Estudos, Pesquisas e Relatórios que embasam os impactos das mudanças do clima na Amazônia brasileira	p.126
Quadro 07 – Modalidades e Instrumentos econômico-financeiros do setor público.....	p.130
Quadro 08 – Modalidades e Instrumentos econômico-financeiros do setor privado.....	p.130
Quadro 09 – Municípios integrantes do PMV	p.151
Quadro 10 – Comitê Gestor PMV.....	p.152
Quadro 11 – Fatores para as ações governamentais em mudanças climáticas.....	p.199
Tabela 01 – Elementos e Fatores do clima.....	p.56
Tabela 02 – Trajetória recente das potenciais climáticas.....	p.62
Tabela 03 – Taxa de desmatamento dos Estados Amazônicos (2017-2018)	p.132
Tabela 04 – Identificação e dados das Unidades de Conservação (UC's) atendidas pela FAS	p.187

LISTA DE GRÁFICOS E ORGANOGRAMAS

Gráfico 01 – Aquecimento Global e Emissões de CO2	p.58
Gráfico 02 – Os maiores emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Mundo.....	p.59
Gráfico 03 – Taxa PRODES de Desmatamento de 1988 à 2018	p.113
Gráfico 04 – Avanço do CAR no Estado	p.155
Gráfico 05 – Taxa de Desmatamento por Estado da Amazônia Legal (2017-2018)	p.169
Organograma 01 – Dimensões da Governança Global do Clima	p.80
Organograma 02 – Relação dos comuns amazônicos com o poder/influência internacional.....	p.88
Organograma 03 – Histórico e dados sobre a região Amazônica	p.112
Organograma 04 – Evolução e denominação do mecanismo REDD	p.118
Organograma 05 – Os níveis e a prática da Governança em REDD+.....	p.119
Organograma 06 – As ideologias e o REDD+	p.120
Organograma 07 – Instrumentos técnicos de REDD+ na região amazônica	p.129
Organograma 08 – Programas e Ações do Estado do Pará	p.138
Organograma 09 – Governança do PMV	p.150
Organograma 10 – Metas e procedimentos do PMV	p.153
Organograma 11 – Metas e indicadores do PMV	p.160
Organograma 12 – Resumo dos resultados do PMV	p.161
Organograma 13 – Programas e Ações do Estado do Amazonas	p.172
Organograma 14 – Arranjo Institucional da agenda de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas	p.173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos vegetais
ABRACO	Associação Brasileira de Corrosão
AIMEX	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará
ANEC	Associação Nacional de Exportadores de Cereais
APAVE	Associação Paraense de Avicultura
APEF	Associação dos Engenheiros Florestais do Pará
APP	Áreas de Preservação Permanente
ARL	Áreas de Reserva Legal
AR4	4º Relatório de Avaliação
ASA	Agência de Serviços Ambientais
ATTO	Amazon Tall Observatory
BFA	Bolsa Floresta Associação
BFF	Bolsa Floresta Familiar
BFR	Bolsa Floresta Renda
BSF	Bolsa Floresta Social
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBD	Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica
CCA	Complexo Climático Amazônico
CCB	The Climate, Community and Biodiversity
CCBA	Clima, Comunidade e Biodiversidade
CDM	Clean Development Mechanism

CDS	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEPROF	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CH ₄	Metano
CI	ONG Conservação Internacional
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestre Ameaçadas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CO ₂	Dióxido de Carbono
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COP	Conferências das Partes
CPRs	<i>Common-pool resources</i> (congregação de recursos comuns)
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
DS	Desenvolvimento Sustentável
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real
EUA	Estados Unidos da América
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETN's	Empresas Transnacionais
FAMC	Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas
FAMEP	Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FIP	Programa de Investimento Florestal

FLEGT	Plano de Ação para Aplicação de Leis, Governança e comércio Florestais
FLOTA	Florestas Estaduais
FPMC	Fórum Paraense de Mudanças Climáticas
GCF Task Force	Força tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas
GEE	Gases do Efeito Estufa
GEF	Global Environment Facility
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IAS	Instituto Amazônia Sustentável
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente
INDCs	Contribuições Nacionalmente Pretendidas (sigla em inglês)
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ITERPA	Instituto de Terras do Pará

ITTO	Organização Internacional de Comércio Madeireiro
KP	Kyoto Protocol
LAR	Licenciamento Ambiental Rural
LBA	Experimento de Larga Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	<i>Movimento Democrático Brasileiro</i>
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MoU	Memorando de Entendimento e Diálogo Político sobre Mudanças Climáticas
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
N ₂	Nitrogênio
N ₂ O	Óxido Nitroso
O ₂	Oxigênio
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OINGs	Organizações Internacionais Não Governamentais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PABC	Plano Agricultura de Baixo carbono
PAG	Potencial de aquecimento global
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PBS	Programa Bolsa Floresta
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas
PESA	Política Estadual de Serviços Ambientais
PFC's	Perfluorcarbonetos

PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mais Ambiente
PME	Plano de Mineração
PMV	Programa Municípios Verdes
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCAD/PA	Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará
PPCDAM	Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal
PPG7	Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais do G7
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
PSA	Pagamentos de Serviços Ambientais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Pagamentos pelos Serviços Ecossistêmicos
PT	Partido dos Trabalhadores
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal +
SAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura
SCF	Fundo Estratégico do Clima
SDS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SDSN	Rede de Soluções Sustentáveis para o Desenvolvimento Sustentável
SEICOM	Secretaria de Estado da Indústria
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SIMLAM	Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental
SINAFLOR	Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais
SISA	Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais
SISFLORA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TNC	ONG The Nature Conservancy
tCO ₂ e	Tonelada de Carbono Equivalente
UCs	Unidades de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UGMUC	Unidade Gestora de Mudanças climáticas e Unidades de Conservação
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza
UNDRIP	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNIFLORESTA	Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia
UNSDSN	United Nations Sustainable Development Solutions Network
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VCS	Voluntary Carbon Standard

SUMÁRIO

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MEIO AMBIENTE E GOVERNANÇA GLOBAL	30
1.1 HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA AGENDA AMBIENTAL GLOBAL	35
1.2 AGENDA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	53
1.3 GOVERNANÇA: GLOBAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA	66
2. OS COMUNS AMAZÔNICOS E A GOVERNANÇA DO CLIMA	84
2.1 AS <i>AMAZÔNIAS</i> NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	84
2.2 A GEOPOLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PROTEÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA	97
2.3 O PANORAMA DA SUSTENTABILIDADE NA <i>HILÉIA</i> : ENTRE A GOVERNANÇA CLIMÁTICA E FLORESTAL	106
3. POLITICAS, ESTRATÉGIAS E A AGENDA DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAZONAS	132
3.1 O ESTADO DO PARÁ	133
3.1.1 AGENDA DE POLITICAS E ESTRATÉGIAS EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO ESTADO DO PARÁ	138
3.1.2 ANÁLISE DE POLÍTICA/PROJETO NO ÂMBITO DO REDD/REDD+ DO ESTADO DO PARÁ: O PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV).	148
3.2 O ESTADO DO AMAZONAS	163
3.2.1 AGENDA DE POLITICAS E ESTRATÉGIAS EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO ESTADO DO AMAZONAS	169
3.2.2 ANÁLISE DE POLÍTICA/PROJETO NO ÂMBITO DO REDD/REDD+ DO ESTADO DO AMAZONAS: RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS) DO JUMA	181
4. LIÇÕES APRENDIDAS EM GOVERNANÇA NO COMPLEXO CLIMÁTICO AMAZÔNICO	191
4.1 A GOVERNANÇA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PARÁ: AVANÇOS, CONTINUIDADES E ENTRAVES POLÍTICOS.	192
4.2 A GOVERNANÇA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO AMAZONAS: INOVAÇÕES, MÚLTIPLOS ATORES E PROJEÇÃO INTERNACIONAL	195
4.3 A GOVERNANÇA CLIMÁTICA E OS DESAFIOS DOS MECANISMOS DE REDD/REDD+ NA AMAZÔNIA	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
ANEXOS	231

INTRODUÇÃO

A compreensão e as discussões iniciais acerca da noção de um meio ambiente global tiveram início para além das disseminadas reuniões e fóruns internacionais realizados nos países mais desenvolvidos, onde, sabe-se, que os efeitos negativos da devastação ambiental começaram a serem sentidos primeiro. As dinâmicas, as lutas e os movimentos sociais ambientalistas tiveram papel preponderante na pressão e disseminação dessa agenda global, muito em razão do dinamismo da era industrial, que introduziu radicais mudanças no cenário produtivo, social e, conseqüentemente, ambiental. De tais transformações implicaram na formação de novos conceitos, entendimentos e problemáticas sobre o ambiente, seus recursos naturais e o seu uso. A emergência de tais problemáticas ambientais motivou, principalmente, desde a emblemática década de 1970, uma crescente e constante preocupação com o ambiente global, em especial, posteriormente na década e de 1980, com as florestas tropicais. Claro, que a Amazônia brasileira (por sua dimensão continental, rica biodiversidade e importância geopolítica) se tornaria centro das atenções da comunidade internacional, uma vez que a devastação da maior floresta tropical do mundo poderia levar a um desequilíbrio ecológico de escala global.

Tais mudanças do clima constituem uma dimensão emblemática de segurança sistêmica internacional e fronteira planetária decisiva na agenda da governança global deste jovem século. Os sinais perturbadores da biosfera devido à ação antrópica são claros e inequívocos, e as sociedades atuais já entraram num perverso e irreversível ciclo de desequilíbrios, catástrofes ambientais, fluxos migratórios desordenados de refugiados ambientais, dentre outros. Dito isso, é importante ressaltar que a presente tese parte da premissa que as mudanças climáticas são uma realidade que vem impactando a Terra e que cada vez mais se mostram mais drásticas, incisivas e frequentes não apenas em um país ou continente, e sim, no globo como um todo. Logo, negar tal realidade (o ceticismo climático) é adiar e prolongar debates, como o de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, que, principalmente na região amazônica, se tivessem sido melhor realizados décadas atrás, a realidade da região poderia ser diferente em muitos aspectos.

A Amazônia é uma das regiões mais emblemáticas e ao mesmo tempo, mais vulnerável aos processos de turbulências que as mudanças climáticas estão desencadeando no Brasil, por meio de grandes pressões sobre os ecossistemas regionais, com danos severos

principalmente nas áreas urbanas. A Amazônia já está sendo fortemente impactada pelos eventos climáticos extremos como secas, queimadas, enchentes, inundações e ondas de calor, afetando o estoque de recursos hídricos e a biodiversidade, além de problemas relacionados à infraestrutura, saúde pública e mobilidade, problemáticas históricas dessa região. Ademais, os padrões de desenvolvimento intensificados pela lógica da produção a todo custo, desde meados da década de 1960, juntamente a política de integração forçada e a visão de progresso através do desmatamento (que persiste), tem alterado de forma radical a ocupação do espaço amazônico, produzindo formas diversas de degradação da natureza, desequilíbrios ecossistêmicos, desordens sociais e territoriais; e principalmente, o desmatamento da floresta.

A presente tese, intitulada “*Da Belle-époque à Bréa-époque – Relações Internacionais e a Governança das Mudanças Climáticas na Amazônia: um Diálogo (?) entre o público, o privado e o internacional no Desenvolvimento sustentável dos Estados do Pará e do Amazonas*”, recebeu esse título para, em termos, comparar imagetivamente dois períodos em que a região amazônica passou e passa, de efervescência cultural, interação com o internacional e uso de seus recursos.

O 1º deles, a *Belle-époque*, período histórico de grande desenvolvimento da região, presença de investimentos externos, melhorias na estrutura das capitais Belém e Manaus, que aliado à exploração maciça de um recurso natural: o látex, da seringueira, precisava da floresta em pé para retirada desse importante recurso para fabricação da borracha. Apesar do período de efervescência cultural e desenvolvimento, esses ambos aspectos não atendiam ou alcançavam a todos, apenas uma parcela pequena da sociedade, ou seja, foi um período de inúmeros contrastes e um padrão de desenvolvimento (como repetido em outrora) que não contemplou a magnitude da região, tal como, de sua população.

O 2º deles, a *Bréa-époque*¹, mais recente e que faz referencia a um período de igual importância, vigor e intensidade ao de outrora, no campo cultural, em especial. Todavia, para o presente estudo a interconexão com esse termo, faz referencia também ao que os amazônidas convivem diariamente: a vida nos trópicos, de constante umidade e de muito calor. “Bréa”, “Breado” e “Brear”, para referencia ao suor e as altas temperaturas que são acometidos os moradores da Amazônia. Ou seja, vivemos em uma época mais quente onde se “bréa” cada vez mais devido ao aquecimento global, dentre outros fatores, e onde se busca

¹ Termo originalmente cunhado por Felipe Cordeiro, cantor, compositor, filósofo paraense no evento TEDxVer-o-Peso em 2012 na cidade de Belém. “**A Bréa Époque do Pará: Felipe Cordeiro em TEDxVer-o-Peso**”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HjQUurgacI4>>

manter as florestas em pé também, mas com a justificativa atual sobre a importância das mesmas nas mudanças do clima; tema e agenda que projetam na região inúmeras iniciativas, ações, estratégias e perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Considerando sua extraordinária diversidade ecossistêmica, cultural e social, a Amazônia possui uma relação direta e emblemática com o fenômeno das mudanças climáticas globais, o que tem colocado em ação e mobilizado múltiplos atores e iniciativas de governança em prol de políticas climáticas, envolvendo iniciativas subnacionais (estaduais e municipais), privadas e internacionais, que vem crescendo com a globalização dos problemas ambientais. De tal importância geopolítica e cenário de múltiplos atores e interesses para com a temática das mudanças climáticas, a presente tese está ligada à **Área de Concentração:** Instituições internacionais, Cooperação e Governança e contemplando a **Linha de Pesquisa:** Construção de Governança Ambiental, pela delimitação do projeto em abordar a Governança das Mudanças Climáticas na região Amazônica, especificamente.

Tal preocupação global com as florestas tropicais fez surgir o conceito de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e conseqüentemente, mecanismos de crédito de carbono, como o REDD e o REDD+ (Redução por Emissão Desmatamento e Degradação Florestal) de valoração ambiental e, também, para mitigar os impactos das mudanças climáticas. As estratégias de REDD e REDD+ são uma realidade na região, todavia suas práticas, procedimentos e efetividade são colocados a prova quando se trata e direciona-se à discussão de desenvolvimento local sustentável da região. Para tal, a presente tese tem como **Pergunta de Pesquisa:** Como as estratégias e iniciativas governamentais, privadas e internacionais de mitigação do clima (em especial, REDD e REDD+) em consonância aos processos de Governança das mudanças climáticas, articulam e contribuem ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, em especial nos estados do Pará e Amazonas?

As interações e discussões entre a Governança (articulada pelos entes públicos, privados e/ou internacionais) e as políticas públicas locais para a mitigação das mudanças climáticas, apontam para a formação de agendas de negociação e implementação de acordos, programas, projetos e estratégias de conservação e preservação ambiental, como por exemplo, o REDD/REDD+, mas de que forma tais programas e projetos são executados? Seu alcance, efetividade e principalmente participação e inclusão social nos mesmos. Esses questionamentos somados aos desafios de tais mudanças climáticas são complexos e multidimensionais, pois implicam necessariamente em profundas relações no campo

institucional, econômico, social, de desenvolvimento e conseqüentemente, meio ambiente; variáveis de análise essenciais e basilares do presente estudo.

Para buscar responder a pergunta do presente estudo, o **Objetivo geral** desta pesquisa é Analisar as políticas governamentais, as iniciativas privadas e a participação internacional na gestão e implementação das estratégias de REDD e REDD+ nos Estados do Pará e do Amazonas, em consonância aos processos de Governança e ao Desenvolvimento sustentável da região, de 2007 a 2017. Concomitante e corroborando ao objetivo geral, os específicos apresentam-se na seguinte ordem:

- Compreender, com base nas teorias de governança (global, ambiental e climática), os processos e os mecanismos de implementação, gestão e execução que norteiam tais políticas e estratégias de mitigação do clima na região;

- Diferenciar as políticas governamentais, das iniciativas privadas de REDD e REDD+, tal como, a participação internacional em tais políticas e iniciativas, em ambos os estados amazônicos;

- Contrastar a efetividade e a aplicabilidade de tais políticas e iniciativas com o desenvolvimento sustentável da região, no enfrentamento das mudanças climáticas globais, considerando as especificidades locais e os múltiplos atores, interesses e fatores;

A presente tese parte do cenário atual do qual emergem na agenda de governança ambiental global, coalizões, redes interconectadas, mecanismos e estratégias como o REDD e o REDD+ como formas de inovação em valoração e uso sustentável dos recursos naturais, nesse caso, mais especificamente, das florestas. A consolidação da pergunta norteadora juntamente aos objetivos do projeto de tese, estão alinhados as hipóteses previamente desenvolvidas. Como hipóteses, elencam-se:

- Hipótese 1: A interação entre o público, privado e o internacional pode proporcionar o desenvolvimento sustentável, mas com um certo distanciamento das populações locais, não compreensão real das especificidades amazônicas e unicamente visando a valoração das florestas;

- Hipótese 2: A efetividade de implementação e gestão das estratégias de REDD e REDD+ diferem do âmbito governamental, para o privado e mesmo com influência internacional, em decorrência dos níveis de interesses, valores e atores envolvidos;

- Hipótese 3: as políticas e mecanismos de REDD e REDD+ implementados na Amazônia, tendem a afastar os debates sobre a questão do clima global de fóruns e organismos internacionais da causa principal das mudanças climáticas: o uso e a queima intensiva de combustíveis fósseis nos países desenvolvidos e industrializados, em detrimento da preservação das florestas, impondo ou determinando novos padrões de desenvolvimento e preservação.

Para o percurso metodológico da pesquisa, fez-se necessário traçar panoramas e estratégias almejando responder ao problema proposto, para tal, a pesquisa foi enquadrada como analítica, dada a existência de fenômenos e coalizões que se pretende analisar através das estratégias de REDD e REDD+ na Amazônia. Logo, os procedimentos da pesquisa serão tratados a partir de uma perspectiva de Estudo de casos múltiplos, como sendo um estudo de investigação que trata de uma mesma categoria de unidades de análise, proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, direcionando assim, para a elaboração de um estudo de melhor qualidade e consistência. Tal escolha de múltiplos casos oferecerá a pesquisa maior possibilidade de controlar as hipóteses formuladas, ou mesmo, bem alcançar hipóteses mais precisas e localizadas, explicando melhor as relações causais. Yin (2001, p.61) apresenta quatro tipos básicos de estudo de caso: i) Projetos de caso único holístico – unidade única de análise e único caso; ii) Projetos de caso único incorporado – unidades múltiplas de análise e único caso; iii) Projetos de casos múltiplos holísticos – unidade única de análise e múltiplos casos; e iv) Projetos de casos múltiplos incorporados – unidades múltiplas de análise e múltiplos casos.

A escolha de estudo de casos múltiplos, se justifica pelo nível de análise e consequente *locus* da pesquisa, que analisará políticas, iniciativas e estratégias de REDD/REDD+, como o “Programa Municípios Verdes” do Governo do Estado do Pará, com aporte financeiro da USAID (United States Agency for International Development) e suporte técnico da TNC (The Nature Conservancy) e Skoll Foundation, dentre outras instituições. A pesquisa analisará também, projetos de REDD/REDD+ no Estado do Amazonas, como o executado na reserva de desenvolvimento sustentável do Juma, no município de Novo Aripuanã (AM), da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) com aporte financeiro da rede de hotéis Marriott International, com apoio técnico da CCBA (*Climate, Community and Biodiversity Alliance*) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade. O recorte temporal adotado pela pesquisa segue o início da implementação de legislação estadual para mudanças climáticas,

que no Estado do Amazonas iniciou com a Lei no.3135/2007 e no Estado do Pará, com o decreto No.518/2012, contabilizando assim, o período de análise de 10 anos (2007-2017).

A pesquisa assumiu dessa forma, uma natureza qualitativa dada sua objetividade, sistematização e inferência. Uma vez que, tal análise possibilita também o dialogo e o uso de determinados indicadores (quantitativos ou não), o que fará uma conexão entre os indicadores das políticas e iniciativas de REDD/REDD+, com a efetividade dos mesmos. Após apresentado a abordagem e o nível da pesquisa, o desenho da mesma segue na linha de análise de uma pesquisa bibliográfica na revisão de literatura sobre governança: global, ambiental e climática, mudanças climáticas, mecanismos de pagamentos de serviços ambientais, modelos e práticas em REDD/REDD+, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento na Amazônia.

A pesquisa continuou, na linha documental, das políticas e iniciativas de mitigação do clima, que em ambos estados, estão articuladas por diversos atores nos mais diversos níveis, com foco nos relatórios, memorandos, atas, legislações, acordos, convênios e também publicações, artigos científicos nacionais e internacionais dentre outros. Além, dos mesmos documentos já mencionados no âmbito das instituições e organizações internacionais financiadoras dos projetos, uma vez que as mesmas também emitem pareceres e visões sobre os mesmos, que por vezes podem diferir da visão local. E por fim, de uma pesquisa de campo², para coletar dados, informações locais, proceder com uma observação direta dos atores do processo e o processo em si, tal como, realizar entrevistas (caso necessário e possível), para que então, fosse possível entender a gestão de tais políticas, iniciativas e estratégias, tal como, constatar o desenvolvimento local e a preservação dos bens comuns (ou não).

A presente tese, busca sistematizar as análises, informações e dados por meio de **4 capítulos**, organizados em conformidade ao percurso metodológico já exposto e estruturados da seguinte forma: **Capítulo I** – “Relações internacionais, Meio Ambiente e Governança Global”, apresentando as bases das premissas sobre o meio ambiente, na dinâmica das Relações internacionais, tal como, incitando a importância e frequência das discussões sobre Governança na agenda ambiental. O **Capítulo II** – “Os Comuns Amazônicos e a Governança do Clima” traça a relação da importância da região amazônica, suas visões e seus comuns, em relação a dinâmica da Governança, em especial, das mudanças do clima na região com enfoque na proteção das florestas tropicais. No **Capítulo III** – “Políticas, estratégias e agenda

² Em razão da participação no projeto de pesquisa: “Geopolítica das Mudanças Climáticas e Políticas Públicas Subnacionais: a atuação dos governos estaduais da Amazônia” no âmbito da Universidade Federal do Pará, com financiamento do CNPq e coordenado pelo professor Dr. Alberto Luiz Teixeira da Silva, iniciado em 2013 e finalizado no final de 2016.

de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos estados do Pará e Amazonas”, direciona-se a compreensão das execuções de políticas e estratégias de mitigação e adaptação às mudanças do clima, em ambos os estados, subdivididos em seções distintas. Por sua vez, o Capítulo IV – “Lições aprendidas em Governança e o Complexo Climático Amazônico”, apresenta a análise direcionada às seções anteriormente expostas, por meio de sub-tópicos e consubstanciando o conceito apresentado pela tese, da existência de um Complexo Climático na região.

Portanto, mais do que ações, políticas ou estratégias mitigadoras do avanço climático, faz-se necessário a real compreensão do problema ou dos problemas a médio e longo prazo. É sabido, que pela amplitude e multidisciplinaridade, os debates em torno das mudanças climáticas passam também por certo ceticismo ou negacionismo climático. Todavia, o presente estudo, parte de duas justificativas: i) A negligência ou tal ceticismo pode (e já vem levando..) levar a um efeito-resposta tardio, ou seja, sem que seja possível pensar em estratégias, tecnologias ou processos de mitigação. Ou se age no agora, ou será difícil agir no futuro; ii) O cientista não pode se furtar de participar desse debate, tal como, do processo de conscientização por se tratar de um tema que afeta indiscriminadamente todos os indivíduos do planeta.

Talvez, uma das principais discussões em torno das mudanças do clima, seja sobre o papel decisivo ou indiferente das ações humanas em relação ao clima e ao futuro dele. Chega-se, inclusive, a buscar a conceituação sobre a era geológica atual, nomeando-a como Antropoceno. Intervalo de tempo geológico onde a influência humana na Terra vem moldando a paisagem global e colocando a influência/ação humana como força geológica. Se tal era, entrará no calendário geológico ou não, só saberemos daqui a algumas décadas ou séculos, entretanto, é inegável o impacto da visão, ação e atuação humana sobre o meio ambiente. A mudança de paisagem, não se dá apenas na verticalização dos centros urbanos ou no quantitativo de carros emissores de CO₂, a mudança é visivelmente sentida quando se direciona análise em temas sensíveis saúde, alimentação, energia. O antropoceno pode não se firmar como era geológica, mas os impactos e efeitos nocivos desse período são reais. Na Amazônia, locus do presente estudo, as secas são maiores e mais intensas, o desmatamento cresce e com ele a perda da biodiversidade, os padrões exógenos de crescimento chegam aos mais inóspitos lugares, desmistificando, degradando e influenciando espaços e populações ribeirinhas ou tradicionais menos favorecidas, as que mais sofrem, vale ressaltar.

A Amazônia é conhecida aos fragmentos, mesmo após séculos de constantes incursões e pesquisas, de uma vasta literatura científica e de inúmeros desbravadores e aventureiros, a região ainda se apresenta como um espaço superlativo, repleta de misticismos, mas também de desafios e especificidades. Muitos foram e são os cenários de discussão acerca da região, mas atualmente, entende-se a Amazônia enquanto um espaço vital para o prosseguimento da vida humana na terra seja pela riqueza da biodiversidade já encontrada e pesquisada, ou, seja pelo que ainda se encontra escondido ou nivelado na magnitude da região. Os comuns³ amazônicos estão no centro de grande parte das discussões sobre a região, e quando se trata dos mesmos, o mais evidente e que mais simboliza a região, são as florestas.

Busca-se, com o presente estudo, contribuir ao debate não apenas do profícuo campo das mudanças climáticas na região, mas principalmente lançar perspectivas críticas da análise de atores, agendas e interesses em níveis locais, privados e/ou internacionais. Em pleno século XXI, a Amazônia ainda é advento de um processo que, se tinha (e ainda se tem), de uma região enquanto fronteira permanente de recursos naturais. Desde os primórdios da colonização na região até os Grandes Projetos na região, duas foram as características presentes e antagônicas na mesma: a da Abundância (de recursos naturais) e a da *Escassez* (de infraestrutura, do isolamento geográfico, das condições de vida e etc.). Tais fatores são evidentes e presentes na contemporaneidade amazônica e poderão continuar existindo se as relações Inter setoriais (público, privado, internacional) na região continuarem a promover apenas a valoração da região em termos financeiros e não, ambientais e sociais.

³ Serão explicados e contextualizados em sessão posterior da tese.

“A consciência ecológica levanta-nos um problema duma profundidade e duma vastidão extraordinários. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da vida no planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do Homem. Isto obriga-nos a repor em questão a própria orientação da civilização ocidental. Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado” – Edgar Morin

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS⁴, MEIO AMBIENTE E GOVERNANÇA GLOBAL

Prestes a completar seu primeiro centenário, o campo de estudo das Relações Internacionais é relativamente novo, se compararmos as ‘oitocentistas’ ciências políticas, econômicas e sociais. O real desenvolvimento das RI, enquanto campo de estudo distinto se deu apenas no final da década de 1930 quando se adensou a produção teórica na área, mais distanciada de um idealismo normativo (que cunhou seu nascimento) e mais “fortalecida metodologicamente com estudos mais empíricos e realistas” (CARR, 2001, p.11). Para além do embate Idealismo e Realismo, que notadamente marcou o início da disciplina (e ainda se faz presente e traz consigo novos e velhos seguidores), o panorama mundial atual oriundo do pós-Guerra fria e fortemente influenciado pela Globalização, está passando por diversas transformações em suas estruturas políticas, econômicas, sociais e conseqüentemente, nas dinâmicas do sistema internacional. Transformações essas, propícias a diversas análises por parte de muitos teóricos que, há algum tempo direcionam esforços na explicação de uma nova ontologia e até mesmo denominação para se compreender esse período marcado pelo fenômeno recente da Governança global.

O estudo das relações internacionais contemporâneas direciona análises em função das significativas transformações que marcaram a formação do sistema internacional, seja em decorrência do fim da Guerra Fria, ou, seja como resultado da intensificação e irreversibilidade do fenômeno da globalização. Robert Keohane e Joseph Nye começam seu importante livro acerca dos novos direcionamentos na Política Mundial com o seguinte excerto *“We live in an era of interdependence”* (KEOHANE; NYE JR, 1989, p. 11). A era da

⁴ Faz-se necessário ao início deste estudo, distinguir a respeito do uso da expressão “Relações Internacionais (RI). JATOBÁ (2013, p.1) explica: o uso com iniciais maiúsculas se refere à disciplina acadêmica, e “relações internacionais”, com iniciais minúsculas, se refere ao conjunto de fenômenos do mundo aos quais os acadêmicos dedicam seus esforços intelectuais com propósito de compreendê-los.

interdependência descrita pelos autores, diz respeito ao cenário cada vez mais globalizado e interdependente, onde são abertos novos campos de análise e teorias que busquem entender e explicar as variáveis que compõem o novo sistema internacional. HELD&MCGREW (2001) complementam que os Estados contemporâneos se configuram gradualmente como espaços fragmentados de decisões políticas, amplamente influenciados e permeados por redes transnacionais, as quais acabam por alterar em grande parte sua dinâmica tradicional. Como exemplo a isso, cabe mencionar a ampliação da agenda de atuação nas relações internacionais contemporâneas em assuntos como cultura, direitos humanos e meio ambiente.

Ao longo do último quarto do século XX, as profundas modificações na estrutura e na dinâmica das relações internacionais, redirecionaram o que outrora se tratava de uma grande divisão para analistas internacionais, as “*high/low politics*”. Sendo a “alta política” ou “política majoritária” (*high politics*), dizia respeito às políticas de força, estratégia e segurança internacional. Por sua vez, a “baixa política” ou “política minoritária” (*low politics*), eram tratadas como políticas de cunho social e/ou de consequente posição inferior nas agendas internacionais. SATO (2000, p.138) analisa:

A agenda internacional caracteriza-se pela mudança contínua. Essa característica é uma decorrência da própria natureza do meio internacional, composto de atores em contínua transformação, e também altamente sensível a mudanças nos padrões econômicos e sociais. Mudanças tecnológicas, por exemplo, em um curto espaço de tempo, podem alterar fluxos comerciais e financeiros tornando um grande negócio de hoje uma atividade econômica inviável amanhã. Disponibilidade de mão de obra e de recursos naturais deixaram de ser, a médio prazo, garantias para as nações. Mesmo estruturas industriais maduras, para não serem ultrapassadas, precisam modernizar-se continuamente tanto do ponto de vista tecnológico quanto administrativo. Essas mudanças, obviamente, não ocorrem de maneira uniforme. Países e regiões não se transformam na mesma direção e quando, porventura, o sentido das mudanças pode ser considerado semelhante, a velocidade com que esse processo ocorre difere substancialmente de lugar para lugar. Além disso, fatores mais difíceis de serem percebidos e quantificados como os de base cultural e étnica podem combinar-se de muitas maneiras, em geral imprevisíveis, produzindo fatos e circunstâncias que condicionam a agenda internacional. (SATO, E. 2000, p.138)

As questões de mudanças climáticas (foco deste estudo) estão localizadas em um cenário maior, mais denso e de recente análise (mais direcionada) nas relações internacionais: a agenda ambiental. A questão ambiental adentrou a discussão de “novas agendas” em Relações Internacionais, especialmente na década de 70, onde se tornou recorrente as discussões em torno do efeito estufa, chuva ácida, buraco na camada de ozônio, perda de biodiversidade e principalmente, o pano de fundo de tais discussões, as mudanças climáticas. É notória, ampla e multidisciplinar que tais mudanças do clima se apresentem enquanto um dos maiores desafios atuais da ciência, em nível global.

Tal desafio tem se agravado à medida que as emissões de gases do Efeito Estufa (GEE), tal como das incursões antrópicas no meio ambiente, aumentam. Sem ações de mitigação eficazes em escala local, regional e conseqüentemente, global, a temperatura da terra pode aumentar entre 3,7 a 4,8 graus Celsius até o ano de 2100, segundo o IPCC (2007, op.cit). Alguns dos possíveis efeitos desse cenário incluem a intensidade de eventos climáticos extremos (como períodos de seca e chuva intensa, por exemplo), impactos na saúde da população ligados a ondas de calor, redução da qualidade do ar, perda de áreas férteis o que afeta a produção e conseqüentemente a alimentação, dentre outros.

O caráter emergencial que a temática do Meio Ambiente passara a ter desde a década de 1970, começara bem antes, na verdade. Em 1909, em Paris, foi organizado por vários países Europeus o Congresso Internacional de Proteção a Natureza, para analisar os progressos da proteção à natureza na Europa, de tal congresso foi proposto a criação de um organismo internacional de proteção à natureza. Criou-se então, em 1913, a Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza. Com o início da guerra, contudo a Comissão foi esquecida (McCORMICK, 1992, p. 5). A problemática ecológica só foi resgatada e novamente discutida no período pós segunda-guerra. Nessa fase, a conscientização e a disseminação da proteção ao meio ambiente e a necessidade de uma agenda ambiental internacional espalhou-se pelo Mundo por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e dos primeiros passos dados pelo Movimento Ambientalista.

Em 1949, realizou-se nos EUA a Conferência das Nações Unidas para a Conservação dos Recursos Naturais, sob a chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e que contou com a participação de 49 países. Essa conferência não teve grande repercussão porque os climas de um recente pós-guerra e início de Guerra Fria desviaram a atenção da conscientização ambiental que dava seus primeiros passos em nível global. Contudo, o objetivo de tal conferência foi alcançando, pois tornou-se pioneira na implementação da conscientização ecológica no Mundo. Foi de caráter prático em trazer questões como: a crescente interdependência dos recursos naturais, a gestão integrada de bacias hidrográficas e a crise dos alimentos, flora, fauna e combustível. “Portanto, uma iniciativa conservacionista ecológica que ocorreu em meio acadêmico, científico e político que se tornou praxe nas conferências posteriores.” (McCORMICK, 1992, p.7).

Mas foi, efetivamente na década de 70, com a realização em Estocolmo no ano de 1972, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência

de Estocolmo, chamou a atenção das Nações para os efeitos que as ações humanas estavam causando ao meio ambiente e conseqüentemente para a própria sobrevivência da humanidade. Com a presença de mais de 113 países e 250 organizações não-governamentais, a Conferência produziu uma *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*, que continha princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam direcionar as decisões referentes as questões ambientais. Outro resultado do evento foi um Plano de Ação e Princípios que convocava todos os Estados, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções e práticas para uma série de problemas ambientais, ou seja, garantindo assim, a soberania das nações em se desenvolverem explorando seus recursos naturais. Muitos destes princípios transformaram-se, ao longo das décadas seguintes, em elementos e metas de negociação, iniciou-se em Estocolmo, as negociações internacionais sobre o meio ambiente. Ainda em 1972, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) legitimando-se, assim, “como fórum de negociações e financiamentos para as mais diversas iniciativas de gestão pública ambiental, representou um passo importante no processo de governança ambiental” (DA SILVA, 2006, p.8).

Consolidou-se em 1987, o que desde as primeiras tentativas de fóruns sobre a proteção do meio ambiente desejavam, um conceito acerca de um desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente aceito, surge então, o Desenvolvimento Sustentável, dentro da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Comissão Brundtland, que originou a declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, denominada de “*Nosso Futuro Comum*” ou Relatório Brundtland. Tal documento buscou integrar a questão ambiental ao desenvolvimento econômico, tal como propôs novas formas de cooperação internacional e entendimento acerca das mudanças necessárias a nível local e global e compreensão dos problemas existentes, para auxiliar a atuação de Governos, Organizações, Empresas e indivíduos em prol do então novíssimo termo, Sustentabilidade.

Posteriormente a conferência de Estocolmo (1972), duas grandes conferências uma na década de 90 e outra no ano 2000, ocorreram e consolidaram na agenda internacional o debate do meio ambiente. Ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi uma grande conferência que marcou e consagrou as bases do Desenvolvimento Sustentável e mereceu devida atenção dos países, dada a maciça presença de chefes de Estado e não somente representantes do corpo

diplomático como outrora das conferências passadas. Tal fato direciona a importância que fora atribuída a temática ambiental a nível global no início da década de 90. De 1992 para os anos 2000, o meio ambiente deixou de ser pauta secundária na política internacional e passou a ser pauta prioritária, com isso os debates, encontros e cúpulas sobre a temática ambiental foram intensificadas. Em 2000, foi realizada em Nova York, na sede das Nações Unidas, a Assembleia do Milênio. Esta foi, a segunda maior reunião de chefes de Estado e governos (a 1ª foi na Eco-92). O resultado do debate foi a aprovação da *Declaração do Milênio*, um documento coerente que resultou da compilação de várias metas estabelecidas nas conferências mundiais que ocorreram ao longo dos anos 90. A Declaração do Milênio deu à luz aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM). Sendo 8 Objetivos, 18 Metas e 48 Indicadores, a serem adotados, disseminados, trabalhados e alcançados pelos Estados-membros da ONU até 2015. 12 anos depois da Assembleia do Milênio, ocorre a Rio+20 com responsabilidades, demandas e expectativas ainda maiores sobre o futuro do meio ambiente global.

De tal evolução sobre uma agenda ambiental global, para além das conferências em si e do papel das organizações internacionais na disseminação de tal temática, resultou uma relevante discussão em torno dos padrões de desenvolvimento por meio de uma combinação dos altos níveis de crescimento populacional, intenso consumo generalizado em diversos segmentos mas principalmente de energia fóssil e desenvolvimento tecnológico fundamentado em um modelo carbono-intensivo (Rayner and Malone, 1998). O tão falado conceito de desenvolvimento sustentável adentra na arena científica e da proposição de políticas públicas, e, ambiciona, ao mesmo tempo, fomentar e satisfazer a comunidade internacional, no que se refere ao pensamento e execução de estratégias potencialmente capazes de solucionar a problemática global envolvendo a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico paralelamente à alocação adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Não restam dúvidas acerca da validade, urgência e da promoção de um discurso sustentável entre os Estados, deste modo, o grande desafio consiste em protagonizar a sustentabilidade em um plano prático, o qual não satisfaça apenas em teoria, as necessidades humanas.

Em prol do enfrentamento deste desafio, as questões relacionadas ao meio ambiente têm sido priorizadas, passando a constituir uma agenda internacional disposta a repensar os meios de produção vigentes e incentivar, cada vez mais, o envolvimento dos diferentes setores da sociedade em políticas e projetos voltados às questões ambientais. Contudo, o interesse

destinado à relação entre o homem e a natureza não desponta de modo tão surpreendente, se uma vez atentado o processo evolutivo que cerca a construção do ideal de sustentabilidade. Nesse sentido, torna-se interessante destacar a temática da preservação ambiental a partir de uma breve abordagem histórica das agendas globais de desenvolvimento, marcadas como importantes acontecimentos internacionais.

1.1 HISTÓRICO E TRAJETÓRIA DA AGENDA AMBIENTAL GLOBAL

Foram milhões de anos para que a população global atingisse o seu primeiro bilhão de pessoas (aproximadamente em 1830) e depois disso, menos de 200 anos para que esse número chegasse aos incríveis 7,6 bilhões, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas, 2017, p.2). E a tendência é aumentar cada vez mais de forma exponencial. Nos próximos 50 anos, ainda segundo a ONU (2017, p.2), a população do globo vai facilmente atingir algo em torno de 9 a 10 bilhões de habitantes. Paralelamente a esse crescimento populacional ocorrido principalmente no século XX, o mundo também presenciou com maior frequência e intensidade “o esgotamento do ‘mito da abundância’ do modelo capitalista, e também do socialista, dando o início à transição para um modelo caracterizado pela incerteza” (SANT’ANNA & MOREIRA, 2016, p.209). A incerteza apontada pelas autoras decorre do catastrófico *background* do século XX, de escassez de recursos naturais, dos acidentes industriais mais frequentes e ampliados, da poluição dos mares, da chuva ácida, dos limites da camada de ozônio, do efeito estufa, da produção incontrolável de lixo em diversos níveis (do lixo comum, passando pelo tóxico e alcançando a esfera do lixo atômico), dos desequilíbrios na biodiversidade e das mudanças climáticas.

A história da humanidade, obviamente, não ocorreu sem frequentes interações, explorações e usos dos homens e mulheres para com o meio ambiente, o que nos leva a crer que a degradação ambiental é uma constante na história, seja ela social, econômica e até mesmo cultural. Apesar da constância e relevância, a noção e os efeitos dessa degradação somente adquiriram uma dimensão maior na segunda metade do século XX. A problematização, os questionamentos e as incertezas acerca desse meio ambiente degradado só foram projetadas de uma escala regional para uma escala global, em meados da década de 1970, quando se converteu o meio ambiente em um problema internacional (Viola&Leis, 1990, p.13).

A atenção direcionada aos problemas ambientais globais da segunda metade do século XX até os dias atuais não é casual ou pontual. É notório que a impressionante (r)evolução tecno-científica e o conseqüente e impetuoso desenvolvimento das forças de produção, condicionaram a intensificação brusca da atividade econômica do homem sobre o meio ambiente, expandindo assim, consideravelmente, a escala de sua ingerência, dano e impacto ambiental. Raumolin (1984), Grove (1995) e Pádua (2002), apontam que a preocupação intelectual com os problemas ambientais propriamente ditos, esteve sempre presente no imaginário europeu desde o final do século XVIII. Entretanto, o grande crescimento dessa agenda nas últimas décadas se deu pelo alcance da mesma a uma parcela muito mais ampla da esfera pública.

O caráter emergencial que a temática do Meio Ambiente passara a ter desde a década de 1970, começara bem antes, na verdade. Em 1909, em Paris, foi organizado por vários países Europeus o Congresso Internacional de Proteção à Natureza, para analisar os progressos da proteção à natureza na Europa, de tal congresso foi proposta a criação de um organismo internacional de proteção à natureza. Criou-se então, em 1913, a Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza. Com o início da guerra, contudo a Comissão foi esquecida (McCORMICK, 1992). A problemática ecológica só foi resgatada e novamente discutida no período pós segunda-guerra. Nessa fase, a conscientização e a disseminação da proteção ao meio ambiente e a necessidade de uma agenda ambiental internacional espalhou-se pelo Mundo por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e dos primeiros passos dados pelo Movimento Ambientalista.

Em 1949, realizou-se nos EUA a Conferência das Nações Unidas para a Conservação dos Recursos Naturais, sob a chancela da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e que contou com a participação de 49 países. Essa conferência não teve grande repercussão porque os climas de um recente pós-guerra e início de Guerra Fria desviaram a atenção da temática ambiental que dava seus primeiros passos em nível global. Contudo, o objetivo de tal conferência foi alcançando, pois se tornou pioneira na implementação da conscientização ecológica no Mundo. Foi de caráter prático em trazer questões como: a crescente interdependência dos recursos naturais, a gestão integrada de bacias hidrográficas e a crise dos alimentos, flora, fauna e combustível. “Portanto, uma iniciativa conservacionista ecológica que ocorreu em meio acadêmico, científico e político que se tornou praxe nas conferências posteriores.” (McCORMICK, 192, p.14).

É notória e frequente a colocação da década de 1970 a frente de toda e qualquer discussão acerca do meio ambiente. A referência é notável, devido às conferências e discussões que naquela década, se sobressaíram e passaram a receber uma atenção maior, principalmente no âmbito internacional. Mas o que fora enfatizado na década de 1970 iniciou na verdade, na década anterior. Pádua (2010, p.3) enfatiza:

A ideia de "ecologia" rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo. (PÁDUA, J.A., 2010, p.3)

Foram dois, os *turning points* na década de 1960 que suscitaram e sustentaram com força o debate sobre a questão ambiental na década seguinte. Em 1962, com a publicação da “Primavera silenciosa” de Rachel Carson e posteriormente em 1968, com a “Tragédia dos Comuns” de Garret Hardin. A obra de Rachel Carson, em linhas gerais, explicita sobre o uso desenfreado de pesticidas nos EUA e como tal uso, alterava os processos biológicos e celulares de plantas, reduzindo as populações de animais de pequeno porte e, de um certo modo, colocando em risco a saúde humana. “O alerta de Rachel Carson desencadeou um debate nacional sobre o uso de pesticidas químicos, a responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico” (LEAR, 2010, p. 11). Muitas foram às críticas em relação ao trabalho de Carson⁵, mas é inegável que a “Primavera silenciosa” trouxe novos pontos de vista em torno da questão ambiental, do que descobertas científicas. Ressalta-se o poder comunicacional que a autora alcançou, ao retirar a questão de pesticidas do *background* técnico-científico, para projetá-la na esfera pública. Evidenciando, assim, uma nova concepção civilizatória que não lide com a natureza enquanto inimiga do Homem, ideia-chave do ambientalismo moderno. (BONZI, 2013, p.8)

Por sua vez, Garret Hardin em 1968, suscita na obra a “Tragédia dos Comuns”, o conceito de “Comuns” que até hoje é utilizado na literatura acadêmica no que se referem a recursos naturais e/ou bens comuns finitos. O ensaio de Hardin publicado na *Science* aponta

⁵ Rachel Carson foi altamente criticada por ser alarmista e ter distorcido dados. Foi altamente criticada por não ter um doutorado, além de ser bióloga marinha e não bioquímica. Se não bastassem as críticas no campo científico, Carson ainda foi desqualificada por ser mulher.

que um livre acesso aliado a uma demanda irrestrita de um determinado “bem comum” pode levar a superexploração desse bem e conseqüentemente a Tragédia do mesmo. Para que isso não ocorra, exige-se muito mais do que meios técnicos para solução, e sim, mudanças em nível de valores humanos e moralidade. Ainda que com uma visão individualista e egoísta, o trabalho de Hardin surge em momento onde o Mundo começara a refletir sobre o uso/acesso dos Bens Comuns a nível mundial.

Basicamente, as preocupações do autor direcionavam-se a problemas relacionados à superpopulação, contudo, seus argumentos e exemplos acerca da superexploração de recursos naturais acabaram estabelecendo um modelo de abordagem para questões relativas a arranjos institucionais destinados ao controle da ação humana sobre os recursos naturais. O debate dos “Comuns”, voltado a questão ambiental e iniciado por Garret Hardin em 1968 apresentou a comunidade científica esse termo que até o presente vem sendo utilizado. Por “Bem-Comum” segundo Hardin (1968, p.7) entende-se como:

Recursos e serviços disponíveis para uso público, sem direitos privados exclusivos. A tragédia dos bens comuns traduz o abuso destes recursos pelo homem: trata-se de um tipo de problema sem solução técnica, que exige soluções políticas, garantidas pelo uso legítimo da violência ou pelo acordo conciliatório dos interessados. (HARDIN, G. 1968, p.7).

O breve ensaio de Hardin é ainda uma das mais citadas obras nas ciências e humanidades no século XX. Pela nomenclatura de comuns, pelo cenário descrito de exploração de recursos, pela ganância individual ou pelo caminho sem volta, foram aspectos que contribuíram na exposição do cenário evidenciado naquele momento e que seria colocado ainda mais em prova. Todavia, para Hardin, ainda havia alternativas de mudar tal cenário. A privatização seria uma delas, o loteamento dos comuns evitaria a superexploração e a adoção da estratégia ‘poluidor-pagador’ seriam algumas dessas alternativas propostas por Hardin.

A problematização e o diagnóstico de um dilema ambiental são mais evidentes na obra de Hardin do que a viabilização de uma solução técnica. Entretanto, não se pode negar a contribuição do autor no debate ambiental, visto a compreensão e a definição dos “Comuns”, ou seja, o que nos cerca, o que contemplamos, usamos e degradamos tem impacto e efeito direto uns aos outros.

Dentre os inúmeros trabalhos acerca dos “Comuns”, cabe citar o da Professora Elinor Ostrom, Nobel de Economia em 2009, que ofereceu na obra “Governing the commons”, uma das mais compreensivas e profícuas críticas ao modelo da “Tragédia dos comuns”.

Destacando as questões relativas aos problemas da ação coletiva no uso de recursos comuns. Ostrom (1990) aponta que não existe “um plano mestre para a Governança dos Bens Comuns”, muito menos uma definição única e universal. Para a autora, “não se trata do que são os recursos em si, mas principalmente da forma de se lidar com eles e das relações sociais que deste ponto decorrem”. Ou seja, “todo bem comum surge a partir de condições históricas únicas, determinada pela cultura local, por fatores econômicos, sociais, políticos e ecológicos” (OSTROM, op.cit).

A autora investigou como a articulação de grupos locais em torno de *common-pool resources* (CPRs) ou congregação de recursos comuns, em função das partes interessadas são eficazes sem algum tipo de regulação vinda de esferas superiores, atendendo a alguns requisitos. Para Ostrom, 8 eram os princípios fundantes a serem observados para solucionar o dilema dos comuns:

1. Limites claramente definidos;
2. Equivalência proporcional entre benefícios e custos;
3. Implantação das decisões coletivas;
4. Monitoramento;
5. Sanções gradativas;
6. Resolução rápida e justa de conflitos;
7. Autonomia local;
8. Relações apropriadas com outros níveis de autoridade reguladora (governança policêntrica).

A discussão em torno dos comuns adentrou a esfera pública, se propagou em organismos internacionais e nas Relações Internacionais não poderia deixar de ser analisado. Keohane & Ostrom (1995, p.4) apontam:

A further point of convergence between the CPR and IR (international relations) literatures derives from the emphasis in both on the underprovision of effective arrangements to enable participants to cooperate. Common-pool resources are frequently characterized by open access, which means that markets do not provide adequate incentives to preserve clean oceans, keep the ozone layer intact or more generally, to preserve the biosphere. As we explain at greater length below, they are not, strictly speaking, public goods, since they are subject to problems of crowding: the fisher who catches too many cod or the herder who grazes too many sheep in a pasture deplete the resource for others. Yet like public goods, CPRs are subject to underprovision due to open access. At the international level, some rules and practices benefit all states, if they choose. (KEOHANE&OSTROM, 1995, p.4)

O problema da superexploração individualista de CPRs observado por Hardin foi um aviso, um sinal de alerta ao descontrole e/ou não gestão adequada de tais recursos. Os comuns deixados à exploração desregulamentada ou sem supervisão tendem a destruição. Como alternativas possíveis, existem as ideias e alternativas que vão desde pedágios, regulamentações ou privatizações, ou, até a proposta de Ostrom de investimentos na autogestão por parte de grupos interessados, que se apresentava (e ainda possui validade nos dias atuais) como relevante alternativa na gestão de tais comuns.

As conferências de outrora, as proposições e alertas do meio acadêmico, a criação do Clube de Roma em 1968, composto por cientistas, empresários e políticos, e tinha por objetivo a discussão e a análise dos limites do crescimento econômico levando em consideração o uso crescente dos recursos naturais ou bens-comuns; e a repercussão de seu relatório “Limites do Crescimento”, fizeram com que a temática do meio-ambiente em nível internacional ganhasse força e passasse a integrar mais fortemente as agendas externas dos países.

Após as intensas discussões, proposições e alertas da década de 60, tudo o que ocorreu na emblemática década de 70 e posteriormente, foi impactado pelo relatório “Limites do crescimento”, o mesmo propôs a desaceleração do desenvolvimento industrial nos países desenvolvidos e também do crescimento populacional, nos países subdesenvolvidos. Além, da ajuda dos primeiros para que os segundos pudessem se desenvolver.

Realizada em Estocolmo no ano de 1972, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, chamou a atenção das Nações para os efeitos que as ações humanas estavam causando ao meio ambiente e conseqüentemente para a própria sobrevivência da humanidade. Com a presença de mais de 113 países e 250 organizações não-governamentais, a Conferência produziu uma *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*, que continha princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam direcionar as decisões referentes as questões ambientais. Outro resultado do evento foi um Plano de Ação e Princípios que convocava todos os Estados, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções e práticas para uma série de problemas ambientais, ou seja, garantindo assim, a soberania das nações em se desenvolverem explorando seus recursos naturais. Muitos destes princípios transformaram-se, ao longo das décadas seguintes, em elementos e metas de negociação, iniciou-se em Estocolmo, as negociações internacionais sobre o meio ambiente.

Ainda em 1972, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) legitimando-se, assim, “como fórum de negociações e financiamentos para as mais diversas iniciativas de gestão pública ambiental, representou um passo importante no processo de governança ambiental” (DA SILVA, 2006).

Nesse ambiente propício dos anos 70, notadamente muitos estudos, teorias e hipóteses surgiram no meio acadêmico, rodeados de maior certificação sobre as interações antropogênicas para com a Terra e também, com o histórico e as críticas de teóricos e visões anteriores. Um dos estudos desse período que trouxe grande impacto foi a “Hipótese de Gaia”, do químico James Lovelock. Gaia é a deusa grega que representa metaforicamente a Terra. Tal hipótese então, consiste na proposição de que as funções da biosfera são um sistema único que mantem a homeostase do mesmo modo que um organismo singular, ao invés de uma reunião de sistemas separados. Com essa premissa, Lovelock, aponta que a flora, fauna, o clima, os ciclos biogeoquímicos da Terra são interligados de modo que as mudanças em uma parte do sistema afetam a biosfera como um todo. Para o autor:

a raiz de nossos problemas com o meio ambiente está na falta de uma limitação ao crescimento da população. Ultrapassou 6 bilhões, cifra totalmente insustentável no estado atual de Gaia, ainda que tivéssemos vontade e capacidade de reduzir nossa pressão sobre ela. Se conseguirmos superar a ameaça autogerada de mudança climática mortal, provocada por nossa destruição maciça de ecossistemas e poluição global, nossa próxima tarefa será assegurar que nossos números sejam sempre condizentes com nossa capacidade, e de Gaia, de alimentá-los. Lovelock (2001, p 135)

A Teoria ou hipótese de Gaia compreendia a Terra enquanto um organismo vivo, enquanto uma entidade fortemente conjugada, cujo processo de evolução é um processo único. Para o autor, Gaia é uma alternativa para a visão pessimista que enxerga a natureza como força primitiva a ser subjugada e conquistada. É também uma alternativa à imagem, igualmente depressiva, de que nosso planeta é como uma nave espacial sem comando, viajando eternamente, sem direção ou rumo em volta de uma órbita do sol (Lovelock, 2001, p.140). Essa teoria em meados da década de 1970 apontou para premissas que deixavam de lado a visão da terra como um monte de rochas resfriadas na superfície e líquidas em seu interior, como até então se considerava, e direcionou-se à análises colocando-a como um superorganismo, que funciona dinamicamente, capaz de regular a composição atmosférica, o clima e a salinidade dos mares, por exemplo, mantendo esse sistema sempre adequado à vida.

Assim como, a “Primavera silenciosa” e a “Tragédia dos comuns”, a “Teoria de Gaia” traz ainda importantes reflexões sobre nosso ritmo de exploração da Terra. Cada uma em seu

tempo e com suas bases, representaram pontos de inflexão na questão ambiental e projetaram para outros meios, a importância e urgência da temática. Lovelock (2008, p.4) finaliza:

Coisas vivas, quando ameaçadas ou submetidas à tensão, inicialmente resistem, e é o que o sistema [Terra] vem fazendo há um bom tempo. Desde quando começamos a emitir gás e devastar florestas, destruindo os ecossistemas, a temperatura não mudou, a atmosfera não mudou – tudo ficou sob controle pelo sistema. Mas em algum momento por volta de 1900 começamos a ultrapassar os limites. Então, agora, o sistema está fazendo a outra coisa que os seres vivos fazem: fugir para um local seguro que conhece. E o local seguro, em que já estive muitas vezes antes, é o do regime quente, onde as temperaturas globais são entre 5 e 6 graus mais elevadas do que atualmente, em todo o planeta. É um planeta muito quente e seco. Ainda haverá oásis... mas não aguentarão algo como a população atual. Muito me admiraria se pudesse aguentar 1 bilhão [de pessoas]; Penso que 500 milhões seria o mais provável. A única oportunidade que temos de reverter o aquecimento global é tornar Gaia nossa aliada. (LOVELOCK, J.2008, p.4)

A projeção e emergência de um "ambientalismo complexo e multissetorial" a partir fundamentalmente da década de 1970, mais próximo da cena pública global e de múltiplos atores, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado “como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber” (Viola & Leis, 1990, p.24). Tal fenômeno, não foi diferente nas décadas consecutivas, ganhou mais espaço, adquiriu robustez teórica e adesão civil, tal como, disseminaram-se os eventos que davam mais crédito ainda a tal projeção ambiental, conforme SANT’ANNA e MOREIRA (2016, p.210) explicam:

Nos anos 1980, alguns eventos revelaram a inevitabilidade da ambientalização da agenda internacional, como, por exemplo, o vazamento nas instalações da empresa química norte-americana Union Carbide, em 1984, em Bhopal (Índia), que colocou em discussão a transferência das fases de produção industrial mais perigosas para países em desenvolvimento. Ou o acidente nuclear em Chernobyl, que evidenciou a periculosidade da energia nuclear, o efeito regional de um acidente desse tipo (transfronteiriço) e revelou a debilidade real da URSS (Font e Rufí, 2006). A partir de então a questão ambiental passou a ser um tema de estudo das RI. (SANT’ANNA & MOREIRA, 2016, p.209).

Consolidou-se em 1987, o que desde as primeiras tentativas de fóruns sobre a proteção do meio ambiente desejavam, um conceito acerca de um desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente correto, socialmente justo e culturalmente aceito, surge então, o Desenvolvimento Sustentável, dentro da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Comissão Brundtland, que originou a declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, denominada de “*Nosso Futuro Comum*” ou Relatório Brundtland. Tal documento buscou integrar a questão ambiental ao desenvolvimento econômico, tal como propôs novas formas de cooperação internacional e

entendimento acerca das mudanças necessárias a nível local e global e compreensão dos problemas existentes, para auxiliar a atuação de Governos, Organizações, Empresas e indivíduos em prol do então novíssimo termo, Sustentabilidade.

Sem dúvida que o impacto do Relatório Brundtland é visível até os dias de hoje. Em muitos campos, áreas e segmentos usa-se a noção da sustentabilidade, seja de forma utópica ou mesmo como mecanismo de venda. A literatura, as visões e explicações são vastas, é um terreno arenoso buscar uma única definição. Nascimento (2012, p.52) incita:

Hoje, há um verdadeiro mar de literatura que aborda o tema das maneiras mais diversas. Como exemplo, Redclift (1987) considera o Desenvolvimento Sustentável (DS) uma ideia poderosa, enquanto Richardson (1997) chama-o de fraude, pois tenta esconder a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista da sociedade industrial.(...) No Brasil, Machado (2005) defende que o DS é um discurso, conforme a proposição de Foucault; enquanto Nobre & Amazonas (2002) afirmam que é um conceito político-normativo, noção que já estava presente no Relatório Brundtland. Veiga (2010), no entanto, fará uma defesa interessante – de que se trata antes de tudo de um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades (Sen, 2000). (NASCIMENTO, E. 2012, p.52)

Entretanto, apesar das diferentes perspectivas, o conceito se tornou emblemático e clássico, tal como, objeto de muitas discussões conforme Lenzi (2006) explicita:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”. A força e a fraqueza dessa definição encontram-se justamente nessa fórmula vaga, pois deixam-se em aberto quais seriam as necessidades humanas atuais, e mais ainda as das gerações futuras.

Tal conceito ambicionou e ambiciona (ainda), ao mesmo tempo, fomentar e satisfazer a comunidade internacional, no que se refere ao pensamento e execução de estratégias potencialmente capazes de solucionar a problemática global envolvendo a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico paralelamente à alocação adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Não restam dúvidas acerca da validade, urgência e da promoção de um discurso sustentável entre os Estados, deste modo, o grande desafio consiste em protagonizar a sustentabilidade em um plano prático, o qual não satisfaça apenas em teoria, as necessidades humanas. Algo que as conferências internacionais, o surgimento e ênfase de organismos internacionais, tal como, fóruns multilaterais, subnacionais e locais posteriores a criação de tal conceito, continuaram (continuam) a buscar.

Posteriormente a conferência de Estocolmo (1972), duas grandes conferências uma na década de 90 e outra no ano 2000, consolidaram na agenda global o debate acerca do meio ambiente. Ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi uma grande conferência que marcou e consagrou as bases do Desenvolvimento Sustentável e mereceu devida atenção dos países, dada a maciça presença de chefes de Estado e não somente representantes do corpo diplomático como outrora nas conferências passadas. Na verdade, ocorreram vários eventos paralelos que deram e projetaram tal conferência: i) Cúpula da terra (evento oficial), ii) Fórum global (reunindo ONGs brasileiras e internacionais) e iii) a Conferência mundial de povos indígenas.

A relevância que a Eco92 teve pode ser entendida de duas formas: i) em relação a representatividade institucional (governos, sociedade civil, grupos sociais..) e ii) os significados econômico, social e ecológico. Tal fato direciona a importância que fora atribuída a temática ambiental a nível global no início da década de 90. Outros pontos significativos da conferência foram a criação da Convenção sobre a Biodiversidade, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças climáticas (assunto delicado já naquele momento, entretanto, tratado de forma embrionária e que resultou na criação do Protocolo de Kyoto), Convenção das Nações Unidas de combate à Desertificação, Declaração de princípios sobre Uso de florestas, a Agenda 21 e a própria declaração do Rio, marco histórico e social da projeção do meio ambiente em nível internacional.

De 1992 para os anos 2000, o meio ambiente foi projetado de uma pauta secundária na política internacional, para uma pauta mais preponderante, com isso os debates, encontros e cúpulas sobre a temática ambiental foram intensificadas. Em 2000, foi realizada em Nova York, na sede das Nações Unidas, a Assembleia do Milênio. Esta foi, a segunda maior reunião de chefes de Estado e governos (a 1ª foi na Eco-92). O resultado do debate foi a aprovação da *Declaração do Milênio*, um documento coerente que resultou da compilação de várias metas estabelecidas nas conferências mundiais que ocorreram ao longo dos anos 90. A Declaração do Milênio deu à luz aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM). Sendo 8 Objetivos, 18 Metas e 48 Indicadores, a serem adotados, disseminados, trabalhados e alcançados pelos Estados-membros da ONU até 2015.

Um dos poucos trunfos na agenda dos ODM foi uma maior articulação de setores em torno de temáticas globais, alcançando os cenários locais. Mais atores envolvidos para dar

conta de 8 objetivos ambiciosos, suas metas e indicadores, serviu para a agenda tivesse conhecimento e visibilidade. Todavia, os esforços e resultados que deveriam ser alcançados em 2015, foram tímidos (diante da complexidade da agenda) e direcionados principalmente a área da saúde e educação.

10 anos após a Eco92, realizou-se a Conferência de Johannesburgo ou Rio+10, seu objetivo central foi o de idealizar estratégias mais eficazes para a execução da Agenda 21 (pensada e negociada na conferência do Rio), tal como, enfatizar a agenda dos ODM idealizada 2 anos antes. Para Runyan & Norderhaug (2002, p.12), embora a conferência não propusesse nenhum resultado particular ou acordo que conduzisse a novos tratados, cabe ressaltar alguns compromissos e enfoques que foram articulados em Johannesburgo, como: i) aumentar a geração e abastecimento de água potável e saneamento básico a todos, ii) Aumentar globalmente o uso de energias renováveis e desenvolvimento e disseminação de eficiência energética, iii) Investir em programas de agricultura familiar e sustentável, tal como, iv) reforçar a proteção á biodiversidade e gestão de ecossistemas.

Em 2012, os olhos do mundo voltaram-se mais uma vez ao Rio de Janeiro, em decorrência da Rio+20. Conferência que foi realizada em momento crítico, de muitas responsabilidades e com uma trajetória acerca da temática ambiental de muitas discussões e poucos avanços práticos. Até a realização da mesma, muitos foram os debates e conferências preparatórias, como por exemplo, a conferência “*Planet Under Pressure: New Knowledge, Towards Solutions*” realizada em Londres, em março do mesmo ano e que produziu recomendações feitas pela comunidade científica à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Liderada pela Nobel de economia, a Professora Elinor Ostrom, a conferência consolidou 6 recomendações à conferência da ONU (IGBP, 2012, p.2-3):

- 1) Reduzir o risco. Uma ação articulada, imediata e global é necessária para reduzir o risco de perturbar significativamente a estabilidade do sistema terrestre.
- 2) Transformar a governança global para enfrentar o caráter interconectado dos desafios de hoje.
- 3) Engendrar uma liderança forte. A liderança é um poderoso catalisador para a ação em temas sensíveis como as mudanças climáticas.
- 4) Parar a produção e o consumo insustentáveis e valorizar o capital natural.
- 5) Desenvolver sistemas de conhecimento globais para desafios interligados.

6) Desenvolver a resiliência e preparar-se para mudanças inevitáveis.

Para Oliveira (2014, p.3) uma conferência nos moldes da Rio+20 é o corolário de um processo e não sua gênese. Para o autor:

Toda conferência nestes moldes é fruto de sua história. Desta maneira, a Rio + 20 é o resultado de décadas de evolução da questão ambiental, com a paulatina consagração do desenvolvimento sustentável e consolidação do binômio economia-ecologia sob o manto da chamada “Economia Verde”. Isto é facilmente perceptível no próprio nome das conferências sobre “meio ambiente”, que incorporaram o termo “desenvolvimento sustentável” desde Johannesburgo. (OLIVEIRA, L. 2014, p.3)

A pressão, as expectativas, os jogos de interesses envolvidos, tal como, a complexidade de atores, fez com que a Rio+20 permanecesse ratificando a Agenda 21, como instrumento de *soft-law*, ou seja, um acordo que não cria necessariamente vínculos legais e obrigatórios aqueles que assinaram, gerando assim, uma não implementação do que foi acordado. O que deveria ter sido um palco da renovação do compromisso das nações para com o Desenvolvimento Sustentável, devido as inúmeras decepções em nível político, o não fortalecimento real do PNUMA e ausência de um consenso acerca dos fundos de uma Economia Verde não permitiram que a conferência tivesse um êxito maior.

Assim como, a Eco92 assumiu a importância de analisar e projetar a agenda ambiental desde 1972 em Estocolmo, a Rio+20 foi resultado de 20 anos de consolidação do desenvolvimento sustentável, que assumiu muito mais um viés econômico, do que social, na proposição do não muito aceito conceito de “Economia verde”. Não se pode negar o avanço na discussão ambiental por meio dessas conferências da ONU, dado a projeção dessa agenda, participação dos Estados, participação civil e etc. Entretanto, segundo Oliveira (2014, p.2-4) emergiram algumas desconfianças entre os períodos dessas 3 principais conferências sobre o meio ambiente global, de Estocolmo à Rio+20, problemas e desconfianças essas que consolidam a agenda ambiental no campo analítico das R.I., mas precisam ser levadas em consideração à prática de *policy makers*:

- I) O desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias, mas trata-se não mais que um ajuste ecológico da máquina econômica capitalista.
- II) Ocorreu a consolidação dos trabalhos dos “céticos ambientais”, que se destacam particularmente a partir do questionamento massivo da tese do Aquecimento Global. Um aumento significativo de negacionistas às questões do meio ambiente, principalmente, sobre as mudanças do clima.

- III) Há uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista, na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em “tempo real” da Rio + 20, através de estúdios ambientados nos espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos.
- IV) Existe uma desconfiança prévia destes megaencontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos), seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte de resolver os problemas mais cadentes da humanidade.
- V) Algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências. Ou seja, o caráter *soft-law* das decisões e políticas delineadas.
- VI) A aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anticontaminantes. Em um verdadeiro showroom empresarial, todos os países participantes apresentaram pavilhões com stands contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade pelos seus governos em suas múltiplas esferas (prefeituras, governos estaduais e a esfera federal) e das maiores empresas do mundo.
- VII) Por fim, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade, e se dividem entre aquelas que estão cooptadas pelo discurso hegemônico e adotam práticas empresariais e outras que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo.

Desde a emblemática década de 1970, que emergem as reflexões sobre as questões ambientais nos mais diversos meios que não somente na agenda dos Estados, com isso, novas discussões, novos acordos e a criação de novos organismos para tratar sobre o meio ambiente agora cunhado como global, tanto no âmbito governamental, como na esfera civil internacional. Com o passar dos tempos, as mudanças climáticas que outrora se apresentavam apenas como projeções, passam a virar uma dura, real e vigente realidade em todos os países do globo, se tornando um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas nações nesse século.

Quadro 01 - Síntese: Estocolmo 1972, Rio 1992 (Eco-92) e Rio + 20 (2012)

	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável
SEDE E DATA	Estocolmo, Suécia, 1972	Rio de Janeiro, Brasil, 1992	Rio de Janeiro, Brasil, 2012
INFLUÊNCIAS	Influenciada pelo relatório “Limites do crescimento” (1971), e com a proposta de crescimento zero	Influenciada pelo Relatório Brundtland (1987), e a proposta do Desenvolvimento sustentável	Influenciada pela Agenda 21 (1992) e Agenda dos Objetivos do Milênio (2000), e a proposta de desenvolvimento sustentável em escala global
TEMAS	Ameaças e Riscos, como a poluição e o crescimento econômico	Desenvolvimento, Meio Ambiente e Gestão de recursos naturais	Economia Verde, Erradicação da Pobreza e o Quadro institucional para o Desenvolvimento Sustentável
ESCOPO	Internacional	Global	Global
BACKGROUND	Mundo Bipolar	Mundo economicamente multipolar	Mundo multipolar, com advento de novas potências como a China
DESENVOLVIMENTO	A fonte dos problemas	A solução	O Comprometimento
MECANISMO DE REGULAÇÃO	Direito e Política	Política, direito e mercados	Mercados, política e direitos
POLÍTICA	Caso a caso	Preventiva	Calcada em 1992
OBJETIVOS	Curar	Antecipar	Renovar o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável
NATUREZA DA COOPERAÇÃO	Caridade	Segurança	Seletiva
HORIZONTES	Pessimista	Otimista	Pessimista
ENTRAVES	Boicote Soviético	Coalizões de Veto	Decepção Política
PARTICIPANTES	113 Estados Apenas 2 chefes de Estado presente	178 Estados 114 chefes de Estado ou Governo presentes	188 Estados Mais de 100 chefes de Estado ou Governo presentes

PARTICIPANTES NÃO ESTATAIS	400 ONGs	2.450 ONGs e mais de 10.000 Jornalistas credenciados	9.856 Organizações da Sociedade Civil e 12200 jornalistas credenciados
RESULTANTE	Assinatura da declaração de Estocolmo e do plano de ação para política ambiental; - Criação do PNUMA	Assinatura da Declaração do Rio e da Agenda 21, dentre outras propostas; - Criação do CDS (Comissão para o Desenvolvimento Sustentável), fora do âmbito do PNUMA e dentro da Assembleia Geral da ONU	Assinatura da Carta do Rio “O futuro que queremos”, um protocolo frágil de intenções elásticas; - Veto à criação do Fundo Verde, início de uma proposta de novo organismo voltado para soluções sustentáveis, UNSDSN (United Nations Sustainable development Solutions Network)

Fonte: BARROS-PLATIAU (2006), OLIVEIRA (2014), adaptada pelo autor.

Ao longo desses mais de 40 anos da formalização e inserção paulatina da temática ambiental na agenda dos Estados-nações, por meio das conferências, cúpulas e reuniões internacionais sobre o assunto, notou-se mesmo em ritmo gradativo, principalmente, no início da década de 1990, uma consciência de interdependência ambiental entre os países que já ocupava um degrau mais elevado que na década de 70. O quadro 01 apresentado é uma tentativa de sistematizar (ainda que, com limitações metodológicas e tampouco elucidando todo os aspectos das conferências) importantes diferenças e características das 3 importantes conferências mundiais sobre o Meio ambiente global.

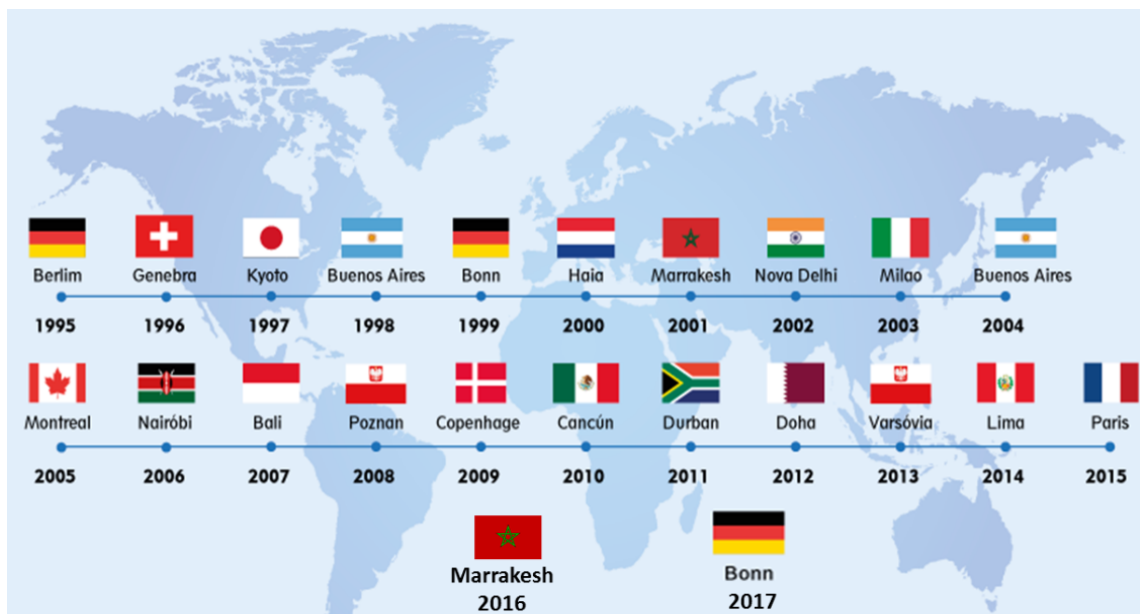
Em meio as conferências e cúpulas sobre o meio ambiente, surgiram organismos e sub-organismos que corroboraram à discussão e a ampliação da temática ambiental. Como exemplo a isso, cita-se o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988 pelo PNUMA em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial, tendo como objetivo de estudo os fenômenos ligados às mudanças do clima no mundo e reunindo mais de 2,5 mil cientistas renomados de mais de 130 países. Posteriormente, na Eco92, ratificou-se e reconheceu-se a relevância da questão do clima, com a criação da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), tal convenção estabelece compromissos e obrigações para todos os países signatários (chamados de Partes

da convenção) no combate e mitigação às alterações climáticas com base no princípio da “responsabilidade comum, mas diferenciada”. Embora se espere que todas as Partes ajam para proteger o meio ambiente e o sistema climático global, faz-se necessário considerar as diferentes circunstâncias, interesses e efeitos em cada país.

De início, a convenção não estabeleceu limites para as emissões dos gases de efeito estufa (GEE) ou apontava com dispositivos obrigatórios a seus membros. Ao invés disso, inclui-se respaldo para atualizações paulatinas (os chamados protocolos), estes por sua vez, direcionando os limites obrigatórios de emissões para cada país. Tais atualizações por meio de protocolos ocorrem anualmente nas reuniões dos países signatários, as Conferências das Partes (COP), onde se avalia o progresso dos membros em relação às mudanças climáticas e, se estabelecem (mas não necessariamente se cumprem..) as obrigações para reduzir as emissões de GEE.

Como órgão supremo da UNFCCC, a Conferência das Partes (COP) através de suas reuniões anuais (conforme indicado na figura 01), tem nos entraves de decisões algo fundamental para o avanço de discussões, uma vez que, as decisões são coletivas, consensuais e só podem ser tomadas se forem aceitas unanimemente pelas partes, como entidades soberanas e válida à todos as partes signatárias. Ao longo dos anos, as COPs passaram e se apresentar para a agenda ambiental global enquanto espaço profícuo de discussões, apresentação de novos indicadores, temáticas a serem levadas em consideração e principalmente, de protocolos de entendimento.

Figura 01 – Realização das COPs com o passar dos anos



Fonte: MMA, Ministério do Meio Ambiente, 2015 (Adaptado pelo autor)

A COP-3, ocorrida no Japão na cidade Kyoto é emblemática nesse sentido. Ocorrida em 1997, aprovou-se uma das mais conhecidas e relevantes atualizações da convenção-quadro, o Protocolo de Kyoto. Definindo metas mais rígidas e estabelecendo um cronograma de redução de emissões de GEE (principalmente aos países desenvolvidos), o protocolo colocou que tais países deveriam reduzir, pelo menos, 5% em relação aos níveis de 1990 no período vindouro entre 2008 e 2012. Entretanto, a discussão que iniciou em 1997 só foi ratificada em 1999 e entrou em vigor em 2005, pois para início do mesmo, necessitava-se que mais de 55% dos países, que juntos, produziam 55% das emissões, o ratificassem.

Apesar de se tratar de um acordo internacional de cunho técnico, pautado na redução dos gases GEE, o prosseguimento do Protocolo de Kyoto (ou de qualquer outro acordo-quadro nessa temática), depende essencialmente de fatores políticos. Uma vez que, de um lado localizam-se os países industrializados (atores protagonistas do acordo, que, historicamente contribuíram mais para o acúmulo de gases na atmosfera e tem uma obrigação maior de reduzir suas emissões) e de outro lado, estão os países em desenvolvimento, que assinam o acordo como signatários, todavia sem a necessidade de assumir compromissos de redução ou mitigação, pelo histórico passivo, de contribuição na emissão de gases.

Os Estados Unidos, um dos maiores poluidores dentre os países industrializados, responsáveis, em 1990, por 36,1% da emissão de gases que agravam o aquecimento global, desistiram do tratado em 2001, justificando que o acordo era caro demais e excluía de maneira injusta os países em desenvolvimento, também responsáveis por emissões de gases. Viola (2003, p.96) expõe:

Apesar da retirada dos EUA das negociações do Protocolo de Quioto, em março de 2001, com a justificativa dada pelo governo Bush deque o Protocolo era inapropriado para lidar com as questões de mudanças climáticas, a União Européia tomou a frente do processo e concluiu as negociações em 2001, mobilizando o Canadá, a Noruega, o Japão e a Suíça a prometerem financiamentos para o desenvolvimento de capacidades institucionais e de transferência de tecnologias limpas, a partir de 2005 (VIOLA, 2003, p. 196).

O protocolo de Kyoto surge em 1997 como um promissor instrumento jurídico-político direcionado as mudanças climáticas. Estabelecendo metas obrigatórias e um calendário de redução de emissões de gases GEE, tal protocolo ficou conhecido pela criação de mecanismos de mercado e também pela polêmica em sua ratificação, abandono dos EUA, jogos de interesse entre Rússia, China e outros. Barcellos & Hacon (2016, p.6) questionam:

É interessante observar que alguns dos grandes embates para se chegar a este acordo se deu em torno de verbos (*decide, urge, request, encourage, recommend, invite*) e

seus auxiliares (*would, should, shall*). Além do conteúdo do acordo, a força das expressões demonstra as diversas opções e restrições de governabilidade dos compromissos assumidos na conferência. Que instituições com representatividade e legitimidade internacional poderiam avaliar as tendências de modo a permitir "revisar os termos do acordo" periodicamente? Como, com que instrumentos técnicos e mecanismos coercitivos, as metas assumidas na escala global podem ser monitoradas? (BARCELLOS&HACON, 2016, p.6)

O Acordo da Convenção-quadro mais recente e que substituirá o Protocolo de Kyoto, é o Acordo de Paris (estabelecido na Cop de 2015 na mesma cidade), que regulará a ação antropogênica sobre o sistema climático terrestre, dando continuidade ao conjunto de decisões das partes que formam a ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. Tal acordo prevê que, as partes devem contribuir de forma determinada, por meio de metas voluntárias de reduções das emissões e decidida em conformidade a capacidade de cada Estado signatário. Essa nova resposta global para lidar com os avanços do aquecimento global, visou limitar ao teto máximo de 2°C em relação aos níveis da era pré-industrial, implicando assim, uma drástica e polêmica redução das emissões dos gases GEE, com medidas que fundamentalmente passavam no campo da economia de energia, altos investimentos e energias renováveis e maior proteção e reflorestamento em áreas tropicais.

É notório e inesgotável que os impasses na seara de rodadas de negociações do Regime internacional das mudanças climáticas, se apresentam enquanto uma agenda complexa, multinível e de difícil convergência sobre o tema. Isso se deve, em parte, pelo deslocamento de parte da autoridade dos Estados em regular o meio ambiente para organismos e atores em escalas distintas (Governança), tal como, por afetar o ritmo do desenvolvimento nas nações, pois qualquer que seja o acordo ou protocolo sobre essa temática, será reformulado (ou pelo menos incitado a reestruturar) a lógica do sistema produtivo, e favor das metas de mitigação do clima. Pádua (2010, p.7) finaliza:

A modernidade da questão ambiental - da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana - deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância. E também da institucionalização da ciência como um modo privilegiado de entendimento do mundo, com pretensão de universalidade e capacidade para estabelecer redes planetárias de investigação e troca de informações. A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas - de constituir um saber geográfico planetário - é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A

própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto (PÁDUA, 2010, p.7).

1.2 AGENDA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir da trajetória ambiental apresentada, é inegável que os problemas relacionados ao meio ambiente se firmaram como um potencial risco para indivíduos, organizações e Estados, tal como, se projetou enquanto uma agenda global. O que ficou, durante décadas restrito ao âmbito acadêmico, hoje adentra novos espectros de discussão e renova-se em campos teóricos, como nas Relações Internacionais. Thales de Castro (2012, p.1) corrobora:

A questão complexa e multifacetada do meio ambiente atrelada à agenda diplomática multilateral é, relativamente, recente no dínamo das Relações Internacionais, tendo impactos profundos nos mais amplos domínios da vida humana. Surge a partir dos anos setenta, quando ocorre a primeira Conferência Mundial da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO72) em Estocolmo. De 1972 (Estocolmo) ao Rio-92, tendo seguimento pelas Conferências do Clima de Bali e de Copenhague, esta última em dezembro de 2009, a temática ambiental tem-se transformado de política de baixa intensidade e importância residual (*low politics*), assumindo contornos, atualmente, de política de alta intensidade e relevância estratégica (*high politics*). Neste contexto histórico de densas transformações, o meio ambiente tem forçado, de forma crescente, novos posicionamentos, gerando novos conceitos e posturas no campo das Relações Econômicas Internacionais. (CASTRO, Thales de, 2012. p.1)

Agendas multifacetadas e de múltiplos atores que compõem a arena da governança global (Estados, ETN's, OIG's e ONG's), acabam redefinindo o papel da segurança no cenário da globalização. Segundo o Informe Brundtland, “Essa redefinição se daria pela ampla aceitação de concepções mais abrangentes de segurança e incluiria componentes militares, políticas e ambientais, dentre outras” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988). A rigor, “a separação entre *high politics* e *low politics* deixou de existir e novos itens passaram a ocupar lugar de destaque: meio ambiente, narcotráfico, as novas bases da competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Na verdade, as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional” (Sato, 2000, p.40).

Concebe-se, então, a agenda das mudanças climáticas como dimensão emblemática não apenas das relações internacionais, mas também, de segurança sistêmica internacional e fronteira planetária decisiva na agenda da governança mundial. Os sinais perturbadores da biosfera devido à ação antrópica são claros e inequívocos, e as sociedades atuais já entraram

num perverso e irreversível ciclo de desequilíbrios e catástrofes que já estão varrendo dos mapas grandes contingentes populacionais, forjando fluxos migratórios desordenados de refugiados ambientais⁶. Os impactos das mudanças climáticas estão deixando rastros de miséria, prejuízos econômicos incalculáveis e desesperança para muitos países e pessoas vulneráveis no planeta, além das consequências nocivas da degradação ambiental sem precedentes.

Em meados da década de 1980, como já exposto, a agenda das mudanças climáticas emerge à luz dos grandes problemas ambientais globais (*global commons*), alcançando posteriormente uma percepção pluridimensional e sinergia entre meio ambiente, economia política e segurança internacional. A aceleração da história a partir da segunda metade do século XX trouxe à tona a discussão acerca de uma nova era geológica, o Antropoceno, era a qual o processo de evolução tem nas ações antrópicas o direcionamento para suas condições de existência no planeta. Viola & Basso (2016, p.1) reiteram:

O Antropoceno foi definido pela primeira vez pelos cientistas Crutzen e Stoemer (2000). Antropoceno é uma nova época geológica e humana, caracterizada pelo protagonismo da humanidade como força transformadora do planeta (Rockstrom et al., 2009; Biermann et al., 2012; Steffen et al., 2015) De acordo com os cientistas, a intensidade dos impactos da humanidade sobre o planeta aumentou de forma exponencial após a Revolução Industrial, portanto ela seria o marco de início da nova época geológica. No entanto, apesar de a Revolução Industrial ter sido o estopim do processo que desencadeou o Antropoceno, à época os impactos da humanidade sobre o planeta ainda não tinham cumulado ou alcançado a escala que tornou o homo sapiens a principal força transformadora terrestre. Por isso, entende-se que o Antropoceno se consubstancia no início do século XXI, quando os requisitos de escala e cumulatividade foram alcançados (Viola, Franchini e Ribeiro, 2013). (VIOLA, BASSO; 2016, p.1)

Nesse caminho e com o panorama nada favorável do Antropoceno, importante compreender a evolução da agenda ambiental nas Relações Internacionais paralelamente ao rompimento dos limites planetários, conforme Rockstrom et al (2009) e Steffen et al.(2015) descrevem: uso de água doce e (in)consequentemente contaminação dessas águas, uso dos solos e suas contaminações, acidificação dos oceanos, poluição química global, fluxos

⁶ “Ao contrário de vítimas da turbulência política e violência, que têm acesso através de governos e organizações internacionais de assistência, tais como subsídios financeiros, alimentos, ferramentas, abrigos, escolas e clínicas, "refugiados ambientais" ainda não são reconhecidos nas convenções internacionais. [...] Essa é uma questão altamente complexa, com organizações mundiais já sobrecarregadas por demandas dos refugiados reconhecidos, como definido originalmente em 1951. Devemos nos preparar agora para definir, aceitar e acolher esta nova espécie de "refugiado" nos instrumentos internacionais [...]” - United Nations University - Institute for Environment and Human Security [UNU - EHS]. As Ranks of “Environmental refugees” swell worldwide, calls grow for better definition, recognition, support. World day for disaster reduction (press release). Bonn: October 11, 2005, p. 01-02

biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo, diminuição da camada de ozônio e as mudanças climáticas, são limites de resiliência do planeta, caso ultrapássemos (como caminhamos para tal..), a estabilidade ambiental planetária entrará em colapso.

A criação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) em 1988, juntamente com a aprovação da Convenção-Quadro das Mudanças Climáticas em 1992 e o Protocolo de Kyoto em 1997, devem ser reconhecidos como marcos políticos e institucionais basilares na arquitetura da governança climática global. Por outro lado, a divulgação do 4º Relatório de Avaliação (AR4), foi um ponto de inflexão na política mundial, ao afirmar com propriedade e base científica que os fatores determinantes do aquecimento global são derivadas das ações humanas, provenientes da industrialização e destruição das florestas, reforçando ainda mais, o aquecimento do sistema climático enquanto “inequívoco” e que “a maior parte do aumento da temperatura média global desde meados do século XX é resultado do aumento na concentração dos gases de efeito estufa antropogênicos” (IPCC, 2007). Além disso, a concessão do Prêmio Nobel da Paz ao IPCC e ao Vice-Presidente dos Estados Unidos Al Gore, e a primeira reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a gravidade do aquecimento global, consubstanciaram de forma derradeira a temática das mudanças climáticas na agenda política global.

Sob a coordenação da ONU, as mudanças climáticas estão presentes em três grandes agendas globais. Em primeiro lugar, na esteira dos objetivos estabelecidos pelo ambicioso “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*” da ONU, em dezembro de 2015, onde se apresentou uma Agenda para a ação global para os próximos quinze anos, fica explícito no “Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos, reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima” (UN, 2015a).

No mesmo período, por ocasião da 21ª Conferência das Partes (COP-21) em Paris, foi aprovado o Acordo de Paris que substituiu o Protocolo de Kyoto. Embora exitosa em termos políticos e diplomáticos (UN, 2015b), as metas voluntárias dos países, as chamadas Contribuições Nacionalmente Pretendidas (INDCs, na sigla em inglês), não são suficientes para evitar o cenário de grandes turbulências e incertezas que se avizinha com a marca de 2º até 2100, caso seja mantida a trajetória de emissões de GEE. São necessários esforços

adicionais e aceleração urgente de medidas, sobretudo das grandes potências climáticas como a China, Estados Unidos, União Europeia e Índia.

Mais recentemente o desafio de promover cidades inclusivas e responsáveis presentes nas discussões da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito, no Equador, foi adotada em 20 de outubro de 2016 a Nova Agenda Urbana — documento que vai orientar a urbanização sustentável pelos próximos 20 anos, na busca de resiliência e sustentabilidade das cidades e assentamentos, combinada com ações urgentes de combate às mudanças climáticas, indicando a abordagem da governança climática urbana como temática de absoluta relevância. Todavia, antes de compreendermos tal dinâmica, faz-se necessário a definição determinados conceitos-chave.

Quando se fala em mudanças climáticas, inicialmente deve-se remeter ao conceito de Clima, que por sua vez é um conjunto de tendências, elementos e fatores - mais ou menos estáveis - que direcionam a condições relativamente permanentes, durante um período de tempo mais extenso ou duradouro. Ou seja, para a compreensão e análise do clima, além do tempo mínimo de observação (30 anos), faz-se necessário a atenção dos elementos e fatores listados abaixo:

Tabela 01 – Elementos e Fatores do clima

ELEMENTOS DO CLIMA	FATORES CLIMÁTICOS OU GEOGRÁFICOS
Pressão atmosférica	Atmosfera
Temperatura	Latitude
Precipitação	Altitude
Insolação	Correntes marítimas
Radiação	Continentalidade e Maritimidade
Vento	Vegetação
Nebulosidade	Relevo
Evaporação	Urbanização
Umidade	
Visibilidade	

Fonte: Elementos e fatores do clima (Mendonça & Danni-Oliveira, 2007, p.66) (Adaptado pelo autor)

Os elementos do clima podem ser entendidos enquanto grandezas atmosféricas que definem e influenciam o clima. Por sua vez, os fatores climáticos são circunstâncias que não estão diretamente ligadas à atmosfera, todavia, exercem também influência sobre a dinâmica e

os elementos do clima. Tais elementos e fatores que compõem a dinâmica climática podem ser compreendidos. Cabe tal diferenciação ao presente estudo, uma vez que, as mudanças do clima somente são possíveis de serem evidenciadas, estudadas e mensuradas, a partir da compreensão e estudo de tais fatores e/ou elementos.

Dessa forma, como definir então (a partir da evolução da temática ambiental) as Mudanças Climáticas? Compreendeu-se após a noção de clima, que não se tratam de simples mudanças que ocorrem de um dia para o outro, e sim, ao longo de vários anos ou décadas. Para tal, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) define “Mudanças no Clima” como:

Significa uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Brasil, 2004, p.69).

Por sua vez, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) apresenta outra definição acerca das mudanças climáticas:

Mudança climática refere-se a uma variação estatisticamente significativa nas condições médias do clima ou em sua variabilidade, que persiste por um longo período – geralmente décadas ou mais. Pode advir de processos naturais internos ou de forçamentos naturais externos, ou ainda de mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso do solo. (IPCC, 2001)

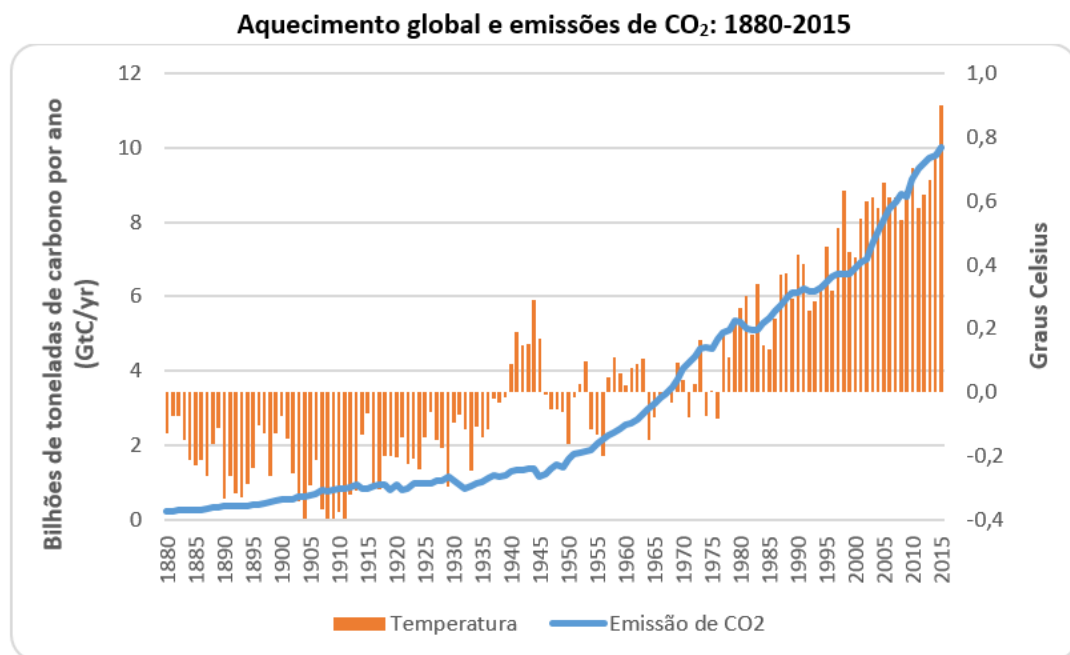
No âmbito científico, existem discussões diversas sobre às causas das mudanças climáticas na Terra, e tais discussões baseiam-se de um lado tendo em tal fenômeno suas causas enquanto naturais e decorrentes das mudanças cíclicas e contínuas do clima, e, por outro lado, direcionando-se às ações e causas antropogênicas, ou seja, provocadas/aceleradas (pode-se assim dizer..) pelos homens. O IPCC (2013) já vem a um tempo apontando com veemência que a maior influência do aumento na temperatura do globo, se dá pelas ações antropogênicas. Tais ações, em grande medida, ocorrem pelo lançamento excessivo e incontrolável de Gases do Efeito Estufa (GEEs)⁷ na atmosfera, tendo no dióxido de carbono (CO₂) um dos principais em decorrência da queima de combustíveis fósseis. A queima de tais gases e o posterior lançamento deles na atmosfera terrestre, acaba criando uma espécie de camada que vai se tornando mais densa ao passo que aos poucos impede os raios solares que

⁷ A atmosfera que envolve o planeta é uma camada constituída de vários gases. Os principais são o Nitrogênio (N₂) e o Oxigênio (O₂) que, juntos, compõem cerca de 99% dessa atmosfera. Todavia, encontram-se presentes em pequenas quantidades outros gases, incluindo os gases de efeito estufa (GEE). Dentre estes gases, estão o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), Perfluorcarbonetos (PFC's) e também o vapor de água, enquanto mais preponderantes nesse processo de aquecimento do globo e consequente mudança do clima. (TORRES & MACHADO, 2017, p.3-5)

atravessam a camada de ozônio, a retornarem, criando e consubstanciando o aquecimento global.

Sendo o CO₂ responsável por mais de 80% da poluição que contribui ao aquecimento global. São várias as evidências empíricas acerca do impacto das emissões de CO₂ na atmosfera, tal como apontam, Herzberg (1953), Burch (1962), Harries (2001), Huber & Knutti (2011), em todas elas, as medições de satélites indicam uma quantidade reduzida de energia escapando para o espaço nos comprimentos de onda assimilados ao CO₂. Por sua vez, as medições na superfície demonstraram mais radiação infravermelha aquecendo a atmosfera terrestre. O gráfico 01, abaixo, corrobora a ideia de que as concentrações de CO₂ na atmosfera cresceram significativamente desde a revolução industrial, fundamentando a tese do aumento das emissões antropogênicas deste gás em particular.

Gráfico 01 – Aquecimento Global e Emissões de CO₂



Fonte: Global Carbon Project e NOAA (2015)

(Global Carbon Project <http://cdiac.ornl.gov/GCP/> e NOAA <http://www.ncdc.noaa.gov/>)

Quebrando-se a estabilidade do clima, um dos limites planetários apresentados, temos a proximidade com cenários e eventos climáticos cada vez mais frequentes, imprevisíveis e principalmente, mais extremos, como chuvas mais intensas, secas mais extremas, frios mais intensos, calor mais extremos, furacões, tufões, circulação atmosférica oceânica atenuada, dentre outros. Como se observa, a compreensão e gestão da agenda das mudanças climáticas é controversa e detentora de vários níveis de governança. Entretanto, é inegável a

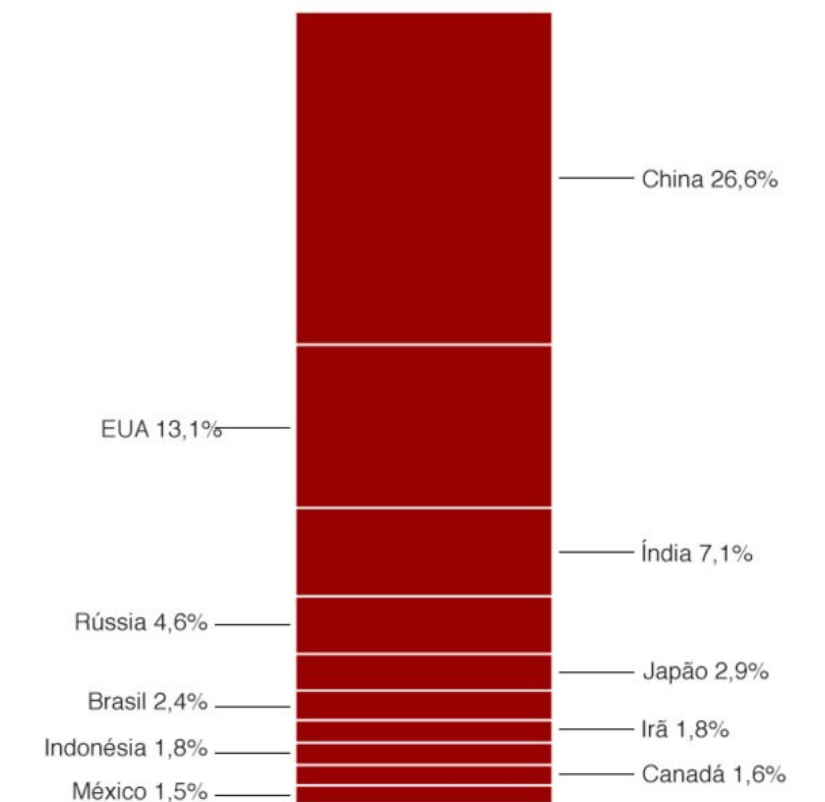
preponderância da agenda, tal como, a irreversibilidade do fenômeno. Ribeiro (2002, p.4) é categórico:

As mudanças verificadas no clima atual decorrem de emissões do passado. A Revolução Industrial, quando se iniciou em larga escala o uso de combustíveis fósseis para gerar energia e mover máquinas e motores, é apontada frequentemente como o momento de ruptura, um marco na necessária periodização da emissão de gases-estufa resultantes da ação humana. Pesquisadores costumam indicar que apenas 5% de redução não são suficientes para barrar o processo de aquecimento do planeta. Eles sempre lembram que as emissões de hoje repercutirão na Terra daqui a cerca de 100 anos. Esses argumentos permitem que se adote ao menos três posicionamentos no debate sobre qual atitude tomar frente às mudanças climáticas globais: o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada; o da ética do dever e o da segurança ambiental para evitar a eclosão de conflitos entre povos e nações devido às consequências das mudanças climáticas. (RIBEIRO, Wagner. 2002, p.4)

As emissões do passado, do presente e possivelmente do futuro tem bases enraizadas na lógica de produção capitalista desde a revolução industrial.

Gráfico 02 – Os maiores emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Mundo

Os 10 maiores emissores de gases de efeito estufa respondem por 60% das emissões totais



Fonte: EC Joing Research Centre – PBL – Netherlands Environmental Assessment Agency. Disponível em: <https://www.pbl.nl/en/trends-in-global-co2-emissions>

Lohmann (1999, p. 3) reforça que as atividades industriais, em especial, a partir da Segunda Guerra Mundial tem produzido enormes quantidades desse carbono, que, inicialmente achava-se que estariam armazenados dentro de um limite de segurança, fossem liberadas à atmosfera. Todavia, o atual nível de mais de 750 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera é o nível mais alto em 200.000 anos, sendo que ano após ano, esse número aumenta exponencialmente em 6 bilhões. De todas essas emissões de CO₂ e outros gases, os países do norte geopolítico tem um papel preponderante e perigoso. O que fica evidente quando se observa os principais países emissores de tais gases, conforme o gráfico 02.

Com tal *background* e com o intuito da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e consequente emissão de gases, surgiram, a partir do Protocolo de Kyoto, Projetos de Atuação Conjunta, a Negociação de Emissões e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o Mercado de Carbono. Como espaço de negociação e venda de créditos de carbono em decorrência da redução de gases poluentes por países em desenvolvimento, como o Brasil por exemplo, e que são comprados em sua grande maioria por empresas situadas em países desenvolvidos (em sua maioria do norte geopolítico), que necessitam atingir determinadas metas de redução propostas pelo mesmo protocolo, mas que todavia não alcançaram ou não alcançarão. Deste modo, os países que não estiverem alinhados ou não conseguirem atingir suas metas, têm nesse mercado a possibilidade de investimento e manutenção do seu padrão produtivo, tal como, os países em desenvolvimento e seus referidos projetos tem a possibilidade de preservação, pautado em oportunidades de negócios. Para compreender a dinâmica deste cenário de profundas interações entre o mercado e o ambiente global, Viola (2002, p.31-32, adaptado) expõe tais interações a partir de grupos de interesses, conforme o quadro 02:

Quadro 02 – Grupos de Interesses, Desenvolvimento e Interação

1) Países desenvolvidos com alta intensidade de carbono por unidade de PIB e <i>per capita</i> : Estados Unidos, Canadá e Austrália;
2) Países desenvolvidos com média intensidade de carbono por unidade de PIB e <i>per capita</i> , orientados a assumir responsabilidades globais: Alemanha, Reino Unido, Holanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, França, Bélgica, Luxemburgo, Áustria e Itália;
3) Países desenvolvidos com média intensidade de carbono, que têm dificuldades em reduzir sua emissão, seja porque já haviam reduzido bastante suas taxas antes de 1990

(Japão, Nova Zelândia, Noruega), seja por possuírem uma opinião pública com baixa responsabilidade global (Suíça, Islândia).
4) Países pertencentes à ex-União Soviética que sofreram uma drástica redução nas emissões de carbono (entre 40% e 60% mais baixas, em 1999, comparadas com 1990) pelo colapso da economia (Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Bulgária, Romênia) e, em consequência, têm créditos no conjunto de compromissos assumidos.
5) Países exportadores de petróleo (Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Emirados Árabes, Argélia, Líbia, Venezuela, Indonésia e Nigéria), com alta intensidade de carbono por unidade de PIB e alguns também <i>per capita</i> .
6) Países emergentes com média intensidade de carbono por unidade de PIB derivada da matriz energética predominantemente de carvão e/ou petróleo (China, Índia, África do Sul e México) ou do excessivo desmatamento (Brasil, Tailândia, Malásia e Filipinas). Esses países, como um todo, apoiam os compromissos firmados no Protocolo de Kyoto em função dos benefícios imediatos advindos da implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), REDD e REDD+.
7) Países emergentes com baixa intensidade de carbono (Argentina, Chile, Uruguai, Costa Rica, Coreia do Sul e Hungria). Igualmente ao grupo anterior, existe um apoio genérico ao Protocolo de Kyoto, em função do MDL.
8) Países pobres (África subsaariana, Bangladesh, Bolívia, Honduras, Guatemala etc.), onde todos os setores da sociedade são favoráveis ao adensamento do regime tanto porque implica ganhos consideráveis advindos do Mecanismo do Desenvolvimento Limpo quanto porque dificilmente teriam compromissos de redução antes de 2050.
9) Pequenos Estados-ilhas (Fiji, Jamaica, Malta etc.), muito vulneráveis à mudança climática e onde o conjunto da sociedade é fortemente favorável ao adensamento do regime

Fonte: VIOLA, Eduardo. p.31-32, 2002 adaptado pelo autor

O quadro acima ilustra bem o jogo de interesses da arena das mudanças climáticas, que atinge os países de distintas formas e em níveis diferentes. Ainda que tratados, protocolos e normas tenham sido instituídos, as respostas às mudanças climáticas ainda são incipientes dada a urgência dessa temática. A lógica dominante e desenvolvimentista dos países com alta e média intensidade de carbono ainda prevalece sobre os interesses

dos acordos que buscam mitigar as mudanças climáticas no planeta. Belini (2004) reitera:

Os diferentes impactos estão diretamente relacionados com o estágio de desenvolvimento de cada país; os países desenvolvidos (Norte) ostentam um padrão insustentável de utilização dos recursos naturais. Já nos países em desenvolvimento (Sul), as pressões sobre os ecossistemas estão diretamente ligadas a pobreza, exploração demográfica e degradação dos recursos naturais. Nas negociações internacionais, os conflitos entre os diferentes interesses podem determinar as condições sobre as mudanças climáticas, podendo ser um dos elementos chave para a reflexão atual sobre governança e a divisão de responsabilidades entre o Norte e o Sul (BELINI, p.11.2004)

O quadro 02 baseado em VIOLA (2002, p.31-32) apresentara um contexto onde muitas discussões ainda começavam a compor e explicar a esfera das mudanças do clima, tal como, de um futuro cenário de governança. Dos muitos países do mundo, poucos são os que contribuem de maneira significativa, conforme exposto no gráfico 02. VIOLA & BASSO (2012, p.12) atualizaram o quadro 02 com as recentes trajetórias de emissões, conforme tabela abaixo:

Tabela 02 – Trajetória recente das potencias climáticas (VIOLA & BASSO (2012, p.12)

Países	Total de emissões (Mt CO ₂ e)*	Parcela nas emissões globais (%)	Emissões per capita (t CO ₂ e)**	PIB per capita (USD intl 2011)***	Trajectoria recente de emissões
China	10.684,29	22,45	7,91	10.756,46	aumento
Estados Unidos	5.822,87	12,23	18,55	50.585,66	constante
UE-28	4.122,64	8,66	8,22	34.487,61	redução
Índia	2.887,08	6,07	2,33	4.966,81	aumento
Rússia	2.254,47	4,74	15,75	23.309,80	constante
Indonésia	1.981,00	4,16	8,02	8.855,01	aumento
Brasil	1.823,15	3,83	9,18	14.323,14	aumento
Japão	1.207,30	2,54	9,46	34.987,61	constante
Canadá	856,28	1,80	24,64	41.543,70	aumento
México	748,91	1,57	6,20	16.316,34	aumento
Irã	711,88	1,50	9,31	16.233,52	aumento
Austrália	685,05	1,44	30,14	42.521,61	aumento
Coreia do Sul	661,39	1,39	13,23	31.901,07	aumento
Arábia Saudita	526,97	1,11	18,63	51.122,15	aumento
Nigéria	474,86	1,00	2,81	5.290,86	aumento
África do Sul	463,75	0,97	8,86	12.374,53	aumento
Turquia	390,86	0,82	5,28	18.057,16	aumento

* Mt CO₂ e = milhões de toneladas de CO₂ equivalente

** t CO₂ e = toneladas de CO₂ equivalente

*** USD intl 2011 = dólar internacional em 2011

Fonte: VIOLA&BASSO (2012, p.12)

A visão de tal comercialização de créditos de carbono integra os mecanismos de flexibilização do Protocolo de Kyoto (mercado de carbono ou MDL) ou podem ter um caráter independente, o denominado mercado voluntário. O Observatório do Clima (2015) reitera:

Seja qual for a modalidade, a ideia central é que a comercialização de créditos de carbono estimula a mitigação das mudanças climáticas, já que do ponto de vista ambiental não importa em que região ocorre a redução de emissão e sim que a quantidade global de GEE emitida para a atmosfera diminua. Se a comercialização estiver dentro dos parâmetros de Quioto, os créditos de carbono podem ser usados para o cumprimento da meta de redução de emissões de um determinado país, estabelecida pelo Protocolo. Cada crédito corresponde a uma tonelada de carbono equivalente (tCO_{2e}) que deixou de ser emitida ou que foi absorvida por um sumidouro. O carbono equivalente é um parâmetro que expressa o potencial de aquecimento global (PAG) de um gás do efeito estufa em termos do PAG do CO₂. Em outras palavras, que quantidade de CO₂ causa a mesma retenção de calor na atmosfera que uma determinada quantidade de outro gás. (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2015, p.1)

O mercado de carbono, que apesar da instituição ter ocorrido após o Protocolo de Kyoto, tem suas bases desde a Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – (UNFCCC, sigla em inglês), em ocorrência da ECO-92. Tal mercado possibilitou então, conforme fora exposto, possibilitar o alcance de metas de diminuição de emissões, encorajando o setor privado e os países em desenvolvimento em esforços conjuntos, dentro de um espectro de projetos nos setores energético, de transportes e florestal. Este último, foco do presente estudo, com a criação do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). Tal mecanismo buscava então, incluir na dinâmica e na contabilidade das emissões de GEE, aquelas que são evitadas em razão da redução do desmatamento e da degradação florestal.

Partindo da premissa de que as florestas também tem um papel fundamental na estabilização do clima e que os países tropicais e detentores de grande parte dessas florestas devem ser inseridos no processo de negociação e mitigação do clima, a consequente adoção de medidas para a proteção das florestas, e a resultante redução das emissões e aumento de estoques de carbono florestas, são de fundamental importância enquanto medidas de mitigação das alterações climáticas globais (SALLES et al, 2017, p. 1).

Neste contexto, o mecanismo REDD ganhou espaço nas pautas de negociações internacionais e tem progredido desde então, tendo sido ampliado e atualmente recebe a nomenclatura REDD+, onde esse acréscimo de um sinal significa a ideia de um mecanismo mais amplo e que contemple 4 grandes áreas: 1) Redução das emissões derivadas de desmatamento e degradação das florestas; 2) Aumento das reservas florestais de carbono; 3) Gestão sustentável das florestas; 4) Conservação florestal. Segundo o Observatório do Clima (2015, p. 7):

A principal (e mais controversa) estratégia oferece incentivos (compensações) para os países em desenvolvimento que reduzirem emissões de gases que provocam o

efeito estufa provenientes de florestas e investirem em desenvolvimento sustentável e práticas de baixo carbono para o uso da terra. O financiamento virá de países desenvolvidos, dentro da lógica de responsabilidades diferenciadas que rege a Convenção do Clima. (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2015, p.1)

Os mecanismos de REDD/REDD+ integram uma a polêmica arquitetura internacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Essa lógica de “pagamentos por resultados” (destinada aos países em desenvolvimento e sustentada financeiramente por países desenvolvidos) é bastante controversa, ainda que sejam potencialmente capazes de contribuir ao desenvolvimento sustentável. É fundamental ao entendimento desta pesquisa, compreender que embora planejados em nível global, esses mecanismos têm aplicação nacional e local, podendo ser apresentados enquanto políticas públicas, estratégias e mecanismos, nos países que se comprometeram frente ao regime de mudanças climáticas. Deste modo, a mitigação das mudanças climáticas e o sucesso das estratégias de REDD/REDD+ dependem dos resultados alcançados localmente, onde as políticas são, de fato, implementadas.

Analisar REDD/REDD+ implica na reflexão acerca dos discursos e das relações de poder que direcionam o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) aplicado à Amazônia. Sobre o PSA, este se encontra baseado em pagamentos por resultados ou desempenho, cuja lógica consiste em: “os países que estão dispostos e em condições de reduzir as emissões por desmatamento deveriam ser recompensados financeiramente por fazê-lo” (GCP, 2011; p.14). A primeira vista, a ideia parece simples, contudo, “para os cientistas e profissionais com experiência em florestas tropicais, não surpreende que REDD+ seja muito mais difícil de implementar do que se esperava” (ANGELSEN, 2013; P.2). Isso porque os “países dispostos” são países em desenvolvimento, detentores de florestas tropicais, cujo crescimento econômico depende, em larga escala, dos recursos naturais; e as “recompensas financeiras” partem de países desenvolvidos, os quais sofrem constantes acusações por imporem limites ao crescimento dos demais países através de discursos ambientalistas envoltos de interesses políticos e econômicos.

Ademais, o PSA está ligado ao mercado de carbono, que flexibiliza a redução das emissões de CO₂ dos países desenvolvidos, uma vez, pois, que estes podem comprar certificados de carbono oriundos de países que conseguirem reduzir suas emissões de gases poluentes, ou, aumentar as suas reservas de carbono; assim sendo,

os países ricos veem nas estratégias de REDD+ uma excelente oportunidade para que seus investimentos financeiros lhe concedam o direito de continuar poluindo.

Fica claro, portanto, que por detrás da aplicação do PSA há uma relação de poder entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento muito bem estabelecida, cujos riscos perpassam o desequilíbrio entre as esferas local e global, entre os setores público e privado, bem como entre as demandas econômicas, ambientais e sociais. Todavia, os discursos hegemônicos de sustentabilidade e a estrutura epistemológica (padronizante e universalista) que sustenta as políticas de mitigação das mudanças climáticas tendem a mascarar as falhas e os perigos ao longo da elaboração e implementação dos mecanismos de REDD/REDD+.

Estados e demais instituições investem na coordenação política para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e para alterar o comportamento dos usuários das florestas, a fim de alcançar a conservação, o manejo sustentável e o aumento dos estoques de carbono, através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No epicentro do PSA está o mercado de carbono: um sistema regulamentado de comércio, embasado em uma moeda imaterial, que se transformou em commodity global e cuja finalidade é, sobretudo, auxiliar no cumprimento das metas empresariais. Sobre os avanços desse mercado, Moreno (2015, p.18) destaca que:

Carbon is rapidly being incorporated into a wide array of everyday actions, gaining social meaning and becoming naturalized as part of a new form of calculus, entrenched in the daily choices of the conscious consumer, all over the world (MORENO, 2015, p.18)

Em suma, as transformações recentes do sistema internacional e o avanço da ciência do clima projetaram a problemática e institucionalização das mudanças climáticas para o centro da arena decisória global, tal como, projetaram tal agenda dentro do espectro analítico das Relações Internacionais. Ainda que insuficiente diante da necessidade de maior protagonismo dos governos e celeridade na adoção de políticas efetivas e cumprimento de compromissos firmados, essa dinâmica histórica configura um ganho na luta contra as consequências nocivas do aquecimento global, através de ações de mitigação e adaptação preconizadas pelo IPCC, fóruns internacionais e redes de cooperação descentralizada que atraem e incluem, desde os Estados, até a participação de grandes cidades e metrópoles, no amplo leque da governança global multinível e que integram tanto o espectro analítico das R.I., quanto dos fenômenos internacionais entre as nações.

1.3 GOVERNANÇA: GLOBAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Questões sobre Paz, Poder e Ordem permeiam as análises em Relações Internacionais desde o início da área, enquanto campo de estudo distinto, no início do século XX. Inúmeros autores buscaram compreender a complexidade de um sistema internacional sob o viés anárquico, com o intuito de analisar como se daria a atuação dos Estados-nação diante deste contexto. De outro lado, as correntes teóricas mais recentes têm trabalhado sob prismas de agendas globais que vão muito além de um sistema internacional anárquico, a agenda ambiental em si é complexa, adentrando a mesma, a agenda das mudanças climáticas é ainda mais controversa e multifacetada. Deste modo, compreender tais agendas com premissas e enfoques voltados em cooperação internacional e/ou regimes internacionais apenas, já não são capazes de demonstrar, explicar ou mesmo apresentar as múltiplas perspectivas, compreensões e dinâmicas. MAUAD (2014, p. 2) complementa:

Conforme a lógica do sistema internacional era alterada, com o enfraquecimento da lógica bipolar e posteriormente com o fim da Guerra Fria, novos constructos teóricos foram ensaiados a fim de oferecer categorias explicativas para as transformações em curso. O conceito de governança global aparece nos estudos acadêmicos de Relações Internacionais nesse contexto de redefinição da lógica anárquica do sistema. As teorias tradicionais que foram pautadas pela anarquia do sistema internacional para explicar a atuação dos atores – particularmente o Estado nacional – deixaram um vazio explicativo quando se passou a interpretar a ordem internacional de maneira diferenciada. (MAUAD, 2014, p.2)

Bem antes das análises mais recentes acerca da Governança, no findar da década de 70, Martin Wight e Hedley Bull (expoentes teóricos da Escola Inglesa) já direcionavam suas análises para a noção de uma ordem e o conceito sobre sociedade internacional. Contrapondo a ideia de que o conflito é o princípio ordenador das Relações Internacionais, ambos os autores direcionaram suas análises ao ponto em que todas as relações pressupunham uma consciência em escala global e o pertencimento de todos em uma dita sociedade, que, em certa medida, congregaria valores e ideais comuns, ainda que, com unidades políticas, moedas e fatores geográficos distintos.

Hedley Bull, em “Sociedade Anárquica”, se aprofunda na noção de Sociedade Internacional, abordando a ideia de que o caráter anárquico do sistema internacional, não anula ou exclui a existência de normas nessa sociedade; uma vez que, a ordem é a estrutura de conduta que busca garantir três elementos principais: a vida, os acordos e a propriedade. Com tal analogia a esses três elementos, Bull (2002, p.105) interpreta

que a ordem internacional tem por objetivo fundante: a preservação do próprio sistema e da sociedade de Estados, os Acordos internacionais e a Soberania. Com esses elementos, o autor reitera que a importância dessa ordem decorre do conjugar de interesses comuns no resguardo de fatores essenciais, das regras de conduta entre os Estados e das instituições que efetivam tais regras. De um certo modo, se antecipando a cenários multilaterais e de governança futuros.

Ainda no final da década de 1970, com uma outra perspectiva, mas ainda seguindo a compreensão acerca da difusibilidade do poder, Joseph Nye e Robert Keohane (teóricos do neoliberalismo ou liberalismo institucional) já apontavam que: “*We live in a Era of Interdependence*” (1977, p.11). Essa era, traduzida no conceito de Interdependência Complexa, se apresentava enquanto um momento de intensa atuação de atores não-estatais e transnacionais. Esse conceito pressupunha 3 características básicas: i) a existência de múltiplos canais de relacionamento entre os atores; ii) uma diversidade temática na agenda internacional; e, iii) uso militar passa a ser dispensável em locais e agendas onde prevalece a interdependência. A lógica conflitiva e realista abria espaço então, para novas compreensões de interação no sistema internacional, como a Governança, que fora foco de análise dos autores através de quatro modelos: i) Estatal, ii) Organização internacional, iii) Atores transnacionais, e, iv) Redes políticas. Tais modelos procuraram dar ênfase as interações internacionais, por meio não somente dos Estados, mas sobretudo de instituições e organismos internacionais, que traduzem e representam, sinteticamente, as premissas neoliberais na teoria e análise das relações internacionais.

O Mundo, que até então, vivia em um cenário de Guerra-fria e bipolaridade entre os Estados Unidos e a então União Soviética (que nenhum autor, teórico ou político foi capaz de prever o fim), teve no emblemático episódio da Queda do Muro de Berlim um momento-chave que foi seguido do fim de um período de embates ideológicos, políticos e militares. Especulações e perspectivas teóricas foram inúmeras a partir de então, desde o “Fim da história” de Francis Fukuyama (1992) até contínuas nomenclaturas desse “novo desenho” que as RI passariam a ter, como as análises de James Rosenau, em “*Turbulence in world politics*” (1990), Charles Krauthammer (1990), em “*The unipolar moment*”; Richard Haass (2008), em “*The age of Nonpolarity*”; Giovanni Grevi (2009), em “*The interpolar world*” ; Joseph Nye Jr (2011), em “*Jogo de xadrez tridimensional*”.

O conjunto de tais análises apontavam para “mudanças tectônicas” (HASS, 2008, p.1) nas relações internacionais contemporâneas, com a difusibilidade do poder, novas forças transnacionais, novas agendas, o impacto das tecnologias dinâmicas, ênfase a um multilateralismo cooperativo e conseqüentemente ao fenômeno da Governança Global. James Rosenau (1990) apresentou uma pertinente análise sobre esse novo momento, a partir de três níveis ou parâmetros que acometeriam a política mundial nos idos anos 90: i) Parâmetro Micro ou Individual: no que se refere as transformações, habilidades, capacidades e orientações dos indivíduos; ii) Parâmetro micro-macro: que consistiria nas relações de autoridade, legitimidade e coletividade entre os indivíduos e os governos, em termos de legitimação política e cobranças; iii) Parâmetro Macro ou Estrutural: que se refere as transformações na estrutura da política mundial com base na distribuição do poder dentre países e também instituições. Tais parâmetros analíticos, além de suscitarem o individuo no debate, apontam para outro fator primordial de entendimento desse novo cenário: o papel de novos atores ou instituições e a ressignificação de antigos.

Nesse sentido, o conceito e as discussões acerca das instituições internacionais e da governança global ganharam relevância no imediato fim da Guerra Fria e trouxeram um novo desafio global: encontrar uma síntese entre a mudança do Equilíbrio de poder para a Governança da interdependência (GREVI, p.8, 2009). Desafio esse, que somado ao fim da era bipolar, a expansão da democracia, as transformações na economia política internacional e a ampliação do multilateralismo, direcionariam a sociedade internacional a enfatizar as instituições internacionais para o alcance de objetivos comuns, agora não mais apenas em segurança, mas em diversas agendas como o meio ambiente, os direitos humanos, saúde global e mais recentemente, como já fora exposto, o foco do presente estudo: as mudanças climáticas.

O termo “governança” apesar do constante uso no âmbito internacional, tem sua origem no âmbito corporativo, com Ronald Coase em 1937 e seu artigo intitulado “The nature of the firm”. Tendo sido deixado de lado, tanto no cenário corporativo, tal como nas discussões globais, o termo governança voltaria a ser enfatizado e ligado com temas plurais como democracia, desenvolvimento e globalização, coincidentemente (ou não) na emblemática década de 1970 marcada pela efervescência de conferências e reuniões voltadas em especial às questões ambientais.

Mas o que viria ser então Governança e como ela se manifestaria nas relações internacionais contemporâneas? James Rosenau junto a Ernst-Otto Czempiel, cunharam um conceito muito utilizado e que ganhou força na década de 1990, a partir da obra “Governança sem Governo”. Para os autores, governança consiste em "um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos”. (ROSENAU, CZEMPIEL; 2000; p.12). Enquanto sistema de ordenação, é natural que o tal conceito interaja com a noção de ordem e sociedade internacional propostas por Hedley Bull, algo que para Rosenau e Czempiel é uma consequência interativa entre ordem e governança, que se expressa sem hierarquia. De forma mais clara, a Governança não se encontra fixada em uma autoridade formal como o Governo; esse novo conceito, por sua vez, pressupõe a atuação de distintos centros de autoridade, que para além da incorporação de iniciativas governamentais, possui também mecanismos informais e não-governamentais.

Young (1994, p.15), por sua vez, reitera que a Governança “trata-se da criação e o funcionamento de instituições sociais capazes de solucionar conflitos, facilitando a cooperação, ou, mais genericamente, aliviando problemas de ação em um mundo constituído por atores interdependentes”. Deste modo, a condição de existência da governança consiste nos interesses comuns que necessitam ser coletivamente solucionados, e não na formalização de governos; ademais, as discussões de governança são próprias do contexto de globalização e interdependência, onde indivíduos e instituições buscam coordenar suas ações em meio ao “vácuo de poder” que tende a existir quando há atores ou interesses transnacionais envolvidos em um determinado sistema que não depende de hierarquia ou rigidez institucional.

Mauad (2014) aponta que o aprofundamento do processo de globalização também significou uma maior interdependência entre acontecimentos, conforme Slaughter apud Mauad (2014) “nós vivemos em um mundo interconectado. A diplomacia está conectada via redes: manejar crises internacionais – desde SARS⁸ até as mudanças climáticas – requer mobilizar redes internacionais de atores públicos e privados”. Deste modo, compreende-se que as redes ou o “networking” estabelecido por meio da Governança será processado por meio da atuação de diversos atores, múltiplos canais e consequentemente variados

⁸ SARS, (sigla do inglês para Severe Acute Respiratory Syndrome), é uma doença respiratória grave que afligiu o mundo no ano de 2003, fora iniciada na china em 2002, e é causada por um coronavírus transmitido por gotículas que penetram no ar quando alguém com a doença tosse, espirra ou fala. Nenhuma transmissão conhecida ocorreu desde 2004.

centros de autoridade na política mundial. Rosenau&Czempiel (2000; p.13) complementam que tais instâncias atuam em âmbitos públicos ou privados; de coordenação ou execução de políticas, e demonstram uma nítida transformação, redirecionamento e redimensionamento do poder nas relações internacionais, que tende a ocorrer nos âmbitos: subnacional, nacional, transnacional, internacional e global.

Em 1992, foi criada a *Comission on Global Governance* com apoio da ONU e com objetivo de pesquisar e projetar as questões relativas a governança global, publicou em 1996 importante relatório intitulado *Our Global Neighborhood*. Para a *Comission on Global Governance*:

Governance is the sum of many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and cooperative actions taken. It includes formal institutions and regimes empowered to enforce compliance, as well as informal arrangements that people and institutions either have agreed to or perceived to be in their interest. (COMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995)

Resumidamente, a governança é aqui entendida enquanto a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os seus problemas comuns. Em outras palavras, se refere à coordenação da ação coletiva, aos meios e aos processos políticos de tomada de decisão, em prol da garantia de resultados coletivamente esperados. MAUAD (2014) consubstancia:

É interessante observar como a definição da Comissão coincide com a de Rosenau (o autor chegou a produzir artigos para a Comissão), mas dá maior ênfase ao caráter cooperativo da governança e não faz referência aos atores transnacionais. Para Rosenau, governança global denota a dinâmica do sistema internacional, que não prescinde de um governo central. As Nações Unidas, assim como as diversas organizações internacionais multilaterais, são importantes agentes nesse cenário, mas sua existência não é condição essencial para a governança global. Assim, quando essas organizações perdem força e relevância, isso não significa que observamos o fim dessa ordem internacional, uma vez que os elementos que a constituem são múltiplos e encontram-se dispersos no sistema internacional. Todavia, para a Comissão, o ator central da governança global era a ONU e por isso sua reforma era essencial para torná-la mais eficiente e atuante. Nesse sentido, a Comissão publicou outro documento em 1999 com o foco na reforma da instituição e nos objetivos de desenvolvimento do milênio e encerrou suas atividades em 2001. (MAUAD, 2014, p.20)

É notório e quase consensual que desde as últimas duas décadas até o cenário atual, ocorrera uma ênfase da denominada Era de interdependência com fortes descentralizações no campo político-institucional, tal como uma multiplicação de agendas globais. A ênfase na governança global, não faz da temática algo sem grandes discussões ou controvérsias. Para

Barros-Platiau Et al (2004, p.11) por exemplo, nem ao menos existe uma definição ideal para governança, uma vez que esta própria palavra pode ser considerada um ideal. De todo o modo, é de comum acordo entre os autores, que o surgimento de novos espaços de governança se caracteriza pelo surgimento de novas esferas de poder e autoridade no sistema internacional, bem como que o surgimento da governança e dos regimes internacionais tem contribuído, de modo complementar, para uma relativa estabilização política das relações internacionais.

As abordagens acerca da governança nas relações internacionais se apresentam no plano teórico em plena expansão, não apenas pelas transformações empíricas ocorridas nas últimas décadas, mas principalmente pela correlação dos debates acerca de instituições e da própria ênfase a cooperação internacional para o desenvolvimento. Todavia, dentro de tais discussões acerca de governança, a que mais fundamenta e objetiva análise para compreensão do objeto de estudo desta tese, é a de que o Estado passa a ser não mais o único *player* no campo das relações internacionais. As interações no nível internacional passam a ter múltiplas possibilidades, observando-se que a questão militar e o uso da força já não podem ser considerados como prevalentes, posto que o Mundo pós-Guerra Fria gerou “a fragmentação da autoridade em diversos polos, dando as ‘relações’ internacionais um caráter de ‘interações’ internacionais” (CASTRO, 2012, p. 278). A interdependência complexa segundo Keohane; Nye apud Saldanha (2006, p. 312):

Assume suas dimensões: a de sensibilidade e a da vulnerabilidade. As interações havidas a partir da existência de múltiplos canais, formais ou informais, principalmente a partir da evolução dos mecanismos de comunicação, trazem consigo uma ausência de hierarquia entre as temáticas relativas as interações internacionais, tais como segurança, meio ambiente, terrorismo, direitos humanos, entre outros, e, ainda demonstra a irrelevância do uso militar em algumas situações, fazendo com que haja uma sensibilidade no que concerne a possibilidade de alterações em políticas locais em resposta à dinâmica das interações internacionais, assim como o esquema de balanços e contrapesos de alterações de políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos. (Keohane; Nye apud Saldanha, 2006, p. 312)

Nye Junior (2009, p. 89) reforça que “os Estados são os atores principais da política internacional contemporânea, mas eles já não mais possuem o palco apenas para si”. Ou seja, o background da governança global direciona a uma valorização das instituições internacionais governamentais, atores privados, Organizações Internacionais Não-Governamentais (OING) e da própria sociedade civil que, “engajados em um processo que privilegiaria a cooperação, seja ela econômica, técnica, política ou comercial; ao invés de

focar as relações internacionais somente nas relações estatais ou de conflito”. Dado que o que fora exposto até o presente, nota-se que a materialização da governança global se dá por meio da multiplicidade, diversidade e dinamismo de atores e agendas do sistema internacional. Entretanto, para além de definições, faz-se necessário a compreensão da prática dessa governança tal como, o alcance da mesma. Deste modo, LORENZETTI&CARRION (2012) ressaltam:

Lançando um olhar mais crítico sobre o debate em torno da governança, Arturi (2003) observa que a ênfase em questões de gestão, sem menção ao papel direto do Estado, tornou esse conceito conveniente à utilização econômica, a cujos interesses as dimensões sociais e democráticas estariam condicionadas. Nesse ponto, ele se aproxima de Hermet, Kazancigil e Prud'Homme (2005) ao analisarem o futuro do regime democrático sob a égide do termo "governança". De acordo com Kazancigil (2005, p. 59), "para sair dessa armadilha seria necessário que o político reafirmasse sua soberania e sua legitimidade face à supremacia do econômico e reencontrasse sua vocação para a coesão social e a justiça redistributiva." (LORENZETTI&CARRION, p.4 , 2012)

Com a amplificação das interdependências ecológicas, econômicas e políticas, a gestão dos problemas ambientais globais, antes centrados quase que exclusivamente nos Estados-nação, estão dando espaço para articulações entre atores estatais e não estatais e coalizões transnacionais diversas, que envolvem múltiplas arenas de governança multinível, impactando agendas multilaterais e subnacionais, definindo novas abordagens e estratégias de combate às problemáticas ambientais, que demandam por consequência, um enfoque de governança ambiental global. Tais problemáticas desafiam as fronteiras, a compreensão e a própria soberania estatal, uma vez que, para a noção de meio ambiente não se limita a fronteiras ou barreiras entre países, ou seja, não existem fronteiras geopolíticas para os problemas ambientais. LORENZETTI&CARRION (2012) complementam:

O caráter global e transfronteiriço do meio ambiente pode levar a conflitos, seja devido à disputa por recursos, seja devido aos constrangimentos que impõe em termos tanto das tecnologias produtivas e do uso do solo, como das formas de consumo adotadas pelos países ricos. Na África, por exemplo, a Etiópia abriga a nascente do Nilo Azul, enquanto Uganda possui a nascente do Nilo Branco, e ambos os países desejam utilizar essa situação geográfica para se desenvolver. O Egito, por sua vez, tem nas águas do rio Nilo mais da metade da fonte de seus recursos hídricos, e junto com o Sudão - país onde confluem o Nilo Branco e o Nilo Azul - detém 87% das águas desse manancial (PRIER, 2010; TAGUCHI, 2010). O conflito entre Israel e Palestina também é permeado por questões ambientais, pois ambos os territórios utilizam as águas do rio Jordão, que sofre com a poluição e a escassez, numa disputa que também envolve Síria, Líbano e Jordânia. (BBC, 2003; ECHEVENGUÁ, 2011; Zecchini, 2009). (LORENZETTI&CARRION, p.5 , 2012)

O início de tudo, em governança ambiental global, remete-nos aos idos anos 70 e a efervescência das discussões globais sobre o meio ambiente, tanto em fóruns institucionalizados, quanto na ampliação da participação da sociedade civil. Paulatinamente, o que era visto e entendido como ambientalismo, passou a ser compreendido como urgência em nível global, que se traduziu em envolvimento de mais países, instituições e fóruns multilaterais na temática, tal como, crescimento de organizações, tratados, coalizões e legislações para mitigar os impactos de tais problemas no meio ambiente, agora entendido, como meio ambiente global.

Dada a vastidão e interconexão da agenda ambiental global, seria possível então, mensurar e categorizar os grandes problemas ambientais globais? Tarefa árdua, em um terreno de constantes mudanças, a tentativa serve como processo de incitar como tal agenda necessita de esforços mútuos, frequentes e certa coordenação para que possamos vislumbrar um cenário de mitigação de tais problemas no presente e em um futuro próximo. Em 2008, O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) iniciou esse debate de delimitar, por meio de 12 grandes problemas ambientais que já acometem a humanidade de forma drástica ou que se intensificariam nos próximos anos, mais de 10 anos depois, tal delimitação só corrobora o caminho que a humanidade está caminhando.

Foram elencados pelo PNUMA (2008): 1) Crescimento demográfico rápido, que acelera a pressão sobre os sistemas e recursos naturais, e em geral traz como consequência mais impactos ambientais, devido ao aumento na produção industrial e nos padrões de consumo; 2) Urbanização acelerada, além do rápido crescimento demográfico, a aglomeração de população em áreas urbanas está demandando mais recursos como, energia e infraestrutura, além de criarem problemas complexos de caráter ambiental, econômicos e principalmente social; 3) Desmatamento, a taxa anual de desmatamento das florestas, especialmente das tropicais; 4) Poluição marinha; 5) Poluição do ar e do solo, ocasionada principalmente pelos processos industriais, automóveis, localização inadequada de resíduos sólidos (como os lixões, por exemplo); 6) Poluição de rios, lagos e represas; 7) Perda da diversidade genética; 8) Grandes obras de desenvolvimento: a construção de obras de grande porte, como represas de usinas hidrelétricas, portos e canais, geram impactos extremos e de difícil mensuração ou reversibilidade sobre sistemas aquáticos, terrestres e também sociais; 9) Mudanças climáticas, e tais alterações na dinâmica climática alteram inúmeros outros sistemas; 10) Maior demanda de recursos naturais e de energia para produção, em razão ao crescimento populacional, urbanização e crescente desenvolvimento tecnológico; 11)

Disponibilidade e produção de alimentos; 12) Falta de saneamento básico, principalmente nos países subdesenvolvidos, gera incontáveis problemas de saúde, poluição, perda de biodiversidade, dentre outros.

É claro e evidente que a degradação e a urgência da agenda ambiental global não tem as raízes de seus problemas enquanto algo recente, todavia, a lógica capitalista de produção e consumo tem acelerado e atenuado muitos dos problemas mencionados, tal como, criado novos problemas que emergem a cada ciclo de desenvolvimento. NAJAM; PAPA; TAYAB (2006) definem então a Governança ambiental global como “a soma das organizações, instrumentos, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam a proteção ambiental global”. Ou seja, na teoria, seria sistematizar e possibilitar à diversos países instrumentos legais que os direcionasse ao desenvolvimento sustentável. Tal cenário de governança ambiental global ocorre em meio as relações e o consequente balanço de poder, uma vez que, outros atores passaram a atuar, incitar, financiar e cobrar em espaços antes de autoridade plena dos Estados nacionais. Para Vinholi Rampazo Et al (2014) tal governança ainda não é global. Ela transita entre o global e o local em um sistema internacional cada vez mais decadente. Para os autores, os problemas se originam de natureza interconexa de um ecossistema global, todavia, as soluções ainda são pensadas e buscadas dentro de um âmbito geopolítico, muito pautado no Estado nação de hoje, enfraquecido. Os autores finalizam:

Para os autores, a governança global ainda revela alto grau de normatividade e baixo grau em termos de operacionalidade, engendrando uma forte decepção por parte da sociedade civil organizada. A partir deste contexto, e da evolução do cenário internacional, que permitiu uma maior participação de atores não estatais, como ONGs, empresas privadas e comunidades científicas nos processos decisórios, nota-se o reconhecimento institucional de “forças emergentes” capazes de trazer impulso à governança ambiental, do nível global ao local. No entanto, o que não se pode deixar de observar é que a emergência de atores, tão assimétricos e diversos, também traz novos desafios no estabelecimento das regras do jogo internacional, que sempre foram pouco claras para as questões ambientais. (VINHOLI RAMPAZO Et al, 2014, p.81)

A amplitude da agenda e dos diferentes níveis de atuação da governança ambiental global corroboram ainda mais a diminuição da autonomia dos Estados-nação, “uma vez que os problemas domésticos agora possuem um inescapável componente internacional” (Rosenau, 1990, p.127, tradução minha). Para compreender a arquitetura da governança ambiental global, faz-se necessário entender a importância da ONU enquanto peça fundamental de tal arquitetura, promovendo e buscando sistematizar desde 1945 a promoção da Paz por meio de processos de cooperação internacional e lançando premissas e agendas

que hoje compõem tal governança, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e mais recentemente a Rede de Soluções Sustentáveis para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN).

A multiplicidade de órgãos e agendas que a ONU coordena no mundo, faz com que o papel de coordenadora ou centralizadora do processo de governança, sobretudo a ambiental, fique em cargo ou a tendo como referência na efetividade de políticas, mobilização e engajamento social. Najam; Papa; Tayab (2006) apontam que apesar do crescimento na participação de novos e velhos atores na governança ambiental global, muitos problemas globais não foram sanados e muitos outros atenuados. O tamanho e o escopo da agenda ambiental global, faz com que, conseqüentemente o seu cenário de governança seja ineficaz em determinados níveis ou agendas. Os autores explicam:

Ao sistema de governança ambiental global falta coordenação, implementação das decisões, *enforcement* e eficácia. A coordenação, pelo menos teoricamente, é do PNUMA. No entanto, a ele faltam recursos financeiros e de pessoal para exercer este mandato. Ao mesmo tempo, o sistema de Governança Ambiental Global se transformou em um 'sistema de negociação, onde não se pensa na implementação das decisões ali tomadas. A dificuldade de implantação decorre da não obrigatoriedade das nações de seguirem as determinações do cenário de governança ambiental global, ou seja, a falta de *enforcement*. (NAJAM; PAPA; TAIYAB, 2006, p. 15)

Quadro 03 – Agências, Órgãos e Secretariados envolvidos em questões ambientais

AGRICULTURA	POLUIÇÃO DO AR	BIODIVERSIDADE	MUDANÇAS CLIMÁTICAS	ENERGIA	PESCA	FLORESTAS	ÁGUA
UNCCD	CSD	Cartagena	CBD	CSD	CBD	CBD	CBD
CSD	ECE	Protocol	CSD	ECLAC	CITES	CSD	CSD
ECA	ECLAC	CBD	ESCAP	GEF	CSD	GEF	Ramsar
FAO	ESCAP	CITES	ESCWA	IAEA	FAO	FAO	ECA
IFAD	ESCWA	CMS	GEF	IEA	ILO	IFAD	ECE
ILO	GEF	Ramsar	ICAO	UNDP	IMO	ITTO	ESCAP
ITC	ICAO	ECA	IEA	UNEP	ITLOS	IUCN	ESCWA
ITU	ILO	ECLAC	IPCC	UPU	WTO	UNEP	GEF
IUCN	OECD	ESCAP	ISDR	World Bank	UNEP	UNFF	IMO
OCHA	OHCHR	ESCWA	OECD			UNHCR	ITU
OSS	UNEP	FAO	UNCTAD			World Bank	UNDP
UNCTAD	UN-HABITAT	GEF	UNDP				UNEP
UNDP	WHO	IUCN	UNEP				UNESCO
UNEP	World Bank	UNDP	UNESCO				UNFPA
World Bank	WMO	UNEP	UNFCCC				UNICEF
WTO		UNESCO	UNITAR				UNU
		UNU	WHO				WHO
		WIPO	WMO				WMO
		World Bank	World Bank				World Bank
		WTO	WTO				WWC

Fonte: IVANOVA, GORDON & ROY (2007) apud VINHOLI RAMPAZO Et al, 2014 (adaptado pelo autor)

Para se ter ideia do amplo cenário de governança ambiental global sob a égide do sistema ONU e seus diferentes órgãos e programas, cabe analisar o Quadro 03 exposto acima. Dentro de 8 grandes temáticas (agricultura, poluição do ar, biodiversidade, mudanças climáticas, energia, pesca, florestas e água) que integram agenda ambiental e consequentemente os processos de governança ambiental global, são muitas as agências, programas, secretariados e demais organismos envolvidos no amplo cenário de governança orquestrado (ou não..) pelo sistema ONU. Nesse amplo cenário, a atuação de tais organismos em conjunto aos Estados-nação e até mesmo (mais recentemente) com as unidades subnacionais (cidades e estados), fazem com que determinadas agendas tenham um maior conhecimento, participação e apoio em relação a outras. Pode-se dizer, que além da atuação clássica do Estado em relação ao meio ambiente global, adentram a essa arena o setor privado e a sociedade civil, de forma individual ou organizada.

Lorenzetti&Carrion (2012, p.14) explicam que o setor privado dentro da governança ambiental global, corresponde a atores cujos interesses econômicos são diretamente afetados pela regulação ambiental. Ou seja, entende-se os mesmos como opositores históricos das políticas ambientais, pois utilizariam então, de sua influencia para impossibilitar ou enfraquecer os regimes e/ou as legislações ambientais. A partir dos anos 90, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, incentivou uma maior cooperação institucional com o setor privado, de modo que este setor passasse então a ser visto não mais como um problema adicional da agenda, e sim, como um ator envolvido e capaz de cooperar e inovar (ANDRADE, 2009 apud LORENZETTI&CARRION, 2012).

A sociedade civil, por sua vez, é bastante diversificada e cada vez mais se amplia e incita debates acerca da agenda ambiental global. A compreensão dessa sociedade civil se dá no intuito de um grupo de pessoas, instituições e/ou organizações motivadas e que tem como objetivo comum a cobrança, fomento e a exigência junto aos governos e ao próprio setor privado. Atualmente, desde pessoas físicas⁹, associações, órgãos de classe, instituições religiosas, acadêmicas, grupos de interesse, dentre outros, compõem tal sociedade civil e vem cada vez mais cobrando e incitando debates dentro da agenda ambiental global e mais especificamente, na governança do clima. Gemmill e Bamidele-Izu (2005) identificaram cinco preponderantes formas de atuação que a sociedade civil pode desempenhar na

⁹ Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg, jovem sueca ativista do clima de apenas 16 anos, é uma expoente representação da sociedade civil atual e futura. Ela ficou conhecida por protestar fora do prédio do parlamento sueco para divulgar as alterações climáticas e pedir que os políticos e governantes, deixassem a cargo de crianças e jovens a gestão de políticas voltadas ao clima, uma vez que, esses serão os maiores prejudicados no futuro.

governança ambiental global. Destaca-se: 1) coletar, difundir e analisar informações; 2) dispor de dados para a fixação de agenda e para os mecanismos de desenvolvimento de políticas públicas e internacionais; 3) desempenhar funções operacionais; 4) avaliar as condições do meio ambiente e monitorar o cumprimento de acordos e legislações ambientais; e 5) pleitear justiça ambiental.

Atores importantes e sempre lembrados quando se fala em agenda ambiental global, as ONGS (organizações não governamentais) se destacam por levantarem inúmeras bandeiras e serem referências nas mesmas, entretanto, para Gemmill e Bamidele-Izu (2005, p.15) os mecanismos formais previstos para a participação das mesmas, no contexto da ONU em especial, continuam limitados. “A participação da sociedade civil deve ocorrer por meio de uma estrutura rígida de engajamento, mais formalizada e institucional, que requer um comprometimento significativo de tempo, além de recursos financeiros de governos e organismos intergovernamentais.”. Para os autores, deve-se buscar a criação ou utilização de formas inovadoras de rede de governança, por meio de coalizões locais, no intuito de fomentar e promover a inclusão de uma multiplicidade de interesses, vozes e necessidades.

Lorenzetti&Carrion (2012, p.17) dissertam sobre a compreensão de uma arquitetura da Governança ambiental global a partir de características como: sua fragmentação, a ênfase nas instancias formais de participação e a carência de recursos. Enfaticamente, os autores apontam:

Esty e Ivanova (2005) pontuam que, se algumas das atuais deficiências poderiam ser atribuídas a um histórico de questões administrativas e burocráticas, há outras dimensões do problema que são de natureza mais profunda e estrutural.

Comparado com outros regimes - como o de saúde e o de comércio, por exemplo -, a arquitetura para o regime do meio ambiente careceria de articulação e coerência. Simultaneamente, observa-se que a resolução de problemas ambientais está dispersa por uma grande quantidade de acordos ambientais internacionais e suas instituições, e que as atividades de cada área temática são coordenadas a partir de diferentes locais no mundo, o que traz dificuldades de comunicação e coordenação.

Ainda que a fragmentação da estrutura apresente vantagens (como o tratamento mais próximo das demandas da sociedade civil), por outro lado, dificulta o processo de coordenação das decisões. Além disso, não raramente demanda trabalho em dobro, aumenta os custos administrativos para os países-membros e exige um maior número de reuniões e de relatórios, criando um emaranhado tal, que dificulta não apenas compreender o processo, mas também dele participar. (LORENZENTTI&CARRION, p.17, 2012)

Enquanto desafio contemporâneo a ser tratado e lidado por diferentes esferas da sociedade nacional e internacional, as mudanças climáticas (espectro da agenda ambiental

global foco deste estudo) adentram à discussão de governança, pelo enfoque destacado de tal agenda, multiplicidade de atores, interesses e níveis de atuação (público, privado, internacional, nacional, local). Portanto, urge, após a compreensão e existência de uma agenda ambiental global, de processos de governança, em especial ambiental e global, entender as dinâmicas de uma governança global do clima, indo além da compreensão de regimes internacionais. Viola; Franchini e Ribeiro (2013, p. 203) complementam:

a amplitude do conceito de *global governance* torna-se convergente com a necessidade de uma abertura epistemológica dilatada que a questão climática no âmbito das relações internacionais demandam. Em especial, o uso de algumas dimensões do conceito permite considerar uma enorme variedade de atores – estatais e não-estatais –, localizados em vários estratos – nacionais, subnacionais, internacionais, transnacionais –, que se inserem em diferentes âmbitos. (VIOLA; FRANCHINI & RIBEIRO, 2013, p. 203)

A noção de que a agenda ambiental global demanda processos específicos de governança, tal como, a existência e interação maior de atores não tradicionais que ao mesmo tempo direcionam atenções e interesses a um numero maior de agendas, conforme Bulkeley & Newell (2010) e Okereke et al (2009) apud Inoue (2012) explicam:

state that governing climate change is a complex process because of the multiple scales of political decision-making involved, the fragmented and blurred roles of the state and non-state actors, and the deeply embedded nature of many processes that lead to emissions of GHG. As a multilayered process, climate governance goes beyond the international regime built around the UNFCCC (Okereke et al. 2009). (Bulkeley & Newell (2010) e Okereke et al (2009) apud Inoue, 2012)

Com a compreensão histórico-analítica do conceito de governança e com os idos anos de verificação dessa governança em prática, faz-se necessário não apenas delimitá-la, quanto conceituá-la nesse cenário de profundas e frequentes mudanças climáticas. A pensar que, tal agenda ambiental global tem dimensões e efeitos globais de forma indiscriminada. Logo, é obvio que muitos serão os atores, interesses e níveis de participação em tal agenda. Não há, dentro de um arcabouço teórico, definição ou conceito que ajude a explicar ou chegar próximo da noção e coordenação das políticas de mudanças do clima, que não seja através da governança. Inoue (2016, p. 100) consubstancia:

Dessa forma, a noção de governança é mais abrangente para tratar o amplo conjunto de respostas e as tentativas de lidar com a mudança global do clima a partir de múltiplos atores, setores e níveis de análise, buscando identificar interações entre economia, ambiente e segurança. Essa não exclui o conceito de regimes internacionais (ROSENAU, 2000), mas abre o escopo da análise para incluir outros atores e relações além dos estados e não se limita a uma esfera singular (ROSENAU, 2000). Biermann, Pattberg e Zelli (2010, p. 1) identificam três

elementos centrais do conceito de governança global que demarcam a diferença em relação à política intergovernamental tradicional. Primeiro, a emergência de novos atores para além dos governos centrais, que criam um novo contexto político com novas constelações de atores e relações de poder. Segundo o surgimento de novos mecanismos de estabelecimento e de implementação transnacionais de regras, que vão além do domínio da cooperação intergovernamental, como, por exemplo, regimes transnacionais, parcerias público-privadas e arranjos com base no mercado. Terceiro, novos tipos de fragmentação vertical e horizontal e interconexões na política mundial, que requerem novos entendimentos. (INOUE, C. 2016, p.100)

Nos últimos anos, em especial nas últimas duas décadas, mostraram a incapacidade da arquitetura de governança global em coordenar e mitigar os efeitos das mudanças do clima no mundo, apesar das incansáveis discussões comandadas pelo sistema ONU. Os esforços multinacionais e multisetoriais de top-down, tem fracassado em evitar o aumento da temperatura e as consequências de um planeta mais quente e instável. Desde então, observou-se um número maior de atores internacionais, nacionais e subnacionais (como cidades, governos estaduais, empresariado, empresas transnacionais, organizações da sociedade civil, dentre outros) em um esforço conjunto para mitigar as mudanças climáticas de baixo para cima. (SIVARAM & LIVINGSTON, 2015, p7. Tradução do autor).

Observado então, a ampliação da agenda ambiental global (em especial da agenda de mudanças climáticas) e consequente noção de um processo de governança próprio, deixa-se de lado a estrutura hierárquica de regimes internacionais, em prol de uma governança global do clima, composta de inúmeros atores e níveis de atuação. Inoue (2016, p.101) propõe um marco analítico-conceitual que busca identificar dimensões chave na análise dos processos envolvidos no âmbito da governança global do clima, para tal, a autora discute e subdivide em 4 dimensões: 1) Relações de poder e escalas, 2) Atores e agentes e relação agente-estrutura, 3) Tipos de arquitetura e 4) Arranjos de governança. Tais dimensões propostas servem não apenas como instrumento metodológico de análise, tal como, demonstram que o processo de mitigar e consequentemente governar a mudança do clima, resultou não apenas na participação de um amplo conjunto de atores (de indivíduos à organizações transnacionais), mas também na emergência de arranjos e estruturas novas de governança em uma arena cada vez mais multinível, de governos subnacionais, redes transnacionais, parcerias público-privas, arranjos privados e constante interação do global no local (a ser desenhado em seção posterior deste estudo). Ao que Okereke et al. (2009, p.65-66) explica, a própria natureza do estado e a forma como ele alcança e registra resultados, bem como a fronteira e as limitações entre as dimensões públicas e privadas, são questionadas.

Como forma de compreensão, o presente estudo sistematizou as dimensões propostas por INOUE (2016, p. 101) conforme o organograma 01:

Organograma 01 – Dimensões da Governança Global do Clima



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em INOUE, 2016, p.101-111.

No 1º quadrante, que descreve as “Relações de poder e Escalas”, faz-se necessário compreender que, o Poder, sendo uma das variáveis mais frequentes e complexos na análise das Relações Internacionais, no âmbito da governança clima (agenda essa de uma complexidade e dinamicidade, não poderia ser diferente. Nesta dimensão, fica claro o compartilhamento e segmentação do poder em distintas e importantes esferas. Pública, privada nacional ou internacional, ou ainda em relação a sociedade civil, as múltiplas escalas de Governança se fazem presentes, atuantes e permeadas por relações de poder, em um panorama social e historicamente construído. As relações e interações entre publico-privado-internacional (foco deste estudo, em especial e que posteriormente será melhor apresentado) são marcadas por dinâmicas, níveis, processos, racionalidades e Poder, tal como, interação e influenciam as escalas espacial, jurisdicional e temporal. Em resumo, as relações de poder nessa dimensão de Governança não podem ser pensadas sem conexão aos lugares e posições de atores envolvidos, uma vez que, a mudança do clima e os problemas ambientais como um todo sejam globais, as soluções ou o processo de mitigação envolvem diferentes atores, escalas diferenciadas e diversos níveis de tomada de decisão (INOUE, 2016, p.104).

No 2º quadrante, que descreve a “Relação agente-estrutura, Atores e Agentes”, a autora aponta para as estruturas e as forças estruturais da Governança do clima. Com varias escalas e atores, são múltiplos também a ideia dos agentes de tal governança. Estes, por sua vez, são condicionados, porem, não determinados pelas estruturas de poder. Buscam então, a criação e formalização de arranjos de governança para atuarem em prol dessa agenda e levarem a proposição de suas ideias e perspectivas. Nesta dimensão, cabe ressaltar o entendimento de Avant, Finnemore e Sell (2010, p.11) citada pela autora, onde as mesmas expõem 5 bases ou fontes de autoridade no âmbito da governança, são elas:

Institutional (or institution-based) authority derives from holding office in some established organizational structure. Managing directors of the International Monetary Fund (IMF) or the heads of multinational corporations gain authority from their positions in these institutions. Their authority is defined and limited, however, by the rules and purposes of the institution that authorizes them. (...)

Delegated (or delegation-based) authority is authority on loan from some other set of authoritative actors. Often, in the realm of global governance, those who delegate are states or sub-state agencies. State delegation to international organizations (IOs), firms, and NGOs has been widely studied. The nature of delegation arrangements can vary greatly, as can the ways in which global governors interpret, improvise, or shirk in these delegation arrangements. Often, too, one sees “nests” or “chains” of delegation which may attenuate (or sever completely) the relationship between preferences (or intentions) of the delegators and governance outcomes on the ground. (...)

Expert (or expertise-based) authority is authority based on specialized knowledge. Unlike delegated or institutional authority, it inheres in the actor. A Nobel Prize-winning physicist or economist remains so, no matter what her or his job. Frequently, though, expertise is coupled with other types of authority. Institutions or organizations often want experts on staff or delegate complex technical tasks to experts. As with other forms of authority, expert authority is limited in its use by the content of its expertise. Education professionals are unlikely to induce much deference if they start making rules or expressing opinions about technical requirements for the electronics industry and vice versa (Mundy and B’ uthe, this volume). Note, too, that there is a sense in which the application of much professional expertise has a moral or principled dimension.

Principled (or principle-based) authority is legitimated by service to some widely accepted set of principles, morals, or values. It can inhere in both actors and offices. Desmond Tutu probably enjoys principled authority of both kinds: he has moral authority as a bishop in the Anglican Church, but also because of his principled beliefs, personal history, and character. Principled claims might be used to galvanize partisan supporters, as with NGOs that are trying to create new issues or set agendas (Bob, this volume). Appeals to moral values like peace, security, prosperity, human dignity, and freedom are very common authorizing tools for a wide variety of actors seeking to govern globally. Some such appeals are more credible than others, and some actors are more credible in making them.

Capacity-based authority involves deference based on perceived competence. This has close kinship with institutional, delegated, and, potentially, expert authority, but is its own distinct form. If the community agrees that a task must be accomplished, then satisfying the community’s preferences imparts authority to the actor and creates deference to her. Solving the problem or completing the task may not depend

upon the holding of a particular office in an institution or possession of any rarified knowledge. Instead, the capacity for effective action is what creates legitimate authority for the governor. People defer to the governor because they believe she will produce desired results. Empirically, it is hard to think of a “pure” case of capacity-based authority. Most global governors who are effective at solving problems get their opportunities to do so from some other source of authority. (AVANT, FINNEMORE & SELL, 2010, p. 11-13)

No 3º e 4º quadrante referente a “Arquitetura e os Arranjos da Governança”, analisa-se então que a arquitetura institucional dentro de tal espectro responde a princípios, normas, regras, procedimentos e organizações, que possibilitam, por sua vez, arranjos e redes de governança. Ainda que dentro de um processo de fragmentação em 3 tipos: i) sinérgica, ii) cooperativa e iii) conflitiva, tais perspectivas contribuem para o avanço da construção de um marco analítico de governança do clima, todavia, a pensar nas noções e áreas temáticas, Inoue (2016, p. 110) aponta que corre-se o risco de ser limitadora e não levar em consideração as interações entre domínios políticos diferentes como, as interações entre clima, economia e segurança, por exemplo. Na continuação, a compreensão dos arranjos se dá pelas *Redes de governança*, que tem uma lógica operacional à ser compreendida e dividida entre: i) redes públicas, ii) redes publico-privadas e iii) redes totalmente privadas, que buscam pautar suas interações na proposição de questões que em alguns casos, transcendem a lógica política “normal”. Por outra perspectiva, tem-se a noção também de uma *Governança policêntrica*, em uma lógica além do Estado e do mercado, com isso, cria-se polos de decisão formalmente independentes e perspectivas que levam em consideração e focam na solução em nível local ou regional, para posteriormente, propor ao Mundo. Na compreensão deste arranjo, as respostas globais tendem a demorar e as vezes nem alcançam a dinâmica e o *modus vivendi* do local, por isso, ressalta-se a importância do local-regional na proposição de governança do clima, tal como, na consecução de um marco analítico para tal.

As mudanças do clima constituem uma dimensão emblemática de segurança sistêmica internacional e fronteira planetária decisiva na agenda da governança mundial, em especial, operacionalização de uma Governança global do clima. Os sinais perturbadores da biosfera devido à ação antrópica são claros e inequívocos, e as sociedades atuais já entraram num perverso e irreversível ciclo de desequilíbrios, catástrofes ambientais, fluxos migratórios desordenados de refugiados ambientais, dentre outros. Dito isso, é importante ressaltar que a presente tese parte da premissa que as mudanças climáticas são uma realidade que vem impactando a Terra e que cada vez mais se mostram mais drásticas, incisivas e frequentes não apenas em um país ou continente, e sim, no globo como um todo. Logo, negar tal realidade (o ceticismo climático) ou não propiciar estratégias de Governança na região, é adiar e prolongar

debates, como o de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, que, principalmente na região amazônica, se tivessem sido melhor realizados décadas atrás, a realidade da região poderia ser diferente em muitos aspectos.

A região se destaca enquanto território importante de governança global do clima por possuir um papel emblemático no ciclo do carbono planetário, sendo também considerada uma das regiões mais vulneráveis do ponto de vista das variações do clima (NOBRE, 2007, p.12). Portanto, pela sua extraordinária diversidade ecossistêmica, cultural e social, a Amazônia possui uma relação direta e emblemática com o fenômeno das mudanças climáticas globais, o que tem colocado em ação uma diversidade de atores e iniciativas de governança multinível e redes de governança, em prol de políticas climáticas, com a articulação dos governos subnacionais amazônicos, atores privados e internacionais, dinâmica essa, a ser compreendida em seção posterior do estudo.

Bulkeley and Newell (2010) apud Inoue (2012, p.172) finalizam:

Bulkeley and Newell (2010, 2–3) consider alternative means through which the global nature of climate change could be understood. For instance, they consider the global processes through which emissions of GHG are generated, or the other scales of decision-making, which shape the trajectories of GHG emissions and the potential to adapt to climate change. Thus, they remind that many scholars suggest that climate change needs to be considered a multilevel problem that encompasses different levels of decision-making – local, regional, national, and international – and new spheres and arenas of governance that cut across such boundaries. All of these are involved in creating and addressing climate change. (INOUE, 2012, p.172)

“A floresta amazônica é um espetacular parque tecnológico da natureza, um complexo vivo que forma uma poderosa e versátil usina de serviços ambientais. Qualquer apelo que se faça pela valorização da floresta precisa recuperar esse valor intrínseco. É preciso despertar a capacidade de espantar-se diante do gigantismo da biologia tropical em todas as escalas, desde a manipulação dos ínfimos átomos e moléculas até a interferência nos oceanos e na atmosfera global.”

– **Antônio Donato Nobre**

2. OS COMUNS AMAZÔNICOS E A GOVERNANÇA DO CLIMA

2.1 AS AMAZÔNIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Amazônia (de fato) é conhecida aos fragmentos, mesmo após séculos de constantes incursões e pesquisas, de uma vasta literatura científica e de inúmeros desbravadores e aventureiros, a região ainda se apresenta como um espaço superlativo, repleta de misticismos, mas também de desafios e especificidades. Muitos foram e são os cenários de discussão acerca da região, mas atualmente, entende-se a Amazônia enquanto um espaço vital para o prosseguimento da vida humana na terra seja pela riqueza da biodiversidade já encontrada e pesquisada, ou seja, pelo que ainda se encontra escondido ou nivelado na magnitude da região.

Antes de dissertar sobre a importância da região nas Relações Internacionais, tal como, na lógica capitalista internacional e a relação direta com o processo de exploração dos recursos naturais e a mais recente lógica da manutenção da floresta em pé, faz-se necessário a compreensão do porquê de “*Amazônias*”. Não é possível pensar a região somente a partir de um prisma, são muitas especificidades e realidades dentro de um mesmo *lócus*. Em uma perspectiva histórica, a Amazônia é advento de um processo que, se tinha (e ainda se tem), de uma região enquanto fronteira permanente de recursos naturais. Desde os primórdios da colonização na região até os Grandes Projetos, duas foram as características presentes e antagônicas na mesma: a da *Abundância* (de recursos naturais, biodiversidade e grandiosidade territorial) e a da *Escassez* (de infraestrutura, do isolamento geográfico, das condições de vida e etc.). Tais fatores são evidentes, reais e presentes na contemporaneidade amazônica, e contrastam com toda a imagem projetada da mesma dentro e fora do Brasil. Castro (2008, p. 22) consubstancia:

Mas o espaço urbano na fronteira (amazônica) foi produto não só do planejamento, mas da recriação social, das relações construídas por várias gerações que acabaram por se envolver em um projeto de mudanças e de desenvolvimento regional. Podemos destacar três dimensões dessas mudanças: 1) – dinâmicas políticas do povoamento na fronteira com desmembramento de municípios e de estados, obtenção de cargos em esferas de poder público, participação de elites locais e fortalecimento de atores na sociedade civil; 2) – na ótica econômica, aparecimento de um novo padrão de empreendimentos, concentração da terra e processos de capitalização fundiária; aumento do mercado de trabalho assalariado e de novas formas autônomas de trabalho; 3 – do plano de organização social, discussão sobre projetos e identidades. Processos esses que se fizeram com custos ambientais visíveis nas taxas de desmatamento [...].(CASTRO, Edna. 2008, p.22)

Logo, pensar a Amazônia é pensar em regiões e visões opostas dentro de um mesmo espaço. Um espaço ainda tratado pela lógica predominantemente desenvolvimentista a qualquer custo, iniciada em outrora e que persiste a duras perdas em termos naturais e sociais. No imaginário de muitos, pensada, retratada e escrita por várias e vários cientistas, a produção e as interpretações sobre a região são muitas, todavia, o presente estudo firma suas bases na leitura e interpretação, a partir das contribuições de Armando Mendes (1963/a, 1963/b, 1971, 1996, 2006) Benedito Nunes (1997, 1998, 2004, 2006), Daniel Nepstad (2011/a, 2011/b, 2010, 2006/a, 2006/b), Edna Castro (1997, 2008, 2009, 2012, 2014, 2016), Francisco Assis Costa (1992, 1993, 2009, 2012, 2019), Philip Fearnside (2016/a, 2016/b, 2015, 2013, 2010, 2003, 1997), Violeta Loureiro (1992, 1997, 2001, 2002, 2006, 2012, 2015, 2017), Rosa Acevedo Marin (1989, 2004/a, 2004/b), Nirvia Ravena (2009/a, 2009/b, 2014, 2012, 2011,), Voyner Ravena-Canete (2009/a, 2009/b, 2009/c), Nelson Ribeiro (2005), tal como, de Bertha Becker (1982, 1999, 2004, 2005, 2010, 2013), que em uma recente coleção *post mortem* denominada “As Amazônias de Bertha Becker, VIEIRA (2015)”, fundamentaram a interpretação da autora de diferentes “Amazônias”. Souza et al. (2008, p.1-2) reforça então, essa interpretação da autora a partir do processo de transformação que Amazônia passara na virada do terceiro milênio, com 4 hipóteses:

Hipótese I, com três afirmativas - o novo significado geopolítico da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global; a importância de pensar e agir na escala da Amazônia Transnacional; e a tendência ao esgotamento da região como fronteira de expansão demográfica e econômica nacional.

Hipótese II, com uma afirmativa - com base em dados de produtividade e a análise efetuada comprovam a nova geoeconomia regional que torna sem dúvida obsoleta a referência ao arco do fogo ou arco de povoamento consolidado.

Hipótese III, com duas afirmativas - a biodiversidade, as florestas, a água, constituem riquezas reconhecida internacionalmente, mas não conscientizada nacionalmente; o papel da sociedade civil torna-se crucial para reversão desse contexto e

Hipótese IV, com duas afirmativas - a organização e resistência de populações tradicionais à expropriação de suas terras, florestas e identidades, alinhado ao fato de que todos os atores regionais hoje querem se desenvolver – a voz da sociedade civil regional. (SOUZA et al., 2008, p.1-2)

De tais hipóteses formuladas a partir da visão de Bertha Becker, fica claro a visão heterogênea da região desde os idos anos 2000 e que, em quase 20 anos depois, tais perspectivas revestem-se de contemporaneidade e assertividade. Com a comprovação de varias das afirmações propostas pela autora, conjuntamente a literatura base sobre a região outrora mencionada, Loureiro (2002, p.) aponta para um quadro histórico de perda e danos desde os primeiros colonizadores (invasores) até os dias atuais. Tendo sido a região, vítima acometida paradoxalmente, daquilo que ela tem de mais especial e emblemático, suas riquezas, belezas, magias e exuberância. A autora enfatiza:

Não se trata de uma queixa, mas de uma constatação simples: a Amazônia foi sempre mais rentável e, por isso, mais útil economicamente à Metrópole no passado e hoje à Federação, do que elas o tem sido para a região. A Amazônia foi no passado “*um lugar com um bom estoque de índios*” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “*drogas do sertão*”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados. Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; seja como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm ocorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram). (LOUREIRO, Violeta R., 2002, p.1)

A historia da região coincide com a geração de recursos e bens para fora, em detrimento da exploração de seus comuns, retornando a este lugar, marcas permanentes de exploração, abusos, violências e extrações de riquezas diversas, ainda que com tais fatores, iniciou e criou-se uma certa infraestrutura, todavia, a mesma com intuito e finalidade de melhorar os artifícios e possibilidades de usos e desusos dos comuns da região. Para além dos reflexos naturais de tal exploração, ficam o descaso e a não compreensão, inserção ou adequação por meio de politicas e projetos, daqueles que residem na mesma e que continuamente e historicamente acompanham e sofrem com a região.

A compreensão e a inserção da região amazônica na lógica e até na produção acadêmica em Relações Internacionais, passa, essencialmente pela visão, uso e importância de

seus recursos naturais. O que historicamente não é diferente. Em grande medida, vale ressaltar, a produção acadêmica sobre a região para determinados aspectos (ecológicos, naturais e até sociais) tem predominância e são evidenciados por autores de “fora” da região, publicados predominantemente em idiomas, que não o português e, nem sempre, respeitando e explicando (buscando explicar) a região da melhor ou correta forma. A lógica que intitula a presente sessão e que o estudo, fará uso da nomenclatura Comuns amazônicas na compreensão de HARDIN (1968, p.7), em decorrência da magnitude e rica biodiversidade da região. Tais comuns estão no centro de grande parte das discussões sobre a mesma, e quando se trata dos mesmos, o mais evidente e que mais simboliza a região, são as florestas. Bentes (2005, p.5) aponta:

A Amazônia é a maior floresta preservada do planeta – com extensão de mais de cinco milhões de km², onde vivem cerca de 25% das espécies animais e vegetais da terra. Ela desperta não apenas os interesses econômicos dos países do G-7, mas também seu desejo de adquirir mais um privilégio: o controle político sobre o verde. Nesses países, o verde tornou-se sinal de *status* social. Os ricos e as elites educadas moram próximos aos parques e jardins e em ruas arborizadas, enquanto os pobres habitam as áreas mais poluídas e sem verde. As elites europeias e norte-americanas veem a territorialidade da Amazônia como um privilégio, e o querem para si. Daí o desejo de estabelecer controle sobre a região, manifesto já conferência da ONU de 1972, expressa na ideia de soberania relativa do Brasil. Esse desejo foi reavivado a partir do início dos anos de 1980, à medida que a campanha das grandes Ongs conservacionistas norte-americanas e europeias contra os bancos multilaterais (em particular o Banco Mundial) transformavam os problemas ambientais da Amazônia em um problema político internacional. (BENTES, R. 2005, p.5)

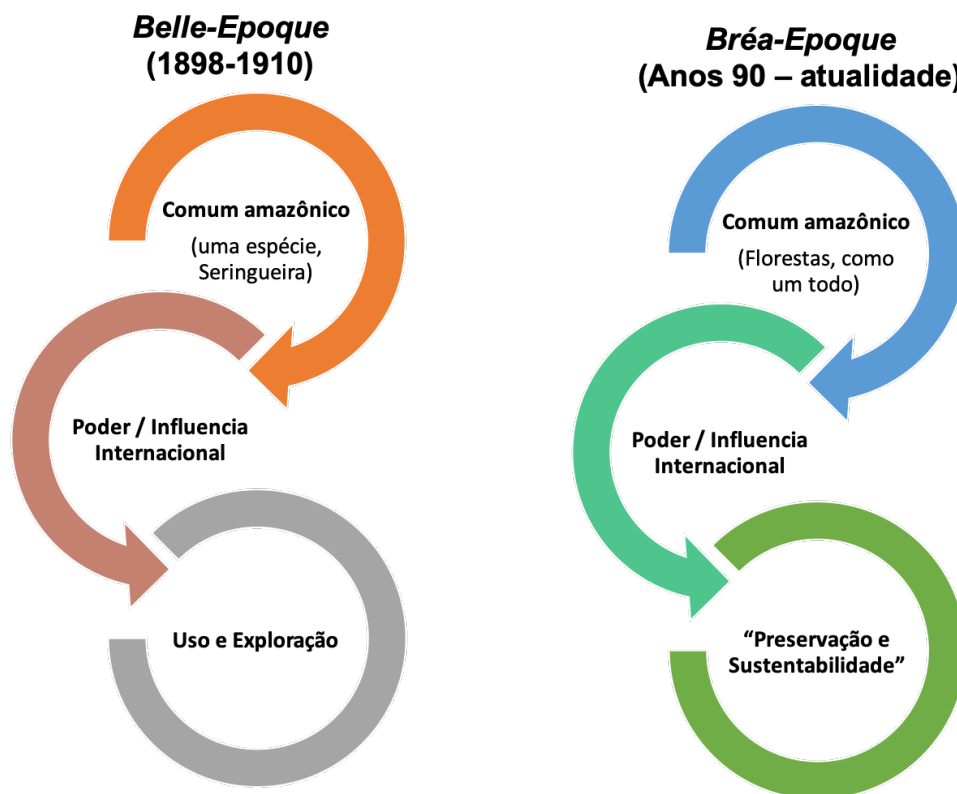
A projeção da Amazônia enquanto um problema político internacional, obviamente não começou com a emergência da temática ambiental nas relações internacionais, em 1970. As incursões, expedições, estratégias e visões sobre a região datam desde 1500, com a “descoberta” da região pelo navegador espanhol Vicente Pinzón, meses antes da “descoberta” do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Nos primeiros 250 anos até o Tratado de Madri (1750), os questionamentos geopolíticos sobre a Amazônia cingiram-se à amplitude e tipificação do seu domínio por Luso-espanhol. Nos anos seguintes, as discussões sobre a geopolítica amazônica adquiriram contornos internacionais, suscitadas em grande medida por países europeus e pelos Estados Unidos, alicerçadas em razões (ou pretextos) das mais variadas possíveis. (RIBEIRO, N. 2005, p.15). Todavia, a visão externa da região ainda persiste, PICQ (2016) reitera:

The Amazon is commonly appraised at the margins of world politics as some apolitical Eden that resists external forces of modernization (Slater 2002). The Amazon is not perceived as a place to study IR because it is imagined outside the modern state. When conceptualized, it tends to be as a uniform, unified entity, a frontier of civilization. The absence of the Amazon in what constitutes legitimate

world politics seems to be the result of who defines political theory, from where, and for what purpose (Cox 1986), rather than serious historical considerations. The Eurocentric gaze has continuously identified Amazonia as its quintessential *other*, starting with its naming. The word Amazon refers to a mythical people of female warriors living outside Greek civilization, who subverted Greek rules (especially with regards to men and marriage). They embody an untamed, barbaric otherness to be conquered, and a foil for cultured (European) society. Much of the West still imagines Amazonia as ‘wild’ despite abundant geo-archeological evidence that it is a garden which forests and rivers have been efficiently managed for millennia (Raffles 2002; Mann 2005). Popular and scholarly portrayals of the region focus on its ecological exuberance rather than its dynamic political history (Hecht 2013). When politics reach the Amazon, it tends to be from ecological perspectives which emphasize how external powers use (and abuse) its natural resources. (PICQ, Manuela. 2016, p.2)

As Relações internacionais há muito influenciam e integram a dinâmica da região amazônica e muito do que se viu e ainda se vê de riquezas fora da região, deu origem ou ergueu o que hoje compreendemos como Norte global. Ao que o presente estudo busca apresentar, à começar pelo título (como já fora explicado na introdução) é uma relação dos comuns amazônicos com o poder/influência internacional, seja na *Belle Époque* ou seja na denominada *Bréa Époque*, conforme organograma 02:

Organograma 02 – Relação dos comuns amazônicos com o poder/influência internacional



Fonte: Desenvolvido pelo autor. (2019)

Contextualiza-se. Em 1840, a conjuntura da indústria automobilista mundial, por meio dos incentivos e processos de inovação, por meio da vulcanização e, posteriormente do avanço no campo dos pneumáticos, direcionaram e demandaram rapidamente a *hévea brasiliensis* (seringueira), que projetou a região amazônica e o Brasil, colocando-o em posição central no comércio internacional da época. Período auge e de luxo das classes mais abastadas da região, que ficou conhecido como a *Belle-Epoque*, um sonho transitório de riqueza graças à borracha. Esse produto ocupou o segundo lugar entre os produtos brasileiros de exportação e teve seu apogeu entre os anos de 1898 à 1910. A economia da borracha trouxe consigo a consequência do crescimento populacional principalmente nas zonas urbanas, como Belém (Estado do Pará) e Manaus (Estado do Amazonas); que impulsionou a melhora nas condições de vida (de uma pequena parte) dessa população, linhas elétricas de bonde, serviços de telefonia, água encanada, iluminação elétrica, antes mesmo das atuais grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, possuírem tal estrutura.

A modernização das capitais amazônicas se deu dentre outros aspectos, para adequar a cidade as transformações capitalistas da época, investindo capital e diversificando sua aplicação em diversas atividades, desse modo, engendrou-se todo um processo de readequação e urbanização da cidade, como forma de facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países com os quais eram mantidas relações. Sarges (2002, p. 45) enfatiza:

O desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo, acelerou-se significativamente com a implantação da República que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceder ao Estado maior participação na renda de exportação da borracha. Neste sentido, a ação dinamizadora do embelezamento visual da cidade estava associada à economia, a demografia e também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além da colocação em prática da ideia positivista de progresso enfatizado pelo novo regime republicano. (SARGES, Maria N., 2002, p.45)

Progresso, desenvolvimento urbanístico, modernização e cosmopolitismo marcaram a realidade de ambas as capitais dos estados amazônicos, Pará e Amazonas. Esse período, que se convencionou chamar de *Belle-époque*, foi dado por jornalistas, literatos e artistas da época, logo após a queda do preço da borracha no mercado internacional, marcou a região amazônica imprimindo na mesma e projetando-a de forma sem precedentes, com resquícios até os dias atuais. O real desenvolvimento da economia da borracha na Amazônia ocorreu entre os anos de 1870 à 1910 e teve seu *boom* a partir de 1898. Auge esse, alcançado em grande medida devido a dinâmica do capital e acumulação de riquezas da burguesia

internacional. As capitais amazônicas, em especial a metrópole Belém, passaram a desempenhar um papel comercial, financeiro, político, escoador de produção e de vanguarda cultural na região. Essas capitais tinham, dentre as funções mencionadas, um papel de vitrine aos investidores externos, para tal, fez-se necessário a adequação de espaços urbanos que as tornassem limpas, desinfetadas, arborizadas, iluminadas e pulsantes em uma cultura mais próxima a europeia.

No contexto de instauração da chamada República Velha (1890-1930) e um novo regimento federativo que propiciara a Estados e Cidades brasileiras captação de recursos no exterior foi também propulsor das atividades do Ciclo da Borracha e conseqüentemente das transformações provenientes de tal ciclo, como a presença internacional e circulação de investimentos. Maia; Saraiva (2012, p. 108), apresentam o termo “Paradiplomacia Financeira” para incitar o debate da inserção internacional de unidades subnacionais e demonstrar que tal fato não é algo que deve ser entendido e estudado enquanto recente. Os autores explicam:

Vê-se, portanto, que a ação dos governos não centrais nas relações financeiras internacionais não se limita ao final do século 20 ou à primeira década do século 21, mas também teria sido relevante e motivo de preocupação no final do século 19 e começo do século seguinte. Trata-se, assim, de aplicar um conceito atual, ajustado à realidade da globalização econômica, à ocorrência em um período pretérito marcado pela mundialização das relações econômicas. (MAIA et al, 2012, p.108)

A pesquisa dos autores traz dados interessantes no que se refere aos Estados amazônicos foco da presente tese. Segundo levantamento dos autores, em um período compreendido entre 1894-1913, inúmeros estados, tão quanto inúmeras capitais de outros estados brasileiros também se empenharam em captar diretamente recursos e empréstimos no exterior para financiar seus projetos de desenvolvimento urbano, a começar por Belém, Belo Horizonte e Salvador em 1905, seguidas por Manaus em 1906, São Paulo em 1908, Porto Alegre em 1909 e Recife em 1910 (BESSA MAIA; SOMBRA SARAIVA, 2012, p. 14). Para se ter uma breve noção da movimentação financeira dessa “Paradiplomacia Financeira na República-Velha”, cabe visualizar o anexo 1 deste estudo.

Os Estados do Pará e Amazonas (como pode ser comprovado no anexo 1) foram entes subnacionais que mais captaram recursos externos, recursos esses, que em grande parte foram alocados nas suas capitais. O ciclo e a conseqüente economia da borracha repercutiram decisivamente acerca da história política, social e econômica da região amazônica. Por mais de quatro décadas, a borracha se apresentou ao Mundo enquanto “produto-rei do trópico

úmido” (RIBEIRO, 2005, p.111) e a importância da mesma no comércio mundial fez com que as metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, conhecessem a riqueza, os encantos e o glamour do primeiro mundo no Brasil. Embora, ao que se estuda e compreende deste período histórico na região, cabe fundamentalmente ressaltar que as adequações urbanas e as infraestruturas criadas pelos intendentess¹⁰ da época na região, não atendiam ou contemplavam a população destes centros urbanos como um todo. Ao contrário, atenderam apenas os segmentos mais abastados que financiavam e podiam pagar pela tal *Belle-époque*. Todavia, no início do século XX, os britânicos, maiores compradores da borracha, iniciaram o tráfico de mudas da seringueira para suas colônias na Malásia, região dos trópicos com clima muito semelhante ao da Amazônia. Sarges (2002, p.55) reitera:

As mudas traficadas passaram a crescer lá, em menos tempo, e plantadas em série, coisa que era impossível de se fazer na Amazônia a época, por conta das pragas, logo os custos e o tempo de produção era mais baixos, a qualidade mais elevada, do que a borracha produzida na Amazônia, e os britânicos não tinham mais que pagar impostos uma vez que estavam agora produzindo borracha em suas próprias colônias. O ano de 1913 foi marcado pelo início da exportação da borracha produzida na Malásia e o início do crise econômica da economia gomífera na Amazônia, que em 1912 registrou a maior exportação da história e chegou a ser o segundo maior produto de exportação brasileira. O rápido declínio fez desmoronar não apenas um ciclo econômico, mas uma sociedade inteira. Sem atenção do governo federal para a crise, e sem haver como competir com o látex malasiano os velhos e rudimentares seringais da Amazônia quebraram, e depois de décadas de absoluta ostentação, não havia nada que os governos locais pudessem fazer, ao longo de décadas os centros econômicos da região investiram muito mais em embelezamento das cidades ao invés de indústrias ou outras atividades econômicas, era tarde demais, a Amazônia estava quebrada, e permaneceria em um estado de abandono pelas seis décadas seguintes. (SARGES, Maria N., 2002, p.55)

A Amazônia viveu um momento transitório da região (com projeções, estruturas e padrões internacionais) que em decorrência do declínio do interesse da borracha amazônica voltou ao seu espaço de fronteiras de recursos. A lógica da relação que o presente estudo busca, com a compreensão de 2 períodos históricos distantes temporalmente, mas próximos pela lógica e exploração dos comuns (conforme resume o organograma 02), fundamenta-se na dinâmica de manutenção da “floresta em pé”, na *Belle Époque* mantinham-se para exploração e retirada do látex que originaria a borracha e na *Bréa Époque*, mantem-se ou esforça-se em mantê-las de pé, em razão de inúmeros fatores, mas sob o mesmo cenário: a importância que a floresta e a região como um todo representam para a biodiversidade e para o clima do Terra. Segundo o IPAM (2001, p.11) a floresta amazônica representa hoje 1/3 das florestas tropicais

¹⁰ Até na nomenclatura nota-se a influência europeia, uma vez que, o termo **intendente** (que seria naquele momento o então prefeito) era uma figura da administração pública de origem francesa. Era um agente do rei durante o Antigo Regime, investido de certos poderes.

do mundo, além de conter mais da metade de toda a biodiversidade do planeta. As taxas de desmatamentos da região hoje, liberam em média 200 milhões de toneladas de carbono por ano, cerca de 2.2% do total global. Acrescenta-se através de tais perspectivas, o quadro 04 baseado em IPAM (2001), onde se apresentam os fatores propulsores da justificativa de manter a floresta em pé:

Quadro 04 – Fatores e Justificativas da importância da preservação e manutenção das florestas em pé na Amazônia

<p>1. Serviços Ecológicos</p>	<p>A floresta Amazônica representa 1/3 das florestas tropicais do mundo, desempenhando papel imprescindível na manutenção de serviços ecológicos, tais como, garantir a qualidade do solo, dos estoques de água doce e proteger a biodiversidade. Processos como a evaporação e a transpiração de florestas também ajudam a manter o equilíbrio climático fundamental para outras atividades econômicas, como a agricultura.</p>
<p>2. Recursos Hídricos</p>	<p>A região Amazônica tem um papel preponderante no uso múltiplo dos recursos hídricos (água potável, navegabilidade, aproveitamento energético, pesca, lazer, etc.). A região Amazônica concentra 20% da água doce do planeta. A manutenção de florestas nas margens de rios evita erosões, assoreamentos e garante alimento para vários organismos aquáticos.</p> <p>Proteção contra incêndios: As florestas da Amazônia funcionam como grandes barreiras contra incêndios, não deixando que o fogo, que escapa de campos agrícolas e pastagens, se espalhe.</p>
<p>3. Biodiversidade e Biotecnologia</p>	<p>Embora cobrindo apenas 7% da superfície terrestre, a floresta Amazônica contém mais da metade da biodiversidade do mundo, representando um tesouro inestimável para a humanidade e um grande potencial para o desenvolvimento da biotecnologia. Na floresta encontramos, por exemplo, essências variadas, substâncias para o combate às pragas e para o desenvolvimento de produtos farmacológicos, além de conter um grande potencial para a geração de novas fontes de recursos utilizáveis.</p>
<p>4. Extrativismo</p>	<p>Cinco milhões de pessoas (entre populações tradicionais e familiares) no Brasil vivem na ou da floresta. Na Amazônia, a extração de produtos não-madeireiros (óleos, resinas, ervas, frutos e borracha) contribui economicamente para a vida de 400 mil famílias de extrativistas. Os recursos florestais, desde que racionalmente utilizados, trazem benefícios econômicos às populações locais, fixam</p>

	o homem no campo e melhoram sua qualidade de vida.
5. Populações indígenas	No Brasil, existem cerca de 460.000 índios divididos em 225 sociedades indígenas e 180 línguas. Apenas 12,41% das terras do país estão delimitadas aos índios. A Amazônia Legal abriga 69% dessas terras e 55% das populações indígenas, as quais dependem da floresta para perpetuarem seu modo de vida e sua cultura. Dos índios amazônicos, 63 referências de índios não contatados, indicando a existência de uma riqueza cultural ainda desconhecida. A longa e acumulada experiência dos povos indígenas em relação ao uso dos recursos da floresta é uma fonte de informação valiosa para a ciência e a tecnologia moderna.
6. Ecoturismo ou Etnoturismo	As belezas naturais e a variedade cultural dos povos da Amazônia podem ser convertidas em benefícios econômicos através do ecoturismo ou do etnoturismo , gerando empregos diretos e indiretos. Segundo a Organização Mundial de Turismo, o ecoturismo cresce 20% ao ano em relação aos 7,5% do turismo convencional. No Brasil, embora essa atividade ainda esteja se desenvolvendo, meio milhão de pessoas praticam ecoturismo, gerando 30.000 empregos diretos, movimentando cerca de 500 milhões de reais por ano. Na Amazônia, surpreendentemente, esta atividade ainda é incipiente e pouco explorada.
7. Exploração madeireira	A região Amazônica é uma das maiores produtoras de madeira tropical do mundo, já utilizando 350 espécies de árvores para fins comerciais. A falta de planejamento nas atividades de exploração gera um desperdício de cerca de 60% nas serrarias. A exploração racional não esgota o recurso, reduz desperdícios e, comparada a agropecuária extensiva, gera o dobro de empregos e paga salário quatro vezes maior. A Certificação Florestal, mecanismo que assegura ao consumidor que determinado produto provém de áreas bem manejadas, incentiva a exploração madeireira de impacto reduzido, a qualificação da mão de obra, traz benefícios sociais e aumento o retorno econômico da atividade.
8. Agricultura	O incentivo à atividade agrícola em certas regiões da Amazônia é questionável. O retorno econômico da agricultura extensiva é de 10% contra 71% da exploração madeireira de manejo sustentável. Grande parte da agricultura familiar na Amazônia, pobre em recursos e tecnologia, persiste baseado nos nutrientes advindos da floresta convertidos através do secular sistema de corte-e-queima. A intensificação da agricultura e a recuperação de áreas abandonadas em certas regiões diminuiria a pressão sobre as florestas.

<p>9. Pecuária</p>	<p>O retorno econômico da pecuária extensiva na Amazônia é de apenas 4% contra a exploração madeireira de manejo sustentável com desempenho de 71%. Além disto, a relação tributária potencial do setor madeireiro em relação a pecuária extensiva é de 8 para 1. Se o caráter extensivo fosse substituído pelo intensivo, com manejo sustentável dos solos, a pecuária poderia continuar crescendo e as pastagens atuais suportariam o dobro do rebanho, sem a necessidade de aberturas de novas áreas.</p>
<p>10. Mudanças Climáticas</p>	<p>As florestas da Amazônia funcionam como grandes armazéns de carbono, o qual se encontra estocado nos tecidos vegetais. Quando a floresta é derrubada e queimada, este carbono é liberado para a atmosfera, o que contribui para o aumento da temperatura da Terra devido ao efeito estufa (0,7°C no último século). Os efeitos associados ao contínuo aumento das emissões de CO² (9 bilhões de toneladas por ano) e de outros gases para a atmosfera, são mudanças no clima, quebra de safras agrícolas e o aumento do nível do mar, o que poderia inundar as cidades litorâneas. As emissões de carbono para a atmosfera provêm da queima dos combustíveis fósseis (80%) e das mudanças no uso da terra (20%), principalmente o desmatamento. O desmatamento na Amazônia libera 200 milhões de toneladas de carbono por ano (2,2% do fluxo total global). Por outro lado, a Amazônia armazena em suas florestas o equivalente a uma década de emissões globais de carbono.</p>

Fonte: Organizado pelo autor. Baseado em IPAM, 2001, p.01-27

Entendida tal relação e a justificativa que embasa o estudo e as premissas que serão apresentadas em seções posteriores, cabe apontar para o fato que tal projeção internacional da região que ocorreu em outrora, evidenciou a mesma para períodos futuros. Entre as décadas de 1930 e 1980, a Amazônia se viu totalmente envolvida na propulsão desenvolvimentista dos governos, desde Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek e em seguida no período militar. Antoni (2010, p.302) consubstancia:

A região amazônica começa a ser objeto de um planejamento regional que encontra a própria consagração na constituição do 1946, com o Programa de Desenvolvimento da Amazônia. E a expansão da sua fronteira (SCHMINK; WOOD, 1992; LITTLE, 2001) se tornará um elemento constitutivo do desenvolvimento brasileiro. Contudo, o sonho do país é viável só com a contribuição do capital e de empresas estrangeiras que, com o estado e as empresas nacionais, formam o “tripé” sobre o qual se apoia o crescimento econômico (BECKER, 1990). Segundo Abreu (1992), a entrada do capital estrangeiro no Brasil passou de 359,0 milhões de dólares em 1964 a 19.014,3 milhões em 1981; enquanto do território amazônico ocupado, em 1986, 23,9% estava ocupado pelo estado, 36,2% pelas empresas nacionais privadas e 39,9% pelas empresas internacionais. (ANTONI, G, 2010, p.302)

A mundialização da questão ambiental visto a importância geopolítica da região amazônica, não demorou para projetá-la como *global player*. No início dos anos 80, houve uma politização dos problemas ambientais da Amazônia na arena internacional o que levou a “conveniência política” de estratégias como a do PPG7¹¹ (Programa Piloto do G7 para as Florestas Tropicais), que foi montado dentro de um contexto político específico por um bloco histórico que avantajava o capital transnacional e confiaram o destino dessa iniciativa, não levando em consideração a eficiência do mesmo e até mesmo as especificidades da região. A consecução do PPG7 se mostrou como uma experiência marcada por um período de transição: i) impulsionado pelo objetivo da conservação e ii) pelo “início” da mercantilização da natureza Marco na história ambiental da região, criou e contribuiu para o estabelecimento de pressupostos favoráveis à entrada do mercado e ao processo de globalização na Amazônia (ANTONI, G, 2010, p.315).

Bentes (2005, p.11) reitera que os níveis de interferência do ambientalismo internacional não ocorre da mesma forma e com a mesma frequência nos países do G7, por exemplo, mesmo diante de acordos e *lobbies*. A autora reitera:

Os argumentos de que territorialidade e soberania seriam temas ultrapassados desconhecem que é a desigualdade política internacional que faz com que pareça natural a intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia, enquanto não se cogita intervenção alguma nos Estados Unidos, os maiores poluidores do planeta e onde os republicanos no poder continuam desmantelando as políticas ecológicas criadas pelos democratas. Um dos argumentos do ambientalismo internacional era de que as mudanças climáticas na Amazônia interferem no clima do planeta. Até que ponto as altas emissões de substâncias poluentes nos países do G-7 não estão igualmente interferindo nas mudanças climáticas na Amazônia? As indagações dos cientistas e representantes dos países industrializados não são, necessariamente, exemplos de neutralidade. Todavia, a ideia de que eles seriam politicamente "neutros" e tecnicamente melhor preparados para "salvar" a Amazônia foi importante para que a intervenção internacional acontecesse. (BENTES, 2005, p.11)

Apesar das projeções, das perspectivas e das constantes incursões e entrelaçamento de atores na região, a Amazônia, pela sua extensão, apelo global, importância geopolítica e riqueza em biodiversidade, e principalmente suas florestas, emerge como um espaço-chave no ciclo de carbono planetário, ao mesmo tempo e que se apresenta como uma das regiões do globo, mais vulneráveis aos processos de turbulências que as mudanças climáticas estão desencadeando, por meio de grandes pressões sobre os ecossistemas regionais, com danos

¹¹ O G-7, grupo de sete países, que são eles: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Itália e Reino Unido, desenvolveu uma iniciativa chamada PPG7 no intento de conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das florestas tropicais.

severos principalmente nas áreas urbanas. A região sofre substancialmente também pelos eventos climáticos extremos como secas, queimadas, enchentes, inundações e ondas de calor, afetando o estoque de recursos hídricos e a biodiversidade, além de problemas relacionados à infraestrutura, saúde pública e mobilidade, causando prejuízos econômicos e calamidade pública (SANTOS, 2012, p.8-10).

A contemporaneidade da região se apresenta marcada pelos padrões de desenvolvimento intensificados pela lógica da produção a todo custo, desde meados da década de 1960, juntamente a política de integração forçada e a visão de progresso através do desmatamento (que persiste), que tem alterado de forma radical a ocupação do espaço amazônico, produzindo formas diversas de degradação da natureza, desequilíbrios ecossistêmicos, desordens territoriais e processos frequentes de gentrificação¹². A intensificação dessas dinâmicas, resultaram na emergência de eventos climáticos extremos - secas prolongadas, enchentes e inundações cada vez mais frequentes e intensas (RITTL, 2012, p.2). As populações amazônicas, sobretudo ribeirinhas, certamente já estão acostumadas, ou pelo menos aprenderam a conviver e se adaptar, aos processos cíclicos de secas e enchentes chamados "fenômenos naturais". Antônio Nobre (2014, p.37) reitera:

O que vemos de ações humanas sobre a floresta amazônica revela enorme inconsciência, tanto dos que estão envolvidos na sua destruição, quanto dos que vagamente desejam sua proteção. Cada nova iniciativa em defesa da floresta tem trilhado os mesmos caminhos e pressionado as mesmas teclas. Neste comportamento, insistimos no que Einstein definiu como a própria insanidade: "Fazer a mesma coisa sempre, de novo, esperando resultados diferentes." (NOBRE, 2014, p.37)

Considerando sua extraordinária diversidade ecossistêmica, cultural e social, a Amazônia possui uma relação direta e emblemática com o fenômeno das mudanças climáticas globais, o que tem colocado em ação e mobilizado múltiplos atores e iniciativas de governança em prol de políticas climáticas, envolvendo iniciativas subnacionais (estaduais e municipais), privadas e internacionais, que vem crescendo com a globalização dos problemas ambientais. De tal importância geopolítica e cenário de múltiplos atores e interesses para com a temática das mudanças climáticas, infere-se: A globalização, mundialização ou internacionalização da Amazônia é resultado de uma convergência de interesses e atores do

¹² é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais abastadas. O fenômeno é resultado da revitalização urbana, onde determinados espaços até então abandonados passam a ser vistos com potencial por grupos sociais e econômicos. Isto faz com que haja aumento do custo de vida daquele espaço, e por consequência, afaste seus moradores tradicionais. (USP, 2015). Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificao>.

mercado global, da opinião pública nacional e internacional, tal como, do papel do Brasil no cenário mundial. Esse cenário marca uma nova fase de recursos (a manutenção da floresta em pé), de modo contemporâneo e determinado, aos objetivos da política ambiental internacional. PICQ (2016, p.1) consubstancia:

In popular discourse, as well as in the discipline of International Relations (IR), the Amazon is not exactly the first place one looks for global politics. It exists, in popular imagination, as a land without history, wild and remote. In this depiction of the Amazon, there are pristine rainforests inhabited by isolated tribes in need of preservation from global forces. Many accounts lead readers to imagine adventurers navigating legendary uncharted waters in search of uncontacted peoples, failing to realize that the Amazon rivers were subject to systematic human manipulation, and that it is Brazil's most rapidly urbanizing region. It is portrayed as a pure source of nature capable of containing global warming, rarely recalling that the Amazon rubber enabled the automobile revolution, which fueled today's climate crisis in the first place. There is a profound gap between what is (un)told about the Amazon and the international interactions at play on the ground. (PICQ, Manuela. 2016, p.1)

2.2 A GEOPOLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PROTEÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

As evidências das mudanças climáticas, somada a disseminação dos meios de comunicação em captar e transmitir essa sensação de mudança, trouxeram para o dia-a-dia das pessoas a percepção de que algo está ocorrendo com o clima, e que os prejuízos tem se acumulado por todos os cantos do planeta. É na relação existente entre as atividades humanas e a composição gasosa da atmosfera terrestre, que residem os principais problemas que aceleram os processos das mudanças climáticas globais. Mike Hulme (2009, p. 15) afirma que as mudanças do clima estão longe de serem simplesmente mudanças físicas, e sim, mudanças que perpassam e ultrapassam as suas origens nas Ciências Naturais, pois ela encontra na sua dinâmica o mundo da política, da economia, da cultura, do comércio, da religião, da mídia, adquirindo novos significados e servindo a novos propósitos.

Desde a emblemática formação de uma relativa ordem ambiental internacional na década de 1970, é notório o agrupamento dos países em 2 grandes grupos: países do norte ou norte geopolítico (formado pelos países desenvolvidos ou de economias em transição) e os países do sul ou sul geopolítico (países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos). Dessa compreensão, de modo geral, caracterizou o “Norte” como os países mais degradadores dos bens comuns globais, de produção de lixo, poluição e onde os efeitos nocivos das

constantes agressões ao meio ambiente foram sentidos mais drasticamente. Por sua vez, o “Sul”, se caracteriza pelos países detentores de maior parte dos bens comuns globais ainda disponíveis, sofrendores de intensos saques e degradação ambiental. Nesse cenário, e mais recentemente, cabe ressaltar o papel preponderante, frequente e ambíguo da China em relação a lógica norte-sul e a agenda das mudanças do clima. Embora seja a maior emissora mundial de GEE, a China é concomitantemente o país que mais tem investido e convertido ideias em práticas acerca do enfrentamento ao aquecimento global. Ou seja, assume um papel de níveis distintos: de incentivos a governança e a proposição de políticas ambientais no nível doméstico, e de crescimento econômico desenfreado e projetos de desenvolvimento que não condizem ao nível doméstico, no nível internacional de atuação.

Compreendida tal divisão e com o avanço das discussões e políticas acerca das mudanças do clima, cabe ressaltar que tais mudanças têm uma forte conexão com a Geopolítica, uma vez que, sendo um ramo de estudo da Geografia que busca analisar e interpretar questões atuais e o desenvolvimento em dos países, através das relações e estratégias entre o Poder político e os espaços geográficos desses países. COSTA (2008, p.18) explica que a Geopolítica é importante pois incita o entendimento até que medida as estratégias adotadas pelos Estados podem interferir (ou não) na situação dos governos no cenário global. Ou seja, ao se pensar as que as mudanças climáticas não “respeitam” as fronteiras e são evidenciadas em parte específica do globo, cabe aos Estados, Governos, a Sociedade e as Redes de governança em si, compreenderem e trabalharem essa agenda de mudanças do clima para além do ambiental, ultrapassando as óticas científicas, sociais, culturais e principalmente políticas.

A arena das mudanças climáticas aponta para um jogo altamente complexo, pois o antagonista é representado por um sistema econômico, ambientado por um conjunto de teorias econômicas ortodoxas, que não reconhece limites naturais à expansão dos padrões de produção e consumo (RODRIGUES, 2008, p. 85). Deste modo, a compreensão de que estamos diante de um alerta ambiental que incita e demanda uma revisão incomoda de conceitos, teorias e perspectivas econômicas e políticas (historicamente consagradas), é que se embasa a compreensão e relação da temática das mudanças do clima com a geopolítica. No âmbito do presente estudo, tal compreensão não poderia ser mais evidente e latente, por ter o pano de fundo da região amazônica, Becker (2005, p.1) explica:

De início, cabe uma pequena explanação sobre geopolítica: trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. Foi o

fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. (BECKER, Bertha. 2005, p.1)

Recentemente, a Teoria de Gaia pensada na década de 70 e brevemente apresentada anteriormente nesse estudo, voltou à cena e enfatizando o papel dos trópicos úmidos para a manutenção do clima global. Entretanto, quando se fala em Trópico úmido no século XXI, evidentemente está direcionando atenção à Amazônia, já que boa parte das demais florestas de ambiente tropical no mundo já foram fortemente atingidas pela ação antropogênica. Lovelock apud Ribeiro (2005, p.272) aponta:

Não precisamos mais justificar a existência de florestas tropicais úmidas sobre bases precárias de que elas podem conter plantas com drogas capazes de curar doenças humanas. A teoria de Gaia nos força a ver muito mais do que isso. Dada sua capacidade de evapotranspiração de enormes volumes de vapor d'água, elas servem para refrescar o Planeta proporcionando-lhe a proteção solar de nuvens brancas refletoras. Sua substituição nas lavouras poderia precipitar um desastre em escala global. (LOVELOCK, J. apud RIBEIRO, N. 2005, p.272)

De forma natural, o planeta Terra atravessa ciclos de mudanças climáticas globais de amplitudes geológicas. A influência humana, entretanto, está acelerando as emissões e a composição de GEE na atmosfera terrestre. As plantações florestais contribuem para diminuir a quantidade de GEE na atmosfera, uma vez que assumem papéis de adaptação e sobrevivência as mudanças naturais, tal como, sequestra e fixam CO₂ emitido pelas atividades humanas. Vieira (2007, p.45) reitera:

As plantações florestais, permitem a existência da biodiversidade, seja sob o seu dossel, seja pela diminuição da pressão por energia e madeira, sendo mais atrativas para a biodiversidade do que a agricultura. As florestas secundárias ou exploradas, fornecem habitat de qualidade para a maior parte da biodiversidade. Uma estratégia que combine o uso de plantações florestais e manutenção das florestas clímax é mais apropriada para promover a adaptação às mudanças globais (VIEIRA, 2007, p.45).

As florestas tropicais estão localizadas na região dos trópicos, área que compreende entre o Trópico de Capricórnio e o Trópico de Câncer, logo, as mesmas são predominantemente encontradas em parte da África, Ásia, América central e América do sul. Muitos são os países nessas regiões mencionadas com as maiores quantidades de m² de florestas tropicais, na ordem: 1) Brasil, 2) República Democrática do Congo, 3) Peru, 4)

Indonésia, 5) Colômbia, 6) Papua Nova Guiné, 7) Venezuela, 8) Bolívia, 9) México e 10) Suriname. As florestas tropicais são ecossistemas complexos e que abrigam alta biodiversidade, englobando cerca de 2/3 do total de espécies existentes no planeta. O Brasil, em função de ser detentor de duas grandes florestas (a Atlântica e a Amazônica, foco deste trabalho), se destaca pelos seus 357 milhões de hectares de florestas tropicais (30% de todas as florestas do planeta). (ALMEIDA, 2016, p.4)

Região continental e estratégica pelos expressivos atributos de ser uma das maiores fronteira de recursos naturais do planeta (recursos hídricos, reservas minerais, imensa biodiversidade e sociodiversidade), além de base natural em termos de prestação de serviços ambientais (equilíbrio ecossistêmico, sumidouro de carbono, provedor de corredores de umidade, etc.), a Amazônia é um dos espaços mais vulneráveis aos processos turbulentos que as mudanças climáticas estão desencadeando Mundo, sofrendo grandes pressões sobre os ecossistemas regionais, principalmente em suas florestas tropicais. Nos últimos anos, em especial nas últimas décadas, as florestas tropicais tem adentrado em debates para além do científico e ecológico, adentraram em áreas de discussões políticas e econômicas, sobretudo no que se refere a mitigação das mudanças climáticas, em razão de seu papel como reservatório natural de carbono, tal como, as frequentes e atuais pressões antrópicas sobre esses ambientes florestais. MOUTINHO&SCHWARTZMAN (2005, p.33) apontam que os maiores estoques de carbono dos ambientes terrestres, encontram-se e concentram-se ambientes florestais, que, na compreensão de unidade de área, são capazes de comportar de 20 à 50 vezes mais carbono que as formas simplificadas de cobertura do solo, como pastos e agricultura. Rodrigues et al (2008, p.87) reiteram:

As florestas tropicais, que compreendem aproximadamente metade das áreas florestais do globo, estocam maiores quantidades de carbono que aquelas localizadas em áreas temperadas. Desse modo, taxas equivalentes de desmatamento em regiões tropicais e temperadas resultam geralmente em maiores emissões de carbono a partir de florestas tropicais. Em consequência, o desmatamento e a modificação dos habitats biodiversos das florestas tropicais tem contribuído de forma significativa com o aquecimento global, além de comprometer a disponibilização de serviços ambientais, ameaçar a biodiversidade e prejudicar a sobrevivência de povos tradicionais que dependem diretamente da floresta. (RODRIGUES, S. 2008. et al, p.87)

A importância geopolítica que se é dada a região amazônica, conforme explicado em sessão anterior, não data do período atual e sim, de séculos atrás, mas sempre tendo como objetivo, o uso, retirada e exploração dos comuns dessa rica região. Toda essa projeção e enfoque dados a região em função de suas florestas tropicais, baseia-se na tese de que os

serviços ambientais¹³ prestados pela floresta, representam uma potencial fonte de fluxos financeiros de forma a se tornar um fator transformacional da Amazônia (FEARNSIDE, 1997, p. 6). Dentre tais vitais serviços ou funções dos ecossistemas amazônicos, ressalta-se a manutenção da estabilidade do clima e da biodiversidade. Fearnside (2015, p. 37) acrescenta:

Um desses serviços é o papel da floresta amazônica no ciclo hidrológico, que fornece o vapor d'água que gera a precipitação não só na Amazônia, mas também na região Centro-Sul do Brasil, bem como em países vizinhos (Fearnside, 2004; Marengo, 2006). Outro serviço é a prevenção do aquecimento global através da manutenção do carbono estocado na floresta e no solo, em vez de permitir que ele seja lançado como gases de efeito estufa (Fearnside, 1997e, 2000; Nogueira et al., 2008). Apesar da promessa de valor substancial e avanços nas negociações de vários tipos, capturar o valor dos serviços ambientais é ainda, em grande parte, um fator potencial para o futuro, ao invés de um sério concorrente com opções tais como a criação de gado, exploração madeireira e a soja. (FEARNSIDE, P. 2015, p.37)

A Amazônia adentra ao século XXI com o grande desafio geopolítico de justificar que a floresta vale (\$\$\$) muito mais em pé, do que no chão, desmatada, queimada. Ao se pensar nos serviços ambientais e magnitude da região, parece obvio justificar a conservação dessas florestas, tal como, que tais serviços devem ser recompensados de alguma forma. No entanto, o que evidenciamos na trajetória das negociações internacionais de cunho ambiental, é que os progressos nessa seara foram tímidos e com retornos financeiros não tão significativos ou esperados, dada a importância da região e o reconhecimento de tal em termos globais. Por sua vez, as negociações internacionais do clima, avançaram um pouco mais e tem uma probabilidade maior de gerar fluxos monetários na escala e no tempo que são necessários (FEARNSIDE, 2015, p.40). As estratégias de REDD e REDD+, são exemplos disso, e corroboram esse grande desafio geopolítico da região, conforme Fearnside (2015, p. 41) continua:

Como pagar pelos serviços que as florestas tropicais fornecem para evitar o aquecimento global é uma questão de grande controvérsia. O REDD – ou “redução

¹³ A definição de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos é simples: trata-se dos benefícios que as pessoas obtêm da natureza direta ou indiretamente, através dos ecossistemas, a fim de sustentar a vida no planeta. Os ecossistemas proveem a purificação da água e do ar, amenizam os fenômenos climáticos violentos (como ciclones, tornados e tufões) e protegem contra desastres naturais (por exemplo, tsunamis e deslizamentos de terra); decompõem o lixo, mantêm os solos férteis e ajudam no controle de erosões. Animais, como as abelhas, vespas e formigas, polinizam as plantas que, enquanto crescem, sequestram carbono da atmosfera. Outros, como a cotia e o mico-leão-dourado, ajudam as florestas e matas dispersando sementes. As fezes animais fertilizam o solo. Por sua vez, as florestas fornecem madeira, alimentos, substâncias medicinais, fibras e produzem recursos genéticos (qualquer material de origem vegetal, animal ou microbiana que contenha unidades funcionais de genes e apresentem valor econômico real ou potencial). Os sistemas fluviais disponibilizam água doce, o mais essencial dos recursos, movem hidrelétricas para produzir energia, quando navegáveis substituem estradas e são usados como áreas de lazer. As zonas úmidas costeiras filtram os resíduos, mitigam as cheias e servem de viveiro para a fauna marinha, o que permite a pesca comercial. Todos estes são exemplos de serviços ambientais. (O ECO – Dicionário ambiental. **O que são serviços ambientais.** Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28158-o-que-sao-servicos-ambientais>>

de emissões por desmatamento e degradação” –, é visto por alguns como o “Salvador” das florestas tropicais e por outros como um mal imoral que faria uma precificação da natureza ou um truque para permitir que os países ricos continuem em um caminho para o desastre climático. Essas controvérsias têm origem em uma longa lista de considerações políticas e outras, muitas das quais têm pouco ou nada a ver com as questões climáticas (FEARNSIDE, P. 2015, p.37)

Por sua imensidão continental, rica biodiversidade e importância geopolítica, a Amazônia tornou-se pauta das discussões da comunidade internacional. A preocupação com a proteção das florestas tropicais fez surgir mecanismos de crédito de carbono, como o REDD e posteriormente o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal) para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Tais mecanismos integram uma polêmica arquitetura internacional de “Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), uma vez que, essa lógica de “pagamentos por resultados” (destinada aos países em desenvolvimento e sustentada financeiramente por países desenvolvidos) é bastante controversa, ainda que seja uma potencial alternativa de mitigação do clima e desenvolvimento sustentável, em especial, na região amazônica. Mecanismos e estratégias essas, que timidamente tem apontado um direcionamento importante em créditos de carbono e que o presente estudo se dedicará a investigar, tendo como objeto de estudo realidades distintas nos estados do Pará e Amazonas (que serão descritos em sessão posterior).

Becker (2015, p.85) incita que a floresta só deixará de ser destruída, se tiver valor econômico para competir com a madeira, a pecuária ou a soja. Para a autora, mesmo com os avanços na proteção ambiental, a ideia de se manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada, principalmente, quando se trata em florestas tropicais. Em um excerto emblemático, McGrath (1997, p.36), disserta não somente pelo discurso direcionado a real complexidade e importância da região, mas por apontar que o epicentro de uma crise na Amazônia e consequentemente dos Comuns que integram a mesma, poderia acarretar consequências globais:

Os trópicos úmidos são a região paradigmática da terra, e dentro dos trópicos úmidos o habitat paradigmático é a floresta tropical com seu alto nível de diversidade de espécies. A floresta tropical é o ambiente mais crítico, porque a perda da floresta tropical elimina o maior número de espécies por unidade de área convertida. A bacia amazônica, a maior extensão de floresta tropical do mundo, e a região com a maior taxa absoluta de desmatamento, é o epicentro da crise da biodiversidade. (McGrath, D. 1997, p.36)

A riqueza e diversidade (ecológica e social, em grande medida) da região amazônica já são amplamente conhecidas. A atual ênfase e visão acerca de seu papel na regulação de serviços ambientais é que tem gerado e projetado ainda mais a região nas últimas décadas. De

tal importância e reconhecimento (sobretudo, internacional) a Amazônia é palco desde os séculos passados, de múltiplas visões e interesses. Bezerra (2015, p.61) explica:

It is important to stress that in order to understand the reality of the region it is necessary to look at two aspects: international politics and national interests (Guimarães 1991; Hurrell 1991). A combination of these two factors delineates the future of the region. The importance of the forest goes beyond the national borders of Brazil. National projects are delineated according to internal issues and to the international discourse of the moment and the role played by the Amazon in that context. One example that illustrates this last point is the Our Nature programme from President Jose Sarney's administration (1985–1990), which was elaborated as an answer to the pressure that Brazil was under in relation to its ability and willingness to manage the forest. The clash of these different forces, which is also represented by different actors, has generated conflicting projects. (BEZERRA, Joana. 2015, p.61)

Esse debate de níveis, entre o internacional e o nacional (as vezes, em determinadas discussões e políticas, o local) é ambíguo, pois a mesma visão internacional que se tem da região enquanto local a ser protegido, espaço vital de regulação do clima e de futuras descobertas científicas, o nível internacional também estimula o desmatamento e outras atividades prejudiciais a região, como o aumento da produção de soja, expansão da pecuária e a exploração da madeira, produtos base da região e que são commodities no mercado internacional (GLYCERIO, 2008, p.2). Tais níveis de debates e consequentemente de interesses, se evidenciam na região e a prejudicam em uma perspectiva histórica. A visão e a importância geopolítica da e para região tem raízes na visão simbólica que foi criada sobre a mesma, de “Pulmão do Mundo”. Hoje a visão e o entendimento (mas de bases científicas) é que sim, as florestas tropicais (em especial a Amazônia) tem uma importância estratégica na manutenção da biodiversidade, tal como, do clima do planeta.

The Amazon is represented both as a natural and as a resource frontier. It is at the same time a place to be conserved and a place to be explored. This inconsistency, a feature present at the local, national and the international arena, hampers an integrated and efficient management of the region. Businessmen have an advantage: they are the actors that benefit from the perception of the forest as a resource frontier, an understanding embedded in the national government plans for the region. At the same time that it pushes for the conservation of the forest, the government stimulates the use of the region for the development of the country. The insertion of the Amazon in the international scenario reproduces this incongruence. These discourses, which developed into policies for the region, prevent an understanding of integrated development for the region that serves the needs of other actors, not just the entrepreneurs, from coming to the forefront. This double-talk hinders the dominance of the perception of the Amazon as a natural frontier. The view of the region as a resource frontier stimulates deforestation. In order to change reality, it is important that there is a change in the view of the rainforest, minimizing these inconsistencies in relation to the region. Conflicting discourses and policies prevent management of the region that has as its main objective the union between conservation and economic activity. It is also important that other actors, not only companies and big producers, benefit from government plans. (BEZERRA, Joana. 2015, p.64)

Pensar a Amazônia para além da lógica norte-sul, compreender o papel da floresta e sua intrínseca ligação ao processo econômico da região, é o que aponta Bezerra (2015, p.64). As Amazônias se apresentam aos leitores e pesquisadores da região (e conforme previamente foi exposto nesse estudo) como múltiplos espaços dentro de um só. Uma região que somente pode ser compreendida a partir da percepção de diferentes níveis: ambiental, florestal, ecológico, social, político, econômico, molecular, visível ou não perceptível aos sentidos humanos, que gera um entrelaçamento (quase?) quântico, onde se articulam os níveis, já mencionados, com as distintas arenas ou dimensões do nacional/internacional e público/privado que determinaram e ainda ditam as políticas, estratégias e iniciativas na região. A compreensão cada vez mais ampliada da maior floresta tropical do Planeta se deu e ainda se dá pelos avanços significativos de redes de cooperação internacional como ABRACO, LBA, PPG7, GEF em conjunto as agências de fomento nacionais como o CNPQ e a CAPES. Redes essas, que tem possibilitado um substancial avanço no conhecimento do funcionamento e das inter-relações dos ecossistemas amazônicos, do seu vasto conteúdo em biodiversidade, de seu papel regulador do clima regional e global, tal como, da complexidade das causas de sua dinâmica ambiental (SOARES FILHO, Britaldo et al, 2008, p.2).

Quando se fala em Geopolítica das Mudanças climáticas na Amazônia, precisamos nos remeter a noção que sempre caracterizou o termo geopolítica, de intensas pressões, intervenções, conquistas de território e até mesmo a eclosão de conflitos e guerras. Em um primeiro momento da noção de geopolítica, tais ações tinham como ator principal o Estado, pois até então, era a única fonte e representação de poder e execução política. Para Becker (2005, p.2) a Geopolítica contemporânea atua em torno de meios e relações de poder à influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso de determinados territórios, uma vez que, a conquista dos mesmos e as colônias tornaram-se muito caras. Por que então refletir sobre isso? Em razão das contínuas e quase históricas relações de poder construídas na região amazônica que com o passar dos anos, só deixaram de ser comandadas pelo Estado em detrimento de outras instituições e organizações. Becker (2005, p.4) corrobora:

Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada. Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados.

O espaço sempre foi associado ao tempo. E hoje, na acentuação de diferentes espaços-tempos reside uma das raízes da geopolítica contemporânea. As redes são

desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se socializam. E essa socialização está gerando movimentos sociais importantes, os quais também tendem a se transnacionalizarem.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimentos sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa. A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. (BECKER, Bertha. 2005, p.4)

O reconhecimento da necessidade de gerir os recursos naturais de modo sustentável e evitar a degradação ambiental, não é suficiente para que os governos sejam politicamente eficazes na mitigação das mudanças climáticas. Esse fato pode ser analisado tanto na perspectiva de governança, quanto na perspectiva da efetividade de políticas públicas, isso porque os interesses divergentes e as relações de poder irão sempre influenciar no comportamento dos atores e nas suas decisões entre coordenar, ou não, suas ações, independente do nível (local, nacional ou internacional).

As profundas transformações nos padrões econômicos e produtivos do sistema internacional, muitas delas, decorrentes do processo de globalização intensificado nas décadas de 1980 e 1990, influenciou e ainda influenciam substancialmente as políticas econômicas, sociais e mais recentemente, ambientais em vários espaços do globo. O conseqüente processo de internacionalização da economia mundial criou novas dimensões econômicas, sociais e geopolíticas, que caracterizaram um novo ordenamento global pautado na incorporação de recursos naturais estratégicos. A região amazônica, por sua magnitude em diversos âmbitos, adentrou a pauta dos mercados e das *commodities*, que a projetaram enquanto espaço estratégico para a noção e importância da biodiversidade, tal como, distintos processos de Governança ambiental, climática e florestal, foco deste estudo. Ressalta-se, por fim, que diante as significativas pressões sobre a disponibilidade e qualidade de determinados recursos estratégicos da região, a mesma assume no presente século, uma importância geopolítica global, que exige e demanda iniciativas, estratégias e políticas que estimulem e construam redes de Governança, com a interação e compreensão de distintos atores, que possam então, garantir a soberania e no uso e na conservação dos recursos naturais. Giddens (2010, p.35) finaliza, apesar das divisões e das lutas de poder existentes, enfrentar as mudanças climáticas talvez seja o trampolim para a criação de um mundo mais cooperativo.

2.3 O PANORAMA DA SUSTENTABILIDADE NA *HILÉIA*¹⁴ : ENTRE A GOVERNANÇA CLIMÁTICA E FLORESTAL

Compreender as múltiplas faces da Amazônia não é tarefa fácil, sobretudo pelas múltiplas visões pensadas, criadas e executadas na/para e para fora da região em questão. Visões essas, em parte decorrentes das variadas concepções de desenvolvimento e estágios que a região foi acometida, e em parte por entendimentos distorcidos e sem fundamentação que foram repetidos e (alguns) consolidados no imaginário de entusiastas, pesquisadores e planejadores de políticas públicas para a região. As peculiaridades e especificidades da região amazônica estão além de todo e qualquer estudo ou material produzido e/ou reproduzido sobre a mesma, ainda que no início do presente capítulo tenha sido exposto a literatura-base do presente estudo sobre a região, a realidade e magnitude da região só podem ser presenciadas *in loco*. Euclides da Cunha¹⁵, ilustre escritor brasileiro, lá em 1909 durante sua passagem na região esboçou a magnitude desta terra, quando apontou que “...Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza” (CUNHA, Euclides. 1994, p.33).

Agenda muito frequente e palavra-chave que se tornou um complemento quando se pensa na região, a Sustentabilidade trouxe e traz diferentes perspectivas, entendimentos e compreensões sobre a região. Lima e Pozzobon (2005, p. 2) explicam que durante os anos 1990 foi consolidado pela sociedade ocidental um referencial teórico novo, com conceitos oriundos da ecologia e da teoria biológica da evolução, tal como, com influências das propostas dos movimentos ambientalistas. Por sustentabilidade ecológica entende-se então, enquanto “a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente” (LIMA e POZZOBON, 2005, p.1). Esse seria, então, um dos prismas mais importantes para as análises realizadas no âmbito da diversidade social e ecológica da região.

Sempre muito direcionada quase que unicamente a uma visão única: de que na Amazônia só tem florestas e riquezas diversas, o prisma da sustentabilidade, os mercados globalizados, o foco no meio ambiente e a diversidade foram (e são ainda) temáticas

¹⁴ **Hileia**, palavra de origem grega derivada de *Hilaea*, que significa mata virgem, inexplorada. Foi a denominação dada por Alexander von Humboldt (1769-1859) à floresta amazônica.

¹⁵ (1866-1909) foi um escritor e jornalista brasileiro, com passagem pelo Itamaraty. A convite de Rio Branco, comandou uma expedição pela Amazônia que tinha como objetivo principal a demarcação de fronteiras, mas que acabou resultando em uma valiosa e profunda análise social da região, revestida de contemporaneidade.

recorrentes na região amazônica. E isto teria contribuído para a formação de um imaginário simbólico que projeta a concepção de Amazônia como um espaço exótico e outras enunciações que visam a destacar o deslumbramento do olhar estrangeiro sobre a imensidão verde desconhecida (PRESSLER, 2012, p.11). Deste modo, a região adentra as discussões internacionais sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade (sobretudo na década de 1990) sob o panorama da importância acerca de seus comuns, ao mesmo tempo acometida pela degradação de muitos deles, em especial de suas florestas tropicais. A partir de tal projeção no início da década de 1990 e com a ampliação da discussão acerca de um desenvolvimento sustentável, os holofotes (em especial do norte-geopolítico) voltam-se novamente a região, agora sob pretexto de sensibilização para conservação. Inicia-se, então, a construção de um campo ambiental transnacionalizado na Amazônia. (PRESSLER, 2012. P. 60).

Estamos nos aproximando de quase meio século desde a emblemática e significativa década de 1970, onde os problemas ambientais passaram a ser direcionados para além da visão de ecólogos, biólogos, geólogos e etc., tornando-se então, em problemas internacionais. A origem, em grande medida e já comprovada, de muitos desses problemas ambientais é decorrente das relações produtivas da sociedade urbano-industrial, que se originaram e amplificaram, direta ou indiretamente, a maior parte dos problemas ambientais enfrentados na “modernidade” (ROCHA, 2002, p.2), como as mudanças climáticas. Esse quase meio século de discussões insistentes sobre a temática ambiental não foi suficiente para direcionar o mundo no caminho de um desenvolvimento sustentável (resguardando, ainda que, os aspectos polissêmicos do conceito). Ulrich Beck (1999, p.33) afirmou a 20 anos atrás que vivíamos (ainda vivemos) em um mundo fora de controle, onde não há nada de seguro além da incerteza. Para Beck, a sociedade moderna tem produzido e sido acometida por uma “sociedade de risco”. Ou seja, uma sociedade que “fabrica incertezas” não quantificáveis e mensuráveis em diversos segmentos, e que como consequência a isso, traz ao cenário atual um panorama de risco global. Beck (1999, p. 36) reitera:

[...] não sabemos se vivemos em um mundo algo mais arriscado que aquele das gerações passadas. “Não é a quantidade de risco, mas a qualidade do controle ou – para ser mais preciso – a sabida impossibilidade de controle das consequências das decisões civilizacionais que faz a diferença histórica.” Por isso, eu uso o termo “incertezas fabricadas”. A expectativa institucionalizada de controle, mesmo as idéias-chave de “certeza” e “racionalidade” estão em colapso. Não são as mudanças climáticas, os desastres ecológicos, ameaças de terrorismo internacional, o mal da vaca louca, etc. que criam a originalidade da sociedade de risco, mas a crescente percepção de que vivemos em um mundo interconectado que está se descontrolando (BECK, 1999).

Não é difícil imaginar que vivenciamos tal “sociedade de risco” apontada em 1999 pelo autor e que nesses 20 anos decorrentes, nos direcionamos ainda mais para um campo de incertezas, sobretudo ambientais e ecológicas. Por isso, a ampla discussão sobre sustentabilidade na Amazônia seja tão recorrente. Tal conceito ambiciona, ao mesmo tempo, fomentar e satisfazer a comunidade internacional, no que se refere ao pensamento e execução de estratégias potencialmente capazes de solucionar o que é uma problemática global, no que se refere a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico paralelamente à alocação adequada dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Não restam dúvidas acerca da validade, urgência e da promoção de um discurso sustentável entre os Estados, deste modo, o grande desafio consiste em protagonizar a sustentabilidade em um plano prático, o qual não satisfaça apenas em teoria, determinados grupos de interesse e, compreenda acima de tudo, as especificidades de uma região continental como a Amazônia.

Não é de hoje que a Amazônia provoca fascínio e desperta o interesse de outras nações devido suas riquezas naturais, florestais e seu potencial econômico; tais circunstâncias tem desencadeado, ao longo das últimas décadas, apelos envolvendo questões ambientais e sociais, tal como uma série de pressões sobre a Amazônia, as quais aumentam exponencialmente e ganham contornos cada vez mais ousados, chamando atenção das lideranças regionais, do governo brasileiro e, claro, da comunidade internacional. Nesse sentido, é natural que, se projetem várias pressões, questionamentos, políticas e estratégias voltadas a sustentabilidade na região. Uma das mais recentes, diz respeito ao espectro complexo, dinâmico e irreversível: o das mudanças do clima.

Falar de mudanças climáticas é abrir um leque de interpretações, impactos, efeitos e desafios sobre a humanidade ao passo que é percebida como “um vetor civilizatório central da nossa época, um elemento principal na definição do presente e do futuro das sociedades humanas, uma fronteira planetária fundamental para demarcar um espaço de operação segura para a humanidade” (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 25). Falar de Amazônia é incitar visões, debates e interpretações diante da magnitude, misticismo, importância geopolítica e fronteira de recursos que a região representa para o Brasil e para o mundo. Pensar então, na junção da discussão de mudanças climáticas com a Amazônia é uma arena de perspectivas, lados, interesses e principalmente, atores. Sobretudo, em decorrência da ênfase dada as florestas tropicais e suas funções vitais para diversos aspectos da dinâmica terrestre, PANCEL&KOHL (2016, p.23) reiteram:

Tropical forests are one of the oldest biomes on our planet. Over time, they have developed fascinating diversity, and not only in terms of species numbers. They are an essential component of the global climate system, and they furnish habitats for a myriad of plant and animal species, contribute to the livelihood of indigenous peoples, provide goods and services, and include awe-inspiring locations that provoke admiration and amazement among visitors to the forest. They offer enough potential for future generations of scientists to carry out scientific work, as most of the biogeochemical functions and relationships that underpin tropical forest ecosystems are still beyond our knowledge and control. The current lack of knowledge is of particular concern when tropical forests are considered as a common good with unrestricted access for utilization and conversion to other land uses. (PANCEL, Laslo & KOHL, Michael. 2016. p.23)

A Amazônia, fronteira de recursos e desafios, apresenta-se na contemporaneidade como um espaço megadimensional, de diversas forças, interesses, movimentos e atores que vem alcançando notória importância nas agendas da política internacional. Essa região vem sendo palco de esforços (bem e mal-intencionados) com a participação de vários países, instituições, fundações, ONGs e etc.; sempre sob a premissa da interdependência ecológica e da gestão coletiva de crises ambientais globais. A incorporação e a ampliação da ideia de sustentabilidade, propagada pelas agendas globais, possibilita cada vez mais a atuação das esferas locais nessas discussões e, não obstante, empodera e qualifica o “local” como importante ator em meio ao planejamento e execução de premissas sustentáveis.

A partir de tais discussões acerca do meio ambiente amazônico, perspectivas e visões de desenvolvimento, cabe aqui, refletir acerca da terminologia de representações objetivas e mentais de Bourdieu (1989, p.35) e indagar, quais representações objetivas e mentais que caracterizam a Amazônia? Que grupos ou redes estariam interessados a uma ou outra representação? Seriam unicamente as florestas, elementos emblemáticos de representação e classificação da região? As visões e as noções de Amazônia vem sendo construídas e disseminadas em diversos níveis há séculos. Da Silva (2015, p. 133) aponta que a transição do século XX para o século XXI foi marcado por um período de profundas transformações e demandas de mecanismos de regulação no interior do sistema de gestão do meio ambiente internacional, que tem se expandido, sobretudo, nas últimas décadas. A Amazônia brasileira, pelo seu tamanho e posição estratégica no cenário geopolítico regional e global, tornou-se foco das atenções da Política internacional, notadamente pelos riscos eminentes que a destruição da maior floresta do mundo poderia acarretar ao equilíbrio global (DA SILVA, Alberto. 2015, p.134).

Repousa sobre a região amazônica um panorama de sustentabilidade, sobretudo, nos últimos 25 anos. O que isso significa? Após reconhecida, constantemente reforçada e disseminada enquanto espaço estratégico de biodiversidade, a região além de acumular visões

místicas e grandiosas, acumula também visões de desenvolvimento e nas décadas mais recentes, perspectivas de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que muitas das vezes não contemplam, compreendem ou mesmo conhecem a realidade amazônica, mantendo-se assim, a Amazônia numa contínua posição periférica. Porto-Gonçalves (2017, p.13) aponta:

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são as visões dos amazônidas principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização, opressão e exploração que nos são oferecidas. (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2017, p.13).

Para o autor, algumas ideias são frequentes e centrais na formulação de políticas sobre a região, destacam-se: i) A Amazônia como natureza pristina; ii) Amazônia como vazio demográfico; iii) Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos e iv) Amazônia como região do futuro (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2017, p.18). Seriam essas então, as representações objetivas da Amazônia? Em resumo, sim! E fica claro que grupos e/ou interesses as visualizam e projetam.

A *hiléia* vem passando por profundas transformações que colocam em análise e reflexão, os discursos institucionalizados de sustentabilidade para a região. Segundo Becker (2010, p.16) a partir do final da década de 1980 começou a se consolidar um “vetor tecnoecológico” materializado em projetos preservacionistas, associados a uma consciência ecológica e projetos conservacionistas, sobre uma perspectiva de reserva de valor. Explica-se. É notória e insistente as tentativas de transformarem a região em um espaço-modelo, um lócus de referencia no sentido de ter na região amazônica, uma fronteira do novo padrão ou do padrão ideal para o tão profanado, disseminado e polissêmico desenvolvimento sustentável. Uma vez que o cenário atual é (em parte) o contrario disso, a imposição de projetos e ideias sustentáveis na região é recorrente. MADEIRA (2012, p.7) acrescenta:

Quanto ao uso da parte da floresta amazônica no Brasil respeitando interesses nacionais e de outros países, é importante considerar que a biodiversidade pode ter valor de uso (para as comunidades tradicionais) ou valor de troca (para grandes empresas); a ciclagem da água afeta outras áreas do Brasil e de países vizinhos, e “qualquer redução significativa de transporte de vapor de água da Amazônia teria sérias conseqüências sociais” (FEARNSIDE, 2006, p. 396); por fim, a emissão de dióxido de carbono e outros gases do efeito estufa tende a aumentar em decorrência de desmatamentos e construção de hidrelétricas, provocando um dano que realmente afeta toda a humanidade. (MADEIRA, Welbson. 2015, p.7)

De um lado então, com o excerto citado anteriormente, se tem a ideia e a projeção de que a Amazônia é um centro geopolítico vital para o globo e para tal, necessita de atenções direcionadas, esforços multilaterais e um modelo que a direcione para um desenvolvimento sustentável. De outro, dá a entender, que o governo brasileiro e os governos subnacionais não dão conta da gestão ambiental da região. Ou seja, dentre outras variáveis dessa gestão de recursos naturais, a gestão falha e não comprometida de um dos seus comuns mais emblemáticos e representativos: as florestas tropicais. Em uma perspectiva crítica e realista acerca da região, Porto-Gonçalves (2017, p.20) é categórico:

Sob esse magma de significações imaginário que funda a sociedade capitalista moderno-colonial, cabe à Amazônia a condição de estar a serviço dos desígnios da das relações de poder e das visões acumulação de capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas com a função de supridora de recursos naturais, como a geopolítica do sistema mundo capitalista moderno-colonial impõe aos continentes/países/regiões/lugares coloniais, sobretudo aos grupos/classes sociais em situação de subalternização nessas diferentes escalas. Esse é o pano de fundo sobre o qual uma nova (nova?) chave de leitura é imposta, mais uma vez de fora, desde finais dos anos 1960 e, sobretudo, desde os anos 1970: a chave ecológica. Essa nova (?) chave de leitura se aproxima de velhas perspectivas conservacionistas, com fortes raízes nos EEUU, que busca a criação de áreas protegidas seja em função de seu valor científico e/ou estético (parques nacionais, reservas biológicas etc.) que tem na UICN (União Internacional de Conservação da Natureza) sua principal instituição internacional, mas também pelas oportunidades de ser transformada em novas *commodities* da economia verde pelo capital financeiro. Essa nova (nova?) chave de leitura tem nos capitais das novas indústrias ligadas à engenharia genética e de novos materiais um de seus suportes e, mais recentemente, reinventada pelo capital financeiro. De certa forma, esses novos setores do capital industrial têm uma relação diferente com as fontes de matéria-prima, por sua valorização do material genético (biodiversidade, germoplasma), ao contrário dos setores tradicionais, que põem a floresta abaixo, agora para o avanço da pecuária, para qualquer monocultura. E, mais recentemente, pelo capital financeiro com sua enorme avidez para inventar mercadorias fictícias que só existem para ampliar a circulação-acumulação de uma economia especulativa, como o mercado de carbono e seus bônus e ônus. (PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2017, p.20).

Ou seja, as ditas alternativas, políticas ou proposições de governança sobre a região, em parte se apresentam como reprodução do imaginário moderno-colonial e em parte podem significar (à depender de corretas proposições e inserções das dinâmicas locais, populações tradicionais e especificidades regionais) a última chance da Amazônia, no que tange ao futuro da região e consequentemente de seus comuns.

Cabe, deste ponto em diante, introduzir e apresentar as recentes proposições de governança (que serão amplamente discutidas em sessões posteriores do presente estudo) e compreendê-las a partir do seu cerne, na agenda ambiental global.

Organograma 03 – Histórico e dados sobre a região Amazônica

A formação da região amazônica remonta ao período gondwanico (placa sulamericana unida com a placa africana) e sua composição atual está disposta em anfiteatros enclausurados entre a barreira imposta pela Cordilheira dos Andes e as bordas dos planaltos Brasileiro e Guianense (Ab'Sáber 2003). O bioma amazônico ocorre em 6,4 milhões de hectares e abrange ao todo nove países da América do Sul. Aproximadamente dois terços dessa área (63%) está localizada nos limites nacionais brasileiros, o restante está distribuído entre Peru (10%), Colômbia (7%), Bolívia (6%), Venezuela (6%), Guiana (3%), Suriname (2%), Equador (1,5%) e Guiana Francesa (1,5%).

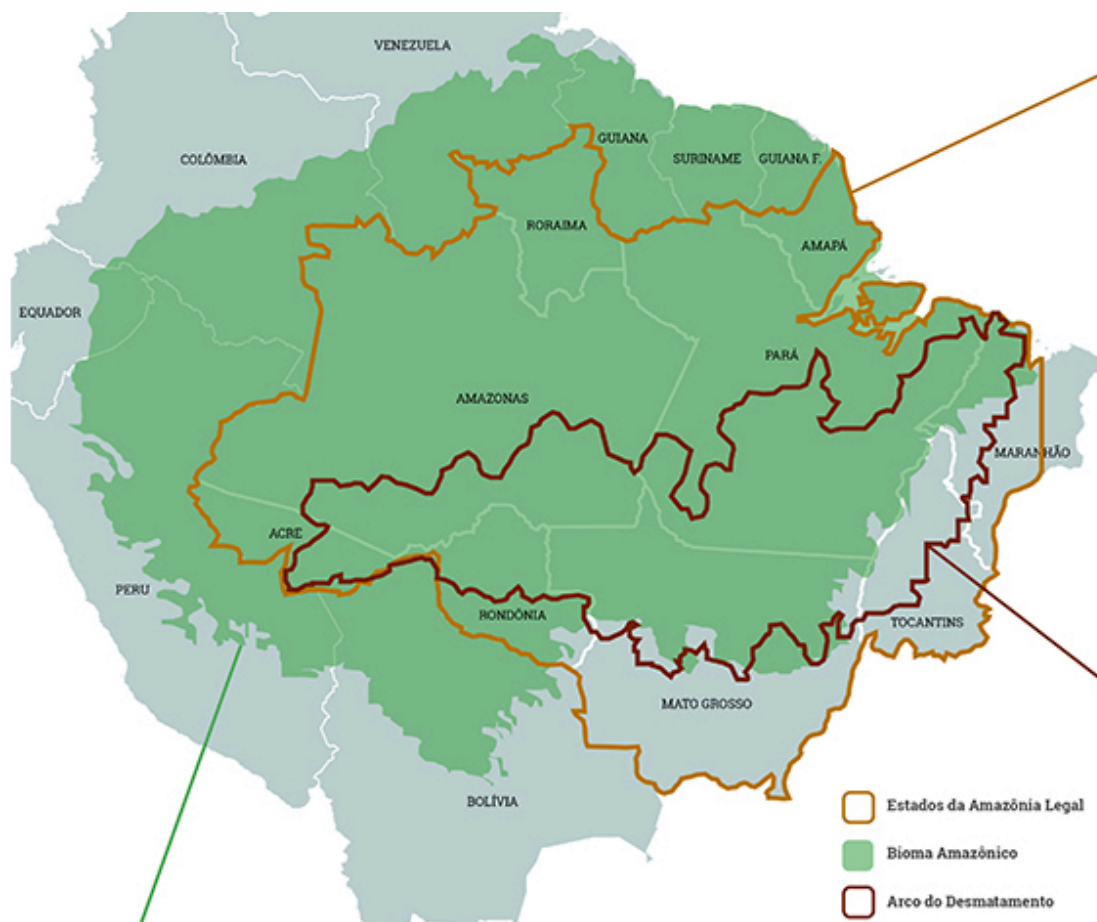
A formação e situação geográfica da região permitiu o desenvolvimento de uma complexa rede de drenagem. Sua principal bacia é a do rio Amazonas, com cabeceiras e tributários localizados na Cordilheira dos Andes, Guiana e Cerrado brasileiro. Com aproximadamente 7 milhões de km² (25% do território da América do Sul), o Amazonas é a maior bacia hidrográfica do mundo. Com mais de 1000 rios e tributários, a bacia contém 15% da água potável do planeta, excluindo-se geleiras e outras fontes de água congelada (Meirelles Filho 2004). O clima quente e úmido apresenta um padrão de sazonalidade marcado por períodos alternados de inundações (inverno) e seca (verão) e está diretamente relacionado com o contínuo de terras florestadas.

O domínio amazônico no Brasil se estende por cerca de 4,1 milhões de km² (48% da superfície brasileira), área cinco vezes maior do que o território da Turquia, por exemplo. A Amazônia Legal, por sua vez, é uma região geopolítica estabelecida pela Lei Federal 1806/1953, no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e abrange mais de 5,2 milhões de km² (61% da superfície do país), distribuídos em nove estados brasileiros.

A Amazônia brasileira corresponde a um terço das florestas tropicais remanescentes no mundo. Originalmente, 63% da Amazônia Legal é constituída por florestas tropicais densas, abertas e estacionais. Outras vegetações naturais não florestais ocorrem em menor proporção, tais como savanas, campos naturais e campirana. A área de Amazônia Legal localizada fora do bioma amazônico é em grande parte coberta por vegetação de savana e florestas de transição, principalmente dentro do bioma Cerrado.

Fonte: Organizado pelo autor. Baseado em MAY et al, 2016, p.01-03

Figura 02 – As Amazônia, internacional e legal



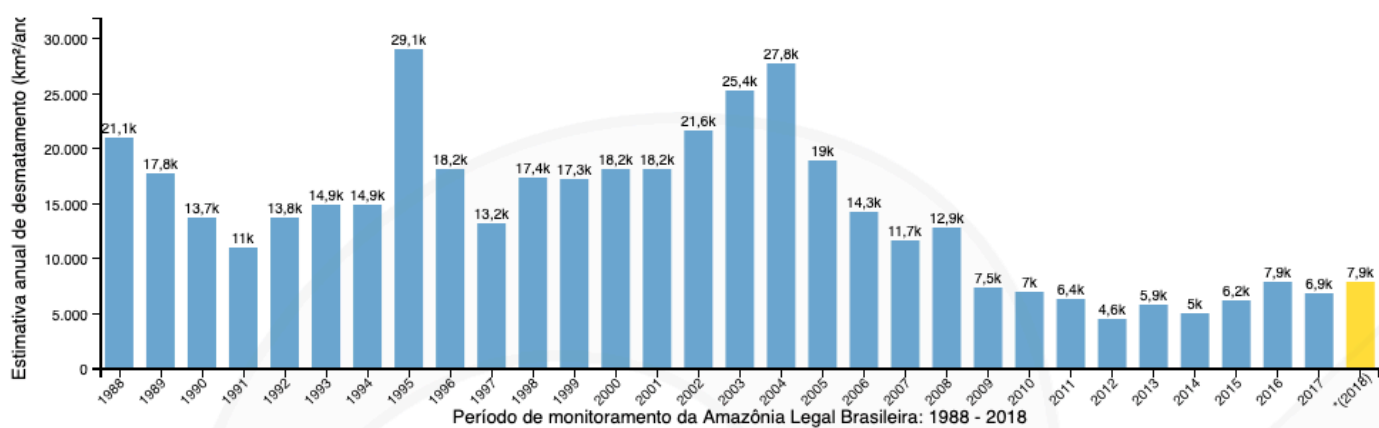
Fonte: Google Imagens. 2019. Adaptado pelo autor

Quadro 05 – Taxa PRODES de Desmatamento de 2004 à 2018

Ano/Estados	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AMZ LEGAL
2004	728	1232	46	755	11814	8870	3858	311	158	27772
2005	592	775	33	922	7145	5899	3244	133	271	19014
2006	398	788	30	674	4333	5659	2049	231	124	14286
2007	184	610	39	631	2678	5526	1611	309	63	11651
2008	254	604	100	1271	3258	5607	1136	574	107	12911
2009	167	405	70	828	1049	4281	482	121	61	7464
2010	259	595	53	712	871	3770	435	256	49	7000
2011	280	502	66	396	1120	3008	865	141	40	6418
2012	305	523	27	269	757	1741	773	124	52	4571
2013	221	583	23	403	1139	2346	932	170	74	5891
2014	309	500	31	257	1075	1887	684	219	50	5012
2015	264	712	25	209	1601	2153	1030	156	57	6207
2016	372	1129	17	258	1489	2992	1376	202	58	7893
2017	257	1001	24	265	1561	2433	1243	132	31	6947
2018*	470	1045	-**	281	1749	2840	1314	176	25	7900
Var. 2018- 2017*	82.9%	4.4%	-	6%	12%	16.7%	5.7%	33.3%	-19.4%	13.7%
Var. 2018-2004*	-35%	-15%	-	-63%	-85%	-68%	-66%	-43%	-84%	-72%

(* Atualizado em 23/11/2018; ** Nesta estimativa não foram observados dados do Estado do AP)

Fonte: PRODES-OBT-INPE, 2019.

Gráfico 03 – Taxa PRODES de Desmatamento de 1988 à 2018

Fonte: PRODES-OBT-INPE, 2019.

O organograma 03 e a figura 02 pontuam e elucidam as dimensões do bioma amazônico, para além das fronteiras brasileiras. Conforme já fora objeto de análise do presente estudo, cabe a consciência dos riscos e dos impactos ambientais que foram intensificados, sobretudo nas últimas duas décadas do século XX, projetou a Amazônia na agenda de governança ambiental global e nos debates sobre conservação, padrões de produtividade, consumo e preservação das florestas tropicais. Essas últimas duas décadas do século XX acometeram e muito a região, pois até a consolidação da constituição de 1988, muitas foram as alternâncias entre tentativas e políticas de regulação no uso e ocupação das florestas. O que automaticamente direcionava e permitia aos estados e proprietários de terras, total autonomia. Como resultado catastrófico, o avanço acelerado do desmatamento na região, que fez despertar no Mundo a necessidade conservação desses recursos florestais.

Essa preocupação global acerca das florestas se evidenciou em grande medida nas conferências internacionais sobre Meio ambiente, algumas delas, gerando documentos e/ou compromissos sobre meio ambiente global, mudanças climáticas e, claro, conservação das florestas. Segundo May et al (2016, p.25) desde a década de 1990 o Brasil assinou e adotou os seguintes posicionamentos:

- Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD): ratificada em 1994;
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC): ratificada em 1994;
- Organização Internacional de Comércio Madeireiro (ITTO) (acordo de 1994): ratificada em 1997;
- Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestre Ameaçadas (CITES): ratificada em 1975;
- Convenção de RAMSAR sobre zonas úmidas: ratificada em 1992
- Plano de Ação para Aplicação de Leis, Governança e comércio Florestais (FLEGT): não assinada até o presente;
- Fórum das Nações Unidas sobre Florestas: Estado membro
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP): ratificada em 2008
- Declaração sobre Florestas de Nova Iorque de 2014: não assinada
- Acordo de Paris sobre Mudança Climática (2015): assinado em 22 de abril de 2016 e submetido ao Congresso para ratificação em maio de 2016.

A ratificação e/ou adoção de tais posicionamentos se apresentaram e ainda se apresentam como iniciativas conscientes do país quanto a sensibilidade, urgência e protagonismo que o mesmo poderia ter em tais temáticas, embora até o presente momento de redação e posterior apresentação desta tese, o futuro desses posicionamentos e políticas sobre os temas seja de total obscurantismo e incerteza¹⁶.

Nesse âmbito de participação e adoção de posicionamentos estratégicos em relação ao meio ambiente, paralelamente, destaca-se o MoU – Memorando de Entendimento e dialogo politico sobre Mudanças climáticas assinado entre Estados Unidos e Brasil em 2010, que continuou gerando esforços até 2015. Outra iniciativa que ocorre desde 2008, foi o memorando de entendimento entre governadores dos EUA, Brasil e Indonésia, a Força tarefa dos Governadores para florestas e Clima (GCF Task Force). Outra relevante iniciativa no âmbito da governança global refere-se ao Programa de Investimento Florestal (FIP), gerido pelo Fundo Estratégico do Clima (SCF), que tem como objetivo apoiar os esforços dos países em desenvolvimento na redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (MAY et al, 2016, p.27).

A inserção direcionada à preservação das florestas na agenda ambiental global foi um passo paralelo a outras iniciativas. A preservação das florestas, além da redução nas emissões de gases de efeito estufa e conseqüentemente ao aquecimento global, tem o potencial de gerar benefícios substanciais em relação a biodiversidade e também a conservação de recursos hídricos. (ANGELSEN, 2013, p.14). Surge então, o conceito de REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal ou, em inglês, *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation*, enquanto um conjunto de incentivos e valorações econômicas, com o objetivo principal de reduzir as emissões de gases de efeito estufa resultantes dos processos de desmatamento e da degradação florestal em si. Processos e praticas essas, que além de influenciarem negativamente na biodiversidade local, prejudicam a floresta e limitam substancialmente seus serviços ambientais. O conceito tem seu cerne com a na inclusão da contabilidade das emissões de gases de efeito estufa aquelas que são evitadas e/ou reduzidas pela diminuição do desmatamento e da degradação florestal. CGEE&IPAM (2012, p.45) justifica o contexto:

16

- **“Brazil Was a Global Leader on Climate Change. Now It’s a Threat.”** – VISCIDI, Lisa, GRAHAM, Nate (2019) - Artigo da Foreign Policy. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/01/04/brazil-was-a-global-leader-on-climate-change-now-its-a-threat/>>.

- **“Ministério do Meio Ambiente bloqueia 95% da verba para o clima”** – MARIZ, Renata (2019) – Artigo do Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-do-meio-ambiente-bloqueia-95-da-verba-para-clima-23646502>>.

Embora uma fiscalização ostensiva e uma legislação forte sejam pedras fundamentais de qualquer política que busque extinguir o desmatamento na Amazônia brasileira, elas parecem não ser suficientes para tanto, pois sempre faltará um mecanismo que traga valorização econômica para a floresta mantida em pé ou que favoreça a intensificação da produção agropecuária, ainda hoje extensiva. Na Amazônia, ainda se ganha mais derrubando a mata do que a preservando. Alterar esta lógica econômica, que se sustenta na continuidade do desmatamento, é, portanto, fundamental se a intenção for o desenvolvimento de uma economia rural e regional de baixa emissão de GEE. Para isto, será preciso encontrar um mecanismo econômico que premie a decisão de não desmatar e/ou preservar florestas. Sem isto, as áreas florestadas não terão nenhum atrativo econômico frente a outros usos da terra. (CGEE&IPAM. 2012, p.39)

Para Reis Neto (2017, p.2) a principal diferença entre o mecanismo REDD e os outros instrumentos desenvolvidos até hoje que atuam no âmbito das mudanças climáticas, é que nele, pressupõe-se em teoria, a inclusão socioambiental de populações que comumente são marginalizadas nas discussões (muitas delas globais) e nas tomadas de decisão acerca da conservação dos biomas naturais. Somando-se a isso, trabalha com a manutenção da vegetação nativa, aspecto esse que diretamente traz à tona e direciona a discussão sobre o valor (econômico, político e até social) da floresta “em pé”.

Diante deste contexto compensatório, o conceito nasceu de uma iniciativa entre pesquisadores brasileiros e americanos, que levou à uma proposta conhecida como “Redução Compensada de Emissões” (Santilli et al, 2000, p. 5) e foi apresentada na COP-9, em Milão-Itália (2003), pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e alguns parceiros. O conceito de redução compensada, apesar de ter fundamentado a base das discussões futuras e do avanço do REDD nos anos e nas conferências posteriores, sofreu grande resistência em 2003 e somente com o avanço e aperfeiçoamento do mecanismo, chegou-se a um consenso. CGEE&IPAM (2012, p.44) explicam:

A proposta de Redução Compensada sugerida pelo IPAM e colaboradores, sofreu forte resistência não só por parte do Governo Brasileiro, mas também por parte de ONGs nacionais e internacionais (Moutinho et al. 2009 e 2005), que levantaram inúmeras questões metodológicas relacionadas a dificuldade de se medir e monitorar as reduções efetivas das emissões por desmatamento, bem como a dificuldade de determinação de uma linha de base confiável e um alto risco de “não permanência” e de “vazamento” já citadas. Somadas a estas questões, há outras de cunho político, como aquelas ligadas ao conceito de soberania e ao risco de substituição ou diluição de esforços de redução de emissões “na fonte” dos países do Anexo I (ou seja, ao invés de motivar as reduções de emissões em países do Anexo I, os esforços para reduzir as emissões seriam “transferidos” aos países em desenvolvimento) foram também aventadas como argumento contra a inclusão de florestas no Protocolo de Quioto (Alvarado & Wertz-Kanounnikoff, 2007). (CGEE&IPAM. 2012, p.44)

Foi então que, somente na COP-11, em Montreal-Canadá (2005), uma chamada “*Coalition of Rainforest Nations*” ou “Coalizão de Nações Tropicais”, na qual participaram

mais de 40 países, liderados por Papua Nova Guiné e Costa Rica, apresentou uma proposta semelhante à anterior que tinha por premissa básica discutir as formas de incentivos econômicos (em sua grande maioria) que estimulassem a conservação e redução das florestas tropicais de países em desenvolvimento. A coalizão se apoiou e disseminou a tese de que quando a floresta “está de pé” o benefício não fica restrito a determinado país ou região, pelo contrário, beneficia diversas localizações - muitas delas distante vários quilômetros. Logo o ônus de mantê-la viva necessitava de esforços de todos, seja de forma de atuação direta ou indireta (REIS NETO, 2017, p.3). A ideia do mecanismo REDD adentrara então nas discussões acerca das mudanças do clima, todavia, nessa fase embrionária, não levava em conta a redução da degradação florestal, somente a diminuição do desmatamento e por isso, inicialmente, foi denominado como RED.

Um ano depois, na COP-12, em Nairóbi-Quênia (2006), a ideia do RED avançou para o mecanismo completo REDD, a partir de uma proposta significativa do Governo Brasileiro para lidar com a questão do desmatamento. Tal proposta seguiu a ideia inicial da redução compensada, todavia, ao invés da inclusão desse mecanismo em um “fator mercadológico de crédito de carbono” (REIS NETO, 2017, p.4) como foi proposto inicialmente, optou-se pela criação de um fundo voluntário mantido por recursos de doação de países desenvolvidos com o intuito de quererem contribuir também para a redução do desmatamento em países em desenvolvimento. O avanço das discussões sobre desmatamento e o direcionamento do papel e função das florestas tropicais em relação as mudanças e ao equilíbrio do clima, consolidaram a importância das mesmas e na COP-13, em Bali-Indonésia (2007), o REDD foi instituído como mecanismo responsável e direcionado para tratar as emissões advindas do desmatamento e degradação das florestas tropicais. Gupta et al (2013, p.1) consubstancia:

During the past twenty-five years political perceptions about how issues are linked have evolved. In the period 1987–92, the climate change–forests link was actively discussed. However, in the Kyoto Protocol (KP) to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and the subsequent Marrakesh Agreement clarifying the scope of its Clean Development Mechanism (CDM), the forest issue was put on the backburner. This was due to the complexity of getting agreement on forests between developed and developing countries, the wide uncertainty margins around forest-related emissions and the political importance and perceived simplicity of focusing on greenhouse gas (GHG) emissions reduction from industrial sources. Twenty years later, by 2007–12, the relative political complexity of focusing on emissions reduction from industrial sources and the relevance of the presumed 12 to 17 per cent of global GHG emissions related to forests and land use change has led to a return to an emphasis on the role of forests in climate change; and a hope that forest-related emissions will be simpler to reduce since it may be more cost-effective than diminishing industrial emissions. This has led to the new discussions on REDD – Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation. It seems that the global community has come full circle in the discussion. It appears as if the political situation has changed so much over the last twenty years that the seeming complexity of twenty years ago has evaporated over

time; that a focus on forests can help buy time in the climate change regime; and that the knowledge gained in the last twenty years on forests can help to make a better forest regime with a higher compliance pull. (GUPTA, Joyeeta et al. 2013, p.1)

Passados dois anos de discussão, compreensão e execução do mecanismo REDD, apontou-se na COP-15, Copenhague (Dinamarca) em 2009, a necessidade de ampliação e adequação do mecanismo. O conceito de REDD foi ampliado então para REDD+, onde o sinal “+” representa a inclusão do papel da conservação, do manejo sustentável e do aumento de estoques de carbono nas florestas, indo além do desmatamento evitado e recuperação de florestas, apenas (CGEE&IPAM, 2012, p.46). Ou seja, em resumo, contempla formas de prover incentivos financeiros aos países em desenvolvimento que atuarem na mitigação das mudanças do clima a partir de ações que: i) Reduzam as emissões derivadas do desmatamento e da degradação das florestas, ii) Aumentem as reservas florestais de carbono, iii) Realizem a gestão sustentável das florestas e iv) Promovam a conservação florestal. Nos últimos anos, o mecanismo passou por uma nova atualização, sendo agora conhecido em determinados projetos como REDD++, onde a variável da agricultura e suas melhores práticas, evitem o desmatamento.

Organograma 04 – Evolução e denominação do mecanismo REDD



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em O ECO, 2014, p.05

Para Angelsen et al (2013, p.38) uma característica que definiu o REDD+ a princípio foi o uso de incentivos financeiros para mudar a concepção dos usuários sobre as florestas: a conservação das florestas passaria a ser então mais lucrativa do que o desmatamento em consequência de pagamentos pelos serviços ambientais/ecossistêmicos (PSA/PSE). O autor ratifica:

A lógica é convincente. O sequestro e o armazenamento de carbono são bens públicos proporcionados pelas florestas e pelos proprietários das florestas. Atualmente não existem mercados, ou mecanismos semelhantes aos dos mercados,

que incentivem os proprietários e usuários das florestas a incorporar o valor desses serviços em suas decisões de gestão. Através de um sistema de PSE, os proprietários conservarão a floresta porque podem ganhar mais dinheiro assim. Este aspecto tornou REDD+ significativamente diferente dos esforços anteriores de conservação florestal (Sunderlin e Atmadja, 2009). Uma abordagem baseada no desempenho, com pagamentos efetuados apenas depois de terem sido demonstrados resultados, também foi muito atraente para a maioria das fontes de financiamento.

Uma segunda característica distintiva de REDD+ foi o montante de financiamento disponível, que eclipsou os esforços de conservação das florestas anteriores, por exemplo, o Plano de Ação para a Floresta Tropical, na década de 1980. As transferências anuais para os países de REDD+ foram estimadas em potencialmente dezenas de bilhões de dólares, segundo relatórios dignos de crédito (por exemplo, Stern, 2006; Eliasch, 2008).

Finalmente, REDD+ pretendeu reformar e efetuar mudanças transformacionais que iam além do setor florestal. Foi selecionada uma abordagem nacional abrangente para permitir o uso de políticas extrasetoriais, que podem ter um impacto maior do que as setoriais (Kanninen *et al.*, 2007). Uma abordagem nacional também trataria do desafio dos vazamentos, uma razão importante pela qual o desmatamento evitado não fora incluído no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) em 2001. (ANGELSEN ET AL. 2013, p.38)

Com a instituição do mecanismo e pela própria evolução do mesmo, tanto como ideia e como aplicação na prática, houve uma ampliação dos debates acerca do desmatamento e da importância da conservação e preservação das florestas tropicais. Entretanto, o combate ao desmatamento na região requer a ampliação de melhorias em áreas estratégicas. Para Sathler (2015, p.6) Somente será possível uma real mudança nos padrões de desmatamento da região, se um conjunto de iniciativas que devem ser acompanhadas da melhoria geral dos indicadores sociais de desenvolvimento local, desencadear também um ciclo de prosperidade em harmonia com os interesses preservacionistas na região. Tal harmonia (ou tentativa de) vem sendo tratada na região amazônica, foco do presente estudo, pela lógica da governança.

Organograma 05 – Os níveis e a prática da Governança em REDD+



Fonte: ANGELSEN ET AL. 2013, p.40

O organograma 05, proposto por Angelsen et al (2013) explicita os níveis e as dinâmicas que o mecanismo REDD+ pressupõe sendo posto em prática, como o cenário (do local ao global) e ao lado dele, o organograma divide as 4 arenas de relevância para REDD+: as negociações sobre o clima da CQNUMC, a arena da ajuda (que inclui a arena da conservação e possui grandes doadores bilaterais, organizações multinacionais e grandes ONGs internacionais, ou BINGOs em inglês) e arenas nacionais e locais. (ANGELSEN ET AL, 2013, p.41). A prática e execução de tais mecanismos, dependem efetivamente de objetivos, políticas, escalas e financiamento, sendo estes, diretamente influenciados pelo que o autor defende como 4 “i”: Instituições, Ideias, Interesses e Informação. Hiraldo & Tanner (2011, p.7-11) sistematizam em 4 ideologias que posicionam e justificam os múltiplos atores e níveis de atuação em REDD+:

Organograma 06 – As ideologias e o REDD+

O papel das ideologias no envolvimento e execução da agenda de REDD+

Rocio Hiraldo e Thomas M. Tanner (2011)

A negociação e desenvolvimento de programas de REDD+ exigiram o envolvimento de um amplo espectro de atores. Embora as agendas políticas e financeiras tenham um papel no desenvolvimento da arquitetura de REDD+, são as diferentes narrativas ideológicas que sustentam as posições de vários atores. O enquadramento do debate de REDD+ pode justificar um ou outro conjunto de iniciativas (Leach et al., 2010). As narrativas ideológicas dominantes que enquadram as posições e propostas de REDD+ podem, como se sugere, estar ligadas a quatro visões principais do mundo do ponto de vista ambiental (segundo Clapp e Dauvergne, 2005).

<p>1. Florestas e crescimento econômico: liberalismo econômico</p> <p>Os defensores do liberalismo econômico favorecem mecanismos de mercado e consideram os produtos florestais como importante fonte de crescimento econômico e de redução da pobreza para os países em desenvolvimento: “Sem as concessões florestais a maior parte das Ilhas Periféricas ainda estaria subdesenvolvida” (Ministério Indonésio das Florestas, citado em Gelleret, 2005:1351). Isto sustenta a ideia frequentemente associada – corretamente ou não – ao Banco Mundial: que o aumento do envolvimento do setor privado e o uso de mercados de carbono são essenciais para o futuro da sustentabilidade dos mecanismos de REDD+.</p>	<p>2. Florestas e governança: institucionalistas</p> <p>A ideologia dos institucionalistas revolve em torno da necessidade de fortes instituições, boa governança e legislação eficaz para proteger o meio ambiente e o bem-estar humano. As principais barreiras a uma boa governança incluem políticas e quadros jurídicos imperfeitos, capacidade mínima para fazer cumprir a lei, dados insuficientes, corrupção e fracas condições de mercado para os produtos da madeira. Esta ideologia está manifestada em alguns programas para melhorar o “estado de preparação” do país para REDD+ e torna a participação no programa dependente do cumprimento das normas de boa governança. Um exemplo é o trabalho do Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF) e o programa UN-REDD, o apoio bilateral da Austrália à Indonésia e a ajuda da Noruega ao Brasil, República Democrática do Congo, Guiana, Indonésia e Tanzânia.</p>	<p>3. O valor ecológico das florestas: “bio-ambientalistas”</p> <p>A visão do mundo dos bio-ambientalistas é caracterizada por limites ecológicos e a necessidade de modificar o comportamento humano para solucionar os problemas ambientais globais. Propõe metas ambiciosas para a redução das emissões e da taxa de desmatamento, refletidas nas campanhas do WWF e da Fauna e Flora Internacional. Embora os bio-ambientalistas se oponham ao modelo do cenário habitual, sua visão nem sempre é incompatível com a abordagem do liberalismo econômico; eles podem ver os mercados de carbono como um meio de atingir maior sustentabilidade ambiental. Um exemplo de uma iniciativa motivada por uma ideologia bio-ambientalista seria o apoio do Greenpeace a um Mecanismo de Redução de Emissões pelo Desmatamento Tropical (TDERM) que é um modelo híbrido de financiamento para REDD+ ligado ao mercado (Parker et al., 2009b).</p>	<p>4. Florestas e direitos: verdes sociais</p> <p>Os verdes sociais se baseiam principalmente em pensamento econômico e social radical e argumentam que a sociedade e o ambiente não podem ser considerados entidades separadas. De acordo com esta ideologia, REDD+ deve, portanto, equilibrar os objetivos de redução das emissões com o bem-estar das comunidades florestais, incluindo sua participação, direitos e conhecimentos. Uma apresentação feita por Friends of The Earth International à CQNUMC resume esta ideia, declarando que “a garantia dos direitos e interesses dos povos indígenas e comunidades locais na concepção de REDD é mais do que simples matéria de obrigação do estado. Uma abordagem baseada em direitos também contribuirá para a eficácia e permanência dos programas de REDD” (FOEI, 2009).</p>
--	---	--	--

Fonte: Organizado pelo autor. Baseado em HIRALDO&TANNER, 2011, p.7-11

As ideologias apresentadas e resumidas no organograma 06, apontam para o entendimento das posições, atuações e envolvimento de quatro grupos principais. O grupo 1, dos ligados ao liberalismo econômico que correlacionam florestas enquanto produtos ligados ao crescimento e desenvolvimento dos países, em uma perspectiva bem direcionada as premissas do Banco Mundial. O grupo 2, dos institucionalistas muito direcionados a uma boa governança, tal como, legislação e aplicabilidade dessa legislação. O grupo 3, por sua vez, dos

bio-ambientalistas, de metas ambiciosas e visão crítica sobre a modificação dos padrões humanos. O grupo 4, dos verdes sociais, baseiam-se no pensamento econômico e social radical, sobretudo, direcionado ao papel e preponderância dos povos da floresta como principais beneficiários de estratégias como as de REDD+. Essa divisão em ideologias e perspectivas sobre o mecanismo de REDD+, reflete os interesses e a compreensão de cada grupo para a execução do mecanismo, divisão essa que poderá ser melhor visualizada com na sessão seguinte do presente estudo.

Angelsen et al (2013, p.47) explica que a criação e conseqüentemente consolidação de um mercado de serviços ambientais pressupõe quatro elementos principais: i) a existência de uma mercadoria ou serviço mensurável, ii) vários vendedores (prestadores de serviço), iii) vários compradores e iv) instituições de mercado estabelecidas e regulamentadas. Deste modo, muitos desses elementos são impeditivos ao avanço do mecanismo REDD+ em muitos países, pois, a mercadoria é difícil de mensurar, os vendedores não estão bem definidos, os grandes compradores inexistem e as regras dessa dinâmica ainda não estão bem estabelecidas. Angelsen et al (2013, p.49) reforçam:

Um mercado de créditos de REDD+ (ou um sistema de PSE para reduzir o desmatamento e a degradação florestal) assenta em quatro pilares:

Uma mercadoria quantificável: A mercadoria ou serviço sendo comercializado nos mercados de carbono é a redução de emissões. Uma redução de emissões é definida como a diferença entre as emissões reais e uma linha de base do cenário habitual. Assim, a mercadoria tem dois aspectos: i) as emissões reais devem ser medidas, reportadas e verificadas; e ii) deve ser definido um ponto de referência, por meio de uma linha de base do cenário habitual, para permitir medir o impacto nas emissões ou remoções resultante de ações de REDD+ implementadas pelo prestador do serviço. Para complicar ainda mais o assunto, as partes podem acordar definir uma referência para os pagamentos diferente da linha de base do cenário habitual, com base em considerações sobre o uso eficaz e eficiente de fundos limitados de REDD+ ou responsabilidades diferenciadas (...);

Vários vendedores (prestadores de serviços): Quem são os prestadores de serviços e – mais especificamente – quem tem o direito de vender reduções de emissões florestais? Em um programa ideal de PSE, os vendedores são os proprietários do carbono florestal, que serão definidos pela lei nacional. Embora isto coloque questões importantes relativas à repartição de benefícios (Capítulo 8), pelo menos é simples, do ponto de vista da concepção. Surgem questões mais complexas quando REDD+ é implementado a nível nacional através de um conjunto geral de políticas, por exemplo, o estabelecimento de áreas protegidas ou a moratória da Indonésia sobre a conversão do uso da terra (Quadro 2.1). Quem tem o direito a qualquer pagamento internacional pelas reduções de emissões: o pequeno agricultor e a empresa de óleo de palma que perderam sua renda, as agências que implementam a política ou a sociedade em geral?

Vários compradores: Os compradores de créditos de REDD+ são originários de três fontes principais: i) financiamento público, incluindo a ajuda ao desenvolvimento, em um sistema baseado no desempenho; ii) financiamento voluntário privado, como o dos mercados voluntários, incluindo compras de responsabilidade social empresarial; e iii) entidades públicas ou privadas que

compram créditos de REDD+ para satisfazer as restrições de emissões utilizando REDD+ como compensação. O financiamento de REDD+ até agora caiu na categoria i), enquanto o potencial para financiamento em grande escala se encontra principalmente na categoria iii).

Instituições de mercado estabelecidas: Regras e regulamentos fornecem as bases legais para um mercado de carbono ou PSE. São necessárias instituições para gerir o fluxo de informações sobre mudanças nos estoques de carbono florestal e o fluxo de dinheiro para recompensar essas mudanças. São necessárias duas instituições para que o sistema funcione: um órgão independente para verificar ou certificar as reduções de emissões e um mecanismo e uma autoridade para lidar com os fluxos de dinheiro de REDD+, que incentivam e compensam essas mudanças. Estes órgãos devem ter alguma autonomia do governo para garantir sua objetividade e transparência. O estabelecimento de canais confiáveis para o financiamento internacional é muito demorado e politicamente sensível, o que pode explicar a existência simultânea de uma lacuna de financiamento e de um problema de desembolso em REDD+ (ANGELSEN ET AL, 2013, p.49).

Conforme fora exposto, ainda que os esforços na redução dos GEE por meio da queima de combustíveis fósseis sejam essenciais para a mitigação do clima, o mecanismo REDD+ surgiu enquanto uma alternativa global importante. Vários elementos e estratégias no âmbito brasileiro apontaram e procederam o caminho que o Brasil vinha seguindo em relação as temáticas ambientais, em especial das mudanças do clima. São eles:

1. **Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)** – Foi uma das primeiras estratégias refletidas em um plano de ações articuladas e conjugadas contra o desmatamento na Amazônia. Surgiu como resposta as pressões da sociedade civil e internacional em relação ao aumento das taxas de desmatamento registradas no início dos anos 2000. O objetivo principal do plano era o de “promover a queda continua das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, em direção ao desmatamento ilegal zero, por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomenta a atividades produtivas sustentáveis em diversos níveis.” (CGEE&IPAM, 2012, p.60);
2. **Plano Amazônia Sustentável (PAS)** – Foi estabelecido pelo governo federal em parceria com os estados da Amazônia legal em 2008 e tinha como premissa básica, o desenvolvimento sustentável da região. 5 foram os eixos norteadores do PAS: a) produção sustentável com inovação e competitividade, b) gestão ambiental e ordenamento territorial, c) governança, inclusão social e cidadania, d) implementação de infraestrutura para o desenvolvimento e e) estabelecimento de

um novo padrão econômico. Por não ter a característica de um plano operacional e, sim, estratégico, o PAS reuniu, fomentou e integrou projetos de cunho sustentável entre os estados, municípios, ONGs, comunidades locais e demais atores. (CGEE&IPAM, 2012, p.61); Cabe ressaltar, que a característica estratégica do PAS possibilitou a construção de redes de cooperação e governança que continuam atuando na região;

3. **Fundo Amazônia** – Foi um importante mecanismo proposto pelo governo brasileiro na COP-12 (Nairóbi, Quênia) em 2006, buscando a contribuição e participação voluntária de países em desenvolvimento na redução de emissões de GEE resultantes do desmatamento e degradação das florestas. A captação de recursos para projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, tal como, o fomento a conservação e uso sustentável no âmbito amazônico, foram as bases de tal fundo que tinha seus recursos geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A captação de recursos em forma de doações ao fundo poderiam ser realizadas por qualquer empresa, instituição multilateral, organização não-governamental e governos. Após tal doação, o BNDES emitia diplomas reconhecendo a contribuição dos doadores, todavia, por se tratar de um mecanismo de base voluntária, tais diplomas não geravam direito de crédito de carbono para compensações. (CGEE&IPAM, 2012, p.65);
4. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima** – Tinha como objetivo o desenvolvimento de ações e estratégias no intuito de colaborar com o esforço mundial de combate às mudanças do clima. O plano buscou criar condições internas no enfrentamento das consequências das mudanças climáticas globais, por meio de medidas e metas visando mitigação e adaptação. O plano antecedeu e teve grande parte de seus objetivos incorporados na política seguinte;
5. **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)** – Essa política tinha como objetivo fundante a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático por meio da redução significativa das emissões antrópicas de GEE causadas de diferentes fontes. Tal política incitou o estabelecimento de padrões ambientais e metas quantificáveis e verificáveis para a

redução das emissões brasileiras. A PNMC foi dividida em 5 planos setoriais: a) redução de 80% do desmatamento na Amazônia, já direcionando bastante importância e preocupação com a região; b) redução de 40% do desmatamento no bioma cerrado; c) ações para o setor de energia (melhoria na eficiência da transmissão elétrica e incentivos em fontes alternativas); d) ações para a agricultura e pecuária; e, e) ações para a indústria metalúrgica. A PNMC trouxe também um tópico muito aguardado pela iniciativa privada (e internacional), a previsão da utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promoção de ações de mitigação e adaptação do clima. Instrumentos esses: medidas fiscais, tributárias, alíquotas diferenciadas, isenções, compensações, linhas de crédito e financiamento específicos a serem ofertados por agentes financeiros públicos e privados. (CGEE&IPAM, 2012, p.68);

6. **Força tarefa dos estados amazônicos sobre REDD** – Um grande esforço em direção a uma unidade dos estados amazônicos e em detrimento a falta dela no âmbito nacional, fez surgir as estratégias e dinâmicas estaduais desses estados, no intuito de buscar financiamento para mecanismos de REDD e REDD+ por meio de oportunidades tais como: financiamento governamental, mercado de carbono sem compensações e mercado compensatório envolvendo países do Anexo I. Tais esforços dos governos subnacionais amazônicos, fez surgir legislações, planos e políticas em cada um deles, incentivando a temática das mudanças do clima e consequentemente os instrumentos de governança para geri-la.

7. **Planos estaduais de REDD/REDD+ na Amazônia** – Como consequência do plano de ação para prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e dos resultados da força tarefa, os governos subnacionais amazônicos iniciaram a implementação de suas próprias políticas e programas de prevenção ao desmatamento, como esforço em conjunto na redução de emissões de GEE no âmbito regional (CGEE&IPAM, 2012, p.72). Tal engajamento estadual buscou além do estabelecimento de metas mensuráveis para o desmatamento da região, uma visão harmonizada e equilibrada da região, para a região, ou seja, políticas de desenvolvimento sustentável e valorização econômica da floresta.

Tais políticas, planos e estratégias vieram em consonância e como resposta as alterações climáticas em curso na região. Deste modo, políticas, medidas e estratégias foram e devem cada vez mais serem discutidas, elaboradas e integralizadas às ações do poder público, em proximidade de cooperação com órgãos e instituições privadas e organizações da sociedade civil. Para Andrade (2017, p.27) o panorama da discussão em mudanças climáticas traz consigo alguns conceitos, tais como: adaptação e risco. O 1º por sua vez, trata de como minimizar as consequências das alterações climáticas atuais e futuras. O 2º por sua vez, não se trata de um conceito novo, todavia:

A noção do que é um grande risco ou perigo para uma dada população foi se modificando na medida em que a própria sociedade encontrou soluções, por meio da ciência ou da política, para o que foi considerado, em cada época, um perigo para a humanidade. Infelizmente, não podemos afirmar que fatores de risco como a pobreza, as doenças tropicais e os desastres naturais foram eliminados em virtude da adoção de estratégias específicas por ocasião da disseminação destes riscos. Ao contrário, eles ainda estão muito presentes em vários países e altamente interligados com as mudanças climáticas em curso(...). A diferença entre os riscos que vivenciamos anteriormente e os riscos associados as mudanças climáticas é que, de certo modo, os riscos ou perigos associados a pobreza extrema podiam ser retidos ou circunscritos a certos territórios e os riscos associados as mudanças climáticas tendem a atingir a população mundial, de forma diferenciada sim, mas mesmo os países mais ricos do planeta não ficarão isentos de desastres ambientais resultantes de eventos extremos. (ANDRADE, H. 2017, p.27)

Esses conceitos somam-se as ideias de vulnerabilidade, que é o grau de suscetibilidade de indivíduos ou sistemas ou de não-resposta aos efeitos adversos em decorrência de mudanças, como as mudanças do clima. Tal como, o conceito de resiliência, que é a capacidade de se adaptar e recolocar novamente em atividade, mesmo diante de crises ou cenários negativos. A junção desses quatro conceitos norteia muitas das políticas e estratégias em torno dessa temática, todavia, precisam superar o conceito e alcançarem a prática dos mesmos.

Para Andrade (2017, p.28) as medidas necessárias à promoção da adaptação as mudanças climáticas envolvem, assim, fatores individuais, comunitários, sistêmicos, econômicos, governamentais e políticos. Ao que se abordará na presente tese, soma-se os fatores privados e internacionais nesse contexto e, então, será evidenciado o cenário de governança em que as mudanças do clima se encontram hoje na região amazônica. Tal Complexo Climático Amazônico (CCA, nomenclatura utilizada no presente estudo para descrever a dinâmica e a complexidade da compreensão e gestão das mudanças climáticas na região, pelos múltiplos atores, interesses, níveis e agendas) foi e ainda é justificado em decorrência de estudos, análises e previsões de impactos de tais mudanças no clima na região. Ademais, à ênfase global acerca da importância das florestas na dinâmica do clima, já apresentada anteriormente. O que norteou e ainda direciona as atividades do poder público

em consonância aos mecanismos de interação e cooperação entre governos subnacionais, empresas, sociedade civil no âmbito privado nacional e internacional, pode ser visualizado de forma sintetizada no quadro 05:

Quadro 06 – Estudos, Pesquisas e Relatórios que embasam os impactos das mudanças do clima na Amazônia brasileira

Região	Impacto previsto	Fontes
Norte	Grande parte do bioma Amazônico, no leste da região, deverá ser sobreposto por savana.	Cramer et al. (2004) Nobre et al. (2007)
	Secas durante os períodos mais quentes do ano.	Marengo (2007a) Wara; Ravelo; Delaney (2005)
	Aumento da incidência de incêndios florestais.	Nepstad et al. (2003)
	Perda de florestas no norte da Amazônia.	Jones et al. (2003) Cox et al. (2004)
	Inundações e erosões nas áreas mais baixas e próximas ao litoral.	IPCC (20007)
	Aumento na incidência de doenças como malária e dengue.	Moreira (1986) Lieshout et al. (2004)
	Sazonalidade das precipitações deverá afetar a quantidade e variabilidade de fluxo de água na bacia do Amazonas e alterações na distribuição de espécies aquáticas.	Carpenter et al. (1992) Lake et al. (2000)
	Perda da biodiversidade.	Higgins (2007) Miles; Grainger; Phillips (2004) Latini; Petre Jr, (2004)

Fonte: Adaptado pelo autor. Baseado em Mota Et al, 2008, p.11

De tal contexto e cenário que já fora apresentado e justificado, entende-se que as mudanças climáticas já estão em curso na região e de forma bem acelerada, não é à toa (apesar de outras relações e interesses envolvidos) a preocupação e alarde internacional sobre a importância e o papel das florestas tropicais no clima do planeta. A emergência das problemáticas ambientais motivou, principalmente, desde a década de 1970, uma crescente, constante (mas nem sempre atuante..) preocupação com as florestas tropicais. A Amazônia Brasileira, por sua dimensão continental, rica biodiversidade e importância geopolítica, tornou-se pauta das discussões da comunidade internacional. Tal preocupação com as florestas tropicais fez surgir o conceito de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e conseqüentemente, mecanismos de crédito de carbono, como o REDD e o REDD+ (Redução por Emissão Desmatamento e Degradação Florestal) de valoração ambiental e, também, para mitigar os impactos das mudanças climáticas. As estratégias de REDD e REDD+ são uma realidade na região, todavia suas práticas, procedimentos e efetividade são colocados a prova quando se trata e direciona-se à discussão de desenvolvimento local sustentável da região.

As interações e discussões entre a cooperação descentralizada (privada e/ou internacional) e as políticas públicas locais para a mitigação das mudanças climáticas, apontam para a formação de agendas de negociação e implementação de acordos, programas, projetos e estratégias de conservação e preservação ambiental, como por exemplo, o REDD/REDD+, mas de que forma tais programas e projetos são executados? Seu alcance, efetividade e principalmente participação e inclusão social nos mesmos. Esses questionamentos somados aos desafios de tais mudanças climáticas são complexos e multidimensionais, pois implicam necessariamente em profundas relações no campo institucional, econômico, social, de desenvolvimento e conseqüentemente, meio ambiente; variáveis de análise essenciais e basilares do presente estudo.

Conforme visto, as florestas tem um papel importante na dinâmica e execução da geopolítica das mudanças climáticas do Planeta. O alarde a atenção direcionadas à região amazônica pela sociedade internacional, em grande medida, fez e faz com que visões e perspectivas sejam traçadas e direcionadas à região por meio de mecanismos, como REDD/REDD+. Entretanto, a visão da gestão e relevância das florestas seja em nível local ou global, ainda demanda políticas mais direcionadas. GUPTA ET AL (2013, p.12) reitera:

Forest politics are linked to colonial and neo-colonial approaches to managing forest resources and the issue of whether deforestation is per se a problem or not, and disagreement about the level at which forests should be governed. The discussions on forests in the climate change regime have passed through four phases. In the first phase, forests were seen as important; in the second phase, forests were seen as less critical than emissions reduction from industrial sources; in the third phase, forests were included to a limited extent; and in the fourth phase forests have emerged as their own specific field under the name of REDD. (GUPTA ET AL, 2013, p.12)

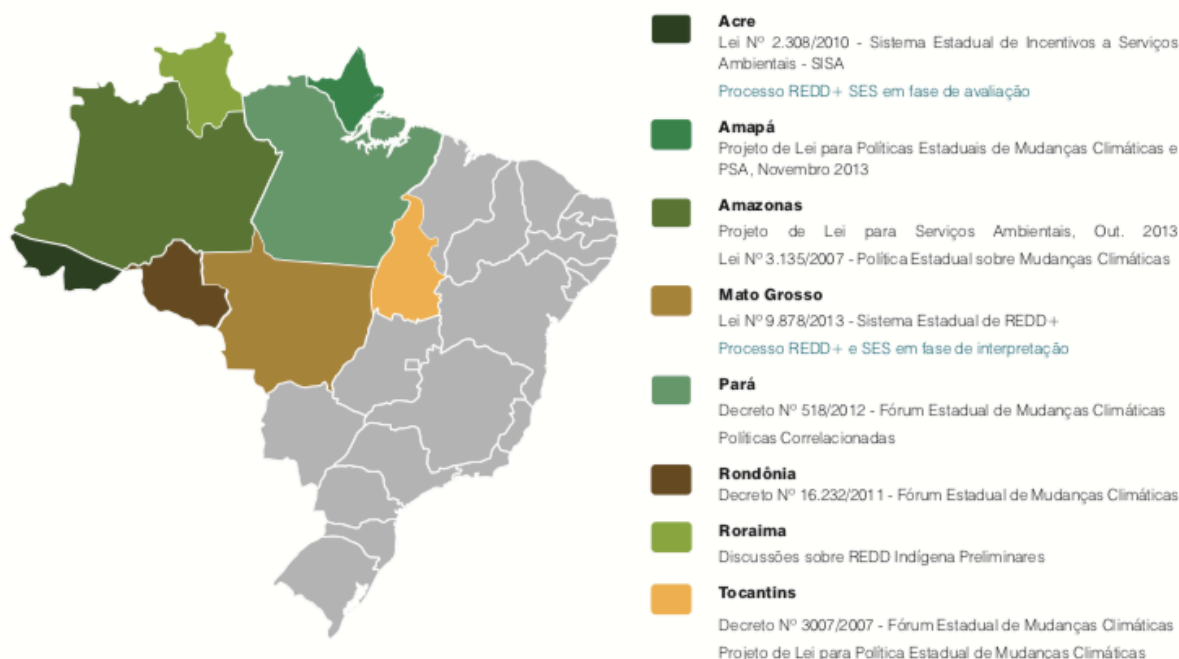
A compreensão da importância das florestas tropicais para o Mundo, deve vir acompanhada de planejamento, proposição e execução de políticas, ações e estratégias que promovam a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, tal como, e em especial na região amazônica, propicie o desenvolvimento local sustentável. Uma vez que, paradoxalmente, a região além de ser um local-chave para ações de mitigação do clima à começar pelas estratégias de governança florestal e ações que mantenham a floresta em pé, a região sofre significativamente com as mudanças do clima advindas do desmatamento e degradação de suas florestas. Para tal, GCF (2014, p.11) analisa:

Estima-se que o Brasil reduziu voluntariamente, entre os anos de 2006 e 2012, cerca de 3,5 bilhões de toneladas de CO₂ com a queda do desmatamento na Amazônia. Essa marca supera a redução de qualquer país: desenvolvido ou em desenvolvimento, com ou sem metas obrigatórias. Atingir essas reduções custa caro e, atualmente, esses custos estão sendo pagos pelos governos estaduais e federal, produtores rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas. É inaceitável que o

país, e principalmente a Região Amazônica, com seus inúmeros problemas econômicos e socioambientais, não sejam compensados pelos seus esforços no auxílio ao clima e ao meio ambiente global. Mas, infelizmente, isso é o que vem ocorrendo. (GCF, 2014, p.11)

É notória a importância das florestas para o clima mundial, tal como, que a perda das mesmas por meio do desmatamento é responsável por 20% das emissões globais (IPCC, 2007, p.26). Deste modo, a conservação e preservação das florestas tropicais (em especial) se direcionam enquanto uma das opções mais viáveis, eficazes e de melhor custo benefício para a mitigação das mudanças climáticas (STERN, 2006, p.54). A urgência em reduzir os níveis de produtividade que levam ao desmatamento da região amazônica, tal como a projeção de estratégias como REDD/REDD+ tem incentivado o surgimento de ações e alternativas para a implementação desses mecanismos, seja por meio de projetos vinculados aos mercados voluntários de carbono, seja por iniciativas estaduais ou municipais de REDD+, ou mesmo de forma integrada inclusive com a dimensão internacional.

Figura 03 – Estados amazônicos e suas respectivas políticas relacionadas as mudanças do clima, ao PSA e ao REDD+



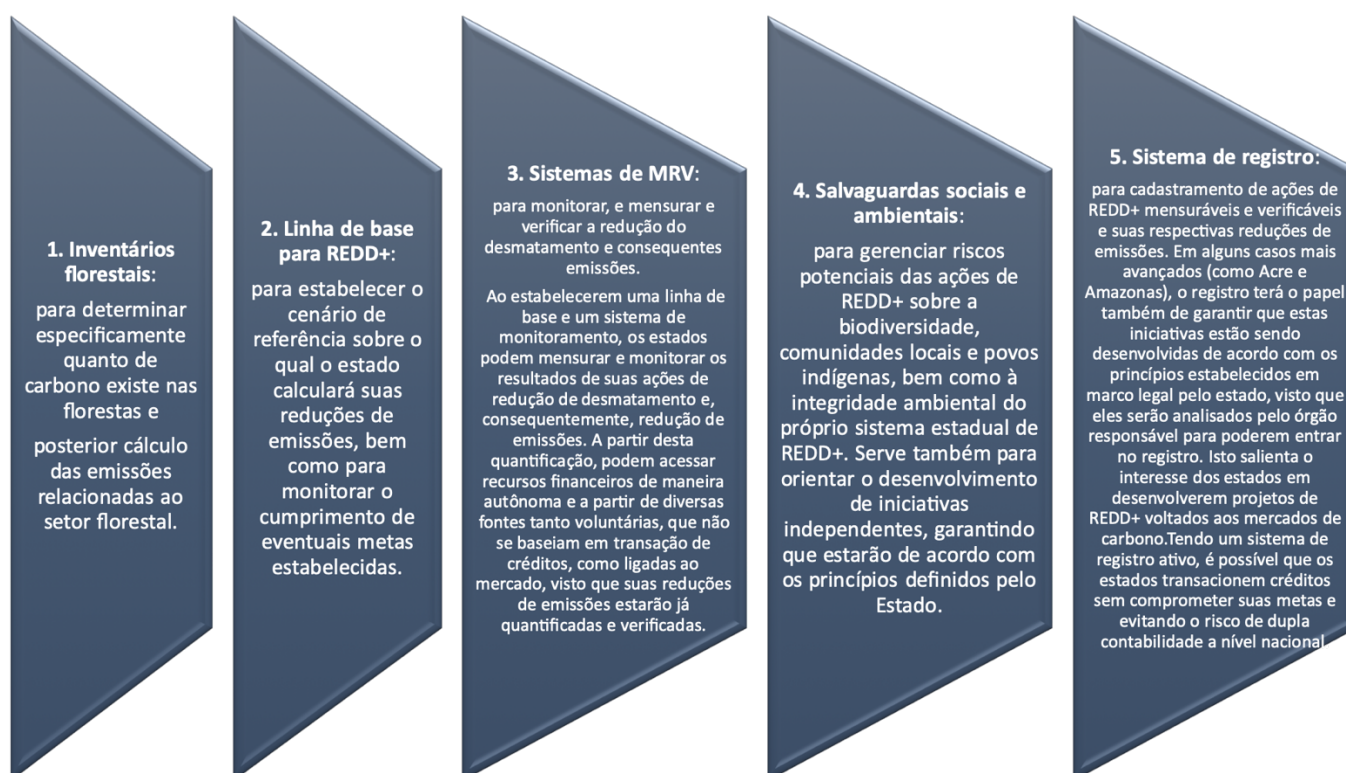
Fonte: IMAFLORA. 2015, p.25

Para GCF (2014, p.13) os estados amazônicos analisados viram nas estratégias de REDD+ uma oportunidade de canalizar recursos e fomentar o desenvolvimento de uma economia verde de base florestal. Entretanto, as possibilidades, abordagens e entendimentos por parte dos estados no tratamento de questões técnicas, legais e institucionais, fez com que a evolução da pauta das mudanças climáticas e consequentemente a institucionalização de tais

mecanismos variasse em tempo e formato, conforme atesta a Figura 03. Os estados do Amazonas e de Tocantins foram pioneiros no estabelecimento e criação de políticas sobre as mudanças climáticas no Brasil, ambos em 2007. O Pará, outro estado analisado no presente estudo, só teve a consolidação de uma política estadual para a temática em 2012. E a questão temporal, diz muito sobre as dinâmicas e interações acerca dos mecanismos REDD+ em ambos estados analisados pela tese, Pará e Amazonas, conforme será abordado no capítulo seguinte.

Apesar da adoção de políticas voltadas para a agenda das mudanças climáticas, em termos temporais, variar de estado para estado, tal como a concepção de seus marcos legais, participação de atores e instrumentalização de variáveis, percebeu-se com a pesquisa que são múltiplos os instrumentos técnicos, econômico-financeiros, de geração de créditos de serviços ambientais / REDD+ e incentivos positivos (tributários e pagamentos por serviços ambientais). Acerca dos instrumentos técnicos, cabe ressaltar os 5 que se destacam nos estados da região e em especial, nos estados do Pará e Amazonas, a partir do organograma 07.

Organograma 07 – Instrumentos técnicos de REDD+ na região amazônica



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em IDESAM, 2012, p.14-17

Além dos instrumentos técnicos analisados no organograma 07, no que tange aos instrumentos econômico-financeiros, foram inicialmente instituídos uma gama deles e em distintos níveis. IDESAM (2012, p.16) aponta:

Em termos de envolvimento do setor público e de fontes de recursos para o financiamento de iniciativas de REDD+, os recursos do orçamento estadual, acordos bilaterais e a geração de créditos de serviços ambientais/ REDD+ são apontados, pela maioria dos estados, como modalidades previstas para envolvimento do setor público. Além disso, alguns estados estão discutindo outras fontes potenciais, que incluem recursos oriundos de *royalties* de empreendimentos hidrelétricos, minerários e petrolíferos. A intenção é construir mecanismos que permitam a canalização de recursos associados a compensações para ações do setor florestal, tanto de origem estadual quanto nacional. (IDESAM, 2012, p.16)

Tais modalidades e instrumentos são divididos em 2 níveis: o público e o privado, que podem ser melhor visualizados nos quadros 07 e 08 a seguir:

Quadro 07 – Modalidades e Instrumentos econômico-financeiros do setor público

Modalidades	AC	AM	AP	MT	PA	RO	TO
Acordos Bilaterais							
Recursos públicos (orçamento)							
Empréstimos concessãoais							
Fundos não-reembolsáveis							
Geração de créditos de serviços ambientais/REDD+							

Fonte: Adaptado pelo autor. Baseado em IDESAM, 2012, p.15

Quadro 08 – Modalidades e Instrumentos econômico-financeiros do setor privado

Modalidades	AC	AM	AP	MT	PA	RO	TO
Geração de créditos de serviços ambientais/ REDD+							
Incentivos tributários							
Empréstimos concessãoais							
Pagamentos por serviços ambientais							
Subsídios							
Fundos não-reembolsáveis							
Direitos negociáveis (cotas de reserva ambiental)							

Fonte: Adaptado pelo autor. Baseado em IDESAM, 2012, p.16

A realidade das políticas, a efetividade das estratégias e a compreensão de múltiplos *stakeholders* na dinâmica das ações inseridas no contexto da agenda das mudanças climáticas nos Estados amazônicos será ampliada no capítulo seguinte, sobretudo na compreensão dos

níveis: público e privado, ambos permeados pelo internacional. Hiraldo&Tanner (2011, p.5) finalizam:

REDD+ represents an opportunity for these countries to meaningfully participate in emission reductions related to the forestry sector. At the same time, REDD+ represents a highly cost- effective mitigation option if well implemented (Parker and Mitchell 2009). The potential environmental and economic benefits of REDD+ have attracted a wide range of national and global actors typically involved in green economy, including national governments, the private sector, environmental non-governmental organizations (NGOs), and financial as well as research institutions. Forests are often inhabited areas, and their management has not only economic and environmental consequences but also social implications. REDD+ therefore has major consequences for the rights and welfare of indigenous peoples and local communities whose livelihoods, culture and way of life depend on forest lands and resources (Setra 2010; Seymour 2010:214-215). (HIRALDO & TANNER, 2011, p.5)

A construção de pontes de cooperação, entre a mitigação do clima e a sustentabilidade da região, aponta para a formação de agendas de negociação e implementação de acordos, programas e estratégias de conservação e preservação ambiental, todavia os desafios das mudanças climáticas são complexos e multidimensionais, pois implicam necessariamente em profundas relações no campo da economia, da sociedade, do desenvolvimento e primordialmente, do meio ambiente. Mas de que forma são estabelecidos, pensados e efetivados tais iniciativas, projetos e políticas? Até que ponto contemplam as reais necessidades da região e consideram as especificidades da mesma? São questionamentos recorrentes nessas agendas de mudanças climáticas na Amazônia, onde muitos são os interesses e atores externos envolvidos. Apontamentos serão discutidos no decorrer do presente trabalho.

É com esse intuito que o fortalecimento da governança ambiental local passa a ser uma tarefa interdisciplinar, a qual pressupõe o diálogo e o compartilhamento de saberes, desconstruindo o imaginário amazônico estereotipado e situando, criticamente, o lugar que a Amazônia ocupa (ou deveria ocupar) nas Agendas ambientais e de mudanças climáticas. Além disso, empoderar os atores locais no processo de fortalecimento da governança, corresponde a uma importante estratégia reacionária, capaz de valorizar os aspectos identitários amazônicos e enfrentar os interesses colonizadores ainda tão presentes na região. Assim sendo, diante do longo caminho em direção à supressão, mesmo que gradativa, dos aspectos de colonialidade presentes na Amazônia, a interdisciplinaridade e a reflexão crítica acerca dos processos de governança exercem um importante papel, apontando a direção para um desenvolvimento local e sustentável não mais importado. Afinal, “a floresta amazônica é o maior parque tecnológico que a Terra já conheceu” (NOBRE, 2014, p.11).

*“Impossível de proteger a diversidade e biológica,
sem proteger concomitantemente,
a sociodiversidade que a produz e conserva”*

- Edna Maria Ramos de Castro

3. POLITICAS, ESTRATÉGIAS E A AGENDA DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAZONAS

O presente capítulo reunirá e apresentará de forma qualitativa, os casos múltiplos adotados nos lócus da referida pesquisa, os estados do Pará e Amazonas. No intuito de melhor sistematizar o mesmo, será feita a divisão das agendas de mudanças climáticas por estado. Todavia, o pano de fundo da região amazônica, tal como, a ênfase às florestas e a preocupação na conservação e preservação das mesmas, contextualizam ambas as descrições das ações subnacionais. O recorte temporal adotado pela pesquisa segue o início da implementação de legislação estadual para mudanças climáticas, que no Estado do Amazonas iniciou com a Lei Nº 3135/2007 e no Estado do Pará, com o decreto nº.518/2012, delimitando assim, o período de análise de 2007 e 2012, até o presente.

Tabela 03 – Taxa de desmatamento dos Estados Amazônicos (2017-2018)

Estado	Taxa de desmatamento em 2017 (km ²)	Taxa de desmatamento em 2018* (km ²)	Variação na taxa de desmatamento entre 2017 e 2018 (%)	Contribuição na taxa de desmatamento em 2018 (%)
Acre	257	470	82,9	5,9
Amazonas	1.001	1.045	4,4	13,2
Amapá	24	-**	-	-
Maranhão	265	281	6,0	3,6
Mato Grosso	1.561	1.749	12,0	22,1
Pará	2.433	2.840	16,7	35,9
Rondônia	1.243	1.314	5,7	16,7
Roraima	132	176	33,3	2,3
Tocantins	31	25	-19,4	0,3
Total	6.947	7.900	13,7	100

(*) Dado preliminar

(**) Não foi observado desmatamento.

Fonte: PRODES-OBT-INPE, 2019.

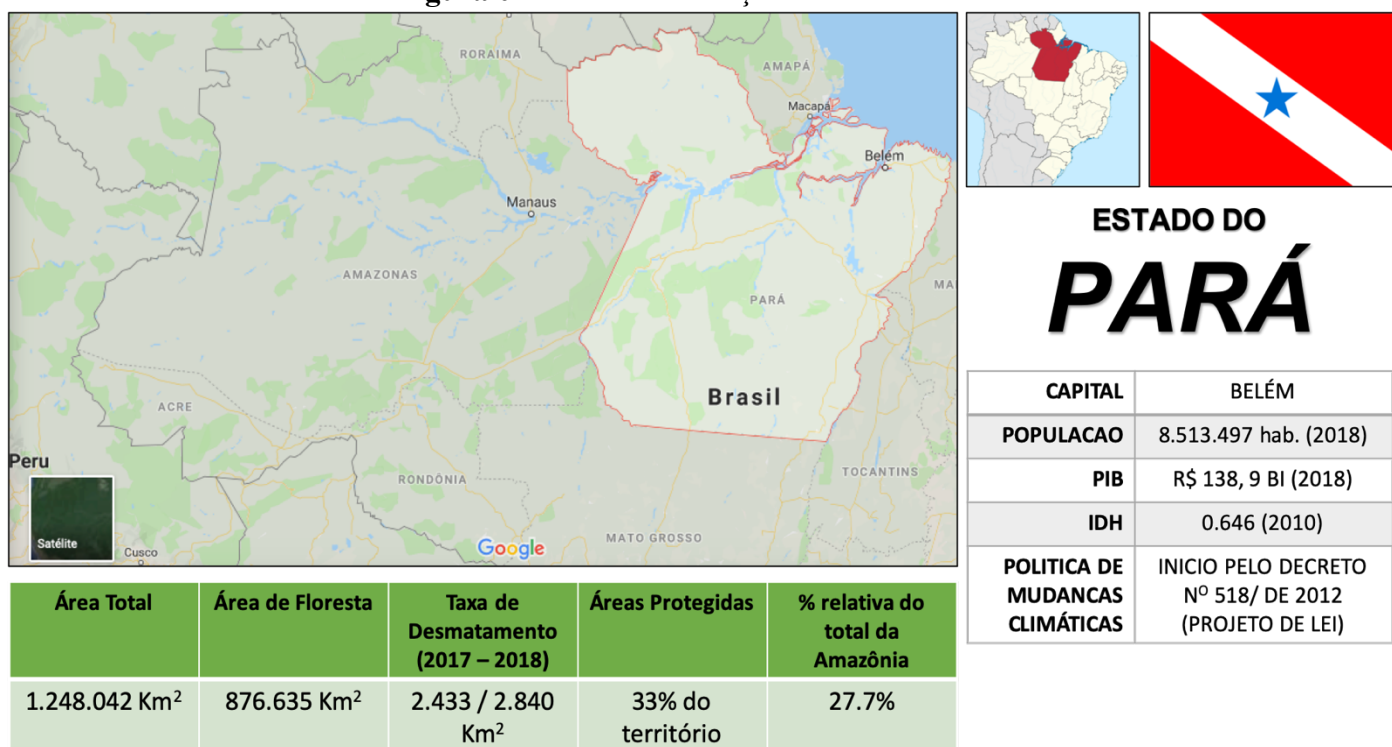
A justificativa dos estados que serão analisados na presente tese, decorre em primeiro lugar da extensão territorial de ambos, o 1º (Amazonas) e o 2º (Pará) maiores estados do

Brasil e com vasta extensão de florestas tropicais, onde também se localiza boa parte da Amazônia legal. Em segundo lugar, pelas taxas de desmatamento historicamente díspares e que persistem até os dias atuais, mesmo sendo estados com grandes extensões territoriais (conforme pode ser analisado na tabela 03) e em terceiro lugar, pelas iniciativas e estratégias de mitigação e adaptação das mudanças climáticas pensadas em períodos distintos e com atuações, incursões e resultados também diferenciados.

3.1 O ESTADO DO PARÁ

O 2º maior estado da federação, estado mais populoso da Amazônia brasileira e com seus 144 municípios, o estado do Pará faz divisa com Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Amapá, Roraima, além das fronteiras com o Suriname, a Guiana, Guiana Francesa e o limite com o oceano atlântico. Em tamanho e extensão territorial, o estado é maior que países como a Venezuela, Colômbia e Alemanha. Por sua localização estratégica, o Pará foi o portão de entrada natural da Amazônia legal e percurso histórico utilizado pelos portugueses no período do Brasil colônia para garantir o domínio da região, tal como, proteção em relação as outras nações europeias que ameaçavam a mesma. A figura 04 localiza geograficamente o estado e apresenta informações relevantes sobre o mesmo.

Figura 04 – Contextualização do Estado do Pará



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em IMAFLORA (2015, p.22) e IBGE (2019)

Apesar da institucionalização por meio de um decreto somente em 2012, o Estado do Pará, devido a dimensão continental de suas florestas e seu papel estratégico na região, esteve envolvido desde 2008 em varias ações e atividades direcionadas as mudanças climáticas. A participação na formação da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta (GCF, do inglês Task Force Governor's Climate and Forest), que culminou na criação do próprio Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, em 2009, foi um exemplo dessa atuação do estado. Em um primeiro momento com a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado pela então governadora do Estado, Ana Julia Carepa (do PT, Partido dos Trabalhadores). Tal memorando e a consecução da força tarefa tinham o intuito de cooperar com o objetivo de compartilhar experiências, projetos, capacitações, tal como, elaborar recomendações para os tomadores de decisão e as autoridades regulatórias, para estabelecimento e fortalecimento do então mecanismo REDD/REDD+. O Pará sediou em 2009, na sua capital Belém, o 1º encontro do GCF onde foi ratificado o memorando.

Figura 05 – Encontro de Governadores (Ana Julia Carepa/PA, Arnold Schwarzenegger/Califórnia e Eduardo Braga/AM)¹⁷



Fonte: AMBIENTE BRASIL (2009)

¹⁷ Na figura, a governadora Ana Júlia Carepa (Pará) e o governador Eduardo Braga (Amazonas), recebendo das mãos do então governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, o comando da chamada Força Tarefa dos Governadores, grupo de trabalho que coordena as ações conjuntas do Fórum Global de Governadores sobre Floresta e Clima (GCF). Dezembro de 2009. Fonte: AMBIENTE BRASIL, 2009. < <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2009/12/17/50591-governadores-do-amazonas-e-do-para-vaopresidir-forca-tarefa-sobre-o-clima-em-2010.html>> Acesso: 15 mai 2019.

Instituído então, o GCF, o mesmo buscou inicialmente a troca de experiências, instrução e discussão de propostas voltadas aos mecanismos de REDD/REDD+, na escala subnacional. Na sessão posterior, será dada ênfase a GCF e seus destaques, uma vez que, o Estado do Amazonas teve papel preponderante.

Outro exemplo da atuação do estado antes mesmo da consolidação de um instrumento jurídico estadual voltado às mudanças climáticas, foi a ratificação do decreto nº 1.697, de 05 de junho de 2009, do Poder Público estadual que instituiu o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará – PPCAD/PA e posteriormente, o envolvimento O PPCAD (PARÁ, 2009, p. 4) apontava para o compromisso:

Reduzir, progressivamente, as taxas de desmatamento do Estado, colaborando com os esforços do Governo Federal para a redução global do desmatamento no Bioma Amazônia, para tanto propondo alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso, o plantio e o manejo da floresta substituam atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural. (PARÁ, 2009, p.4)

Um dos instrumentos do PPCAD que foram implementados no intuito de contribuir a tal plano entre 2009 e 2012 (primeiro período de execução do mesmo), foi a implementação do mecanismo REDD/REDD+ no fomento às atividades sustentáveis que pudessem prevenir o desmatamento.

Provocado e estimulado no âmbito do GCF e pelo contexto de outros entes subnacionais criando, desenvolvendo e ampliando suas legislações sobre as mudanças do clima, o Estado do Pará desenvolveu seu Fórum Paraense de Mudanças climáticas, tendo sido instituído o mesmo em setembro de 2009, pelo decreto 1.900/2009. O fórum tinha o objetivo fundante de promover a cooperação e o diálogo entre diferentes setores da sociedade em prol do enfrentamento de problemas relacionados às mudanças climáticas e suas consequências socioambientais e econômicas (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 2009, p.5).

Suas ações visavam:

Estímulo à implantação no Estado de programas que garantam o monitoramento, avaliação e controle de projetos que visem à recuperação de áreas degradadas, à redução do desmatamento e da degradação florestal, à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e ao sequestro de carbono, dentre outros serviços ambientais, para legitimar:

- a) mecanismos de pagamento de serviços ambientais na esfera pública e privada;
- b) mecanismos aplicáveis ao Brasil de implementação da UNFCCC e seus tratados correlatos;
- c) outras formas de remuneração previstas em normas Federais ou Estaduais para manutenção de serviços ambientais. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, 2009, p.5).

O Fórum foi criado para ser um espaço importante para discussões acerca das estratégias de mitigação e adaptação as mudanças climáticas do Estado. De tal modo, foram criadas 3 câmaras técnicas: i) para discussão e elaboração de estratégias para REDD+; ii) para discutir uma minuta de projeto de lei de política estadual do clima e iii) outra câmara para tratar do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento no Pará - PPCAD/PA. IMAZON (2015, p. 29-30) reitera:

Na 1ª câmara, as discussões, lideradas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) tratavam de coletar informações sobre iniciativas de projetos de REDD+ existentes no estado e de discutir princípios para uma política estadual no tema. A câmara não chegou a produzir um documento específico com resultados das discussões, mas o Idesp avançou com estudos a respeito do tema. A segunda CT discutiu uma minuta de projeto de lei (PL) elaborada com apoio da ONG Conservação Internacional – Brasil. Apesar das várias reuniões ocorridas, a câmara não concluiu a revisão do documento. Na época, membros da câmara afirmaram a dificuldade de avançar na análise, pois a minuta era bastante extensa e incluía detalhes que exigiriam consultas públicas qualificadas com diferentes setores abrangidos pelo texto. Houve um entendimento entre os membros da CT de que seria mais estratégico fazer uma lei com texto mais conciso e mais geral, que pudesse ser posteriormente detalhado em regulamentação. Ao final, havia duas versões da minuta de PL: uma mais longa e outra editada e com vários cortes, produzida pela consultoria da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). No entanto, nenhuma dessas versões foi totalmente revisada pela câmara e não houve avanços posteriores, dado que o Fórum não se reuniu mais para esse objetivo a partir de abril de 2010. A terceira câmara técnica foi criada para acompanhar a implementação do PPCAD e se reuniu poucas vezes. (IMAZON, 2015, p.29-30)

O FPMC passou por estruturação nos anos seguintes e em 2012, por meio do decreto estadual nº. 512/2012 foi reinstituído pelo então governador Simão Jatene (PSDB), buscando assegurar mais representatividade e dinamicidade para a atuação do mesmo. Essa nova fase, contou com a participação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e as ONGs *The Nature Conservancy* e Conservação Internacional. Buscando garantir maior interiorização das ações do fórum, sensibilizando instituições de ensino (do nível básico ao superior), implementando um plano integrado de comunicação e disseminação das premissas do fórum, tal como, prospectando novas parcerias ao mesmo, o fórum teve uma breve evolução e criou duas novas câmaras técnicas. IMAZON (2015, p. 30-31) expõe:

- **CT1 sobre Mudanças Climáticas** (sob a coordenação de representante da UFPA), que recomendou:
 - (i) a realização do Inventário Estadual de Emissões de GEE;
 - (ii) a criação e a disponibilização de uma série histórica com dados climáticos do estado;
 - (iii) a elaboração análises sobre a correlação desses dados com o acontecimento de eventos climáticos (extremos ou não) no estado;
 - (iv) elaboração de estudo com o estado da arte das legislações nacional e estaduais sobre Mudança do Clima, a fim de balizar a elaboração da legislação paraense;
 - (v) identificação dos elementos básicos para a criação de um Plano Estadual de Adaptação, a partir do mapeamento de ocorrências e de áreas de maior

vulnerabilidade/risco a perdas econômicas e questões de saúde pública (por exemplo, áreas habitadas por ribeirinhos, agricultores familiares e populações tradicionais);

(vi) propor junto aos poderes públicos estadual e federal a aquisição, manutenção e distribuição regional de estações meteorológicas para subsidiar pesquisas e estratégias do Poder Executivo.

- CT2 de Serviços Ambientais e REDD+ (sob a coordenação de representante da UEPA) que recomendou:

(i) realizar uma rodada de capacitação específica sobre Serviços Ambientais e REDD+ para aperfeiçoamento dos representantes;

(ii) resgatar recomendações feitas nas discussões do Fórum sobre o tema desde 2009;

(iii) conhecer de perto mecanismos já em funcionamento, como o Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA) do Acre, bem como outros avanços legais dentro ou fora do bioma amazônico. (IMAZON, 2015, p. 30-31)

Nota-se, até o presente, que um dos principais entraves para efetividade das ações do FPMC e conseqüentemente avanço da agenda climática no estado, foi a ausência ou deficiência de estrutura administrativa e institucional direcionada a essa agenda. Desde o início dessa agenda no Pará, a então SEMA (e atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS) tem sido o órgão responsável pelas dinâmicas e políticas sobre mudanças do clima. Entretanto, até meados de 2014 não havia unidade específica sequer que cuidasse e tratasse com a devida atenção a referida temática, que até então era tratada por assessores e técnicos vinculados diretamente ao secretário de meio ambiente. Buscando sanar essa lacuna institucional, tal como, direcionar mais atenção, criou-se uma diretoria de Meteorologia e Hidrologia, a qual, desde então incorporou o FPMC na SEMAS, IMAZON (2015, p.32) consubstancia:

No final de 2014, o governo promoveu uma reforma administrativa e criou na Semas a Secretaria Adjunta de Gestão de Recursos Hídricos e Clima e a Diretoria de Meteorologia, Hidrologia e Mudanças Climáticas. Assim, a Semas tem entre suas competências implementar e coordenar a agenda de mudanças climáticas no estado em articulação com as demais esferas de governo e instituições. As novas atribuições também incluem formular e coordenar em articulação com outras instituições a Política Estadual de Serviços Ambientais, incluindo REDD+, ações de sequestro de carbono e outros mecanismos destinados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de uso sustentável da biodiversidade. A Diretoria de Meteorologia, Hidrologia e Mudanças Climáticas compete planejar, coordenar e executar ações referentes à meteorologia, clima, hidrologia e mudanças climáticas. A Diretoria conta com apoio da Coordenadoria de Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas e a Gerência de Meteorologia Aplicada e Mudanças Climáticas. Em relação à REDD+, a reforma administrativa atribuiu ao Ideflor-Bio, uma autarquia estadual, a atribuição de coordenar a elaboração e implementação da estratégia estadual de REDD+. Isso deve ocorrer em articulação com as demais esferas de governo, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais e sociedade civil. (IMAZON, 2015, p.32)

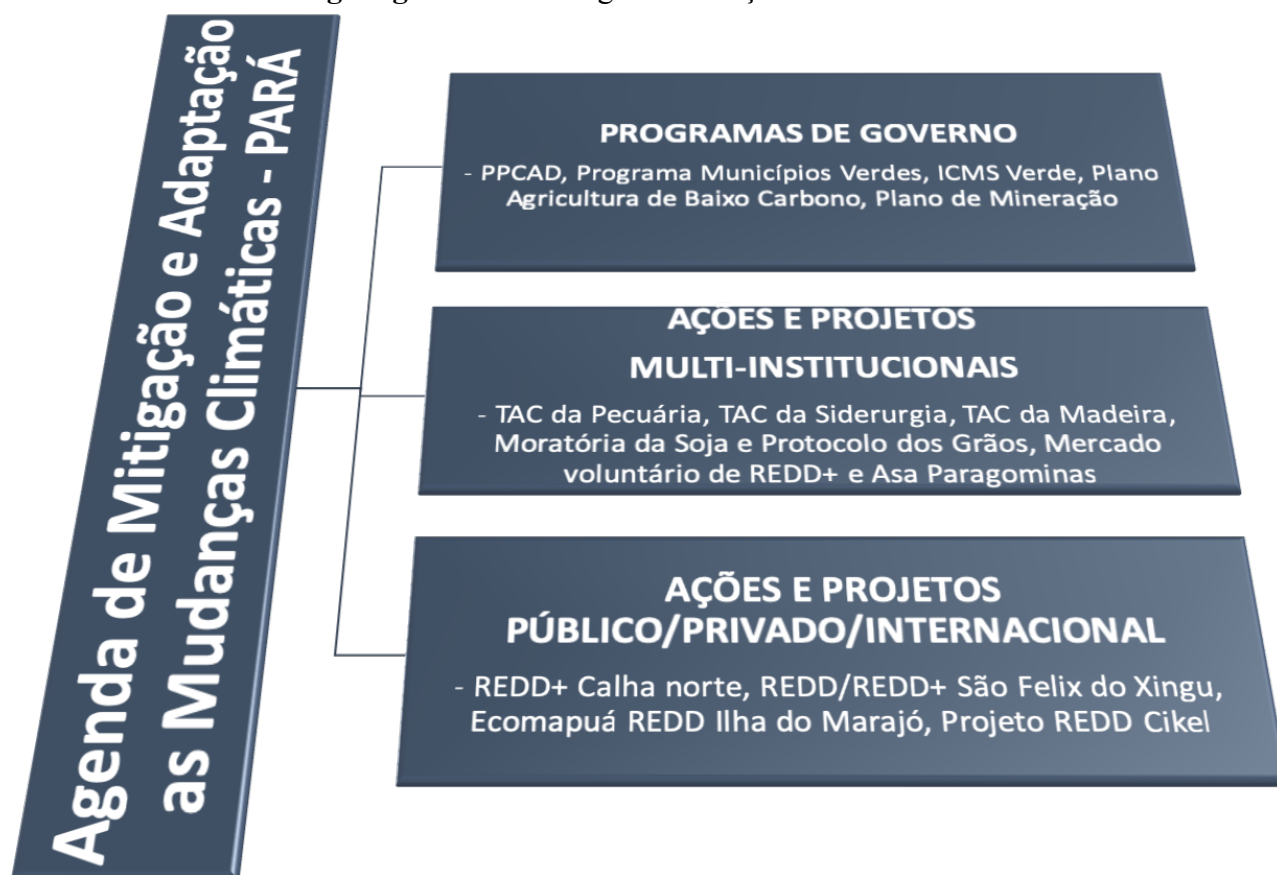
Nos últimos 3 anos, o FPMC tem se reunido esporadicamente, embora, não tenha sido possível finalizar e propor de forma definitiva uma política estadual de mudanças climáticas.

Barreiras políticas, falta de articulação e estrutura institucional levaram a esse cenário, diante essa agenda tão significativa para a região. Esse talvez seja o principal desafio da atual gestão da SEMAS e do novo governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), uma vez que o Pará reflete bem a magnitude das dimensões territoriais e entraves sobre a floresta, por ser um dos estados com maiores taxas de desmatamento, impulsionadas por diversos setores (agropecuário, minerário e de infraestrutura), tal como, de agendas paralelas de desenvolvimento.

3.1.1 Agenda de políticas e estratégias em Mudanças climáticas do estado do Pará

A preocupação e envolvimento do Estado para com ações voltadas à mitigação e a adaptação às mudanças climáticas podem ser evidenciadas em 3 níveis, conforme o organograma 08 apresenta:

Organograma 08 – Programas e Ações do Estado do Pará



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em IMAZON (2015, p.35) e IDESAM (2012, p.40)

A ausência de uma política estadual e integrada aos preceitos de mitigação e adaptação do clima, não impediu a adoção e o desenvolvimento de estratégias, programas, ações e projetos acerca dessa agenda. Conforme visualizado no organograma 08, constata-se a divisão em níveis de organização e execução desses programas. No nível 01, constata-se os **Programas de Governo**, onde a responsabilidade de execução estava em grande medida com a iniciativa pública e por meio de órgãos, secretarias e entidades governamentais. Cabe contextualizar:

- A. **PPCAD (Estadual e Municipais)** – ou o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado, foi instituído em 2009 com o objetivo de estabelecer metas de redução do desmatamento no Estado (um dos maiores da Amazônia legal). Essa redução deveria ser progressiva e estava alinhada aos preceitos do PPCDAM, ao PAS e a PNMC, com o objetivo de promover o uso racional e de menor impacto dos recursos naturais florestais, em especial. O cálculo das metas estipulado, foi assim dividido: de 2006 à 2010: redução de 42% do desmatamento, de 2011 à 2015, redução de 66% e de 2016 à 2020, redução de 80% (IMAZON, 2015, p. 36). Para o alcance de tais metas, o Plano elencou então 55 ações a serem colocadas em prática entre 2009 e 2012 por múltiplos *stakeholders* governamentais e não-governamentais com responsabilidade direta ou indireta. O plano não seguiu conforme estipulado e em 2013 passou por reformulação para buscar efetivar-se enquanto importante política ambiental do estado, todavia, desde o primeiro período o PPCAD apresentou baixo grau de implementação, decorrente a uma governança deficiente, ocasionada pela baixa compreensão e internalização do plano nas esferas governamentais e de controle social. (IMAZON, 2015, p. 36).
- B. **Programa Municípios Verdes (PMV)** – lançado em 2011, foi uma iniciativa de desenvolvimento em cooperação a municípios, sociedade civil, setor privado, ONGS, OINGS e do Ministério Público Federal (MPF) no intuito de auxiliar a fiscalização e o controle do desmatamento e o incentivo a uma produção rural sustentável. Um dos focos de análise do presente trabalho, o PMV será melhor detalhado em seção posterior.

C. **ICMS¹⁸ Verde** – Em 2013, o governo do Estado do Pará incitou e posteriormente adotou critérios ambientais ligados ao percentual de áreas protegidas, os níveis das taxas de desmatamento e área no CAR (Cadastro Ambiental Rural), para direcionar aos municípios um imposto verde, repasse do que for arrecadado do ICMF estadual, aos que adotarem: i) Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e de composição socialmente paritária; ii) Fundo municipal de Meio ambiente; iii) Órgão público executor da política municipal de meio ambiente, com recursos específicos e visando até então, consolidar a Agenda 21 Local; e, iv) Instrumentos de políticas públicas que suportem a execução da Política municipal de Meio ambiente. De tal compensação, o estado iniciara uma forma de estímulo financeiro aos municípios que participarem e contribuam com ações de semelhança ao mecanismo REDD+.

D. **Plano Agricultura de Baixo carbono** – implementado em 2012 e inspirado na iniciativa nacional do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), o PABC-Pará teve o intuito de promover a redução nas emissões de carbono através de incentivos a processos de tecnologia e inovação que mitigassem ou minimizassem os GEE no campo, com metas até 2020. Além do estímulo e oferecimento de linhas de crédito necessárias para incorporar e incentivar tecnologias de baixa emissão de carbono, o plano buscou a regularização ambiental de propriedades rurais, tal como, a implantação de sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis. IMAZON (2015, p.39) reitera:

Além de iniciativas para ampliar a disseminação e capacitação ligada ao plano e ao programa ABC, é necessário criar e implementar uma estrutura para monitoramento dos indicadores do plano estadual. Apesar da existência de um Comitê Estadual no Pará para o Plano ABC, este monitoramento não está sendo feito. Fortalecer a atuação do comitê será importante para acompanhar e monitorar a implementação do Plano Estadual, para verificar se este está efetivamente contribuindo para a redução de emissões de GEE no estado ligadas a agropecuária no Pará. (IMAZON, 2015, p.39)

E. **Plano de Mineração** - ou PME-2030, reconheceu e traçou um perfil do setor do segundo maior estado minerador do Brasil. Propondo diretrizes, políticas públicas e estratégias de governança, o plano partiu do reconhecimento das potencialidades, oportunidades e riscos que a economia com base mineral oferta a sociedade paraense, em especial. O objetivo do plano visava planejar a gestão de recursos minerais com base no uso sustentável e no processo de agregação de valor aos

¹⁸ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

minérios e ao território em si, ou seja, direcionando melhorias as condições econômicas, sociais e ambientais da população. Apesar de buscar alinhar as questões de sustentabilidade na lógica da produção, o PEM-2030 não deixou claro suas ações e preocupações perante a agenda das mudanças climáticas, fundamentalmente por não apresentar uma métrica de diminuição de emissões de GEE deste controverso e preponderante setor da economia do estado.

No nível 02, evidenciam-se as **ações e projetos Multi-institucionais**, onde a responsabilidade de viabilização e execução, por sua vez, estava compartilhada por múltiplos *stakeholders* de distintos setores (e em alguns estágios, até o próprio estado). Cabe contextualiza-las:

A. **Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Pecuária** – Sendo uma das atividades que historicamente mais causaram desmatamento no estado, esse TAC surge no intuito de buscar a regularidade ambiental dos processos de pecuária, desde 2009. São exemplos dos danos dessa atividade ao meio ambiente, a adoção de práticas insustentáveis e irregulares, como a pecuária extensiva e de baixa produtividade, que gera grandes pressões para abertura de novas áreas ao invés de incentivos e investimentos na melhoria do solo, em áreas já desmatadas. No âmbito desta ação, o Ministério Público Federal (MPF) foi um dos atores mais atuantes, notificando e multando fazendas, frigoríficos e espaços diversos relacionados a prática da pecuária. Além disso, os procuradores recomendaram mais de 60 redes de supermercados e indústrias que não adquirissem produtos de frigoríficos que haviam comprado gado dessas fazendas envolvidas em crimes ambientais (Barreto & Araújo, 2012, p. 13). O Governo do Estado também ratificou o TAC no intuito de agilizar e fortalecer políticas públicas associadas a gestão ambiental da cadeia produtiva da pecuária, sobretudo em termos de contratação e averiguação de auditorias independentes, para cumprimento e adequação do TAC. Imazon (2015, p.41) ressalta:

Mesmo sem os resultados da auditoria, já existem avaliações positivas sobre o efeito do TAC da pecuária na redução do desmatamento no estado. Um estudo de 2015 mostra que o TAC estimulou produtores a inserirem suas propriedades no CAR e isso permitiu que os frigoríficos pudessem avaliar quais propriedades tiveram desmatamento recente. Nesses casos, os frigoríficos avaliados no estudo deixaram de comprar gado das fazendas com incidência de desmatamento, o que, por sua vez, contribuiu para reduzir novos desmatamentos (já que os produtores perceberam que a continuidade dessa prática iria afetar a venda do seu produto) (Castro, 2015). No

entanto, o mesmo estudo aponta lacunas nesse TAC para que a redução de desmatamento ocorra em toda a cadeia da pecuária. Por exemplo, o TAC é feito com a parte final dessa cadeia, mas não abrange a origem do gado. Assim, as fazendas dedicadas à cria de bezerros e novilhos para revenda não são monitoradas, apenas aquelas que realizam a engorda. Outro problema é que nem todos os frigoríficos assinaram o TAC e, por isso, é necessário ampliar esse acordo. (IMAZON, 2015, p.41).

- B. Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Siderurgia** – que obrigou as empresas a se regularizarem ambientalmente suas atividades. As siderúrgicas Sidepar, Iberica e Cosipar foram as três primeiras a assinarem acordos com o Ministério Público Federal, IBAMA e SEMA, que dentre outros compromissos, direcionava as signatárias à implantarem a instalação e manutenção de bancos de dados atualizados e disponíveis sobre a origem do carvão consumido e demais informações sobre origem e suprimento deste recurso. O TAC previa também, enquanto um dos principais objetivos, a implantação de reposição florestal obrigatória, aliado a projetos de reflorestamento como garantia de abastecimento sustentado de carvão para suas atividades. O termo também objetiva a recuperação de áreas desmatadas sem autorização pelas empresas, o que possibilitaria a viabilidade de sequestro de carbono e demais serviços ambientais. MPF (2015, p. 1) aponta:

Foram obtidos inúmeros avanços a partir do TAC's firmados pelo MPF, que, entre outras medidas, lograram a reformulação do sistema de controle e fiscalização do carvão vegetal e do setor siderúrgico no Pará. Apesar disso, as siderúrgicas não honraram grande parte dos compromissos assumidos, e, por isso, foram sancionadas, esclarece o MPF. Além das autuações, embargos e de terem que arcar com seus passivos ambientais, responderão, ainda, pelas multas decorrentes dos descumprimentos do TAC firmado com o MPF, sem prejuízo de possíveis outras medidas. Estão na situação de interrupção/suspensão total ou parcial das atividades as empresas Siderúrgica do Pará (Sidepar), Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) e Siderúrgica Ibérica, todas de Marabá, sudeste do Estado. A derrocada do setor, agravada pela crise financeira internacional, foi determinada pela incapacidade das empresas de atuar de acordo com a legislação ambiental, atuação cobrada pelo MPF em Termos de Ajustamento de Conduta assinados (TACs) no ano de 2012, avaliam os procuradores da República Tiago Rabelo e Daniel Azeredo, que integram o grupo de monitoramento dos TAC's firmados pelo MPF. “Como os TAC's, além de propiciarem a implementação e o aperfeiçoamento gradativos de mecanismos de controle, levando ao aumento no número de fiscalizações, autuações, bloqueios e cobrança de passivos, também exigiram que a partir desse ano as guseiras alcançassem o auto-suprimento pleno e sustentável, disso resultou que só deverão permanecer no mercado as empresas que atuarem de acordo com a lei, e as que estão paradas só retomem as atividades após prévia comprovação de que são autossustentáveis”, observou o procurador Tiago Rabelo. (MPF, 2015, p.1)

- C. Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Madeira** – Ao lado da pecuária, a produção madeireira do Estado do Pará é um dos grandes propulsores do

desmatamento na região e o mais grave, é que grande parte dessa produção é ilegal e conseqüentemente não atende pratica alguma de gestão ambiental. Assinaram o TAC, o governo do Estado, representado pela SEMA; O IBAMA, O Programa Municípios Verdes (PMV) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO), além do MPF. Em apoio e contrapartida, pelo setor produtivo da área, assinaram Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (Aimex), pela Associação da Cadeia Produtiva Florestal da Amazônia (Unifloresta), pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep) e pela Associação dos Engenheiros Florestais do Pará (Apef). O termo previu a utilização do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestas (Sinaflor) por meio do cadastro de exploradores e consumidores de produtos florestais. Semas (2015, p.1) ratifica:

Além dos compromissos principais, assumidos pela Sema e pelo Ibama, as instituições determinaram que vão realizar reuniões trimestrais para traçar estratégias de atuação integradas, havendo previsão de reuniões extraordinárias, se necessário. Os compromissos da Sema englobam a utilização do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor); recadastramento extraordinário do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais (Ceprof), com a exclusão do cadastro daqueles que não atenderem ao prazo concedido; Contratação de auditoria no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora) e Ceprof; implementação de sistema de avaliação independente para os planos de manejo; estabelecimento de calendário florestal; integração entre o Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam) e o Sisflora, entre outras responsabilidades. (SEMAS, 2015, p.1)

D. Moratória da Soja e Protocolo verde dos grãos – foi um ato suspensivo que iniciou em 2006 e ganhou forças após uma campanha promovida pelo Greenpeace que apontava a direta conexão entre a soja comprada nos mercados europeus e o desmatamento na região amazônica. Deste modo, a Associação Brasileira das indústrias de Óleos vegetais (Abiove) e a Associação nacional de Exportadores de cereais (Anec) se comprometeram em não comercializar nem financiar a soja produzida em áreas desmatadas na região (IMAZON, 2015, p.42). Tal moratória foi um importante passo em direção ao avanço da expansão da cadeia produtiva da soja e conseqüentemente do desmatamento. Tal mecanismo teve prazo inicial até 2016 e desde seu início, há mais de dez anos, “o desmatamento caiu 86% nos municípios alcançados pela moratória. Teve sua renovação discutida, até que ela não seja mais necessária, conforme aponta seu termo de renovação”. (Greenpeace, 2016, p.1). O governo do Estado do Pará, nesse referido período e buscando se

antecipar a possibilidade de uma não renovação da moratória, desenvolveu em 2014 o Protocolo Verde dos Grãos. Tal acordo foi ratificado por uma gama de instituições do poder público e da iniciativa privada, tais como: ABIOVE, ADM, Algar Agro, Amaggi, Baldo, Bunge, Cargill, Fiagril, Imcopa, Louis Dreyfus, Noble Group, Óleos Menu e Santarosa), Associação Paraense de Avicultura (Apave), Ministério Público Federal (MPF), governo do Estado, sindicato de produtores rurais de Paragominas, empresas e cooperativas agropecuárias, dentre outros. (MPF, 2014, p.1). Semelhante ao acordo no setor pecuário, a indústria de grãos deveria assumir compromissos em somente negociar com fornecedores que cumpram a legislação imposta. Ou seja, As empresas participantes do protocolo comprarão grãos única e exclusivamente de produtores que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que emitam devidamente nota fiscal, não tenham áreas embargadas por órgãos ambientais e que não tenham promovido desmatamento e trabalho escravo ou degradante. (MPF, 2014, p.1). A grande questão sobre a viabilidade e continuidade dessa estratégia, esteve desde o início na fiscalização. Para tal cumprimento do protocolo, as empresas deveriam contratar auditorias independentes e a análise das mesmas estava a cargo do governo e do MPF. Atualmente, o protocolo continua em vigor, todavia flexibilizou o tamanho das áreas em relação ao desmatamento das mesmas, como consta em suas mais recentes diretrizes:

Como o objetivo do Protocolo e da Moratória é evitar o cultivo e a comercialização de grãos em áreas desmatadas ilegalmente, o monitoramento deve priorizar polígonos mais expressivos, onde a probabilidade e a potencialidade do dano é maior, considerando que o plantação de grãos, em escala comercial, demanda sempre áreas mais extensas. (MPF, 2017, p.2)

- E. **Mercado voluntario de REDD+** – Entre os anos de 2010 e 2014, expandiu-se o número de projetos pilotos de REDD+ na Amazônia e o Pará seguiu a mesma tendência. Buscando a obtenção de certificação para comercialização de créditos de carbono no mercado voluntario (IMAZON, 2015, p.43), a grande maioria desses projetos estavam localizados em áreas privadas e possuíam forte conexão com o fator internacional, nessa dinâmica. Alguns desses projetos serão apresentados em subseção seguinte.
- F. **Agencia de Serviços Ambientais (ASA) Paragominas** – criada por membros da sociedade civil de Paragominas (cidade do sudeste paraense), essa agencia foi

ciada em 2012 como uma associação sem fins lucrativos e com o objetivo de coordenar os projetos e os pagamentos de serviços ambientais da cidade. Até meados de 2015, a ASA realizou alguns seminários de capacitação em serviços ambientais, com foco na consolidação de um mercado de Cotas de reservas ambientais (CRA) no município e produziu uma cartilha sobre o assunto, em parceria com o BVRIO¹⁹. No entanto, sem estrutura ou mesmo uma equipe executiva, verificou-se, além da fragilidade do mercado de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a inoperância da ASA em consubstanciar seus objetivos.

Por sua vez, o nível 03, apresenta as **Ações e projetos Privados e/ou Internacionais**, onde a responsabilidade e exequibilidade, estavam em grande medida, compartilhada por no âmbito privado de distintos segmentos. Ressalta-se, que o presente estudo adotou apenas uma amostra de empreendimentos privados, levando em consideração a magnitude dos mesmos, a disponibilidade de dados secundários e, direcionamento do mesmo em relação a proposta da presente tese: Governança e Sustentabilidade.

A. **Projeto REDD+ Calha Norte** – Localizado na região da Calha Norte, no âmbito das florestas estaduais do Paru, Faro e Trombetas que totalizam cerca de 28 milhões de hectares, sendo 7,4 milhões de Florestas Estaduais (FLOTA), essa região abriga quase 400 mil habitantes em nove municípios, faz fronteira com o estado do Amazonas (a oeste), com o do Amapá (a leste) e com a Guiana e o Suriname (ao norte). É uma das áreas mais bem conservadas de toda a Amazônia. (IMAZON, 2012, p.7). O projeto visava conter o avanço do desmatamento e estimular, por conseguinte, a conservação de estoques de carbono florestal em áreas protegidas do Estado, atuando diretamente no âmbito das principais ameaças desse desmatamento: exploração madeireira, garimpo e abertura de novas estradas. O projeto buscava também envolver os habitantes da região nas atividades previstas pelo mesmo, garantindo então, que os locais recebessem também os recursos dos créditos de carbono gerados. Desenvolvido em parceria entre a

¹⁹ A BVRio (Instituto BVRio e Bolsa de Valores Ambientais) promove o uso de mecanismos de mercado para facilitar o cumprimento de leis ambientais. Foi idealizada em conjunto com o setor empresarial, público e do terceiro setor, a partir da visão de que mecanismos de mercado são instrumentos eficientes de execução de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável. **Sobre a BV RIO**. Site de Internet, Disponível em: < <https://www.bvrrio.org/en/more-about-us>>. Acesso: 11 abr 2019

SEMA-PA, a Ong Conservação Internacional (CI) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente (IMAZON), o projeto buscava também atender indicações do macrozoneamento econômico-ecológico do Estado, além de evitar a expansão e especulação fundiária. Amarante (2013, p.73) finaliza:

Que as estimativas do projeto são de um aumento de 34,410 km² de área florestal até o ano de 2054 na região Calha Norte, e um desmatamento total de 6.475 km² dentro das três Flotas. As emissões evitadas potenciais com a adoção do projeto em tais condições são estimadas em cerca de 363.463.475 de toneladas de CO₂ até 2054. (AMARANTE, C. 2013, p.73).

B. Projeto Piloto de REDD+ do Xingu Central – Também localizado na região Sudeste do Pará, mas no município de São Felix do Xingu, esse projeto foi criado e desenvolvido pela ONG The Nature Conservancy (TNC) com o governo do Estado e a prefeitura do município. A cidade de São Felix do Xingu tem estado na lista do MMA enquanto uma das maiores taxas de desmatamento da Amazônia. Com uma área de 8.4 milhões de hectares, com mais de 2 milhões de cabeças de gado e pouco mais de 106.000 habitantes, é evidente qual a principal causa do desmatamento na região, seguido das queimadas (para manejo dos pastos), especulação fundiária, estradas ilegais para escoar produção e consequente extração ilegal de madeira (LANG, 2015, p.1). O projeto tem seus recursos amparados pelo Fundo Vale, Bank of America, Fundo Amazônia, Iniciativa Florestal e Climática Internacional da Noruega, USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), Embaixada Britânica, Anne Ray Charitable Trust e Moore Foundation. GEBARA (2014, p.108) aponta que:

SFX was selected for this pilot programme for various reasons. First, it still has large areas of standing forest that need to be protected and has a history of high rates of deforestation. Second, it is like a microcosm of the entire Amazon, with all major types of land ownership (federal conservation units, indigenous lands with federal protection, state protected areas and private lands), land uses and actors, allowing TNC to gain wide-ranging experience. Third, it has a high diversity of ecosystem services. Finally, it is supported by the local government and there are civil society organizations present in the area that could lead different aspects of the initiative. (GEBARA, 2014, p.108).

O projeto tinha como objetivo o zoneamento do uso da terra, intensificação do CAR, melhor fiscalização e cumprimento da legislação ambiental, financiamento e gestão sustentável de áreas indígenas e protegidas, alternativas de produção sustentável para atores locais, assistência e cooperação técnica na promoção de meios de subsistência alternativos, restauração de terras degradadas, maior interação

e participação de grupos vulneráveis na tomada de decisão relacionada a REDD+, ampliação de oportunidades econômicas e compartilhamento de lições apreendidas (GEBARA, 2014 p.109 / tradução nossa). Em razão dos múltiplos *stakeholders*, a TNC foi confrontada por uma série de desafios que a direcionaram a evolução do projeto e da estratégia de REDD+ em si. A nomenclatura “REDD+” foi mal interpretada no âmbito local. Para Gebara (2014, p.109), essa nomenclatura trouxe distintas percepções e entendimentos, tais como: para os pequenos agricultores, a conotação de mercado do REDD+ era pouco atrativa ou compreendida; para os grandes produtores, se apresentava enquanto uma oportunidade de lucro; para os grupos indígenas, ela estava relacionada a sentimentos anti-REDD+. Devido a essas visões comprometidas da estratégia, a TNC eliminou o termo “REDD+” do nome da iniciativa, apesar de ele continuar contendo ações para reduzir o desmatamento e o projeto, passou a se chamar “Programa de Paisagem Sustentável”.

- C. **Projeto ECOMAPUÁ REDD Ilha do Marajó** – Localizado no município de Breves, a 30 horas de barco da capital Belém, o presente projeto busca conservar cerca de 90.000 hectares do bioma amazônico na jusante do Rio Amazonas, por meio da conservação da biodiversidade e busca de alternativas para a geração de renda das comunidades locais, tal como, promover o desenvolvimento sustentável da região. Seu principal objetivo é evitar o desmatamento dessa área ao longo de 30 anos (tempo de vida do projeto), conjuntamente a necessidade de preservação e desenvolvimento da ilha do Marajó, ou seja, o projeto visa o comprometimento de benefícios sociais e ambientais reais e quantificáveis. Além do componente REDD, o projeto atua na proposição de atividades de reflorestamento, bem como pesquisa e desenvolvimento das relações com as comunidades do entorno. (HADDAD, 2013, p.98). A responsabilidade do projeto está a cargo da empresa Ecomapuá conservação Ltda, juntamente a Winrock International (responsável pelo estudo de viabilidade do projeto); Larry Morris, consultor independente; a Universidade da Geórgia (responsável pelas medições de carbono no solo); e o Instituto Amazônia Sustentável (IAS), responsável pelas questões socioambientais do projeto. Com o alcance de quase 190 famílias beneficiadas, o projeto objetiva reinvestir a renda obtida com os créditos de carbono, em negócios sustentáveis para a região e, conseqüentemente, impulsionar a educação e a gestão ambiental na

região. Paralelamente, os créditos de carbono irão incentivar a produção de mudas, o reflorestamento de áreas degradadas e o aprimoramento dos métodos de desmatamento nas áreas do mesmo. (CENAMO et al, 2010, p.36)

D. **Projeto REDD Cikel** – O projeto em questão está localizado no complexo do Rio Capim, município de Paragominas e surgiu em decorrência do cenário dos baixos preços da madeira no mercado, muito em razão do alto volume ilegal que é comercializado no país. Em razão disso, empresas do ramo de exploração florestal tendem a buscar ganhos no mercado de crédito de carbono. O objetivo do mesmo é o de conservar a cobertura florestal e evitar as emissões de desmatamento planejado. Esse projeto tem aporte financeiro de mais de US\$ 1 milhão e é um dos maiores já registrados na região no Voluntary Carbon Standard (VCS) (AMARANTE, 2013, p.74). Com o suporte e parceira do The Climate, Community and Biodiversity (CCB), Rainforest Alliance e em colaboração com Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), o projeto executado pela empresa CKBV Florestal Ltda, tem um período de 20 anos e espera-se que até 2027 as emissões evitadas somem mais 15 milhões de toneladas de carbono.

Explicado e contextualizado os 3 níveis da agenda de políticas e estratégias em Mudanças climáticas do estado do Pará, parte-se então para a análise da política/projeto adotado como objeto da pesquisa, integrando o cenário 01 (Pará) de estudo de casos múltiplos da presente tese.

3.1.2 Análise de política/projeto no âmbito do REDD/REDD+ do Estado do Pará: O Programa Municípios Verdes (PMV).

Segundo IMAFLORA (2015, p.60) o Estado do Pará se apresenta de um lado com as maiores taxas históricas de desmatamento, mas de outro, como um dos estados amazônicos que mais tem reduzido as perdas florestais desde 2005 (embora nos últimos 4 anos as taxas tenham aumentado novamente conforme fora exposto no quadro 05). Conforme fora apresentado na sessão anterior, fica claro a preocupação no Estado em relação a agenda das mudanças climáticas e dos seus efeitos, especialmente quando se tem o desmatamento como principal fator expoente no desafio de assegurar um meio ambiente ecologicamente

equilibrado (ANDRADE, 2012, p.30). Apesar de continuar sem um arcabouço legal instituído por meio de uma lei que assegure uma política específica, o Estado tem no seu Fórum Paraense de Mudanças Climáticas (FPMC) uma forma ainda que embrionária de fomentar essa agenda no Estado. Entretanto, conforme já fora exposto, outras iniciativas são existentes, das quais, ressalta-se o PMV – Programa Municípios Verdes que a presente tese irá analisar.

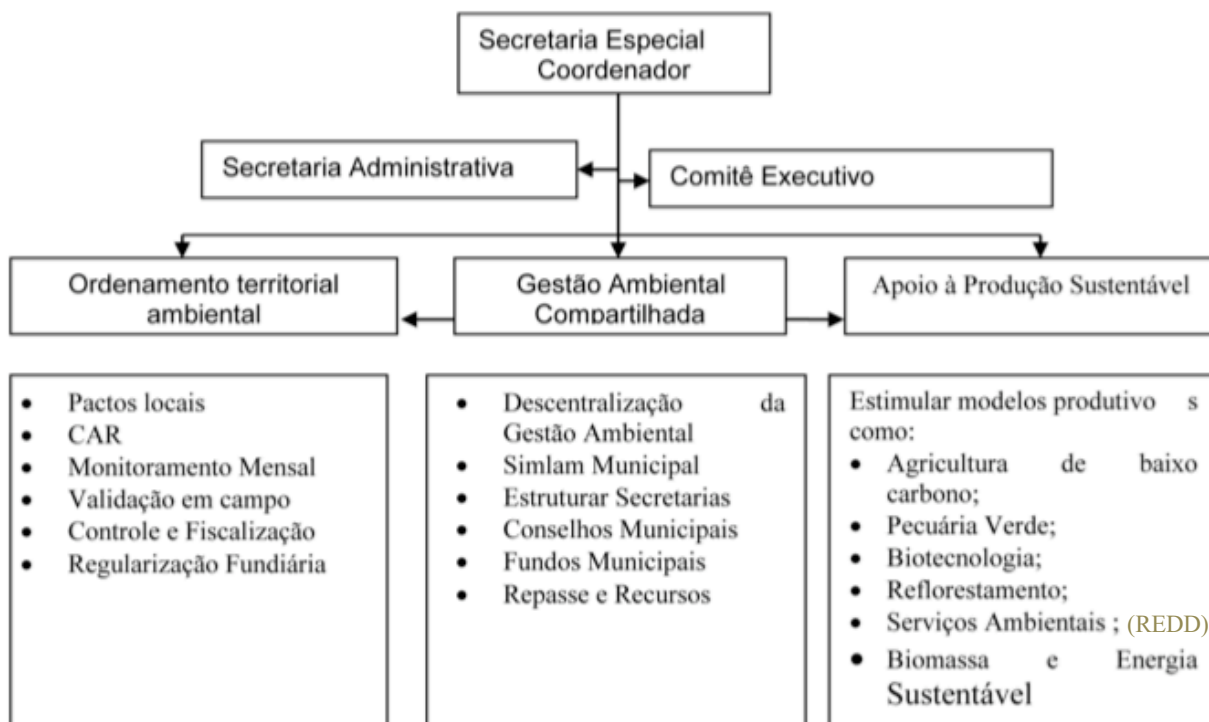
Alinhado ao PPCAD/PA, o **Programa Municípios Verdes (PMV)** foi instituído em 30 de março de 2011, como uma iniciativa compartilhada e desenvolvida pelo Governo do Estado com o fundante objetivo de conter e auxiliar o desmatamento na região, tal como, fortalecer a produção rural sustentável. Ou seja, a ratificação de um pacto em prol do desenvolvimento sustentável entre municípios presentes ao longo do corredor da exploração madeireira e do desmatamento, mais conhecido como “Arco do desmatamento”. Tais premissas eram acompanhadas da melhoria do fortalecimento da gestão ambiental através do engajamento da governança local fomentando legalidade e sustentabilidade (GUIMARAES, 2011, p.18), intensificação do monitoramento acerca da cobertura florestal, a ampliação das áreas de reflorestamento e manejo florestal, o microzoneamento de propriedades rurais (com devido cadastramento e georreferenciamento), a capacitação de agentes locais para monitoramento e gestão ambiental, a criação de redes de investigação e pesquisa, tal como, a promoção das premissas de educação ambiental no ambiente escolar. Tais ações e iniciativas paralelas do programa, buscavam conter o avanço do desmatamento na região e mantê-lo dentro dos limites aceitáveis (PINTO et al, 2009, p.45).

O programa inicialmente escolheu 3 dos municípios mais críticos da lista do Ministério do Meio Ambiente (ver anexo 2), Paragominas, São Felix do Xingu e Novo Progresso, todos eles localizados no Sudeste do Pará. O PMV é uma iniciativa do Governo do Estado desenvolvido em parceria e cooperação com municípios, sociedade civil, iniciativa privada, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Ministério Público Federal (MPF), conforme o organograma 09 da governança do programa. E, sendo uma iniciativa estadual:

O governo do Pará, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, declara como objetivos: a) dinamizar a economia local em bases sustentáveis, intensificando e agregando valor à agropecuária, contribuir para o melhoramento da gestão pública, *promover segurança jurídica* e a atração de novos investimentos; b) agenciar o “desenvolvimento econômico e social através do uso sustentável e conservação dos recursos naturais”; c) “fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente com incentivo à criação de órgãos e conselhos municipais, incluindo mecanismos que facilitem a sua estruturação, aparelhamento e funcionamento regular”; d) e “compartilhar e descentralizar a agenda ambiental, que pressupõe ações integradas

entre o Governo do Estado e os municípios e permite uma participação mais efetiva da sociedade e do setor privado”. (GUIMARAES, 2011, p.20).

Organograma 09 – Governança do PMV



Fonte: Adaptado pelo autor. Baseado em PMV (2017)

Na compreensão e cumprindo as premissas do programa, as principais vantagens de aderência ao PMV para os municípios seriam: i) segurança jurídica, uma vez que o cumprimento das leis ambientais diminuem as possibilidades de sanções, embargos ou multas; ii) atração de novos investidores por ser um diferencial de mercado; iii) incentivos fiscais e de crédito em relação as questões ambientais e sociais; iv) desembargo e regularização junto ao MMA e IBAMA de determinadas propriedades rurais. Guimarães (2011, p.14). consubstancia o que seria um município integrado ao PMV:

Um município verde desenvolve atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e alta responsabilidade social e ambiental. Na Amazônia, o município verde estimula: (i) a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; (ii) o manejo florestal; (iii) a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; (iv) o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; e (v) a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL). Além disso, o município define e executa ações de monitoramento local das atividades produtivas e da pressão sobre a floresta como medida efetiva de combate ao desmatamento e promove a inserção de todos os produtores no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no Licenciamento Ambiental Rural (LAR). Com isso, ele cria bases para a segurança jurídica, o que permite atrair investimentos de qualidade. (GUIMARAES, 2011, p.14)

Quadro 09 – Municípios integrantes do PMV

INTEGRANTES DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES (PMV) Desde setembro de 2017, 121 municípios integram o Programa				
Abetetuba	Cachoeira do Piriá	Jacareacanga	Parauapebas	São Félix do Xingu
Abel Figueiredo	Canãa dos Carajás	Jacundá	Pau d'Arco	São Geraldo do Araguaia
Acará	Capanema	Juruti	Peixe Boi	São Joao de Pirabas
Água Azul do Norte	Capitão Poço	Mãe do Rio	Piçarra	São Miguel do Guamá
Alenquer	Castanhal	Magalhaes Barata	Placas	São Sebastiao da Boa Vista
Almerim	Chaves	Marabá	Ponta de Pedras	Sapucaia
Altamira	Conceição do Araguaia	Maracanã	Porto de Moz	Senador José Porfírio
Ananindeua	Concórdia do Pará	Marituba	Prainha	Soure
Anapú	Cumarú do Norte	Medicilândia	Primavera	Tailândia
Augusto Corrêa	Curionópolis	Melgaço	Redenção	Terra Alta
Aurora do Pará	Currãozinho	Mojú	Rio Maria	Terra Santa
Aveiro	Curuá	Mojuí dos Campos	Rondon do Pará	Tomé- açu
Baião	Curuçá	Monte Alegre	Rurópolis	Tracuateua
Bannach	Dom Eliseu	Muaná	Salinópolis	Trairão
Barcarena	Eldorado dos Carajás	Nova Ipixuna	Salvaterra	Tucumã
Belém	Faro	Novo Progresso	Santa Barbara do Pará	Tucuruí
Belterra	Floresta do Araguaia	Novo Repartimento	Santa Izabel do Pará	Ulianópolis
Benevides	Goianésia do Pará	Óbidos	Santa Luzia do Pará	Uruará
Bom Jesus do Tocantins	Gurupá	Oeiras do Pará	Santa Maria das Barreiras	Viseu
Bonito	Igarapé-açu	Oriximiná	Santa Maria do Pará	Vitória do Xingu
Bragança	Igarapé-miri	Ourém	Santana do Araguaia	Xinguara
Brasil Novo	Ipixuna do Pará	Outilândia do Norte	Santarém	
Brejo Grande do Araguaia	Irituia	Pacajá	São Caetano de Odívelas	
Breu Branco	Itaituba	Palestina do Pará	São Domingos do Araguaia	
Cachoeira do Arari	Itupiranga	Paragominas	São Domingos do Capim	

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em PMV (2017)

O quadro 09 apresenta a listagem atual dos 127 municípios do estado que integram o PMV desde 2017, que foi ampliada com a premissa de que todo município pode se tornar verde, mesmo que ele não integre a lista de municípios prioritários no combate ao desmatamento. O PMV foi inspirado na experiência exitosa do município de Paragominas, que em 2008, lançou o “projeto município verde”, onde enfrentou a questão do desmatamento por meio de uma série de pactos e ações entre a prefeitura, MPF, ONGs e sociedade civil. Tal sucesso projetou o município e o retirou em 2010, da lista do desmatamento do MMA, em razão da redução em mais de 90% das taxas locais de desmatamento e degradação florestal.

A resposta ao constante dilema de preservar ou produzir que acompanha a Amazônia há séculos, está na lógica de uso racional e sustentável dos recursos naturais da região, ao considerarmos a mesma enquanto vocacionalmente uma grande prestadora de serviços ambientais. Desta premissa, segundo o WHATELY & CAMPANILI (2013, p.11) O PMV não tinha a pretensão de ser a resposta imediata para vencer o desmatamento e fortalecer a economia sustentável da região, mas buscou ser um dos espaços onde essas ideias e políticas são concebidas e implantadas, em um espectro de governança cooperativa e transparente. Integrando e buscando o fortalecimento da governança local, tal como, do processo de gestão ambiental, os diferentes setores do PMV assumiram e ratificaram determinadas ações e compromissos:

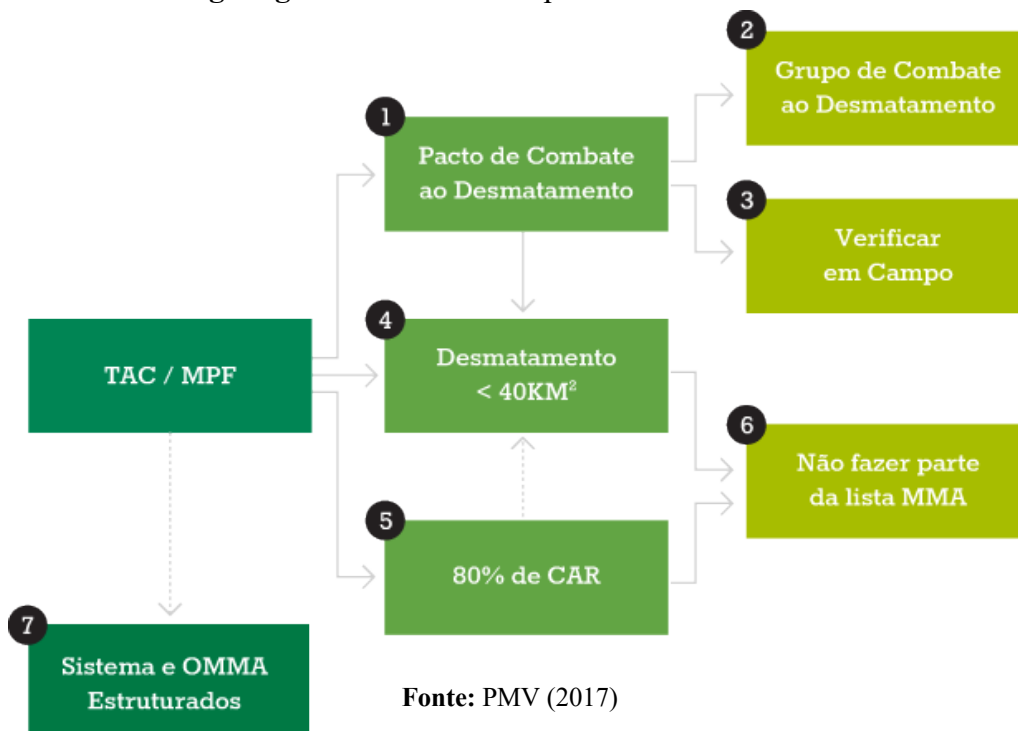
Alguns compromissos foram assumidos por parte do **Governo Estado do Pará**: 1. Fortalecimento e modernização do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), para agilizar processos de regularização fundiária para fins de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável; 2. Encaminhamento de um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado para regulamentação do ICMS ecológico e redução das taxas de licenciamento ambiental, assim como um novo marco regulatório fundiário; 3. Assinatura do Termo de Cooperação entre as secretarias estadual e municipal de meio ambiente, além da assinatura do decreto de elevação da tributação do carvão para operações interestaduais e da proibição do transporte de lenha entre municípios. Entre as **Ações municipais**, destacam-se: 1. Assinatura do projeto de lei que criou o Código Ambiental Municipal - “um conjunto de leis que inovam a legislação de meio ambiente do município através das políticas de mudanças climáticas e de resíduos sólidos”; 2. Criação do Observatório Ambiental, “que congrega diversas instituições parceiras para fazer o monitoramento da qualidade ambiental” pelas instituições: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e a The Natural Conservancy (TNC); 3. O Protocolo de Intenções para Regularização Fundiária entre o ITERPA, o Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as prefeituras; 4. Contrato para Implantação do Projeto “Pecuária Verde”, inicialmente entre o Fundo Vale e o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, um dos principais projetos do Programa. 5. O protocolo de intenções para a realização do microzoneamento municipal acordado a TNC (PARÁ, 2012). Por parte do **Governo Federal**, além da participação direta do IBAMA e do Ministério Público Federal, o PMV recebe apoio do Programa Mais Ambiente (PMA). As principais vantagens do Mais Ambiente “vão desde simplificação do processo de regularização ambiental, como isenção e suspensão de cobrança de multa sobre os passivos ambientais do imóvel rural ao

apoio do poder público para a efetiva recuperação das áreas degradadas de APP e RL” (BRASIL, 2012a) além de: a) Simplificação do processo de regularização ambiental do imóvel rural, possibilitando o acesso ao crédito rural; b) Suspensão da cobrança de multas aplicadas pelo IBAMA, previstas nos artigos 43, 48, 51 e 55 do Decreto nº 6.514/2008 (BRASIL, 2008) e sua conversão em serviços de recuperação da qualidade do meio ambiente; c) Isenção da aplicação de multas nos artigos mencionados para infrações cometidas até 10 de dezembro de 2009; d) Prazos para recuperar passivos ambientais das áreas de APP e RL do imóvel; e) Apoio do Poder Público com os subprogramas de Assistência Técnica e Extensão, Capacitação e Educação Ambiental; f) Apoio aos beneficiários especiais no georreferenciamento do perímetro do imóvel e das áreas de APP e RL e Remanescentes de Vegetação Nativa (COSTA & FLEURY, 2015, p. 66-67)

O conjunto dessas ações e iniciativas, possibilitou o fortalecimento do PMV e incentivou a entrada, participação e envolvimento dos municípios elencados no quadro 09. Para aderir ao programa, o município deve seguir um fluxo em termos de legislação e adequação, buscando estabilidade e o direcionando ao comprometimento do alcance de 7 metas dispostas e seguindo, ilustrativamente, o organograma 09 abaixo:

1. Celebrar o pacto local contra o desmatamento/sustentabilidade envolvendo a sociedade civil e governanças locais;
2. Criar o grupo de trabalho municipal de combate ao desmatamento ilegal ou de monitoramento ambiental;
3. Realizar as verificações em campo dos focos de desmatamento ilegal, se ocorrerem e reportar ao programa;
4. Manter a taxa anual de desmatamento abaixo de 40 Km² (com base nos critérios do Prodes/INPE);
5. Possuir mais de 80% da área municipal cadastrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR);
6. Não fazer parte da lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos municípios que mais desmatam na Amazônia;
7. Possuir sistema e Órgão Municipal de Meio Ambiente estruturados que promovam a educação ambiental. (PMV, 2017).

Organograma 10 – Metas e procedimentos do PMV

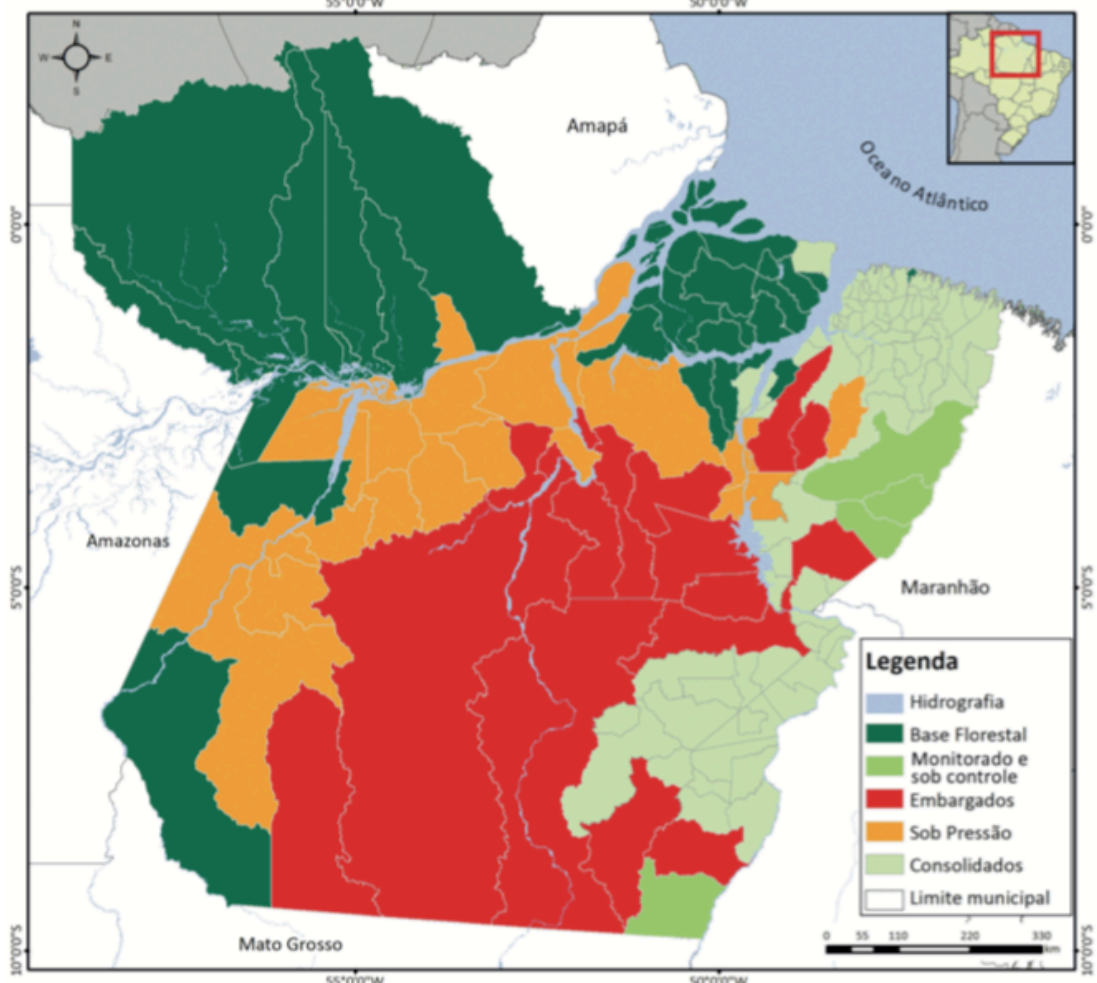


A partir dessas metas e procedimentos, o PMV classifica e divide os municípios de acordo com o grau de pressão por desmatamento e degradação florestal em 5 categorias, as quais determinam e direcionam as prioridades de ação do programa em cada uma dessas categorias, são elas:

1. **Municípios Embargados:** São aqueles que figuram na lista dos que mais desmatam na Amazônia, de acordo com a lista divulgada pelo MMA. Em dezembro de 2012, havia 15 municípios paraenses nesta lista. A prioridade de ação nesta categoria é controlar o desmatamento e avançar no CAR para retirar os municípios da lista.
2. **Municípios Sob Pressão:** Municípios com alto risco de desmatamento. Compreende 17 municípios que podem ingressar na lista do MMA, seja porque possuem taxas significativas de desmatamento ou porque estão situados próximos a grande projetos de infraestrutura, o que aumenta o risco de desmatamento. O foco de atuação nesses municípios é prevenir ou reduzir o desmatamento para evitar sua inserção na lista e também avançar no CAR.
3. **Municípios Consolidados:** Municípios com médio risco de desmatamento. Compreende os 80 municípios do Pará que possuíam menos de 60% de cobertura vegetal em 2010 e com taxas menores de desmatamento, tendo em vista que o processo de antropização já ocorreu. O foco principal é a inserção no CAR e a regularização dos passivos ambientais.
4. **Municípios de Base Florestal:** Municípios com baixo risco de desmatamento. Compreende os 28 municípios que possuíam mais de 60% de sua área com cobertura vegetal em 2010 e com baixas taxas de desmatamento, portanto, com menores chances de entrar na lista crítica do MMA. Porém, registram focos de extração ilegal de madeira e degradação florestal. Geralmente possuem extensas áreas com unidades de conservação e, por isso, a estratégia é fortalecer a economia florestal nesta categoria.
5. **Municípios Monitorados e Sob Controle:** Compreende os municípios que atendem as exigências contidas na Resolução nº 01/2012 do Comitê Gestor do PMV, com destaque para os municípios que saíram da lista dos municípios desmatadores do MMA. Em dezembro de 2012, havia quatro municípios nesta categoria: Paragominas, Santana do Araguaia, Dom Eliseu e Ulianópolis. Após controlar e monitorar o desmatamento, o município inicia o processo de regularização dos passivos ambientais e o licenciamento das atividades rurais. O objetivo é que, com a implantação do programa e cumprimento do Termo de Compromisso com o MPF, todos os outros municípios migrem para esta categoria. WHATELY & CAMPANILI (2013, p.41)

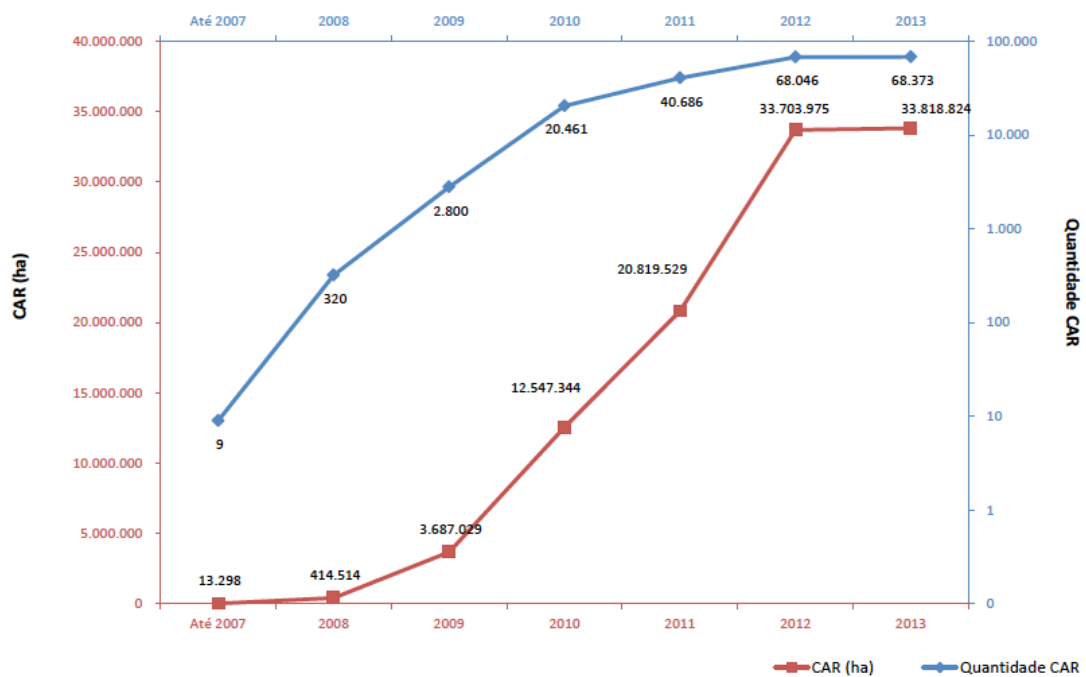
No PMV (muito em razão do CAR), a relação entre política ambiental e territorial está baseada na articulação entre as 3 escalas de poder: Federal, Estadual e Municipal, na implementação de políticas e estratégias de comando e controle do desmatamento. Um dos fatores que levou a criação do PMV foi a resolução 3.545/2008 do Conselho Monetário Nacional, que começou a condicionar o financiamento para propriedades rurais à regularização ambiental da propriedade. (COSTA&FLEURY, 2015, p.67). Como apresentado anteriormente, um dos benefícios da adesão ao programa, seria a flexibilidade no desembargo e regularização da propriedade. O CAR, por sua vez, foi o grande instrumento (e exigência) que possibilitou a regularização das propriedades e consubstanciou a divisão apresentada.

Figura 06 – Mapa do Pará com as 5 categorias dos municípios dentro do PMV



Fonte: WHATELY & CAMPANILI (2013, p.40)

Gráfico 04 – Avanço do CAR no Estado



Fonte: GUIMARAES (2011, p.81)

O PMV é coordenado pela Casa Civil do Governo do Estado, especificamente na figura de um Secretário Extraordinário de Estado (SEPMV). Além do secretariado executivo, o programa conta também com um comitê gestor integrado por mais 21 instituições e órgãos governamentais e não governamentais que cuidam do planejamento, execução e implementação do mesmo, sendo 10 representantes do poder público e 11 da sociedade civil, todavia, é facultada a participação do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e do IBAMA. Paralelamente, há na estrutura do PMV o envolvimento e participação de outros órgãos estaduais na execução de ações, cabe mencionar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/Pará), a Secretaria de Estado da Agricultura (SAGRI), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a Secretaria de Estado da Indústria (SEICOM) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (IDEFLOR). Conforme sistematizado no quadro 10 abaixo:

Quadro 10 – Comitê Gestor PMV

Representantes da sociedade civil	Governo do Estado do Pará
1. Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável – Fundo Vale	1. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater)
2. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/PA)	2. Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor)
3. Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa)	3. Instituto de Terras do Pará (Iterpa)
4. Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep)	4. Secretaria de Estado da Agricultura (Sagri)
5. Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa)	5. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa)
6. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	6. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti)
7. Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	7. Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Seidurb)
8. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)	8. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema)
9. Instituto Socioambiental (ISA)	9. Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção
10. Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP)	10. Secretaria Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável
11. The Nature Conservancy (TNC)	
Participação facultativa	
Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	

Cabe ressaltar, que o PMV conta também com apoio para concepção e acompanhamento no desenvolvimento da base de dados da iniciativa de varias fundações comandadas pela Climate and Land Use Alliance (CLUA), do IMAZON e da Skoll Foundation. Tal como, tem em seu acompanhamento técnico e de dados o trabalho da TNC, com o suporte financeiro da USAID por meio do projeto: “Preparando o Brasil para REDD+: apoio ao Pará e Mato-Grosso” (PMV, 2017, p.1). Fica evidente então, a complexidade da governança do projeto com mais de 100 municípios aderentes (e suas respectivas secretarias e órgãos), tal como, o alinhamento ao Governo do Estado e suas secretarias, não esquecendo as inúmeras instituições e vozes da sociedade civil organizada.

O alcance dos objetivos do projeto, tal como, a distribuição e atuação desse amplo espectro de atores, se apresentam em razão dos eixos estratégicos do programa. São eles: i) Controle e combate ao desmatamento; ii) Ordenamento territorial, ambiental e fundiário; iii) Produção sustentável; iv) Gestão ambiental compartilhada, que serão descritos e contextualizados a seguir.

i) Controle e Combate ao Desmatamento – Diante o cenário de desmatamento e degradação florestal que tem projetado negativamente o Estado do Pará enquanto um dos líderes da região amazônica, muito em decorrência do modelo de ocupação e de exploração baseado na agropecuária e exploração madeireira, o presente eixo estratégico atua no incentivo, controle e monitoramento dos municípios paraenses para que os mesmos saiam da lista dos maiores desmatadores do MMA. Essa retirada, além de desembargar as propriedades, tende a ser um instrumento de criação de regras estáveis, seguras e transparentes, que possibilitem o desenvolvimento de atividades sustentáveis na região (WHATELY & CAMPANILI (2013, p.45). O MPF e o IBAMA atuam nesse eixo através da aplicação de TAC’s (Termo de ajustamento de conduta), após o controle e monitoramento das áreas, que ocorre de forma continua com imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do IMAZON, e atuação em campo do IBAMA, SEMA e com a participação de diversas instancias estaduais e municipais do amplo espectro de governança do PMV.

ii) Ordenamento territorial, ambiental e fundiário – Uma das áreas prioritárias após a implementação do Programa Municípios Verdes no estado, foi o ordenamento territorial e ambiental, inclusive de áreas privadas e tendo uma ênfase direcionada ao CAR, enquanto mecanismo chave de regularização e integração dos

municípios ao programa. Um eixo de suma importância, em função da dificuldade histórica que representa a regularização fundiária na Amazônia e no Pará, sobretudo em decorrência dos conflitos sociais e de terra que são recorrentes. Logo, a execução e acompanhamento desse eixo:

resulta na adoção de medidas de controle corretivas ou preventivas mais estratégicas e eficientes. Por outro lado, os produtores que não desmatam e em processo de regularização ambiental gozam de incentivos, como acesso ao crédito e ao mercado consumidor, e têm a possibilidade de desembargar seus imóveis rurais. Um termo de compromisso firmado entre o Ministério Público Federal e o Ibama permite o desembargo de áreas que estejam em processo de regularização nos municípios que cumprem as metas do PMV. Além disso, este componente prevê a criação e consolidação de áreas protegidas e ações de regularização fundiária. (WHATELY & CAMPANILI (2013, p.50).

Uma das iniciativas e metas principais do PMV foi, desde o início, o aumento e intensificação de inscritos no CAR (conforme o gráfico 04 ratifica), enquanto um instrumento fundamental que identifica não apenas os passivos, mas também os ativos ambientais.

iii) Produção sustentável – Em uma perspectiva produtiva, é um dos eixos mais desafiadores do PMV, tendo em vista a matriz mineral, madeireira e agropecuária que contribuem significativamente ao PIB do estado. Em razão disso, o objetivo do presente eixo é uma mudança dinâmica do padrão de desenvolvimento do estado, em decorrência da diversificação econômica da região (cadeias produtivas como fruticultura, florestal, cacau e outros) que tendem a buscar e promover estímulos produtivos mais sustentáveis. Para o alcance e promoção do eixo iii, o PMV estimula então:

- Manejo múltiplo de florestas nativas (produção madeireira, produtos florestais não madeireiros e pagamento por serviços ambientais);
 - Intensificação da produtividade da agropecuária;
 - Apoio à silvicultura florestal (reflorestamento para fins econômicos);
 - Restauração e/ou recomposição do passivo ambiental estadual;
 - Investimento em pecuária verde.
- (WHATELY & CAMPANILI (2013, p.50).

iv) Gestão ambiental compartilhada – Com um histórico natural, onde grande parte das decisões, planejamentos e definição de estratégias eram concebidas e executadas no âmbito da Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA), é natural que, em função da magnitude e diversidade de atores e agendas, o PMV necessite e estimule processos e práticas de uma gestão ambiental compartilhada e

descentralizada. Deste modo, em conjunto a SEMA, houve desde o início do PMV o estímulo da gestão e instalação de sistemas municipais de meio ambiente, com a criação de instâncias, conselhos e fundos específicos e locais. Tal estímulo vinha acompanhado do apoio e fomento do PMV aos municípios em:

- Atuarem no combate e controle ao desmatamento: capacitação e apoio para que os municípios realizem a verificação do desmatamento em campo;
 - Promoverem, incluir e validar o Cadastro Ambiental Rural de propriedades;
 - Apoiarem a recuperação de passivos ambientais;
 - Licenciarem atividades de impacto local, com prioridade para as atividades rurais;
 - Promoverem a participação por meio dos conselhos municipais de meio ambiente e grupos de combate ao desmatamento.
- (WHATELY & CAMPANILI (2013, p.58-59).

A descentralização, estímulo e fomento da gestão ambiental municipal/local, acabou sendo uma marca e um instrumento de Governança do programa, não somente pelo direcionamento e estímulo das prefeituras, mas também, da compreensão da atuação e importância de múltiplos *stakeholders* nessa agenda de sustentabilidade.

Tais eixos estratégicos do PMV contribuíram e contribuem para o alcance das metas e indicadores adotados como parâmetros para avaliar o alcance, efetividade e a gestão do mesmo. Foi e é notável uma das características mais marcantes do PMV: o intento na busca de uma gestão ambiental mais compartilhada e principalmente, descentralizada, promovendo assim e sendo instrumento de governança. Enquanto um programa que objetiva combater o desmatamento, propulsionar a produção rural sustentável e instrumentalizar e descentralizar a gestão ambiental do estado do Pará, as metas e indicadores (ver organograma 10) que atuam no sentido de expansão do PMV e conseqüentemente alcance de seus objetivos, são poucas, todavia, desafiadoras. A adesão dos municípios ao PMV, faz com que o mesmo seja signatário do alcance dessas metas, que, se cumpridas, garantem aos municípios receberem benefícios como o desembargo ambiental, incentivos fiscais e prioridade na aplicação e repasse de recursos públicos. O monitoramento e fiscalização das metas é realizado pelo gestor do programa com base nos seguintes critérios:

- i) Dados do CAR divulgados periodicamente pela SEMA; ii) Dados sobre desmatamento divulgados mensalmente (DETER e SAD) e anualmente (PRODES); iii) Boletins mensais de focos de desmatamento produzidos pelo SAD/IMAZON e enviados pelo PMV para os municípios realizarem verificação em campo; iv) Relatórios de checagem de campo dos pontos de desmatamento enviados pelos municípios para o PMV; v) Informações fornecidas pela SEMA/DIPLAM sobre processos de habilitação de municípios para o licenciamento ambiental de impacto local; e, vi) Atendimento e visitas a municípios pela equipe do PMV. (PMV, 2017, p.1)

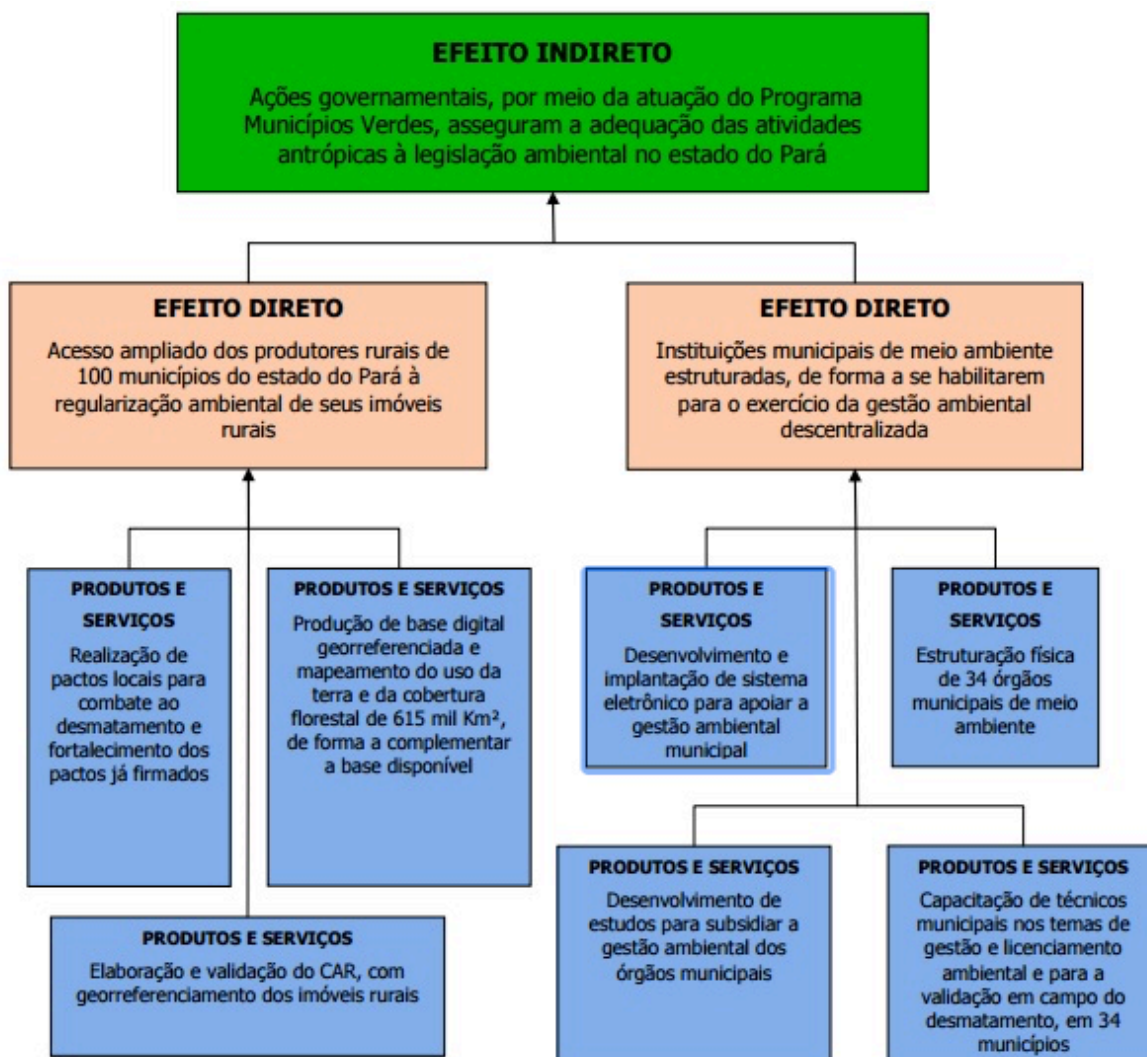
Organograma 11– Metas e indicadores do PMV

Meta 01	Meta 02	Meta 03	Meta 04
<p>Diminuir o desmatamento até o desmatamento líquido zero.</p> <p><i>- Desmatamento líquido zero a partir de 2020 é a principal meta do PMV;</i></p>	<p>Retirar municípios da lista dos desmatadores do MMA</p> <p><i>- Retirar pelo menos dois municípios da lista dos desmatadores do MMA em 2012;</i></p>	<p>Aumentar inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)</p> <p><i>- Crescimento de, no mínimo, 50% de inscrições no Cadastro Ambiental Rural</i></p>	<p>Engajar os municípios no PMV</p> <p><i>- Compromisso de implantar o Programa em 100 municípios até o final de 2014</i></p>
Nova Meta 01	Nova Meta 02	Nova Meta 03	
<p>Aumentar o manejo e reduzir a ilegalidade na exploração madeireira</p> <p><i>- O PMV adotará novos mecanismos de monitoramento florestal, por meio do fortalecimento do controle da rastreabilidade da madeira, e atuará nas áreas críticas de exploração ilegal, discutindo metas específicas para o tema.</i></p>	<p>Iniciar o processo de Licenciamento Ambiental Rural (LAR) em pelo menos 80% dos imóveis rurais sob regime CAR até 2015</p> <p><i>- A ideia é desconcentrar a gestão para as unidades regionais da Sema e fazer a descentralização em municípios chaves, garantindo transparência e controle social. Espera-se desenvolver sistemas e mercados de serviços tanto para apoiar as metas do CAR como do LAR.</i></p>	<p>Aumentar produtividade da pecuária</p> <p><i>- A proposta é triplicar a produtividade da pecuária bovina no estado, que atualmente é de apenas 0,5 cabeça/ha. Esse aumento permitirá reduzir a pressão por novos desmatamentos para expansão da pecuária ao mesmo tempo em que aumentará a renda do produtor (aumento da taxa interna de retorno).</i></p>	
Meta em discussão 01	Meta em discussão 02		
<p>Recuperar o passivo ambiental de Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP)</p> <p><i>- Iniciar processo de recuperação em todos os imóveis licenciados até 2015, buscando zerar os passivos de APP e RL. O monitoramento será feito através de um sistema eletrônico criado especificamente para oferecer transparência ao processo de regularização ambiental dos imóveis rurais. Esse processo de restauração florestal entrará na conta dos “ativos” para neutralizar as taxas de desmatamento registradas, permitindo, assim, atingir a meta do desmatamento líquido zero.</i></p>	<p>Apoiar a regularização fundiária nos imóveis rurais</p> <p><i>- Regularização de forma prioritária nos municípios que cumprirem os requisitos do PMV: redução drástica do desmatamento (abaixo de 40 Km² por ano) e CAR em mais de 80% dos imóveis rurais.</i></p>		

Fonte: WHATELY & CAMPANILI (2013, p.62-65)

O PMV trouxe ao Estado do Pará e, em especial, às regiões mais afetadas pelo desmatamento e marcadas por uma grande perda da cobertura florestal, uma grande contribuição para o controle do desmatamento. Desde o início do programa, apresentou-se resultados relevantes fundamentados nos eixos estratégicos do mesmo. Em resumo, o PMV (2017) apresenta de forma resumida um organograma acerca de seus resultados:

Organograma 12– Resumo dos resultados do PMV



Fonte: PMV (2017)

De forma pontuada, abaixo descreve-se o alcance dos resultados do PMV:

A) Participação do Pará na redução do desmatamento na Amazônia Legal: considerando números absolutos, entre 2010 e 2012, o Pará contribuiu com 74.2% da redução do desmatamento em toda a região amazônica. Período esse, ápice da execução do PMV.

B) Antecipação da meta de redução do desmatamento prevista para 2012: O Pará antecipou a meta de redução do desmatamento (prevista para 2017), ainda em 2012, e os números se repetiram em 2013.

C) Pará é o estado que mais retirou municípios da lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia: Um resultado pouco contraditório, pois ao mesmo tempo que o estado retirou 3 municípios da lista (Santana do Araguaia, Ulianópolis e Dom Eliseu), em 2012, outros 2 municípios adentraram a mesma: Anapu e Senador José Porfírio.

D) Cadastro Ambiental Rural (CAR): A evolução do CAR (conforme mostrado no gráfico 04) foi um dos resultados mais significativos do PMV, com aumento de mais de 50% comparativamente a anos anteriores ao programa.

E) Adesão e comprometimento dos municípios paraenses com as metas do PMV: 39 em 2010, 52 em 2011, 91 em 2012 e desde dezembro de 2017, o PMV conta com a adesão de 121 municípios, dos 144 que compõem o estado. Um número que superou as metas apresentadas e representou um avanço em torno da gestão ambiental compartilhada.

F) Apoio a elaboração e desenvolvimento de projetos econômicos e estruturais: i) Reestruturação do Programa Pará Rural (com apoio do Banco Mundial), ii) Impulso no Fundo Amazônia/BNDES (com recursos direcionados ao PMV), iii) Projeto Clua AMAZON (recursos visando a gestão ambiental compartilhada e o fortalecimento da Agricultura de Baixo Carbono no estado), iv) FIP Amazônia (em parceria com o Banpará e BNDES, visando aporte financeiro para empreendimentos sustentáveis na região) e v) Fundo Estadual de Compensação ambiental (estruturação de um fundo em cooperação da SEMA e o FUNBIO. (WHATELY & CAMPANILI (2013, p.75)

G) Apoio para regularização e ordenamento ambiental das principais cadeias produtivas que pressionam o desmatamento no Estado do Pará: Os TAC's da Pecuária, Madeira, da Siderurgia, Moratória da Soja, conforme já exposto anteriormente;

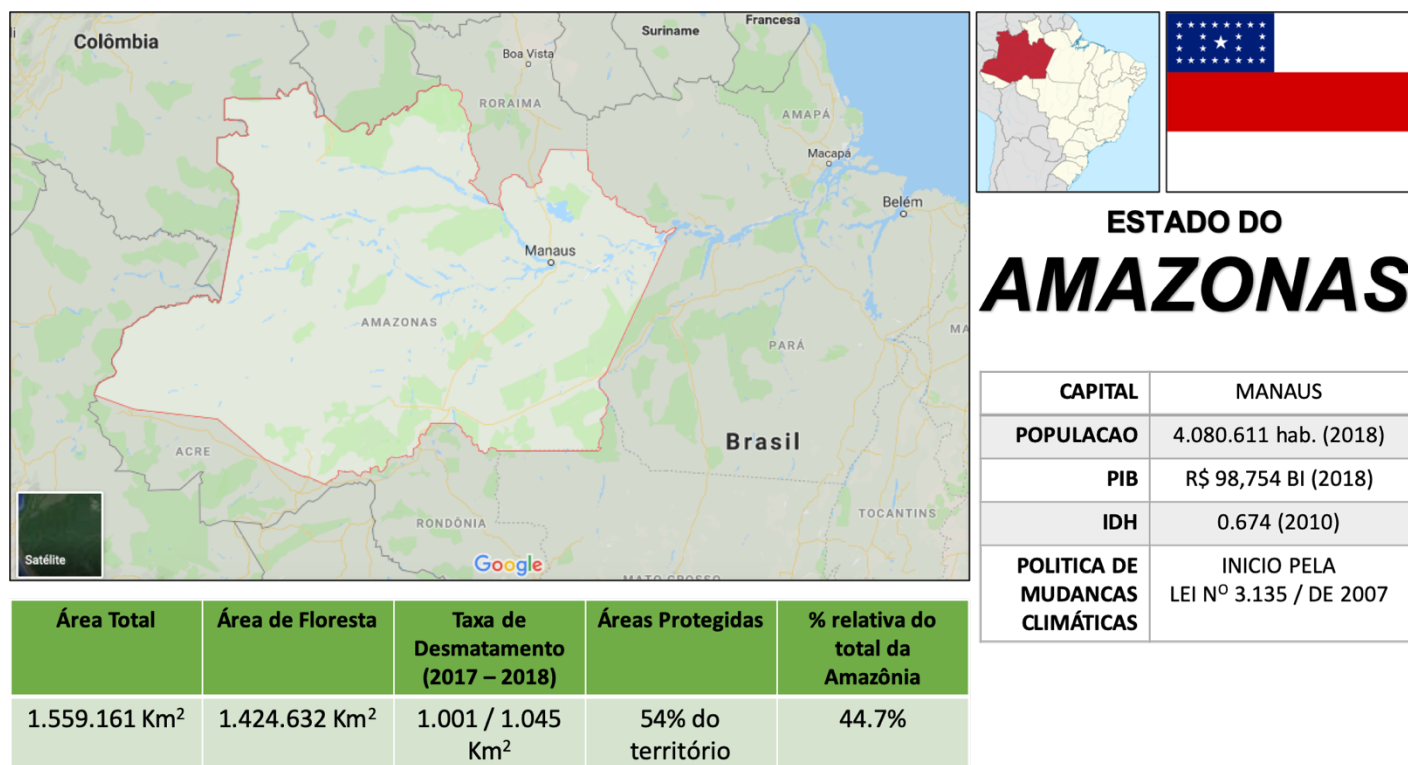
H) Ampliação e fortalecimento do Comitê Gestor e das parcerias do Programa Municípios Verdes: Mais 20 instituições são parceiras do PMV (conforme o quadro 10), o que demonstra não apenas o interesse de distintos atores, mas também influencia na dinâmica da Governança do PMV.

I) Participação do Pará na Rio + 20 com o PMV: O estado esteve presente no Pavilhão da Amazônia Legal e promoveu dois importantes eventos: O primeiro, tratou do anúncio do compromisso com o Desmatamento Líquido Zero até 2020, firmado e anunciado pelo então governador Simão Jatene (PSDB). O segundo, foi promovido em parceria com o Fórum Amazônia Sustentável e contou com a participação de representantes de diversas instituições parceiras do PMV.

3.2 O ESTADO DO AMAZONAS

O maior estado da federação (em extensão territorial) e detentor de uma das maiores áreas de biodiversidade do Mundo, o Estado do Amazonas busca se projetar nacional e internacionalmente em função do seu potencial ecológico de provedor de serviços ambientais.

Figura 07 – Contextualização do Estado do Amazonas



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em IDESAM (2012, p.28) e IBGE (2019)

A figura 07, apresentou anteriormente, a localização do estado e direcionou informações relevantes sobre o mesmo. O Estado do Amazonas foi o pioneiro em diversas ações relacionadas a agenda das mudanças climáticas e serviços ambientais, tendo sido o 1º estado do país a aprovar a uma Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), em 2007 (conforme figura 03, anteriormente apresentada). Instituiu o Programa Bolsa Floresta, primeiro programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) direcionado a região amazônica, tal como, propôs o 1º projeto de REDD+ na região, o Projeto da RDS do JUMA (foco de análise do presente estudo, a ser destacado e analisado em sessão posterior).

Grandes obras de infraestrutura, aumento do desmatamento, danos a biodiversidade, aquecimento global e a conseqüente mudança do clima, são temas que infelizmente acometem e projetam a Amazônia na pauta nacional e internacional, nas últimas décadas em especial. No estado do Amazonas, as mudanças do clima, despontam de forma pioneira e destacada na agenda política. Sob um discurso de aparente consenso, Estado, empresas e movimentos sociais defendem a valorização monetária da floresta conservada como estratégia central de combate a crise climática (BRIANEZI, 2010, p.1). Todavia, esse pioneirismo e certo grau de organização não começou agora, para pensar a agenda de proteção e conservação ambiental na Amazônia, em especial, do Estado do Amazonas, faz-se necessário a compreensão anterior de um movimento que não iniciou no estado: a Aliança dos Povos da Floresta.

Nos idos anos 1980, um grande e importante movimento que alcançou projeções globais, marcou a aproximação e a luta de dois grupos: dos Seringueiros (simbolizados pelo sindicalista Chico Mendes) e dos povos indígenas (representados por Ailton Krenak). Essa Aliança dos Povos da Floresta ficou marcada pela luta em conjunto acerca da reforma agrária e pelas terras indígenas. A criação de tal aliança representou um passo importante na politização dos padrões e nos olhares dos reais moradores da região: os indígenas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas e demais povos tradicionais ou povos da floresta.

Mais precisamente em março de 1989, em Rio Branco (capital do Acre), ocorreu o I Encontro Nacional dos Povos da Floresta. De grande repercussão nacional e internacional, muito em decorrência do impacto da morte de Chico Mendes (assassinado havia apenas 3 meses), o evento reuniu mais de 180 delegados seringueiros e indígenas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia. A principal reivindicação e motivação do mesmo, foi o reconhecimento e a defesa dos territórios indígenas e dos seringueiros (através da criação de reservas extrativistas), com a implementação e execução de políticas públicas que garantissem

a sobrevivência material e cultural desses povos e comunidades tradicionais. (ALMEIDA, 2008, p.4). Cabe ressaltar, a importância política da criação dessa aliança e o contexto que a mesma possibilitou, de novas lideranças e organizações que possibilitaram e possibilitam a luta contínua desses grupos. Brianezi (2010, p.4) consubstancia:

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, no contexto da luta pela redemocratização do Brasil, marcado pela realização da Assembleia Constituinte e pelo fato de o país ter sediado a Cúpula da Terra das Nações Unidas, os movimentos sociais da Amazônia viveram um processo de institucionalização. O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi juridicamente constituído em 1988, com o objetivo de lutar por uma reforma agrária adequada aos extrativistas, que respeitasse sua cultura e práticas tradicionais de apropriação do território. A entidade é fruto da mobilização dos seringueiros do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, que realizaram seu I Encontro Nacional em 1985, em Brasília (BRIANEZI, 2007). Um ano depois, em 1989, lideranças de organizações indígenas fundaram a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), atualmente a maior entidade indígena do país, com 75 organizações membro, que agregam 165 povos dos nove estados da Amazônia Brasileira (ALIANÇA, 2007a). Em 1992, como fruto das mobilizações da sociedade civil durante a chamada ECO-92, no Rio de Janeiro, surge o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma organização rede formada por 18 coletivos regionais que congregam mais de 600 sindicatos, grupos e organizações. O GTA foi concebido como “um espaço de ação coletiva de movimentos sociais e ONGs na luta pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira” (GTA, 2008a: 2). (BRIANEZI, 2010, p.4)

A criação e consolidação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) nos anos 1990, foi ressaltado pela projeção que agenda ambiental, de proteção dos direitos humanos e início da agenda climática passara a ter em nível nacional e internacional. Durante esta mesma década, a aliança foi evocada mais para registro e lembrança histórica à figura de Chico Mendes. Entretanto, em 2007, GTA, CNS e COIAB uniram-se para realizar e projetar o II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, dessa vez em Brasília, como estratégia para incitar o pagamento por serviços ambientais em âmbito nacional e internacional sobre as mudanças do clima.

A reativação da aliança, para além de resgatar a memória de Chico Mendes, veio em consonância ao trabalho já realizado por essas organizações em torno das seguintes pautas: i) a fragilidade decorrente da fragmentação das lutas; ii) a necessidade de se ter uma visão geral da Amazônia; iii) os desafios colocados pela crise climática; iv) a persistência do desmatamento, apesar das taxas decrescentes; v) a poluição das águas e as doenças decorrentes dela; vi) a invasão das terras indígenas; vii) a deterioração do sistema de saúde indígena; viii) os grandes projetos de infraestrutura que ameaçam a vida na floresta; ix) as

grilagens de terra e a violência no campo. (ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA, 2007, p.2). Diante deste cenário, definiu-se então, segundo Brianezi (2010, p.5):

Três desafios coletivos: iniciar uma campanha contra o desmatamento, com metas de médio e longo prazo, inseridas no contexto dos acordos internacionais sobre mudança climática, de forma que os créditos de carbono resultantes beneficiassem os moradores da floresta; fazer a proposta de um PAC Socioambiental, como contraponto às grandes obras previstas no Plano de Aceleração do Crescimento do governo federal; desenvolver um programa de ocupação para os jovens das comunidades amazônicas, que garantisse a inserção deles no mercado de trabalho, com práticas sustentáveis de geração de renda (VIEIRA, 2007). Na ata da reunião, feita por Adilson Vieira, o secretário-geral do GTA sintetizou o espírito das propostas: “Pensar a economia dos povos da floresta de forma mais pragmática. O que temos, quanto custa e quem paga”. (BRIANEZI, 2010, p.5)

Sob esta perspectiva de pensar a “economia dos povos da floresta de forma mais pragmática” e como forma preparatória do II Encontro, o GTA, CNS e COIAB realizaram em parceria ao Governo do Amazonas, em abril de 2007, o seminário “A importância dos povos da floresta no contexto das mudanças climáticas globais”. O evento foi realizado em um barco que navegou ao longo de 3 dias pelo Rio Negro e reuniu quase 40 participantes, dentre representantes das organizações, membros do governo do Estado e pesquisadores como Phillip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Virgílio Viana, então secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Apesar da intenção da discussão, o documento final do seminário apontou para um discurso já sabido e sem novas perspectivas, apenas reconhecendo a necessidade do “desenvolvimento de alternativas para remunerar os povos das florestas por seus serviços ambientais de manutenção da floresta em pé prestados ao Brasil e ao mundo” (ALIANÇA, 2007, p.2).

As discussões do referido seminário, apesar de restrito e direcionado, serviram de base para que em menos de dois meses após o mesmo, fosse consolidada e aprovada em 30 de maio de 2007, na Assembleia Legislativa do Amazonas, o Projeto de Lei nº 93/2007, apresentado pelo Governo do Estado que propôs a Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

O PL 93/2007, apesar da complexidade do tema e da sua abrangência (tratava, entre outros pontos, de incentivos ao mercado de carbono, da instituição do Programa Bolsa Floresta e da Fundação Amazonas Sustentável - FAS), tramitou em regime de urgência. A votação em segundo turno (com aprovação definitiva da lei) aconteceu após três dias, tempo suficiente para o governador Eduardo Braga sancioná-la em 5 de junho, durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente. A iniciativa foi festejada por redes ambientalistas e pela imprensa, por ter sido a primeira lei estadual sobre mudança climática do Brasil (BRIANEZI, 2010, p.6.).

O estado do Amazonas foi precursor no desenvolvimento e implementação de benefícios financeiros para atores e envolvidos na conservação da floresta e serviços ecossistêmicos, com a implantação do Programa Bolsa Floresta em 2007. A implementação do PBF foi feita inicialmente pela então Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em setembro de 2007, e passou a ser realizada posteriormente em 2008 pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), importante interlocutor entre os governos (estadual e municipais), a iniciativa privada nacional e internacional. Viana (2008, p.4) define:

O Programa Bolsa Floresta é uma compensação financeira para os serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas: a conservação das florestas. Com a Bolsa Floresta estamos reconhecendo que a conservação das florestas é resultado das atitudes das pessoas, especialmente daqueles que vivem nos beiradões e no interior de nossas florestas: os guardiões da floresta. O Bolsa Floresta tem como ponto de partida o termo de compromisso assinado pela FAS e pelas populações que conservam as florestas do Amazonas. As comunidades assumem o compromisso de desmatamento zero (para áreas de floresta primária) e a FAS assume o compromisso de implementar os quatro componentes do Programa Bolsa Floresta. Inicialmente, o Programa Bolsa Floresta está direcionado para as populações residentes nas unidades de conservação estaduais. A razão é simples: nessas áreas já existe definida a base legal para os "produtos ambientais" e os "serviços ambientais". Numa segunda etapa, pretende-se alcançar outras áreas do Amazonas. (VIANA, 2008, p.4)

A FAS, por meio de um relatório de gestão publicado no ano de 2009 (2009, p.5), apontou que até outubro daquele ano, 6.813 famílias em 14 UCs (unidades de conservação) foram beneficiadas pelo programa (que será descrito em etapa posterior do trabalho). O GTA, por sua vez, contestou publicamente estes dados e declarou que o número de famílias efetivamente beneficiadas e registradas não passava de 4.000. A FAS reagiu e divulgou uma nota de repúdio, reafirmando os números oficiais e acrescentando que 78% do orçamento institucional era gasto com atividades fim, ou seja, “em benefício direto da população ribeirinha” (FAS, 2010, p.21). O cenário de governança na região, conforme já foi contextualizado anteriormente, é pulverizado e as relações de poder são bastante presentes. Na dinâmica da agenda de mudanças climáticas, mais especialmente, o cenário é contemplado de constantes interações, submissões e relações entre os níveis: estadual, nacional e internacional. Brianezi (2010, p.8) contextualiza:

As divergências entre o GTA e a FAS não se resumem a estatísticas. A FAS foi fundada em dezembro de 2007, como uma instituição público-privada, sem fins lucrativos, para gerenciar o Programa Bolsa Floresta. A justificativa foi que delegar a política pública a uma organização não-governamental garantiria a continuidade dela, mesmo diante da alternância de grupos político-partidários concorrentes no poder executivo. As primeiras doações recebidas pela FAS vieram do próprio

governo estadual e do Banco Bradesco, no valor de R\$ 20 milhões cada uma. O empresário Luiz Fernando Furlan, ex-ministro da Fazenda do governo Lula, e Virgílio Viana, ex-secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assumiram os cargos de presidente do Conselho de Administração e de secretário-geral, respectivamente (FAS, 2009). A criação da FAS só foi anunciada pelo governador Eduardo Braga em abril de 2008, poucos dias antes da realização da V Assembleia Regional do GTA Médio Amazonas, em Manaus. O documento final do encontro manifestava “preocupação com os rumos que as políticas públicas socioambientais do Estado do Amazonas estão tomando”, a partir de um entendimento de que estava “em curso um processo de privatização e mercantilização das unidades de conservação do Estado” (GTA, 2008b). A FAS, por sua vez, ofereceu ao GTA assento em seu Conselho Consultivo, convite que foi recusado pela Rede, mas aceito pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (que, ao lado do GTA e da Coiab, conforme já visto, compõe a Aliança dos Povos da Floresta) (BRIANEZI, 2010, p.8.).

Apesar do destaque e forte atuação na agenda das mudanças climáticas do Estado, a FAZ coordena a política conjuntamente a um *pool* de organismos e instituições, tal como, o próprio protagonismo assumido pelas últimas gestões municipais e estaduais, em termos de ações e atuações subnacionais. O GCF-Task Force (Fórum Global da Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta) é um exemplo do protagonismo assumido pelo Governo do Estado do Amazonas. Essa força tarefa foi estabelecida em 2008 e tem como premissa a cooperação em vários assuntos relacionados a política climática, financiamento, troca de tecnologia, pesquisa & inovação. São quase membros de 40 estados e províncias do Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Espanha, Estados Unidos, Indonésia, México, Nigéria e Peru trabalhando para “construir robustos programas jurisdicionais que integrem políticas de REDD+ e outras ações que reduzam as emissões de gases causadores do efeito estufa” (IPAM, 2011, p.1).

Segundo IMAZON (2015, p.29):

Em razão do protagonismo dos estados brasileiros no GCF, desde 2011 os membros brasileiros passaram a contar com uma organização facilitadora do grupo, papel assumido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), a partir de recursos de apoiadores do GCF. Essa articulação proporcionou aos estados a melhor organização na discussão de agendas ambientais para desenvolver ações em conjunto no diálogo com o governo federal e para desenvolver treinamentos específicos às necessidades dos estados brasileiros do GCF. (IMAZON, 2015, p.29)

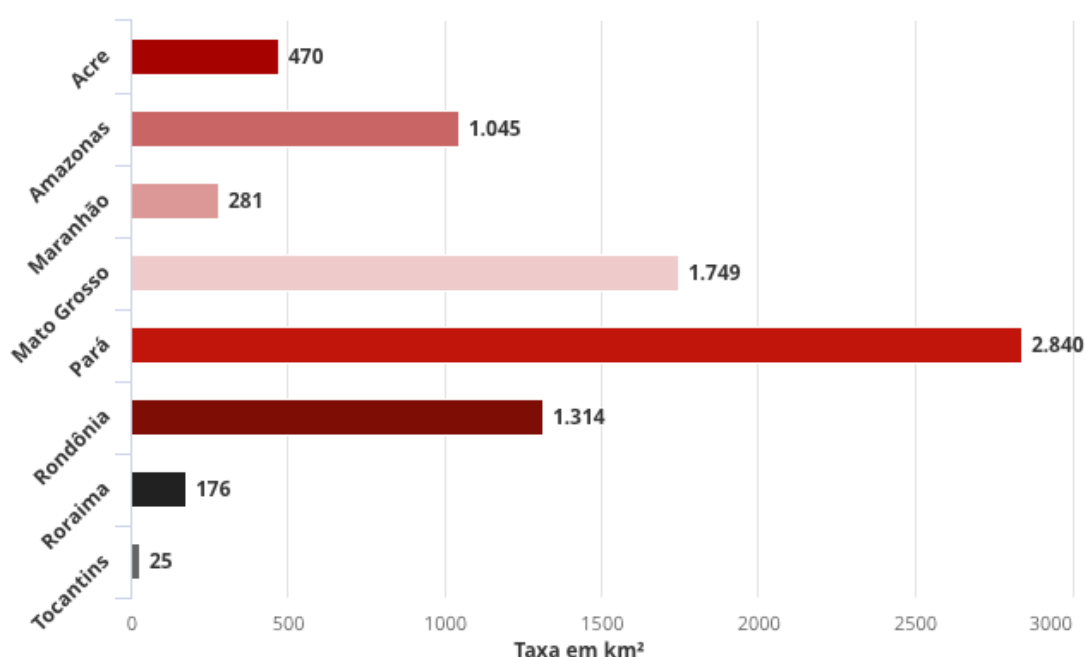
Ou seja, adentra à dinâmica da governança das mudanças climáticas no estado, mais um organismo, o IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) que veio ao encontro do esforço em rede que o GCF atua, em promover a governança em diferentes escalas (o inclui o próprio grupo). Uma rede ampla, robusta e atuante, que é composta de instituições internacionais, governos, membros da sociedade civil e comunidades que cooperam em diversas atividades e iniciativas relacionadas ao desenvolvimento com baixa emissão de carbono, possibilitando assim, uma abordagem

jurisdicional bem sucedida alinhado ao planejamento e boa execução de políticas públicas para a região (IPAM, 2011, p.3).

3.2.1 Agenda de políticas e estratégias em Mudanças climáticas do estado do Amazonas

O Estado do Amazonas foi o pioneiro em diversas ações e iniciativas relacionadas a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, tal como, de serviços ambientais. Ao lado do Estado do Pará, é o Estado que mais influencia a dinâmica econômica regional. Possui o maior índice de cobertura vegetal nativa da região amazônica e ocupava até 2018 o 4º lugar no ranking do desmatamento entre os estados que compõem a Amazônia legal, tendo assim, um índice médio de desmatamento da região (conforme pode ser constatado no gráfico 05). Portanto, a manutenção e mitigação dos impactos desse desmatamento são um grande desafio a gestão e a governança de tais políticas no Estado, sobretudo em função das constantes pressões sofridas pela dinâmica do desmatamento. Na região, em específico, essa atividade encontra-se associada a extração ilegal de madeira, a conversão de florestas em pastagens e campos agrícolas, além das questões de mineração; acarretam problemas à integridade ambiental do bioma e, conseqüentemente, afeta sua capacidade de fornecer serviços ambientais (TEJEIRO&STANTON, 2014, p.85).

Gráfico 05 – Taxa de Desmatamento por Estado da Amazônia Legal (2017-2018)



Fonte: PRODES-OBT-INPE, 2019.

Existem no estado do Amazonas, 41 Unidades de conservação (UC) estaduais e 30 federais. A existência destas UC's é fundamental para a manutenção dos índices de baixo desmatamento e grande área de cobertura florestal. Em uma outra perspectiva, sabe-se que os problemas sociais advindos à privação de necessidades materiais e ao atendimento das necessidades de sobrevivência são fatores que ameaçam a preservação do meio ambiente. Deste modo, a compreensão e adoção de políticas que visem à proteção destes espaços é tão relevante e necessária quanto a adoção de políticas que permitam que as comunidades tradicionais que habitam na região sejam capazes de suprir suas próprias necessidades e sejam integrados nas perspectivas de geração de renda (TEJEIRO&STANTON, 2014, p.86).

Conforme já apresentado, o estado foi pioneiro na aprovação e execução em 2007 e posteriormente na versão final de 2013, da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), que direcionou o estado a construir um arcabouço jurídico que possibilitou a implementação de iniciativas de REDD/REDD+ em UC's estaduais, tal como, posteriormente em 2010, ajudou na elaboração de uma Política Estadual de Serviços Ambientais (PESA), dentro do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas (FAMC). A PEMC criou arranjos institucionais e possibilitou a criação do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Toda essa discussão, implementação e planejamento das ações em mudanças climáticas no estado, esteve sempre a frente da então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, tal como, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Todavia, em 2015, foi feita uma reestruturação da SDS que a transformou em Secretaria de Estado de Meio Ambiente, extinguindo órgãos operacionais da pasta de mudanças do clima (como a Unidade Gestora de Mudanças climáticas e Unidades de Conservação – UGMUC), o qual o CECLIMA e CEUC também a compunham. Imaflora (2015, p.50) consubstancia:

Anteriormente a esse processo, o CECLIMA realizou, em 2012 e 2013, uma série de capacitações e de consultas públicas para criar os indicadores estaduais de salvaguardas, utilizando, como base, a iniciativa REDD+ SES e os Princípios de Salvaguardas para os estados da Amazônia. O processo foi interrompido também devido às circunstâncias políticas. Na ausência de legislação específica para o pagamento por serviços ambientais, o Estado toma, como base, a lei no 3.135 de junho de 2007, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC). Essa lei traz bases e diretrizes para que se estabeleça um arcabouço legal para serviços ambientais no Amazonas. (IMAFLOA, 2015, p.50)

Com a mudança, de Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) para Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), enquanto órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, cuja criação foi realizada por meio da

Lei Complementar nº 4.163, de 09 de março de 2015, alterada pela Lei nº 4.193, de 16 de julho de 2015, o sistema de gestão do Meio ambiente do Estado do Amazonas passou a ser composto pela SEMA e pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), ambos com o intuito e objetivo de atuarem na manutenção da floresta em pé e garantir a conservação dos recursos naturais, através de políticas públicas, gestão, programas, projetos, auditorias, fiscalização e controle de áreas protegidas, tal como, atuando na melhoria da qualidade de vida da população que tem no patrimônio florestal, na biodiversidade e riqueza hidrográfica, seus maiores bens. A SEMA (2017, p.1)

Para executar as políticas e diretrizes a Sema está estruturada em diferentes áreas para implementar os eixos ambientais, como recursos pesqueiros, florestais, áreas protegidas (Unidades de Conservação – UC), recursos hídricos, mudanças climáticas e monitoramento ambiental. Os eixos permitem elencar prioridades de atuação com abordagem na gestão territorial, apoio à regularização ambiental e fundiária, desenvolvimento de capacidades das populações residentes e usuárias de unidades de conservação assegurando o desenvolvimento equilibrado aliando conservação e manejo dos recursos naturais sem deixar de lado os instrumentos de comando e controle e, a articulação com os demais órgãos de governo e sociedade civil para a geração de benefícios sociais. (SEMA, 2017, p.1)

Dentro desse cenário, une-se a tais ações de mitigação e adaptação as mudanças do clima, a FAS – Fundação Amazonas Sustentável, enquanto uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que foi criada em 2008 pelo Banco Bradesco em parceria ao então Governo do Estado do Amazonas. Dentre outras instituições e empresas que apoiam a FAS, estão a rede de hotéis Marriot (em 2008), a Coca-Cola do Brasil (a partir de 2009), o Fundo Amazônia (em 2010) e a Samsung (desde 2010), vale ressaltar, A soma das contribuições de origem privada está acima de 90% do total das fontes de recursos da FAS e sobre tais fontes, a FAS (2014, p.3) explica:

A FAS recebeu duas doações iniciais, cada uma no valor de R\$ 20 milhões. A primeira do Banco Bradesco e outra do Governo do Estado do Amazonas. A doação feita pelo Governo do Amazonas foi autorizada pela Lei Estadual 3.135/07. Estes recursos estão sendo aplicados em longo prazo de forma que apenas os rendimentos (descontada a inflação) são investidos anualmente. Assim, os programas da FAS serão financeiramente sustentáveis a longo prazo. Os recursos estão sendo gerenciados pelo Bradesco que, voluntariamente, isentou a FAS de quaisquer taxas administrativas ou de serviços bancários referentes à gestão dos recursos aplicados.

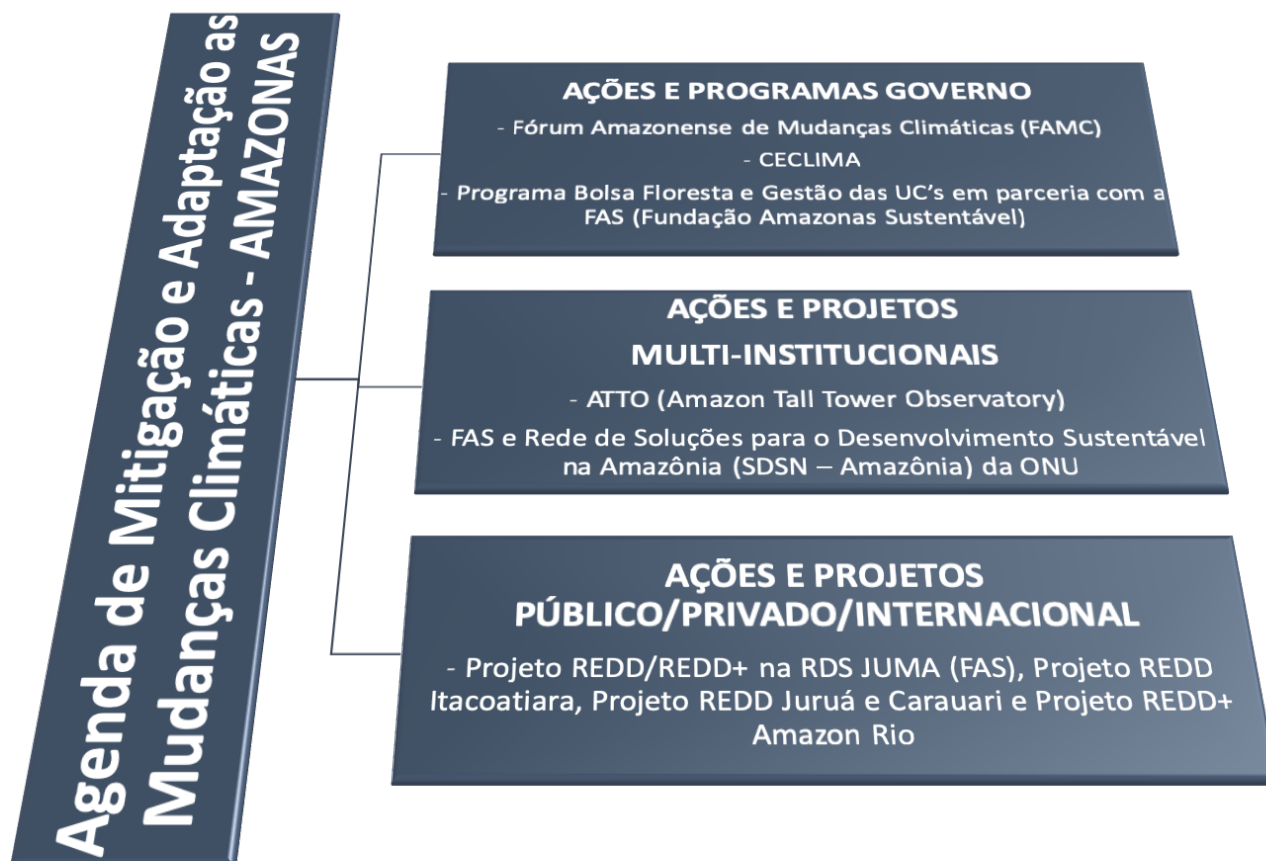
A FAS recebeu ainda a doação de R\$ 20 milhões da empresa Cola Cola Brasil, que passou a ser sócio-mantenedora da Fundação desde 6 de fevereiro de 2009. A Fundação recebeu, também, o apoio da Fundação Nodo, no valor de 30 mil Euros (cerca de R\$ 80 mil); da rede de lojas de confecção Yamamay, no valor de 50 mil Euros (cerca de R\$ 130 mil); e da Rede Marriott International, no valor de US\$ 500 mil por ano, durante quatro anos. Mais recentemente o Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES se comprometeu com a colaboração financeira de 19.3 milhões divididos em 4 anos para os componentes Renda e Associação do Programa Bolsa Floresta. A empresa Samsung também se tornou parceria da FAS com uma doação de R\$ 3.8 milhões feita para Programas de Apoio na APA Rio Negro. Neste

ano a empresa HRT se comprometeu a doar R\$ 24 milhões sendo R\$ 4 milhões para programas de apoio na RDS Uacarai; e R\$ 20 milhões a serem doados ao fundo permanente até 2013. Todas as doações recebidas são depositadas em contas bancárias distintas, para assegurar o máximo rigor na prestação de contas aos parceiros e à sociedade. Todas as doações recebidas são publicadas no site da FAS. FAS (2014, p.3)

Com a missão de promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas, a FAS, atua em conjunto ao governo do Estado na gestão compartilhada das UC's e principalmente na execução do Programa Bolsa Floresta, pioneiro na região e que já assistiu mais de 7000 famílias e cerca de 35000 pessoas, o mesmo será melhor detalhado mais a frente do presente estudo.

Para a melhor análise da dimensão e do envolvimento do Estado do Amazonas, para com ações e iniciativas direcionadas à mitigação e a adaptação as mudanças do clima, tal como a evidencia e a presença de entes públicos e privados, faz-se necessário atentar ao Organograma 12, conforme a seguir:

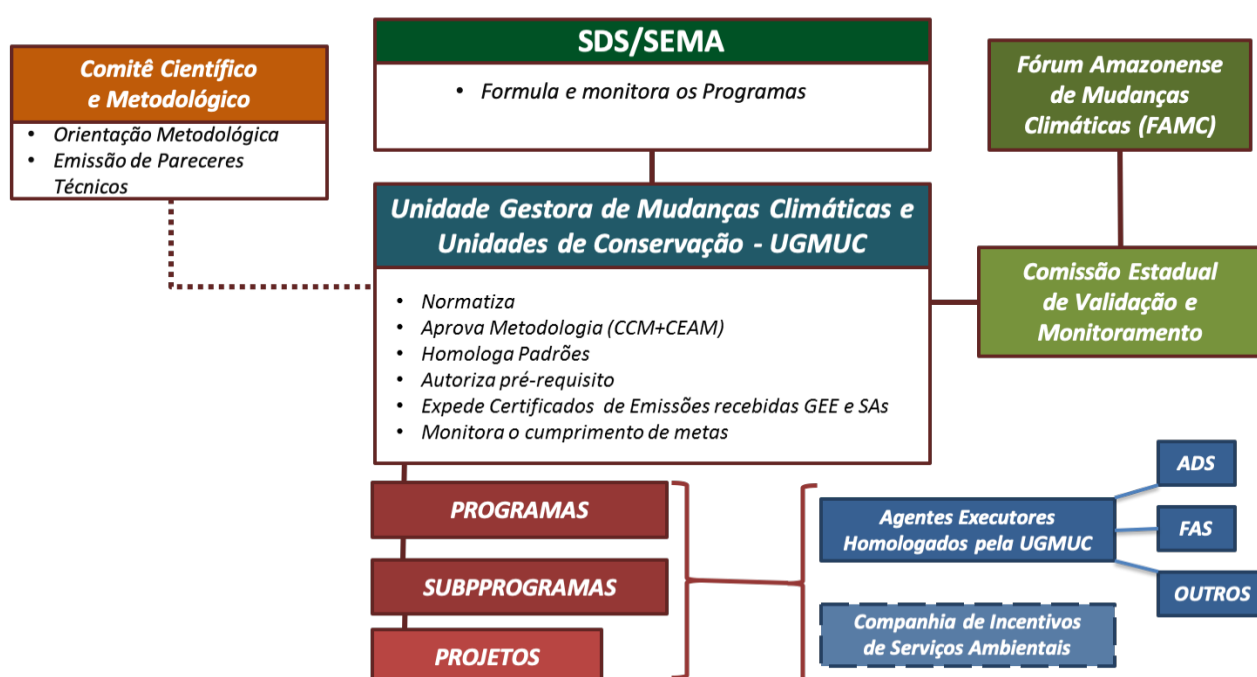
Organograma 13 – Programas e Ações do Estado do Amazonas



Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em IMAFLORA (2015, p.42) e IDESAM (2012, p.44)

Uma política estadual, com a presença de dispositivos legais para PSA e REDD/REDD+, projetou o estado do Amazonas desde 2007 em relação a sua agenda na área das mudanças climáticas na região, no Brasil e no Mundo. Todavia, a complexidade e magnitude da mesma, traz consigo os componentes da governança e conseqüentemente, a atuação de múltiplos atores em distintos níveis. Conforme visualizado no organograma 12, constata-se a divisão em níveis de organização e execução desses programas. Todavia, cabe visualizar o Organograma 13, acerca do arranjo institucional o qual essas ações e programas devem respeitar:

Organograma 14 – Arranjo Institucional da agenda de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas



Fonte: Adaptado pelo autor. Baseado em IMAFLORA (2015, p.50) e IDESAM (2012, p.58)

No nível 01, encontram-se as **Ações e Programas de Governo**, onde a responsabilidade de execução estava em grande medida com a iniciativa pública e por meio de órgãos, secretarias e entidades governamentais. Cabe contextualizar:

A. Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas (FAMC) – ou também conhecido como Fórum Amazonense de Mudanças climáticas, Biodiversidade, Serviços ambientais e Energia, o FAMC foi previsto na Política Estadual de Mudanças climáticas, de 2007, e foi oficialmente institucionalizado em dezembro de 2009. O mesmo tinha como objetivo fundante, o de discutir e propor ações e políticas

publicas relacionadas ao tema das mudanças do clima dentro do escopo de três eixos principais: i) Uso do solo, Florestas e Serviços ambientais, ii) Energia e iii) Adaptação e mitigação das mudanças climáticas (IDESAM, 2013, p.2). O FAMC chegou a contar com cerca de 50 instituições que representavam os diversos setores da sociedade amazonense, distribuídos da seguinte forma:

Administração paritária entre sociedade civil e do setor público:

I - Conselho Deliberativo: 12 membros, 6 do setor público e 6 da sociedade civil. Presidente nomeado pelo chefe do poder executivo.

Setor Público: SDS; SEPROR; Instituto de pesquisa e ensino; SEIND; SEPLAN; SECT

Sociedade civil: Organizações não-governamentais; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos e Comunidades Indígenas; Produtores Rurais; Produtores Familiares; Indústria

II - Conselho Consultivo: será composto por doze membros indicados pelo CEMAAM/FAMC, mantendo a paridade entre sociedade civil e governo. (IDESAM, 2013, p.2)

O fórum foi bastante ativo em seu início e esteve ao lado da política estadual, como um espaço consultivo, de participação e legitimação. Todavia, em decorrência de mudanças políticas e gestão, o mesmo estava desativado. Embora, haja interesse e uma votação foi realizada em abril corrente ano de 2019 para reativação do mesmo (SEMA, 2019, p.1).

B. CECLIMA – Centro Estadual de Mudanças Climáticas: Ainda no âmbito da antiga SDS (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável), o presente órgão teve um papel pioneiro importante: o de consolidar o termo e a agenda das mudanças do clima, dentro da pasta ambiental e de sustentabilidade. Instituído no âmbito da lei no.3244 de abril de 2008, o CECLIMA foi uma unidade gestora da Política estadual de Mudanças climáticas do Amazonas e o primeiro centro/órgão governamental especializado em articular e implementar políticas públicas sobre tal agenda. Dentre os objetivos do CECLIMA, estava a análise das informações sobre impactos, consequências e possíveis soluções relativas as mudanças do clima, a realização de inventários de emissões e estoques de carbono, tal como, o fomento à políticas e instrumentos de mercado que viabilizem a execução de REDD/REDD+, dentro ou fora do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (IMAFLOA, 2015, p.51).

C. Programa Bolsa Floresta (PBF) – criado em 2007, enquanto um mecanismo da PEMC-AM, é um programa de PSA que beneficia 16 das 32 RDS no Amazonas. Em 2008, o governo do Estado colaborou juntamente o Banco Bradesco na criação da Fundação Amazonas Sustentável – FAS, privada e sem fins lucrativos, para desenvolver e implementar programas, dentre os quais, o PBF se destaca. O estado do Amazonas foi precursor no desenvolvimento e implementação de benefícios financeiros para atores e envolvidos na conservação da floresta e serviços ecossistêmicos. A implementação do Bolsa Floresta foi feita inicialmente pela então Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em setembro de 2007, e passou a ser realizada posteriormente em 2008 pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), importante interlocutor entre os governos (estadual e municipais), a iniciativa privada nacional e internacional. Viana (2008, p.4) define:

O Programa Bolsa Floresta é uma compensação financeira para os serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas: a conservação das florestas. Com a Bolsa Floresta estamos reconhecendo que a conservação das florestas é resultado das atitudes das pessoas, especialmente daqueles que vivem nos beiradões e no interior de nossas florestas: os guardiões da floresta. O Bolsa Floresta tem como ponto de partida o termo de compromisso assinado pela FAS e pelas populações que conservam as florestas do Amazonas. As comunidades assumem o compromisso de desmatamento zero (para áreas de floresta primária) e a FAS assume o compromisso de implementar os quatro componentes do Programa Bolsa Floresta. Inicialmente, o Programa Bolsa Floresta está direcionado para as populações residentes nas unidades de conservação estaduais. A razão é simples: nessas áreas já existe definida a base legal para os "produtos ambientais" e os "serviços ambientais". Numa segunda etapa, pretende-se alcançar outras áreas do Amazonas. (VIANA, 2008, p.4)

O PBF atua por meio de quatro componentes: Renda, Social, Familiar e Associativo. A partir do engajamento das famílias dentro e no entorno de unidades de conservação estaduais, os componentes lhes asseguram ganhos diretos, benefícios sociais em nível comunitário, apoio as associações, atividades produtivas e de geração de renda sustentável. A adesão ao programa é voluntária e requer interação e participação em oficinas, capacitação acerca de mudanças climáticas e serviços ambientais, a não abertura de novas áreas de roçado em áreas de florestas primárias (manter apenas as roças já existentes) e um mecanismo fundamental que é o ingresso ou permanência dos filhos na escola e com boas médias. O PBF direciona o apoio e incentivo de populações ribeirinhas das UCs (unidades de conservação) estaduais do Amazonas, com o *slogan* de que a Floresta

vale mais em pé, do que derrubada. Sobre o PBF e suas dimensões de atuação, Viana (2008/a, p.7) descreve:

<p>Bolsa Floresta Familiar (BFF) – O primeiro componente, Bolsa Floresta Familiar, inclui o pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50 às mães de famílias residentes nas unidades de conservação e que estejam dispostas a assumir um compromisso de desmatamento zero (em matas primárias). É permitido o desmatamento de capoeiras, que é parte dos sistemas tradicionais de produção. É um importante mecanismo para envolver a população nas atividades de combate ao desmatamento. O BFF não pretende ser a principal fonte de renda das famílias, mas um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais.</p>
<p>Bolsa Floresta Associação (BFA) – O segundo componente é o Bolsa Floresta Associação, destinado às associações dos moradores das Unidades de Conservação (UC) do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as BFF. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa. Esse é um dos programas mais importantes da história da Amazônia, quanto ao fortalecimento das organizações de base comunitária. O BFA estimula o controle social do PBF, visando ao cumprimento de suas regras e termos de compromisso.</p>
<p>Bolsa Floresta Renda (BFR) – O terceiro componente é o Bolsa Floresta Renda, no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano, considerando em cada comunidade uma média de 11,4 famílias. Esse componente é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, madeira manejada, mel etc. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas.</p>
<p>Bolsa Floresta Social (BFS) – O quarto componente é o Bolsa Floresta Social, no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano. Esse componente é destinado à melhoria de educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos guardiões da floresta. As ações serão desenvolvidas em colaboração com os órgãos governamentais responsáveis e instituições parceiras.</p>

Fonte: VIANA (2008/a, p.7, Adaptado pelo autor)

O PBF foi a primeira iniciativa de REDD+ do Brasil a ser auditada em relação as normas da Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA). Até 2017, o programa havia alcançado a marca de mais de 40.000 pessoas e 9.000 famílias atendidas. Os constantes desafios do PBF incluem auditoria, monitoramento e fiscalização em localidades mais remotas e dada a vasta geografia do Estado do Amazonas, acaba sendo um grande entrave; Outro desafio se trata da atração de novos e diversificados investimentos e financiamentos, tal como, o alinhamento com outras políticas estaduais e nacionais (CRISOSTOMO,

2018, p.2). Uma das UC's onde se desenvolve o PBF, pode ser visualizada conforme as fotos abaixo:

Figura 08 – Registros da APA do Rio Negro, localidade beneficiada com o PBF



Fonte: Acervo do autor (2013 e 2016)

No nível 02, localizam-se as **Ações e Projetos Multi-institucionais**, onde há responsabilidade compartilhada na execução. Cabe mencionar:

A. Amazon Tall Observatory (ATTO) – centro de pesquisa que está localizado a 150 km de Manaus, a torre ATTO é um projeto de pesquisa em cooperação do Brasil com a Alemanha e tem por objetivo, registrar continuamente dados

meteorológicos, químicos e biológicos (como a concentração de GEE) a fim de compreender melhor como a floresta amazônica interage com a atmosfera. A torre tem 325 metros de altura e surgiu da parceria entre a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTI), o Instituto Max Planck de Química, o Instituto Max Planck de Biogeoquímica, em co-financiamento do Governo do Estado do Amazonas através da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), sendo um marco e um grande passo para as pesquisas climáticas do mundo, em especial, estando localizado na maior floresta tropical do planeta. O projeto completo custou cerca de R\$ 28 milhões e tem por objetivo não apenas as interações entre atmosfera e a região amazônica, a torre prevê também a execução de pesquisas relacionadas a atmosfera e mudanças climáticas em geral.

Figura 09– Torre ATTO



Fonte: Striger Brazil / Reuters (2017)

B. FAS e a SDSN – Amazônia: A Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (na sigla em inglês, SDSN) foi lançada em 2012 com o intuito de melhorar e promover o conhecimento científico e

tecnológico global, em prol do desenvolvimento sustentável, sobretudo com base na agenda global de desenvolvimento sustentável pós-2015. Lançada em 2014, a Rede SDSN-Amazônia, por sua vez, busca desenvolver novas soluções e compartilhar soluções já existentes entre diferentes segmentos. Viana (2014, p.3) consubstancia:

A proposta da SDSN-Amazônia é quebrar a velha prática de importar e aplicar soluções de fora da Amazônia, sem as devidas adaptações, para planejar o seu desenvolvimento. Historicamente isso tem resultado em fracassos ambientais, sociais e econômicos. A proposta do SDSN-Amazônia é fazer o oposto: mapear e disseminar soluções desenvolvidas pelas populações amazônicas e suas instituições de pesquisa, organizações não governamentais, empresas e instituições governamentais. Esse desafio pode e deve contar com a colaboração de instituições públicas e privadas de outras regiões do planeta: não se trata de apoiar uma visão bairrista e provinciana ultrapassada. Porém, existe uma clara visão de que as instituições da Amazônia podem e devem desempenhar o papel de protagonistas desse processo. O objetivo da SDSN-Amazônia é mobilizar centros de conhecimento da região para buscar soluções práticas e viáveis para os problemas do desenvolvimento sustentável da região amazônica. A participação nesta rede está aberta a universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil, instituições governamentais e a empresas dispostas a participar ativamente na concepção, pesquisa, desenvolvimento e implementação de soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. (VIANA, 2014, p.3)

Com ações pulverizadas, a FAS, é desde 2014 a secretaria executiva da SDSN-Amazônia e vem apoiando as discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sempre com base na troca de experiências, capacitação técnica e buscando soluções sustentáveis. Sob 4 premissas, a SDSN aponta o que a Amazônia precisa: i) Proteger o direito dos índios e das comunidades tradicionais, ii) Reduzir o isolamento da região, por meio de ações integradas de compartilhamento de informações, iii) Investir na Economia verde, iv) Capacitação dos recursos humanos locais e v) Reduzir o desmatamento. Enquanto mais uma instituição dentro do amplo espectro de governança das mudanças climáticas no Amazonas, em especial, a SDSN-Amazônia tende a atuar em uma arena de *soft-law* e observação, junto ao Governo do Estado e algumas instituições. Sendo assim, um espaço mais de discussão e congregação, do que da prática em torno da temática.

No nível 03, localizam-se as **Ações e Projetos de múltiplas atuações (Público, Privado e Internacional)**, de complexos interesses e níveis de participação e envolvimento. Acerca de tais, cabe ressaltar:

A. Projeto REDD Itacoatiara – Projeto desenvolvido pela empresa Biofilica²⁰ que desenvolve inúmeras ações e outros projetos, baseados no conceito de REDD, ainda que, com as incertezas de mercado nessa área. Um desses projetos localiza-se em uma área privada no município de Itacoatiara (AM) e utiliza o conceito de REDD+. E empresa desenvolve o projeto em comunidades ou nas proximidades, buscando conter também o desmatamento ilegal, promover a pesquisa científica e o monitoramento da biodiversidade. A mesma prevê como fonte de remuneração a venda de créditos de carbono no mercado voluntário, migrando futuramente para um mercado regulado. Os investimentos necessários para o desenvolvimento do mesmo são feitos pela própria empresa. Por se tratar de uma iniciativa privada, poucos dados e informações foram encontrados pela presente pesquisa.

B. Projeto REDD Juruá e Carauari – O projeto, que é realizado pela empresa Carbono Socioambiental, tem como base de atuação o desmatamento e a redução das emissões nos municípios amazonenses de Juruá e Carauari. Seu enfoque é direcionado ao componente social, de base sustentável, alinhado as premissas de conservação da biodiversidade e ao apoio e incentivo a cultura local das comunidades tradicionais do entorno. O projeto busca alinhar ações ao empoderamento social e comunitário, a criação de capacidades de liderança, impulsionar a economia local e possibilitar a inclusão das comunidades nas políticas públicas municipais. Em relação ao componente ambiental, o mesmo está localizado em uma área de alto valor biológico para conservação. Com a restauração de áreas degradadas e o desenvolvimento das capacidades técnicas das comunidades, espera-se que o projeto consiga aumentar as populações de espécies em extinção da fauna e da flora, as áreas de AVC e os serviços ecossistêmicos. (IMAFLOTA, 2015, p.73).

²⁰ É uma empresa brasileira focada na gestão e conservação de florestas a partir da comercialização de serviços ambientais, investimentos em pesquisa, desenvolvimento socioeconômico de pessoas e comunidades e intermediação de negócios entre produtores e proprietários de matas nativas. Tem o objetivo de contribuir para a criação e o desenvolvimento de um mercado sólido e confiável de ativos ambientais, a Biofilica investe num modelo de negócio inovador, que permite a conservação de florestas nativas e dos serviços ambientais, proteção da biodiversidade, redução de emissões de e sequestro de carbono, proteção do solo, preservação dos recursos hídricos e melhor planejamento da produção. (BIOFILICA, 2018. Disponível em: <<http://www.biofilica.com.br/web/index.php#quemSomos> >

C. Projeto REDD+ Amazon Rio – Projeto desenvolvido pela EBCF (Empresa Brasileira de Conservação Florestal) no município de Manicoré (AM), o mesmo foi idealizado para evitar a emissão de mais de 3,0 milhões de toneladas de carbono na região e beneficiando de forma mais direta, mais de 450 famílias em uma área de 20 mil hectares do bioma amazônico (IMAFLOA, 2015, p.74). Tendo como base a substituição das práticas de manejo florestal por ações sustentáveis e preservacionistas, o projeto atua além da redução das emissões de GEE, na conservação da biodiversidade, desenvolvimento socioeconômico, ecoturismo e incentivo a pesquisa científica. Para EBCF (2016, p.12):

As áreas Amazon Rio predominam florestas do tipo Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas com palmeiras (79%), Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel emergente (11%), Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com palmeiras (8%), Formações Pioneiras com influencia fluvial e/ou lacustre - herbácea e arbustiva com palmeiras (1%). O Projeto tem como foco principal: (i) a conservação dos ecossistemas florestais e da biodiversidade; (ii) o desenvolvimento social sustentável da região, incluindo a promoção do ecoturismo e pesquisa científica, e (iii) as reduções de emissões de dióxido de carbono (CO₂) através da contenção do desmatamento e degradação florestal. (EBCF, 2016, p.12)

Explicado e contextualizado os 3 níveis da agenda de políticas e estratégias em Mudanças climáticas no âmbito do Estado do Amazonas, parte-se então para a análise da política/projeto adotado como objeto da pesquisa, integrando o cenário 02 (Amazonas) de estudo de casos múltiplos da presente tese.

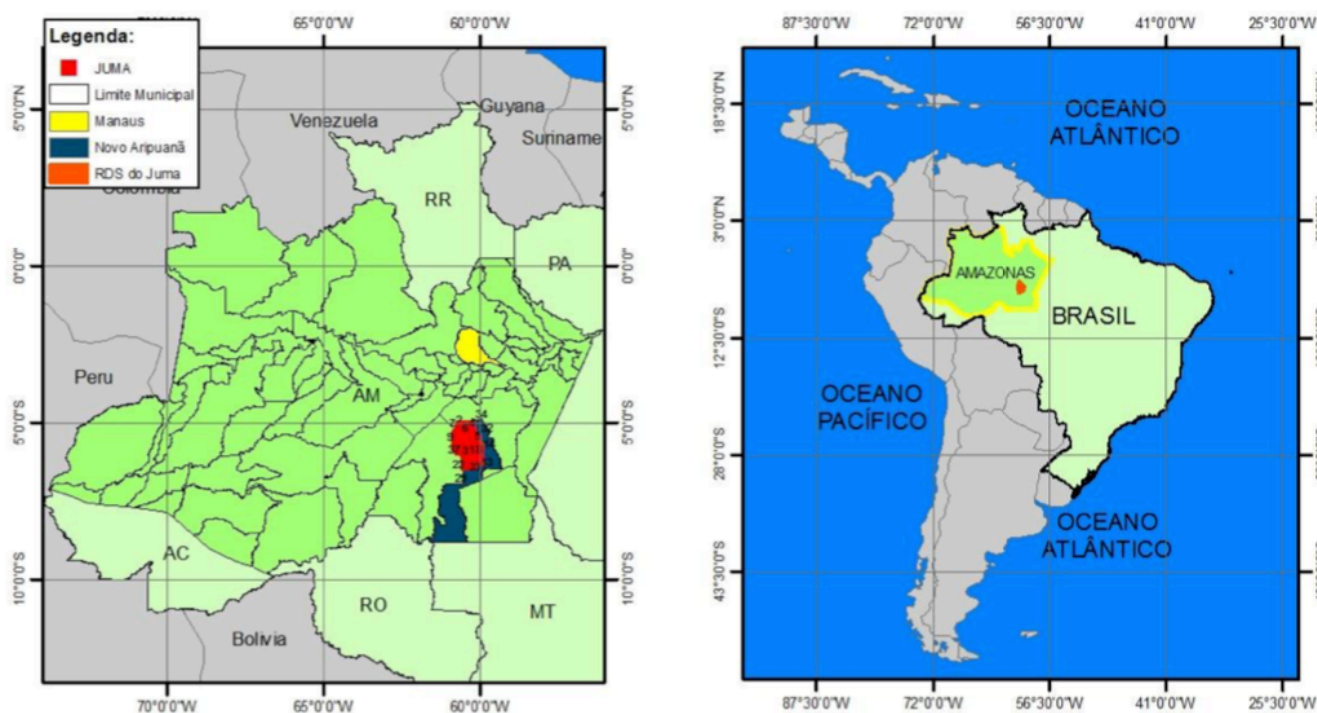
3.2.2 Análise de política/projeto no âmbito do REDD/REDD+ do Estado do Amazonas: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do JUMA

A Amazônia está sob pressão, e a Amazônia brasileira em especial, mais ainda. Estima-se que quase 20% de sua cobertura florestal original já foi perdida. Os inúmeros e mais avançados modelos de simulação de desmatamento indicam que nas próximas décadas, o Estado do Amazonas em particular, terá um rápido aumento do desmatamento caso não haja uma convergência entre políticas, ações, programas, projetos e interesses que possam mitigar ou buscar adaptação às mudanças do clima. Caso isso não ocorra, o Estado do Amazonas e o

estado do Pará (outrora exposto) contribuirão significativamente na dinâmica e no acréscimo do aquecimento global.

O projeto adotado como referencial de um estudo de casos múltiplos do cenário 02 (Amazonas), trata-se do **Projeto REDD+ da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do JUMA**, que de início era apenas RED, pois inicialmente, objetivava apenas conter o desmatamento e suas respectivas emissões de GEE. Situada a 227.8 km ao sul da cidade de Manaus e próxima da área urbana do município de Novo Aripuanã, a RDS Juma foi criada pelo Governo do Amazonas em 2006 e possui uma extensão de 589.611,28 hectares, conforme é possível visualizar na figura 09:

Figura 10– Localização da RDS JUMA



Fonte: FAS (2010)

Com 484 famílias, divididas dentre 38 localidades e comunidades dos arredores, a RDS JUMA não é a maior territorialmente (sendo a RDS Cujubim a maior) e também não é a maior de densidade populacional (ficando a cargo da RDS Mamirauá), todavia, com seus 1977 habitantes diretamente envolvidos e beneficiados pelo projeto, desde 2008, o mesmo se tornou um marco na região por ser o 1º projeto de REDD da região amazônica e do Brasil, e o

1º do mundo a ser classificado como “nível ouro” no Padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade²¹. (FAS, 2018, p. 45).

Concebido em 2008 pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) em parceria com a então SDS/AM e do Banco Bradesco, o projeto recebeu apoio financeiro do grupo hoteleiro Marriott International e apoio técnico do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM). Além dos benefícios climáticos esperados com a redução de emissões de GEE do desmatamento, buscou-se com o projeto, fomentar diversos benefícios sociais e ambientais na área do mesmo, através da aplicação dos recursos financeiros nos seguintes conjunto de atividades:

1. Fortalecimento da fiscalização e controle ambiental: combinando uma melhoria no sistema de vigilância já realizado pelas comunidades com grandes investimentos em ações de policiamento, dos órgãos ambientais de proteção e de regulamentação fundiária; além de atividades de monitoramento com técnicas avançadas de sensoriamento remoto. O custo das operações de monitoramento e fiscalização em áreas remotas como a RDS do Juma é significativamente alto devido ao acesso à Reserva é bastante difícil e remoto. Nesse sentido, o mecanismo de REDD+ entrará com os aportes necessários para suprir uma grande deficiência do Estado;
2. Geração de Renda Através de Negócios Sustentáveis: serão combinadas ações de organização comunitária com o apoio ao empreendedorismo para o aumento da capacidade de administração dos produtos florestais; fomento e apoio ao manejo florestal; pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para inovação de produtos; desenvolvimento de mercado para produtos e serviços sustentáveis, entre outros – dinamizando assim toda a cadeia produtiva florestal para as comunidades do projeto;
3. Desenvolvimento Comunitário, Pesquisa Científica e Educação: Serão construídos centros educacionais para capacitar e passar informações científicas para as comunidades locais, além de oferecer oportunidades de treinamento para profissionais especializados, como biólogos, engenheiros florestais, educadores e etc. O envolvimento das comunidades só poderá ser obtido através da existência de organizações ativas de base sólida, sendo assim, se fazem essencialmente necessárias atividades de fortalecimento institucional comunitário e associativismo para a articulação das populações residentes;
4. Pagamento Direto por Serviços Ambientais – Programa Bolsa Floresta: As comunidades receberão benefícios diretos por sua contribuição à conservação, como acesso à água limpa, cuidados de saúde, informação, atividades produtivas e outras melhorias de qualidade de vida. Além disso, uma parte dos recursos financeiros gerados pelo Projeto irá para os pagamentos por serviços ambientais às comunidades tradicionais da Reserva do Juma através do

²¹ Em 30 de Setembro de 2008, o Projeto de RED da RDS do Juma foi validado seguindo os critérios da certificação CCBA – Climate, Community and Biodiversity Alliance - emitido pela certificadora alemã TÜV-SÜD. Ao projeto foi dado o padrão de qualidade GOLD, o primeiro do mundo a ser incluído nesse padrão. Além disso, a reserva do Juma é a primeira do Brasil e das Américas a ser certificada como um projeto de Desmatamento Evitado. Até o fim do primeiro período de certificação, em 2016, espera-se evitar 3.611.723 toneladas de CO₂e. O projeto terminará suas atividades em 2050, quando espera-se ter gerado 189.767.027 toneladas de CO₂e. (FAS, 2018, p. 45).

estabelecimento dos quatro componentes do Programa Bolsa Floresta: (I) Bolsa Floresta Familiar, (II) Bolsa Floresta Associação, (III) Bolsa Floresta Social, (IV) Bolsa Floresta Renda. Isto se traduz em benefícios concretos e diretos às populações, que são algumas das mais marginalizadas e vulneráveis, assim como as mais dependentes da floresta para sua sobrevivência. (VIANA et al, 2008/b, p.13)

O foco no desmatamento e na consequente emissão de GEE em decorrência dele, direcionou as ações do projeto, tendo em vista que, até hoje grande parte do desmatamento na região amazônica se dá pela conversão de floresta em pastagens extensivas e de baixíssima rentabilidade. Viana et al (2008/b, p.31) corrobora:

No entanto, o decréscimo da cobertura florestal e a indisponibilidade de terras devido à intensa ocupação na região do arco do desmatamento vêm conduzindo à uma visível tendência de migração para a região central da Amazônia, principalmente no Estado do Amazonas. As crescentes taxas de expansão da agricultura e pecuária fazem com que os principais agentes do desmatamento se voltem para as grandes áreas de floresta com baixa densidade humana no Estado do Amazonas. O cenário adiante é bastante claro: considerando a implementação de obras de infraestrutura previstas para o Estado, como a pavimentação de rodovias, e se seguirmos a tendência histórica do restante da Amazônia, o Estado do Amazonas será rapidamente ocupado por grandes pastagens e culturas agrícolas, resultando em milhões de hectares de florestas desmatadas. Tal projeção é ainda reforçada por dados de Stickler et al. (2007) que afirma que 40% das terras cobertas na região tropical que estão sobre solos aptos para plantio de cana de açúcar, dendê, pastagens e soja encontram-se na Amazônia (VIANA et al, 2008/b, p.31)

O projeto de duração do projeto de REDD+ da RDS do Juma se estende até 2050, quando termina a venda dos créditos de carbono. Todavia, o maior e principal objetivo do mesmo é a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas, alinhadas a preservação das florestas e fortalecimento da capacidade produtivas dessas localidades. Resta saber, sobre a auto sustentabilidade do mesmo nas próximas décadas. Para tal, foram projetadas estratégias de sustentabilidade no mesmo, onde os membros das comunidades e as demais partes interessadas estarão e continuarão participando e se envolvendo no desenvolvimento organizacional, administrativo e técnico do projeto e da gestão da unidade de conservação em si, ademais, o empoderamento que o projeto buscou desde o início viria a corroborar a ideia de que os melhores tomadores de decisão para estratégias e ações na referida área, são os próprios moradores e residentes da mesma. Por meio de oficinas, treinamentos, eventos e trocas de experiência, a FAS e outros órgãos buscaram instrumentalizar ferramentas de compreensão, gestão e organização aos membros das comunidades envolvidas, basicamente através de:

- **Programa de Agentes Ambientais Voluntários:** os agentes ambientais voluntários são indivíduos moradores da reserva, sem atribuição de fiscalização, compromissados com a conservação da natureza e que atuam como multiplicadores na conscientização da população usuária, comunicando aos órgãos fiscalizadores a

ocorrência de infrações na reserva. O Programa de Agentes Ambientais Voluntários visa propiciar aos indivíduos interessados a participação voluntária em atividades de educação ambiental, conservação, preservação e proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, habitadas por populações indígenas, rurais, quilombolas, extrativistas e de pesca;

- **Agentes de Saúde:** membros da comunidade serão selecionados ou voluntariados para receber treinamentos em assistência médica, nas áreas de primeiros socorros, tratamentos básicos dos problemas de saúde mais comuns e tratamentos baseados em conhecimentos populares. O objetivo é provê-los de conhecimento suficiente para que possam rapidamente assistir aos outros membros em caso de emergência e, se necessário, encaminhar o caso a um serviço apropriado. Esses treinamentos serão organizados pela FAS, com o suporte de profissionais da área;

- **Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas – ProBUC:** o ProBUC é um programa que prepara e credencia comunitários moradores das Unidades de Conservação para participar e colaborar nas atividades de monitoramento ambiental dos recursos naturais, gerando informações sobre a situação da biodiversidade, seu aproveitamento e ameaças. Dentre as funções dos monitores estão:

- Monitor recenseador: faz uma coleta semanal de informações para acompanhamento do uso dos recursos naturais;
- Monitor pesqueiro: obtém dados sobre a produção e comercialização do pescado nos principais pontos de desembarque do município;
- Monitor de embarcações: acompanha o trânsito de embarcações em pontos estratégicos da unidade;
- Monitor de fauna: acompanha a presença e quantidade de animais na floresta;
- Monitor de rodovias: monitora o tráfico nas estradas e os tipos de bens transportados.

- **Gestão Florestal:** é fundamental para o sucesso do projeto que se desenvolvam boas práticas de gestão ambiental junto às comunidades. Alguns materiais já começaram a serem distribuídos (por exemplo, a publicação “Manejo Florestal Sustentável para Produção de Madeira no Estado do Amazonas) e oficinas estão planejadas para oferecer conhecimento suficiente para que os comunitários possam continuar suas atividades florestais, sem degradar os recursos naturais;

- **Conscientização Ambiental:** o programa será implementado nas escolas públicas para treinar professores e distribuir materiais, para que eles possam entender e disseminar informações relacionadas às suas realidades, como sustentabilidade e mudanças climáticas. Acredita-se que essa medida vai aumentar não só o conhecimento das pessoas sobre a realidade e situação em que vivem, e a responsabilidade relacionada com desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, como vai aumentar também o sucesso do projeto em reduzir o desmatamento.

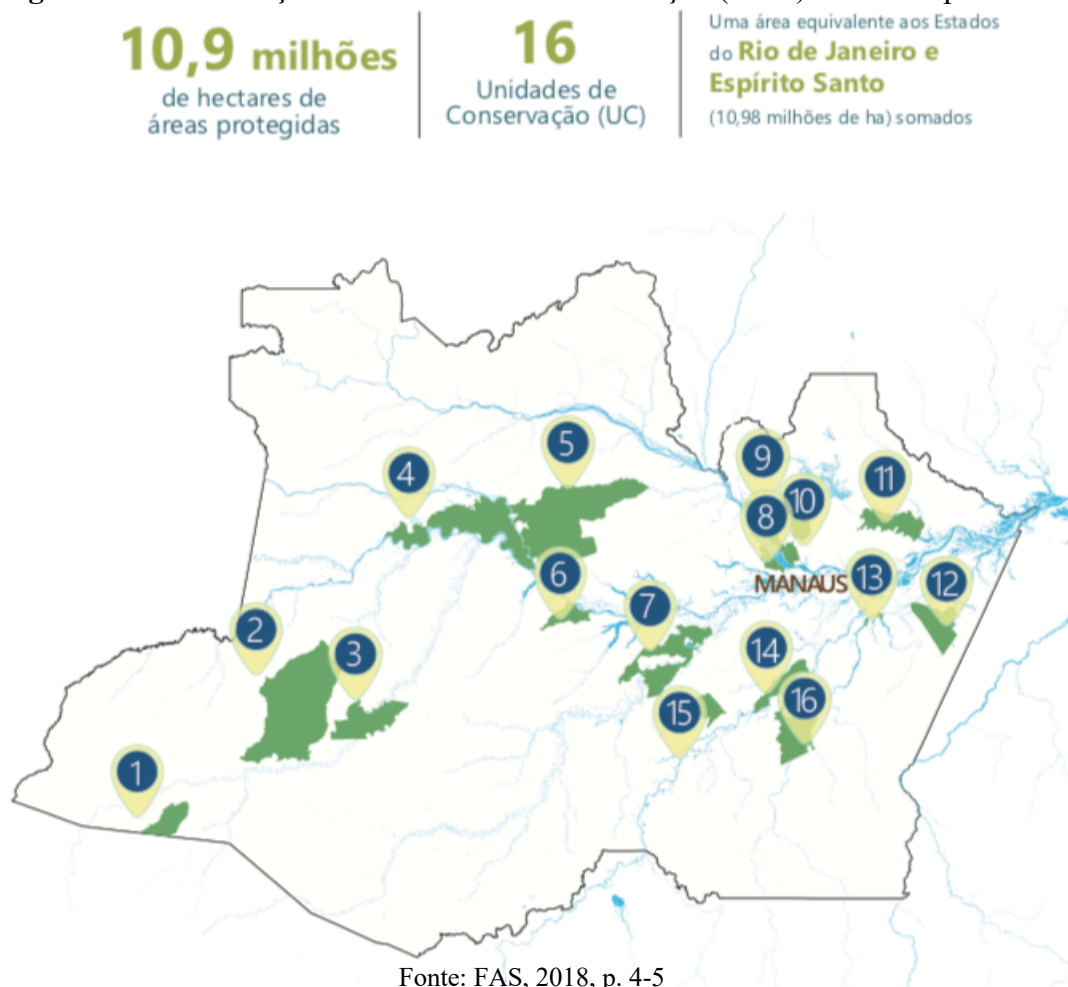
- **Associação:** oficinas já foram realizadas para fornecer conhecimento e promover a associação de representantes da reserva. Um Conselho para reunir esses representantes já foi fundado e os membros já estão sendo escolhidos. Outras oficinas também serão realizadas para ajudá-los a desenvolver as regras de gestão. (VIANA et al, 2008/b, p.50-52)

As ações e iniciativas elencadas tratam do estado da arte da execução do projeto, na expectativa de que tudo flua sem maiores percalços. Tratando-se de Amazônia, sabemos que a realidade e a aplicabilidade dependem de fatores econômicos, políticos e principalmente culturais, que direcionem o entendimento e o posicionamento desses *stakeholder's* em uma escala de visão global acerca da importância das florestas tropicais, tal como, da preservação

da mesma em pé, diga-se de passagem, o lema da FAS: “Fazendo a floresta valer mais em pé, do que derrubada”. Todavia, não se pode retirar o crédito da fundação em parceria também as instâncias estaduais, de buscarem a conservação ambiental por meio da valorização da floresta. Uma vez que, busca-se além da recompensa por serviços ambientais (Programa Bolsa-Floresta, a ser melhor detalhado a seguir), o incentivo as alternativas econômicas por meio de qualificação de capital humano e social, empoderamento de lideranças e infraestrutura comunitária, sendo: i) geração de renda, ii) empreendedorismo, iii) empoderamento e iv) apoio a infraestrutura social as quatro estratégias de atuação que permeiam a presença da FAS, em todas as UC’s que desenvolve suas atividades.

Nota-se a magnitude da atuação, tal como de atores envolvidos e praticas a serem trabalhadas em função da quantidade de pessoas vivendo no meio da floresta, que a dinâmica e a governança em si desse projeto, envolve e depende da participação efetiva e cooperação contínua dos entes participantes. Para visualizar melhor a atuação da fundação como um todo, tal como, as UC’s, cabe analisar a figura 10 abaixo:

Figura 11 – Localização das Unidades de Conservação (UC’s) atendidas pela FAS



Fonte: FAS, 2018, p. 4-5

Tabela 04 – Identificação e dados das Unidades de Conservação (UC's) atendidas pela FAS

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS	LOCALIDADES
1 - Resex do Rio Gregório	427.004	205	27
2 - RDS Cujubim	2.450.380	44	2
3 - RDS de Uacari	632.949	363	30
4 - RDS Mamirauá	1.124.000	2.095	185
5 - RDS Amanã	2.350.000	832	62
6 - Resex Catuá-Ipixuna	217.486	281	13
7 - RDS Piagaçu Purus	1.008.167	992	64
8 - RDS Rio Negro	102.979	643	19
9 - APA do Rio Negro	611.008	212	10
10 - RDS Puranga Conquista*	76.936	320	12
11 - RDS do Uatumã	424.430	398	20
12 - Floresta Estadual de Maués	438.440	806	21
13 - RDS Canumã	22.355	433	20
14 - RDS do Rio Madeira	283.117	1.073	50
15 - RDS do Rio Amapá	216.109	429	10
16 - RDS do Juma	589.611	484	38
TOTAL	10.974.971	9.610	583

Fonte: FAS, 2018, p. 4-5

O Programa Bolsa-floresta (PBF), por sua vez já introduzido no presente estudo, foi implantado paralelamente ao Projeto REDD+ do Juma em outras UC's já em 2008. É uma iniciativa de PSA para famílias e comunidades de 16 UC's que a FAS atende no Amazonas, aonde a adesão ao mesmo, envolve a compreensão e anuência à 9 critérios/fases (conforme a figura 11). Acerca dos benefícios e dos critérios, FAS (2018, p. 44) explicita:

Dentre os critérios estão o compromisso de não-desmatamento de florestas primárias, bem como a participação em oficinas de gestão participativa, medidas

para prevenir queimadas e garantir a presença dos filhos na escola. O benefício é preferencialmente concedido às mães das famílias beneficiárias, que são as titulares dos cartões, o que atribui ao programa caráter de valorização e empoderamento feminino. É a porta de entrada para as outras iniciativas de conservação ambiental e melhoria social da FAS (FAS, 2018, p. 44).

Figura 12 – Os 9 critérios/fases do Programa Bolsa Floresta (PBF)



Fonte: FAS, 2018, p. 48

A adesão ao programa se dá de forma voluntária e está diretamente ligada a participação e presença nas oficinas, capacitações em mudanças climáticas e serviços ambientais, não abertura de novas áreas de roçado em áreas nativas, tal como, o componente social de manter ou ingressar os filhos na escola. Segundo Lima et al (2013, p.11), o PBF é considerado o maior programa de PSA no mundo, por envolver uma área de quase 11 milhões de hectares. Os números do PBF são grandes, em 2017 o projeto alcançou a marca de 39.420 pessoas diretamente impactadas e 9.610 famílias beneficiadas (FAS, 2018, p.46). Um dos instrumentos de êxito do PBF e conseqüentemente a gestão da RDS Juma como um todo, está no fomento ao Empreendedorismo de negócios sustentáveis e de base comunitária. As ações buscam atividades de produção sustentável, adaptadas a realizada amazônica e decididas de forma participativa. A FAS, promove e estimula as seguintes cadeias produtivas, conforme a figura 12 abaixo:

Figura 13 – Cadeias produtivas apoiadas pela FAS no fomento ao Empreendedorismo



Fonte: FAS, 2018, p. 50

Dentre os poucos estudos e pesquisas acerca do Projeto de REDD+ e do Bolsa Floresta em si, pouco se evidenciou em relação as dificuldades e/ou desafios dos mesmos. Enquanto uma referencia para os estudos e análises da área, o CIFOR (Center for International Forestry Research) tem publicado relevantes dossiês sobre as iniciativas publicas, privadas e subnacionais em REDD e REDD+ na Amazônia e no mundo. Em uma dessas análises, SILLS et al (2014, p. 65) explicita os desafios em relação a magnitude e vastidão da região, seja para controle ou mesmo para efetividade de todo e qualquer projeto e programa:

The vastness, expanse and seasonality in these areas make it difficult for the proponent to maintain a technical and institutional presence at a reasonable cost. According to the proponent, transaction costs including start-up fees were also initially a huge challenge for the organization, reducing their cost efficiency; they have been limited to an average of 25% of the overall budget for the program in all conservation units (personal communication from J Tezza, 1 May 2013). The large geographical scale of the initiative also poses a challenge for monitoring and enforcement. Remote sensing cannot detect the relatively small changes in land cover that are characteristic of the small-scale forest clearing in this region (Börner et al. 2013). In BBC coverage of the Juma REDD+ initiative in 2009, Amazonas State Governor Eduardo Braga was reported as saying that although policing infrastructure should be improved, surveillance needs to be delegated to the people in the region. In fact, Bolsa Floresta's implementers have placed much emphasis on this – namely, building the capacity of local communities and reserve associations to assist in monitoring and to take responsibility for the program, as well as developing

a monitoring methodology that can detect small-scale clearing of 0.25 ha. More than 180 families to date have been excluded from the program for reasons including relocation or violating the rules of the contract, and the current process of enforcement and sanctioning relies on an external FAS monitor to evaluate the infringement (personal communication from V Salviati, 8 October 2014). The remoteness of communities has implications for compliance, detection and enforcement, both now and in the future, making it critical to invest in the capacity of the communities to ensure effective reductions in deforestation and degradation. (SILLS et al, 2014, p.65)

Não obstante aos desafios territoriais, geográficos e sociais, o projeto de REDD+ na RDS do Juma somente conseguirá obter êxito maior, se houver a geração e/ou ampliação contínua de benefícios sociais e ambientais na área do mesmo e promovendo assim, a estratégia de conservação da região e da geração de benefícios climáticos e manutenção da biodiversidade.

As motivações, noções e envolvimento de cada estado e caso apresentado, aponta para um cenário nacional aonde poucos governos estaduais elaboraram ou mesmo compreenderam a importância de marcos regulatórios referentes as necessárias adaptações de seu território para liderar as mudanças climáticas em curso. Martins & Ferreira (2010, p.12) corroboram:

No entanto, ainda existem muitas barreiras para um envolvimento mais robusto desses governos, uma vez que muitos ainda não reconhecem a mudança climática global como um problema local. Além disso, geralmente tais governos estão sobrecarregados com demandas de curto prazo que se contrapõem as mudanças no padrão do clima que se manifestam em largas escalas de tempo (décadas), levando o tema para o final da lista de prioridades e fazendo com que prevaleça a inércia governamental. (MARTINS & FERREIRA, 2010, p.12)

*“Uma sociedade que, quando olha para uma floresta, e vê metro cúbico de madeira;
quando olha para um rio, e vê megawatts de energia;
quando olha para a montanha e vê toneladas de cassiterita, ouro e prata,
já perdeu a condição de perceber a dimensão profunda da natureza.”*

- Aílton Krenak²²

4. LIÇÕES APRENDIDAS EM GOVERNANÇA NO COMPLEXO CLIMÁTICO AMAZÔNICO

Segundo Da Silva (2015, p.77) a Amazônia deixou de ser apenas uma questão regional e nacional, tornando-se então, uma questão global. Envolta nas contradições do capitalismo global, transformou-se em alvo de interesses e pressões (contínuas) externas, muito em decorrência de seus recursos naturais estratégicos que dispõe. A destruição das florestas, a morte de Chico Mendes, a biopirataria e a causa indígena, nos idos anos 80 e 90, moldaram e projetaram a Amazônia sob as lentes do norte geopolítico, como espaço vital e reserva ecossistêmica a ser preservada e administrada. Para tal, emergiu nas últimas décadas um intenso debate sobre a Governança na região e para a região, sobre aspectos mais diversos e que compõem a realidade amazônica como: o meio ambiente em si, as questões do clima, a riqueza de biodiversidade, os rios e ao que o presente estudo analisou: as florestas tropicais. Essas florestas, como já fora exposto, desempenham e representam um papel fundamental no debate das mudanças climáticas, não apenas pela regulação desse clima, mas pela manutenção da biodiversidade presente nesses ricos espaços.

Portanto, é natural e consequente que inúmeras sejam as intenções, interesses, projetos e estratégias de Governança no que o presente estudo denominou enquanto Complexo Climático Amazônico (CCA), devido sua incontável e imensurável riqueza, em conjunto as visões, perspectivas, compreensões de múltiplos atores e *stakeholder's*, locais, nacionais, internacionais, públicos e privados, foco de análise da presente tese. Nos próximos tópicos,

²² Nascido em Minas Gerais, em 1954, Aílton Krenak é líder indígena, jornalista e produtor gráfico. Alfabetizou-se aos 18 anos. Na década de 80, passou a se dedicar exclusivamente à articulação do movimento indígena. Em 1985, fundou a ONG Núcleo de Cultura Indígena (NCI). Em 1987, em meio às discussões da Assembleia Constituinte, foi autor de um gesto que comoveu a opinião pública: pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo enquanto discursava no plenário do Congresso Nacional, em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas. Krenak participou da fundação da União das Nações Indígenas (UNI), do movimento Aliança dos Povos da Floresta e da criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Hoje é um dos mais conhecidos líderes indígenas do Brasil, atuando também como assessor para assuntos indígenas do governo de Minas Gerais. (COHN, Sergio. Entrevista com Aílton Krenak. 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-27112017-103623/publico/ProducaoCulturalnoBrasilLivro5.pdf>>)

serão discutidas algumas lições aprendidas (outras nem tanto) sobre Governança, Desenvolvimento Sustentável e mudanças climáticas na Amazônia.

4.1 A Governança das Mudanças climáticas no Pará: Avanços, continuidades e entraves políticos.

É notável e de suma importância que o Estado do Pará possa contribuir e ampliar ainda mais a sua atuação na agenda de mudanças climáticas, através da redução de GEE no Brasil e principalmente na Amazônia, pois seu potencial é enorme. Entretanto, faz-se necessário a ampliação de esforços e iniciativas para inserir cada vez mais a temática de mitigação e adaptação às mudanças do clima, nas agendas governamentais e não governamentais. Todavia, não se pode apenas inserir e realizar eventos paulatinos de divulgação da importância do tema, faz-se necessário disponibilizar e direcionar recursos financeiros, humanos e vontade política à altura do desafio e da relevância que representa tal temática para a sociedade paraense, amazônica e global. É igualmente importante a participação e envolvimento da sociedade civil organizada, que atualmente, é quem vem cobrando e incitando mais debates, todavia, ainda para um público direcionado.

O presente estudo encontrou dificuldades e traçou lições em determinadas etapas da pesquisa para então expor e apresentar algumas importantes reflexões:

- A pesquisa não tinha como instrumento prioritário a realização de entrevistas ou aplicação de formulários, todavia, o fator “Eleições 2018” foi decisivo para tal (E alias, a questão política é decisiva para muitas agendas nesse estado). Muitos técnicos da SEMAS, diretores e o próprio executivo da mesma, ‘blindam-se’ nesse período eleitoral buscando a continuidade de seus cargos no apoio ou apadrinhamento político que lhe é devido. A pesquisa tentou (sem sucesso) entre setembro e novembro (após o período político) o agendamento de conversas e entrevistas, o que só fora possível em dezembro/2018 e janeiro de 2019, todavia, ambas as realizadas não receberam autorização para gravação;

- Fontes de dados, Estudos e relatórios não atualizados nos sites oficiais do Governo do Estado e do próprio Programa Municípios Verdes (ao final de 2018 foi atualizado);

- Documento institucionais e oficiais do governo do Estado, só foram obtidos com visita *in-loco* (após conversas com técnicos e diretores). Não se tratavam de documentos ou dados confidenciais e, sim, de acesso público. Todavia, não disponíveis em sites ou

desatualizados. As demais fontes consultadas, como IMAZON (2015, 2012), IMAFLORA (2015), GUIMARAES (2011), IDESAM (2012) e WHATELY&CAMPANILI (2013) trouxeram novas perspectivas, mas ainda com dados institucionais ou governamentais;

- Constatou-se poucos trabalhos acadêmicos, no nível de Teses e Dissertações em âmbito regional, que tratassem sobre mudanças climáticas e em especial, estratégias de REDD/REDD+, destacando apenas as obras de ANDRADE (2012), AMARANTE (2013) e HADDAD (2013);

- A ausência de uma Política Estadual de mudanças Climáticas, implica necessariamente no não direcionamento de atenção, recursos e responsabilidades a temática referida temática. O único dispositivo legal sobre a temática, é o FPMC, composto por mais de 40 organizações e instituído desde 2009 e ao longo dos últimos 10 anos (e basicamente 3 gestões Estaduais, que na região é uma unidade de tempo, infelizmente) e não foi possível consolidar um instrumento legal, uma política que fortalecesse não apenas a temática em si, mas as ações governamentais. Em grande medida, a pauta das mudanças do clima (apesar de uma vitalidade internacionalmente reconhecida) ainda precisa avançar e adentrar as esferas locais, enquanto possibilidade de preservação, conservação e desenvolvimento de capacidades;

- O PMV se apresentou enquanto um desafiador programa com fortes premissas voltadas a sustentabilidade e com uma abordagem jurisdicional inicial de Desenvolvimento Rural de Baixa Emissão (DRBE), apontando para incentivos a crédito, assistência técnica aos municípios atendidos, expandindo o CAR e removendo inúmeros municípios da lista suja de desmatamento do Governo Federal. Todavia, o estado (e grande parte da região Amazônica) vem de um histórico da falta de cumprimento regulatório que criam barreiras a regularização da posse da terra, tal como, acesso a financiamentos. Aliado a isso, pequenos agricultores e moradores de localidades mais afastadas dos centros urbanos tem especial dificuldade de acesso a financiamento e quando não pagam alto por eles, buscam a informalidade e adentram no círculo vicioso de desmatar novas áreas. Ocorre que, essa é uma pequena parcela que contribui ao desmatamento no estado do Pará. Enquanto as políticas estaduais e mais recentemente²³ federais continuarem valorizando o desenvolvimento econômico tradicional,

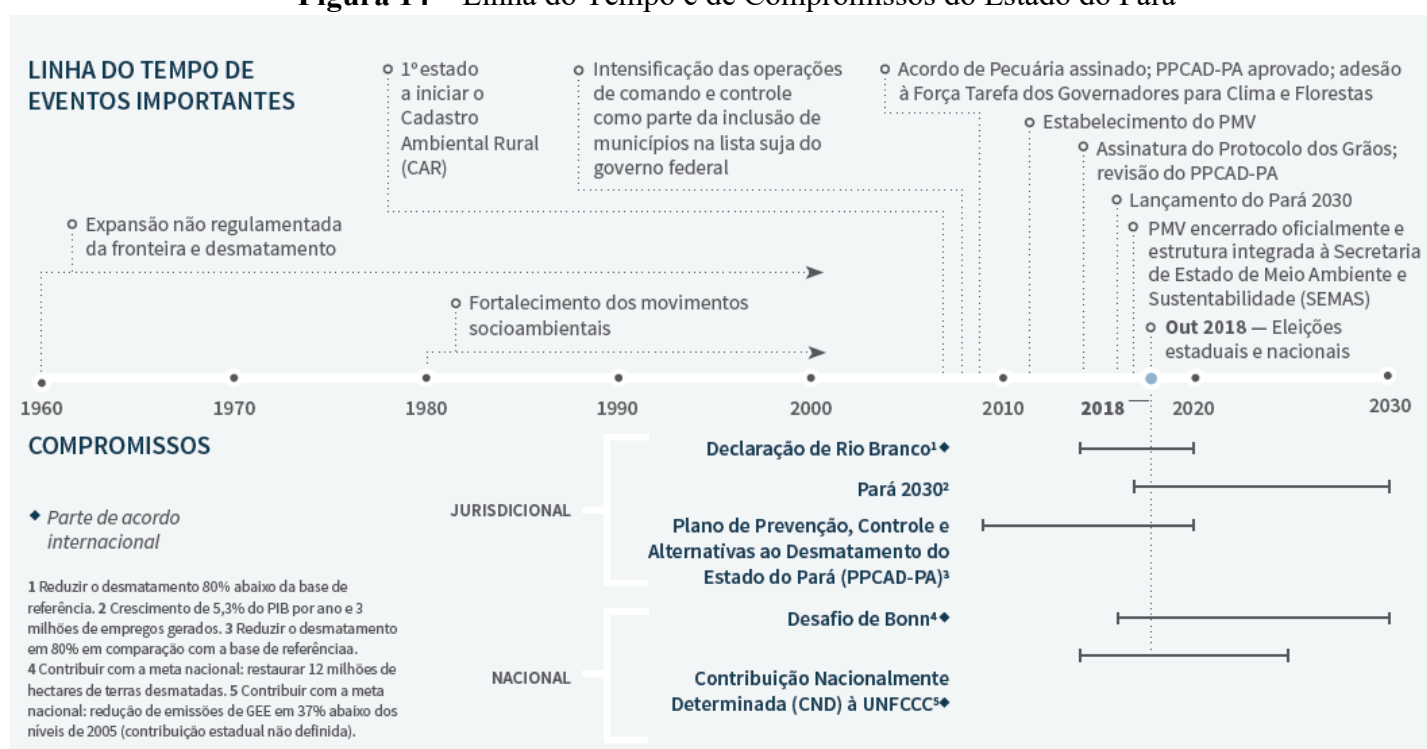
²³ Em janeiro de 2019, o SAD detectou 108 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 54% em relação a janeiro de 2018, quando o desmatamento somou 70 quilômetros quadrados. Em janeiro de 2019, o desmatamento ocorreu no Pará (37%), Mato Grosso (32%), Roraima (16%), Rondônia (8%), Amazonas (6%) e Acre (1%). Fonte: IMAZON, 2019. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeiro-2019-sad/>> Acesso: 07 jun 2019

exploratório e colonial (mineração, barragens, pecuária, soja e etc.), os reflexos são e serão direcionados ao que mais se exalta da região: sua rica biodiversidade e como imagem emblemática dela, suas florestas;

- A interação internacional do projeto se dá em torno da atuação de OING's, como a The Nature Conservancy, Skoll Foundation, Environment Defense Fund e a Agenda USAID, de desenvolvimento e ajuda dos EUA. Existe uma interação somente com a estrutura do PMV, ficando para as instancias locais a implementação. Com exceção da TNC, que atua in loco como no projeto de REDD de São Felix do Xingu. Na perspectiva do Desenvolvimento sustentável, o Estado avançou em cadastro e fiscalização ambiental (conforme fora exposto), todavia, os entraves políticos fazem com que a cada 2 anos (devido as eleições municipais e depois estaduais, a cada 2 anos uma esfera) alguns mecanismos sejam alterados. Outra falha no sentido da sustentabilidade, é baixa capacidade do componente social gerar renda, pilar fundamental que ajuda inclusive a floresta a continuar de pé.

- Em uma perspectiva bem mais recente, os dois únicos trabalhos mais próximos sobre Governança das mudanças climáticas e mais especificamente através de mecanismos de REDD/REDD+, foram os recentes estudos da CIFOR, com GEBARA (2014) e do CIFOR em parceria ao GCF, com BRANDAO et al (2018) que consubstancia uma linha do tempo importante na compreensão da agenda ambiental e de mudanças climáticas do Estado.

Figura 14 – Linha do Tempo e de Compromissos do Estado do Pará



Fonte: BRANDAO et al, 2018, p.2

4.2 A Governança das Mudanças climáticas no Amazonas: Inovações, Múltiplos atores e Projeção internacional

O Estado do Amazonas tem um papel estratégico na agenda das mudanças climáticas da região Amazônica, em grande medida pela sua extensão territorial e densidade de suas florestas, mas também pelo pioneirismo na 1ª Política Estadual de Mudanças Climáticas do país, que estabeleceu o 1º programa de PSA relacionado a desmatamento na região, o Programa Bolsa Floresta. O estado tem uma responsabilidade implícita nessa agenda, não obstante ao que já fora exposto sobre o mesmo, cabe ressaltar que o nome ‘Amazonas’ é dotado da noção de que “só existe o bioma amazônico, no estado do Amazonas” – “A Amazônia está no Amazonas”, o que, sabe-se, não é verdade pois o bioma se estende por boa parte da região norte do Brasil e ultrapassa as fronteiras nacionais. A agenda ambiental e climática no estado é bem estabelecida, tanto pela sua PEMC, quanto pelo Fórum Amazonense de mudanças climáticas. A projeção internacional do estado e de sua capital, Manaus, é louvável e importante, enquanto atores subnacionais de papéis estratégicos. Todavia, a magnitude da região e do Estado, direciona uma visão errada a sociedade civil: a de que a “Amazônia não tem fim!”, conforme relatou Valcleia Solidade²⁴, coordenadora geral do Programa Bolsa Floresta. Ou seja, gerando um baixo envolvimento da sociedade e de atores preponderantes no processo, como a resistência que algumas comunidades tradicionais tem ao início da implantação de programas e projetos.

O presente estudo encontrou dificuldades e traçou lições em determinadas etapas da pesquisa para então contextualizar algumas importantes reflexões:

- Um sinal importante da consolidação de uma PEMC nos âmbitos municipais e estaduais, se direciona quando se busca informações sobre órgãos e setores alinhados a temática. Todavia, conforme já fora exposto anteriormente, o estado do Amazonas assim como o do Pará (o que é algo sintomático na Amazônia), sofre com as mudanças e intemperes políticas;

- A dinâmica de parcerias e instrumentos de cooperação em torno da temática das mudanças climáticas, ocorre fortemente no estado do Amazonas. Estado, UC's, ONG's, OING's, Centros de Pesquisa, Universidades, Empresas e a sociedade civil estão envolvidos, o que se alinha a uma tendência global, onde tais parcerias buscam soluções sustentáveis para

²⁴ Analista da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e Coordenadora do Programa Bolsa Floresta (PBF), em entrevista à pesquisa – Jun/2016

as problemáticas de ecossistemas importantes, como é o bioma amazônico. No Amazonas, entretanto, existem peculiaridades. As ONG's atuam em cogestão das UC's, tais como: FAS, Fundação Vitoria Amazônica, IDESAM, Instituto Piagaçu Purus, Instituto Mamirauá e IPE. “o domínio e a presença dessas ONG's vem demonstrando a terceirização de gestão nas UC's, o que pode caracterizar a incompetência do Estado ou a necessidade de buscar parcerias no sentido de aprimorar a gestão” (SOUZA, 2012, p.81);

- Ainda nesse sentido, ressalta-se o papel preponderante e de destaque que a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) possui desde sua criação, em parceria do Governo do Estado do Amazonas com o Bradesco, gerando assim, uma instituição de natureza publico-privada. Souza (2012, p.82) reitera:

É hoje a maior ONG nacional em orçamento, possivelmente se aproveitando de um “oportunismo” quando comunga do ideário do Estado na sua política de conservação ambiental, podendo ser um “estatismo avançado” á medida que essa ONG acaba exercendo um papel preponderante, deixando ao Estado um papel secundário, como um mero coadjuvante, no que diz respeito ao direcionamento político para as suas áreas protegidas. O “oportunismo” do qual a FAS se aproveita é propiciado pelo Estado e no caso específico da RDS do Juma, tem no mercado de carbono um “trunfo” no projeto de conservação e no cenário de uma economia ambiental que já ultrapassa limites e fronteiras, buscando atender as demandas do mercado “esverdeado” que nem sempre estão de acordo com os reais interesses dos sujeitos principais do cenário vigente (SOUZA, Leny. 2012, p.82).

- São parceiras da FAS e inclusive apadrinham projetos e escolas, nos núcleos de sustentabilidade que a mesma instala nas UC's, empresas como a Yanamay, Coca-cola, Rede Marriot de Hotéis, Tam Linhas aéreas, Banco Bradesco e até mesmo a Samsung, que dá nome a “Escola Estadual Samsung do Amazonas” na APA do Rio Negro, uma das UC's comandadas pela FAS. A presença e participação (ainda que somente orçamentária e financeira) dessas empresas, traz a variável internacional a dinâmica das ações da FAZ e nas dinâmicas de preservação e conservação em si. Uma vez que, são perspectivas e olhares (muitas das vezes distanciados) da realidade amazônica. Foi identificado pela pesquisa, a doação e premiação de equipamentos de ponta (televisores, geladeiras, tabletes, notebooks e celulares) em determinadas UC's, onde muitas delas não possuem energia (gerador funciona em parte do dia) e não tem cobertura de operadora de celular. Souza (2012, p.83) acrescenta:

A visão de sustentabilidade no meio empresarial tem crescido nos últimos tempos. Antes os custos ambientais eram vistos como um mal necessário e a decisão da empresa como uma variável autônoma. Atualmente a questão ambiental passou a ser vista como um investimento e uma oportunidade para novos negócios, neste sentido o capitalismo está a cada dia mais verde, tanto a Coca-Cola, Bradesco e Samsung estão assumindo o slogan do ecocapitalismo, atendendo as necessidades e demandas desta nova face do capital. (SOUZA, Leny. 2012, p.83)

O envolvimento do setor privado é salutar, visto que os mesmos acabam sendo os maiores responsáveis financeiros para a execução de programas e projetos. Todavia, o envolvimento não pode (ou não deveria) vir como única perspectiva de responsabilidade social empresarial ou marketing sustentável. Que é o que em grande medida ocorre na Amazônia, em um fluxo: patrocínio/direcionamento orçamentário >> distanciamento da prática de execução >> não compreensão real do problema e da região;

- Segundo Souza (2012, p. 91):

Faz-se necessária uma reflexão no sentido de ponderarmos quais razões para mudança de rumo na política ambiental, se passa apenas pela crise do Estado neoliberal, tendo em vista que o modelo de Gestão até então adotado se mostrou inadequado diante do paradigma da sustentabilidade. Vale ressaltar que a Amazônia passou por uma política de cunho “desenvolvimentista”, porém o estado do Amazonas de certa forma foi protegido desse modelo, com o advento da criação da Zona Franca de Manaus, que na avaliação de alguns estudiosos, contribuiu para a manutenção da floresta em pé, diferentemente da Amazônia oriental, do chamado “arco do desmatamento”, que teve grandes áreas desmatadas em função dos “Grandes Projetos”. (SOUZA, Leny. 2012, p.91.

Essa intensa participação de ONG's nas políticas públicas é um fenômeno retratado por inúmeros autores, dentre os quais, cabe mencionar Porto-Goncalves (1996), que aponta que essa articulação não passa de uma armadilha, com base no discursos governamental de falta de verbas para viabilização de suas atribuições e o repasse das mesmas para terceiros, fez com que as ONG's se colocassem no papel de prestadoras de serviços que deveriam em tese ser obrigatoriamente públicos e não privados. Dito isso, o resultado é o comprometimento a concepção de direito social, de modo que a população passa a cobrar das ONG's pelos serviços e políticas. O que a presente pesquisa ressalta, é o envolvimento total das comunidades e atores locais na concepção, planejamento e execução de ações. Os atores locais são tão importantes quanto os financiadores internacionais e não podem estar a margem, recebendo e sendo impactado, sem ao menos saber do processo e do contexto em que estão inseridos;

- Em conversa com a pesquisa, o Secretário Executivo do Meio Ambiente, Luís Henrique Piva²⁵, apontou que a FAS teve e ainda tem um papel fundamental na gestão das UC's, sobretudo na prospecção financeira que pelas suas características, lhe é cabível. Afinal, a execução de um projeto no meio da Amazônia requer recursos e estrutura funcional. O mesmo ressaltou que tudo é feito dentro das salvaguardas de REDD/REDD+ e buscam sempre um padrão internacional e que essa parte de projeção e Relações internacionais, é

²⁵ Economista e Advogado. Esteve como secretário executivo de Meio Ambiente, da SEMA-AM na última gestão estadual, em entrevista à pesquisa – Jun/2016

onde o Estado atua fortemente. A articulação com atores internacionais, por sua vez, é algo compartilhado com a FAS, uma vez que, se busca em grande medida aportes financeiros para os projetos, todavia, ainda distanciados ou desconectados mesmo, da realidade local e entendimento da magnitude da região e das ações lá desenvolvidas;

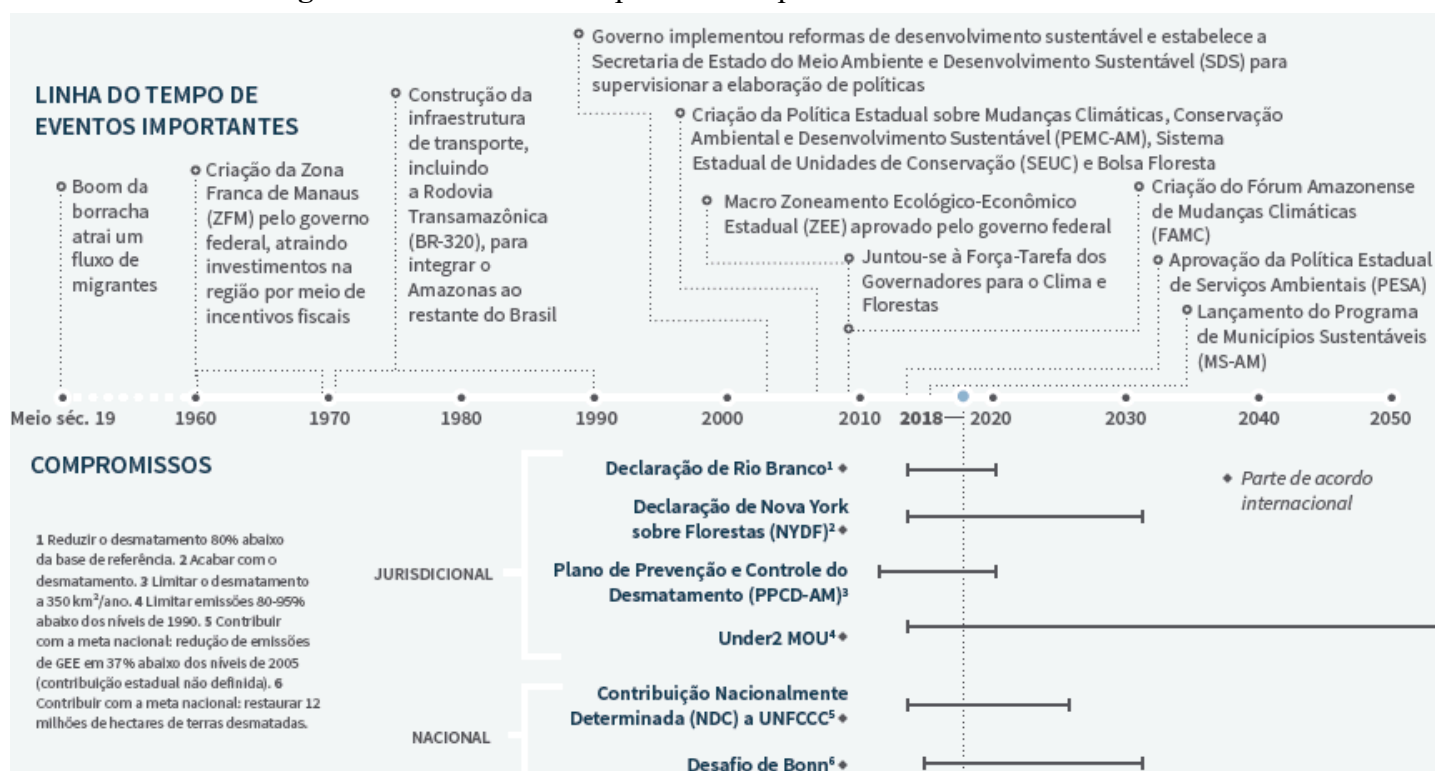
- Notou-se no Estado do Amazonas que os avanços na PEMC e na estrutura inicialmente criada entre 2003 e 2008, foram prejudicados por sucessivas mudanças políticas na administração estadual, ou seja, uma agenda política desfavorável e uma rotatividade política frequente (apesar da estrutura constituída). Com isso, direcionou-se grande parte da atenção e gestão as UC's, com suporte e co-gestao de ONG's e OING's;

- O tempo, a estrutura de governança e as dinâmicas implementadas, fizeram com que fosse constatado a existência mais trabalhos acadêmicos, pesquisas e atores científicos envolvidos e publicando sobre a temática. Ressaltando, IMAFLORA (2015), IDESAM (2012), a própria FAZ (2009, 2010 e 2014), EBCF (2016), CIFOR (2014, 2016), LIMA (2013), CENAMO et al (2010) e SATHLER et al (2015). Todavia, poucos no entendimento e discussão sobre Governança, ressaltando os trabalhos de GEBARA (2014) e MAY et al (2016);

- Acerca do Programa Bolsa Floresta (PBF), sua magnitude alcançou altos níveis de conservação ambiental e inclusão social moderada. Trouxe lições que modificaram as dinâmicas locais, como a transição de algumas comunidades para o sistema de DRBE e conseqüentemente expandindo as possibilidades de PSA. Os desafios do PBF são inúmeros e contínuos e baseiam no monitoramento e fiscalização, em função dos locais remotos e a vasta geografia do estado. Faz-se necessário também a atração de novos e diversificados financiamentos e aportes que discutam e incluam o componente social ainda mais as dinâmicas e processos relacionados as mudanças do clima. Tal como, o PBF necessita articular e se alinhar a políticas estaduais e nacionais, tal qual, o Estado precisa estar mais próximo, atuante e não apenas co-gestor;

- Em uma perspectiva bem mais recente (publicados ao final de 2018 e disponibilizados no início de 2019, o único trabalho mais próximo sobre Governança das mudanças climáticas e mais especificamente através de mecanismos de REDD/REDD+, foi o recente estudo da CIFOR em parceria ao GCF, com CRISOSTOMO et al (2018) que consubstancia uma linha do tempo importante na compreensão da agenda ambiental e de mudanças climáticas do Estado.

Figura 15 – Linha do Tempo e de Compromissos do Estado do Amazonas



Fonte: CRISOSTOMO et al, 2018, p.2

Ainda nesse âmbito, referente aos estados, cabe citar Martins e Ferreira (2010, p.236) que apontam fatores e ambiente a essa atuação de governos estaduais e locais na dinâmica das mudanças do clima, o que fora em grande medida evidenciado no âmbito dos estados do Pará e Amazonas.

Quadro 11 – Fatores para as ações governamentais em mudanças climáticas

Fatores-chave	Ambiente favorável	Obstáculos e barreiras
Recursos e capacidade	Capacidade institucional e financeira. Presença de um empreendedor político. Alocação de recursos financeiros e humanos. Planejamento urbano de longo prazo.	Falta de atenção aos problemas ambientais. Falta de comprometimento dos líderes políticos. Falta de recursos financeiro, humanos e tecnológicos. Visão de curto-prazo.
Conhecimento e informação	Forte estratégia de comunicação. Percepção de vulnerabilidade e forte abordagem de gestão do risco. Forte interface e colaboração entre ciência e tomadores de decisão.	Abordagem do tipo business as usual. Falta de avaliações de risco e vulnerabilidade e baixa compreensão em termos de impactos e extensão das mudanças climáticas. Desencontros entre o conhecimento gerado e a necessidade dos tomadores de decisão.
Instituições e governança	Autoridade para coordenar e regular ações relacionadas às mudanças climáticas. Programas nacionais de apoio a iniciativas locais. Participação em redes transnacionais de cidades. “Boa governança” e estruturas participativas que incentivam e mobilizam diferentes atores.	Falta de autoridade e jurisdição. Falta de apoio nacional e internacional. Baixa coordenação horizontal e vertical entre níveis de governos e políticas públicas. Estruturas de governança pobres e pouco efetivas que não contam com a participação de atores e setores importantes.

Fonte: MARTINS e FERREIRA, 2010, p. 236,

4.3 A Governança climática e os Desafios dos mecanismos de REDD/REDD+ na Amazônia

A dimensão da Amazônia juntamente a emergência no cenário global das mudanças climáticas em curso, tem direcionado inúmeras discussões sobre a conservação, preservação, mitigação e adaptação para a região amazônica como um todo. Todavia, pelo cenário já desenvolvido, somente será possível ser efetivo em políticas, estratégias e mecanismos se for por meio da Governança. Bezerra (2015) incita:

The emergence of an environment agenda in the international sphere with global problems that require global solutions—which implies that local actions are carried out across the world—gave rise to the need of an international structure to coordinate actions. Environmental global governance is the sum of organizations, political instruments, financial mechanisms, rules, proceedings and norms that regulate the process of environmental international protection (Najam et al. 2006). The international environmental governance system is the result of discussions and negotiations that began in 1972 and continue until today. It's essential aim is to improve the environment, which would lead to sustainable development. (BEZERRA, 2015, p.130)

Governança essa, que precisa ser discutida e implementada na região sim, mas com características de participação, cooperação e inclusão de atores em seus distintos níveis, sobretudo, os povos da floresta. Bezerra (2015, p.137) atenua:

Another crucial factor before going into the governance structure of the Amazon is the focus of the conservation efforts. Although it has been well publicized that the deforestation in the Amazon has been decreasing since 2006, this improvement does not necessarily mean that the forest is not being degraded. A forest can be degraded for decades without being deforested. Most of the discussion regarding the Amazon has focused on deforestation, leaving other issues related to the forest, such as degradation and livelihoods of the people in the forest, relegated to a second realm. If we are to achieve a more sustainable use of the forest, these issues have to be addressed. Now that we have established that the governance architecture has not rendered the conservation of the forest, we can look at the origins of the biodiversity governance architecture in Brazil. (BEZERRA, Joana. 2015, p.67)

A presente pesquisa questiona a Governança sobretudo quando ela acaba por abrir ou possibilitar que “todos” os interessados e envolvidos (em qualquer nível) possam participar e adentrar as dinâmicas locais de forma indiscriminada. A atuação internacional na Amazônia precisa ser compreendida e analisada e não apenas receptiva; As ONG's e OING's precisam ser fiscalizadas, auditadas e terem sim, papel de cogestão em atividades relacionadas as mudanças climáticas, desde que o estagio acompanhe e lidere. O publico, o privado e o internacional precisam dialogar não apenas valores financeiros ou crises (que é geralmente quando se senta para conversar/negociar), esses setores precisam compreender e estudar as realidades e traçar possibilidades mensuráveis a dimensão da região amazônica e as demandas das realidades onde serão implementados determinados projetos.

Sem essa compreensão de governança ampla, multi-nível e inclusiva, a mesma será apenas reflexo de processos e reproduções a serviço de um modelo capitalista e colonial. Onde se traz tudo de fora, executa-se, planeja-se, concebe-se, avalia-se e apresenta-se com louvor e características de um salvador programa/projeto, alterando ou emitindo dados, quando não lhe for conveniente. A exemplo, disso, Boaventura de Souza Santos (2010)²⁶ enfatiza que o próprio uso do termo ‘mudança climática’ em substituição à expressão ‘aquecimento global’ (inicialmente mais utilizada) aponta para divergências. Para o autor, “mudanças climáticas” é um termo extremamente vago que não diz as causas estruturantes do problema, fruto do modelo de produção e de bens. Portanto, a Governança não pode estar a serviço das reproduções e construções tradicionais de poder, tão frequentes nas Relações internacionais.

No Século XXI, a Amazônia precisará responder a dois grandes desafios: Ser um provedor de serviços ecossistêmicos para o mundo (e receber o devido pagamento e compensação por isso) e, paralelamente, impulsionar de forma significativa o seu padrão de desenvolvimento e a qualidade de vida dos povos que nela habitam (WHATELY & CAMPANILI. 2013, p.45). Para esse cenário, faz-se necessário agir em vários níveis: na produção (aumento de produtividade e agregação de valor), na geração de conhecimento e em novas formas de gestão e governança. Desafio dado, as estratégias de REDD/REDD+ apontaram no horizonte da sustentabilidade enquanto mecanismos capazes de lidar com os novos padrões de desenvolvimento e com os impactos das mudanças do clima, em curso no planeta e na região, por consequência. Entretanto, Angelsen et al (2013, p.38) discute:

Resumindo, para muitos atores na arena do clima, REDD+ parecia ser a solução ideal. Podia proporcionar redução de emissões rápida e barata e oportunidades favoráveis para todos: grandes transferências para o Sul, compensações baratas para o Norte e financiamento para projetos de conservação e desenvolvimento. Mas à medida que REDD+ começou a ser testado e definido com maior precisão, os problemas começaram a surgir. Enquanto REDD+ permaneceu vago, a ideia podia ser suportada por uma coligação ampla. Mas uma ideia não é eficaz até ser posta em prática e, nessa altura, fortes interesses podem distorcê-la e diluí-la.(ANGELSEN ET AL. 2013, p.38)

Esse debate é extenso e evidenciou-se em parte da pesquisa, o que mais se discute acerca dele: tais estratégias desviam o foco do modelo clássico de produção industrial e consumo desenfreado do Norte e das elites do Sul, principais causadores antropogênicos de tais mudanças do clima e degradação de ecossistemas. Pela manutenção da lógica desenvolvimentista do Norte, se justifica um desenvolvimento sustentável do sul mas sem

²⁶ em palestra realizada durante a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Madre Terra, em abril de 2010, na Bolívia

levar em consideração as reais necessidades, competências e especificidades. A Fundação Heinrich Boll (2015, p.18) traçou essa discussão acerca dos mecanismos de REDD/REDD+ no cenário global a partir de 3 pontos:

Ponto 1: Os projetos de REDD são uma estratégia rentável de redução dos efeitos da mudança climática

Esse ponto foi apresentado no ano de 2006 em um relatório mundialmente famoso chamado *The Economics of Climate Change*, por Nicholas Stern, e em diversas publicações e relatórios produzidos por organizações ambientalistas conservacionistas internacionais. Os argumentos a favor consideram os projetos de REDD como uma oportunidade devido aos baixos custos para proteger as florestas em comparação com os custos de redução de emissões em setores tais como o de energia. Além disso, alguns países em desenvolvimento já têm capacidade institucional e políticas em curso para impedir o desmatamento, por isso os projetos não começariam do zero. Os argumentos contrários dizem que o REDD poderia ser bastante ineficaz porque falha no enfrentamento das principais causas do desmatamento e poderia se tornar bastante caro uma vez que requer muito investimento na capacitação, implementação e em sistemas de monitoramento, reporte e verificação (MRV). Vários projetos-piloto sofreram sérias dificuldades metodológicas relacionadas à falta de base de referência e reduzida contabilidade. Além disso, o REDD mudou o debate na Convenção de clima tirando o foco das emissões produzidas pela queima de combustíveis fósseis em países industrializados, principal causa das mudanças climáticas, os quais não devem ser absolvidos das responsabilidades domésticas sobre o corte de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Ponto 2: O REDD pode fornecer incentivos positivos para o combate ao desmatamento, principalmente por meio do mercado de carbono

Aqueles que promovem o REDD, o veem como um meio de oferecer incentivos positivos como uma nova forma de reduzir o desmatamento e evitar emissões de CO₂ através de pagamentos por ações que impeçam a perda ou degradação florestal, incluindo aí o comércio de carbono, a compensação (offsetting), pagamento por gestão florestal e por serviços ambientais. Os críticos argumentam que o REDD poderá fornecer péssimos incentivos, tais como o estímulo à criação de plantações de árvores como "florestas", e que também poderá criar riscos onde a proteção florestal numa área simplesmente mudaria o desmatamento para outros locais. Outros argumentos contrários apontam que o REDD financiado pelos mercados de carbono e pelas compensações é uma solução falsa à crise climática pelo fato de que aqueles que causam o problema continuarão sem fazer nada para reduzir suas emissões e podem comprar créditos de não emissão a partir de outro país que esteja protegendo suas florestas.

Ponto 3: O REDD proporcionará efeitos ambientais sociais positivos, principalmente para as populações indígenas e comunidades tradicionais

Por um lado, os que defendem afirmam que o REDD oferece a melhor oportunidade no sentido de proporcionar benefícios sociais à populações indígenas e comunidades tradicionais, tais como o aprimoramento da organização e fortalecimento comunitário, promoção dos meios de vida rural e florestal, e criação de acesso às alternativas de crédito e utilização sustentável de terras. Da mesma forma, o REDD proporciona benefícios ecológicos ao mesmo tempo em que conserva recursos hídricos, o solo e a biodiversidade. Por outro lado, os críticos argumentam que o REDD é uma imposição externa com pouca consideração aos direitos das comunidades indígenas, incluindo o consentimento livre, prévio e informado relacionado a tais projetos. Eles afirmam que os/as que serão afetados pelos projetos-piloto de REDD sofrerão impactos imensos em seus modos de vida, devido ao fato de que quando os projetos alcançarem as comunidades poderão mudar a

forma tradicional de cultivo e a identidade dos indígenas, camponeses e população tradicional quando passam a ser identificados como fornecedores de serviço ambiental.

De fato, existem preocupações em relação aos impactos negativos que os pagamentos provenientes do REDD possam ter sobre as pessoas que vivem nas florestas, essencialmente através de um maior enfraquecimento dos direitos sobre suas terras e recursos naturais. Por fim, os críticos sugerem que esses grupos sociais tiveram uma posição secundária nas conferências climáticas internacionais e que suas vozes, a análise das causas do desmatamento e as experiências ancestrais acerca da proteção e restauração das florestas e seus ecossistemas são ignorados. Assim, o debate internacional demonstra que uma solução econômica relativamente simples para enfrentar a crise climática - remuneração para a manutenção das florestas em pé - é muito mais complexa do que aparenta ser num primeiro momento, e que continua bastante polêmica. Todos os argumentos contra o REDD demonstram que a redução das emissões é inseparável das realidades ambientais, econômicas e sociais extremamente complexas das florestas, da população indígena e tradicional e seus territórios. (FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL, 2015, p.18)

Embora alguns pontos possam não ser totalmente justificados, REDD/REDD+ é realmente um paradoxo. Nos últimos anos inúmeros foram os relatos e denúncias de conflitos sociais envolvendo povos indígenas e empresas interessadas em desenvolver projetos de REDD+ em diferentes estados da Amazônia, incluindo o Pará e o Amazonas. Na maioria das vezes, a problemática estava relacionada à falta de assistência adequada às comunidades e populações para que as mesmas pudessem compreender o que estava sendo proposto pelas empresas. Ou seja, não houve um mínimo contato ou aproximação para minimamente explicar e contextualizar o cenário maior da importância da manutenção daquele recurso em pé (IMAZON, 2015, p.43).

Ainda que o atual presidente da República, na companhia e anuência do ministro das Relações Exteriores e até mesmo do ministro do Meio Ambiente (!), além do desmantelamento nas estruturas e avanços ambientais do Brasil, disseminem em suas falas que o aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas são pautas secundárias e que carecem de maior rigor ou comprovação científica, o presente estudo, para além de toda a literatura específica outrora citada e toda discussão feita, segue a linha da existência e urgência na pauta das Mudanças climáticas, onde até mesmo um ilustre ‘outsider’, o físico teórico Stephen Hawking (2018, p.174), contribui ao debate e consubstancia uma das maiores lições em Governança:

Ao mesmo tempo, muitos políticos negam a mudança climática provocada pelo homem, ou ao menos a capacidade do homem de reverter-la, no momento em que nosso mundo enfrenta uma série de crises ambientais. O perigo é que o aquecimento global possa se tornar autossuficiente, caso já não seja. O derretimento das calotas

polares ártica e antártica reduz a fração de energia solar refletida de volta no espaço e aumenta ainda mais a temperatura. A mudança climática pode destruir a Amazônia e outras florestas tropicais, eliminando uma das principais ferramentas para a remoção do dióxido de carbono da atmosfera. A elevação na temperatura do oceano pode provocar a liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono. Ambos os fenômenos aumentariam o efeito-estufa e exacerbariam o aquecimento global, tornando o clima em nosso planeta parecido com o de Vênus: atmosfera escaldante e chuva ácida a uma temperatura de 250°C. A vida humana seria impossível. Precisamos ir além do Protocolo de Kyoto – o acordo internacional adotado em 1997 – e cortar imediatamente as emissões de carbono. Temos a tecnologia. Só precisamos de vontade política. (HAWKING, Stephen. 2018, p.174)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica se firma enquanto pródigo espaço da geração de mitos que oscila entre a noção de santuário ecológico, pulmão à celeiro do Mundo. Tal fato reproduz o círculo vicioso da visão polarizada entre produzir e preservar, como se fosse possível, em pleno século XXI, continuar expandido a atividade agropecuária ou mesmo mineral na região com base na lógica brutal de desmatar e degradar os recursos naturais. Ao mesmo tempo, não se justifica caracterizá-la ou blindá-la enquanto um espaço intocável, um santuário de serviços ecossistêmicos onde toda e qualquer atividade econômica seja amplamente proibida, uma vez que, deste modo ignora-se uma substancial quantidade de amazônidas que na região convivem e resistem, compondo um universo de quase 24 milhões, “somente” na Amazônia legal.

Um dos enfoques da presente tese, foi suscitar e incitar o debate sobre um olhar diferenciado e multinível à região amazônica, um olhar que a enxergue como múltipla e única ao mesmo tempo. Que a identifique como nacional e internacional, ao mesmo tempo; e que a compreenda como rica em biodiversidade e pobre em políticas efetivas que promovam a sustentabilidade. Aliás, discurso de sustentabilidade esse, tão disseminado, polissêmico e que frequentemente é direcionado a Amazônia e suas políticas, com seus programas e projetos. O pensar em Amazônia precisa ser sócio-bio-diverso, pois assim, ela é. De florestas, folhas, carbono, minérios, rios, mas também, de amazônidas, de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, rabetas, palafitas e açai. A biodiversidade ‘sozinha’ não representa a Amazônia, são somente recursos. A composição da região precisa ser sustentável; precisa ser econômica; mas antes disso, ela precisa ser cultural, ancestral e jamais esquecer o social.

A história econômica, social, ecológica da Amazônia nos mostra que no patamar em que a mesma se encontra hoje, sabendo e respeitando a importância dela para o clima local, nacional e global, uma única e possível (ainda que difícil) alternativa e estratégia para a integridade, respeito, preservação e conservação da região, trata-se de um Desenvolvimento Local e Sustentável, com fortes bases nos pilares da sustentabilidade (economicamente viável, socialmente justo, ecologicamente correto e culturalmente aceito), mas compreendendo o local, seus saberes, demandas e limitações. A região não pode passar por novos ciclos de desenvolvimento feitos com projetos encomendados, fechados e sem o mínimo de adaptação à região. A Amazônia é não é só floresta, além dos seus ínfimos átomos e moléculas de biodiversidade, essa floresta é habitada, tem gente, tem possibilidades, tem atividades, tem

pesquisa, tem inovação na floresta! Preservar e conservar a floresta, sem gerar renda à quem vive nela ou arredores, é adiar o desmatamento ilegal ou outras atividades danosas ao meio ambiente.

As Amazônias convivem com uma tradição histórica, representada por meio de 2 pilares coloniais: o papel das elites e as forças políticas. Enraizados em agendas até mais recentes (como a das mudanças climáticas) tais pilares ditam e projetam a região e a compreensão da história da mesma, em especial nas últimas 3 décadas, repletas de constantes narrativas institucionais onde se reforçam, insistem e persistem as diferentes formas de colonialismos e propostas de desenvolvimento e onde também, as dinâmicas de Pará e Amazonas analisadas na presente tese, evidenciaram isso. O papel que as elites tem na compreensão do que é prioritário, do que deve ser investido e das visões de desenvolvimento, ditam e direcionam as políticas, as estratégias e a região em si a muito mais que 3 décadas.

O presente estudo buscou partir do cenário atual do qual emergem na agenda de governança ambiental global, coalizões, redes interconectadas, mecanismos e estratégias como o REDD/REDD+ como formas de inovação em valoração e uso sustentável dos recursos naturais, nesse caso, mais especificamente, das florestas. Dada a presença, atuação, interação dentro daquilo que o presente trabalho denominou de Complexo Climático Amazônico, além da diversidade de atores, agendas e interesses, a pesquisa identificou que existe uma interação evidente entre o público, privado e o internacional, nas dinâmicas relacionadas a questões financeiras, orçamentárias e de crise no âmbito de projetos e programas e essa interação gera uma proximidade à prática do desenvolvimento sustentável, mas com um certo distanciamento das populações locais, não compreensão real das especificidades amazônicas e unicamente visando a valoração das florestas. Por um outro lado, o formato e a efetividade de implementação e gestão das estratégias de REDD e REDD+ diferem do âmbito governamental, para o privado e mesmo com influência internacional, em decorrência dos níveis de interesses, valores e atores envolvidos.

Ficou evidente, sobretudo com o componente internacional e privado frequente, que as políticas e mecanismos de REDD e REDD+ implementados na Amazônia, tendem a afastar os debates sobre a questão do clima global de fóruns e organismos internacionais da causa principal das mudanças climáticas: o uso e a queima intensiva de combustíveis fósseis nos países desenvolvidos e industrializados, em detrimento da preservação das florestas, impondo ou determinando novos padrões de desenvolvimento e preservação. Ou seja, favorece a

manutenção das florestas em pé, mas em detrimento da continuidade agressiva dos padrões de desenvolvimento do norte geopolítico, tal como, impõe no sul restrições, relações e usos direcionados, priorizando o componente ambiental, em detrimento do componente social, tão presente e importante nas dinâmicas da floresta. Ademais, cabe ressaltar o não-alcance e compreensão de um desenvolvimento local sustentável, que acaba sendo sempre a justificativa de projetos e políticas para a região, mas que dificilmente acompanha e lança bases para pensar a sustentabilidade da região em um futuro próximo.

O futuro climático já chegou nas Amazônias e fazendo uso de Robert G.Ingersoll, onde o mesmo expõe: “Na natureza não existem recompensas nem castigos. Existem consequências”, é importante pensar que a *Bréa-Epoque* em que vivemos hoje e discutida na presente tese, é consequência de dinâmicas, usos e intensa exploração da região, onde fazendo um paralelo, o trabalho buscou relacionar. A Amazônia de varias colonialidades, narrativas institucionais, processos, projetos e visões de desenvolvimento se apresenta no cenário atual enquanto um espaço de profícuas reflexões e interações de múltiplos atores em distintos níveis, conforme o presente trabalho apresentou, todavia, sem o conjugar correto das dimensões, proporções e significados que a região precisa (e merece). Ou seja, um desenvolvimento falho, retrogrado, de bases coloniais e extrativistas, com vistas a mercados exploratórios (como o Chinês) e de dinâmicas inadequadas (como a da soja), e que tem nas mudanças do clima, uma pauta além de secundaria.

As varias elites, projetos desenvolvimentistas e forcas políticas históricas na região, somente consubstanciaram as varias colonialidades que exaltaram e ressaltaram a Amazônia ao longo de sua história pelo potencial econômico em detrimento do seu grande potencial ambiental, desde níveis moleculares, minerais e passando pelas riquezas naturais mais visíveis, como as imponentes arvores desta imensa floresta. Todavia, esse potencial econômico pode e necessita ser direcionado e ampliado para perspectivas onde a ciência e tecnologia possibilitem a mitigação dos impactos exploratórios da região, em prol, de um Desenvolvimento local sustentável, assistido e participativo pelas esferas sociais.

As mudanças climáticas em curso no planeta, tornam a discussão de uma agenda ambiental global algo mais frequente e urgente. Afinal, os efeitos atingem a todos, indiscriminadamente. O Global e o Local, nessa agenda, se encontram frequentemente e de forma drástica as vezes. Por isso, da Amazônia para o Mundo, o trabalho reforça e consubstancia que os impactos antropogênicos, o aquecimento global e as mudanças do clima

são uma realidade na região, que paradoxalmente sofre múltiplas vezes. Sofre sua biodiversidade, sofre a sua sociedade, sofre pela devastação e degradação causada nela; e Sofre pelos efeitos globais e irreversíveis. Negar o avanço do aquecimento global e suas consequentes mudanças climáticas, é autorizar e contribuir para o avanço e intensificação de uma agenda insustentável desenvolvimento, agenda essa, que sempre prevaleceu na região amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, DS. Introdução. In: **Recuperação ambiental da Mata Atlântica** [online]. 3rd ed. rev. and enl. Ilhéus, BA: Editus, 2016, pp. 10-15. ISBN 978-85-7455-440-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>> Acesso: 03 de Out 2017
- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / FUA, 2008.
- ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA. **Release do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta**. Documento eletrônico. Brasília, 2007
Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/4338-ii-encontro-nacional-dos-povos-das-florestas-inicia-nesta-tercafeira>> Acesso: 11 abr 2019.
- AMARANTE, Caroline Bastos do. **REDD+ no Estado do Pará: a política ambiental climática paraense no contexto nacional e internacional** / Caroline Bastos do Amarante; Orientadora: Maria de Lourdes Pinheiro Ruivo - 2013. Dissertação (mestrado em ciências ambientais) – Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2013. Disponível em:
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6384/1/Dissertacao_REDDEstadoPara.pdf>
Acesso: 14 mai 2019.
- ANDRADE, Helenice. **Mapeamento das políticas estaduais de adaptação das cidades as mudanças climáticas no Brasil**. Revista Geografia acadêmica. v.11. n.2., 2017. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/rga/article/view/4358>> Acesso: 11 mar 2019
- ANDRADE, W. **Indicadores de sustentabilidade como ferramentas para a implantação de projetos REDD: uma proposta ao Estado do Pará**. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ANTONI, Giorgi. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia**. Ambiente & Sociedade. V.XIII, n.2, p.299-313. Campinas, 2010
- ANGELSEN, A. BROCKHAUS, M., SUNDERLIN, W.D. e VERCHOT, L.V. (eds) 2013 **Análise de REDD+: Desafios e escolhas**. CIFOR, Bogor, Indonésia, 2013. Disponível em: <www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BAngelsen1304.pdf>. Acesso: 03 de Out 2018.
- AVANT, Deborah D, FINNEMORE, Martha, and SELL, Susan K. **Who Governs the Globe?** eds. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BARCELLOS, Christovam; HACON, Sandra de Souza. **Um grau e meio. E daí?**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, e00212315, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000300301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

BARRETO, P. & ARAÚJO, E.. **O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento?** 1º ed. Imazon: Belém. 2012. Disponível em: <<https://imazon.org.br/publicacoes/1884-2/>> Acesso: 15 mai 2019

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T.. **Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate.** Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 11 Jul 2015.

BARROS-PLATIAU, Ana F. **Política Externa Ambiental: do Desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável.** In Relações internacionais do Brasil: Temas e Agendas, v.2, ALTEMANI, H; LESSA, A.(ORG). São Paulo: Saraiva, 2006.

BELINI, Leandro. **Mudanças climáticas e Relações internacionais.** II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. Anais do encontro. São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/luciano_belini.pdf> Acesso: 24 de Jan 2015

BENTES, Rosineide. **A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia.** Estud. av., São Paulo , v. 19, n. 54, p. 225-240, Aug. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Nov. 2017

BECK, Ulrich. **O Que é Globalização?** Paz e Terra, 282 p. São Paulo: 1999

BECKER, Bertha K. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia.** *Cadernos NADIAM*, Brasília, MMA, 1999.

BECKER, Bertha K.. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BECKER, B. K. **A Urbe Amazônida.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazonia.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazonia: A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, B. K. **Redefinindo a Amazônia:** o vetor tecno-ecológico. In. CASTRO, I. E. de et. al. Brasil: questões atuais da reorganização do território (org.). – 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BEZERRA, Joanna. **The Brazilian Amazon: Politics, Science and International Relations in the History of the Forest.** New York, Springer, 2015, ISBN 978-3-319-23030-6.

BONZI, Ramón. S. **Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo.** In **Desenvolvimento e Meio ambiente.** N.28, p.207-215. Editora UFPR, Curitiba, 2013.

BOURDIEU, Pierre . **A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. pp.107-32.

BRASIL. Decreto nº 2.652, de 01 de julho de 1998. **Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992. In: SENADO FEDERAL (Ed.). Protocolo de Quioto e legislação correlata. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2004. p. 65-88. (Coleção Ambiental, 3).

BRANDAO, F., C. CHAN, T. MOREIRA, F. FONSECA, D. MCGRATH. 2018. “Pará, Brasil” em C. Stickler *et al.* (Eds.), **O Estado do Sustentabilidade Jurisdicional**. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF, 2018. Disponível em: <https://earthinnovation.org/wp-content/uploads/2018/09/profiles_led/SJS_Profiles_PT/Perfil_PARÁ_Brandão_2018_PT.pdf> Acesso em: 30 Mai 2019

BRIANEZI, T. S. . **O Amazonas na arena internacional da mitigação da mudança climática: mecanismos de mercado em pauta**. In: V ENANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais da ANPPAS, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT7-30-12-20100813113317.pdf>> Acesso: 15 abr 2019

BURCH, Darrell et al, "**Total Absorptance of Carbon Dioxide in the Infrared**" Appl. Opt. 1, 759-765 (1962). Disponível em: <<https://www.osapublishing.org/ao/abstract.cfm?uri=ao-1-6-759>> Acesso: 11/11/2018

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. Brasília, IPRI – Ed. UnB. 2002

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Caderno CRH (Online), v. 25, p. 45-62, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; CAMPOS, I. (Org.) . **Formação socioeconômica da Amazônia**. 1. ed. Belem: Editora NAEA/UFPA, 2016. v. 1. 640p .

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; FIGUEIREDO, Sílvia Lima (Org.) . **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. 1. ed. Belém: Editora NAEA/UFPA, 2014. v. 3. 418p .

CASTRO, Edna Maria Ramos de.. **Cidades na Floresta**. 1. ed. São Paulo/Belém: Annablume/NAEA-UFPA, 2009. v. 1. 1p

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; PINTON, F. . **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. BELEM: CEJUP, 1997. 395p .

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CASTRO, Thales de. **Mudanças climáticas e seus impactos nas relações econômicas internacionais**. Cadernos Adenauer, XIII, No.1, 2012. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/7341-1442-5-30.pdf>> Acesso: 11/11/2017

CARR, E.H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2.ed. Brasília: UNB, 2001.

CARPENTER, S.R.; FISHER, S.G.; GRIMM, N.B.; KITCHELL, J.F. **Global change and freshwater ecosystems**. *Annual Reviews Ecology and Systematics*, v. 23, p. 119-139, 1992.

CENAMO, Mariano; PAVAN, Mariana N.; BARROS, Ana C.; CARVALHO, Fernanda. **Guia sobre projetos REDD+ na América Latina**. IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas/ The Nature Conservancy. 2010. Manaus, Brasil. 96 PG. Disponível em: < <https://idesam.org/publicacao/Guia-Projetos-REDD-America-Latina.pdf>> Acesso: 11 mai 2019

CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD**. – 2ª Edição– Brasília, DF : 2011.

CENTRO DE GESTAO E ESTUDOS ESTRATEGICOS, CGEE; INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZONIA, IPAM. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD**. – 3ª Edição – Brasília, DF : Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vanarousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-assuntos-estrategicos/redd-no-brasil-um-enfoque-amazonico/@@download/file/REDD-no-Brasil-2a-edicao.pdf>> Acesso: 10 fev 2019

CRISOSTOMO, A.C. ; A.E. DUCHELLE, M. CROMBERG. 2018. “Amazonas, Brazil” em C. Stickler *et al.* (Eds.), **O Estado de Sustentabilidade Jurisdicional**. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF. Disponível em: <https://earthinnovation.org/wp-content/uploads/2018/09/profiles_led/SJS_Profiles_PT/Perfil_AMAZONAS_Crisostomo_2018_PT.pdf> Acesso 30 Mai 2019

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE (CGG). **Our global neighborhoods: the Report of the Commission on Global Governance**. London, Oxford University Press, 1995.

COSTA, Francisco. A. **A Brief Economic History of the Amazon: 1720-1970**. 1. ed. New Castle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2019. v. 1. 348p .

COSTA, Francisco. A. **Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade**. 1. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012. v. 1. 468p .

COSTA, Francisco. A. (Org.) Becker, B. K. (Org.) ; Costa, W. M. (Org.) . **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. v. 1. 425p .

COSTA, Francisco. **A Grande Capital e Agricultura na Amazônia**. 1. ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1993. v. 1. 163p .

COSTA, Francisco. **A Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. 1. ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1992. v. 1. 87p .

COSTA, Jodival Mauricio; FLEURY, Marie-Francoise. **O programa “municípios verdes”**: estratégias de revalorização do espaço em municípios paraenses. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XVIII, n. 2 n p. 61-76 n abr.-jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n2/pt_1414-753X-asoc-18-02-00059.pdf> Acesso em: 14 mai 2019.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP. 2008

COX, P.M.; BETTS, R. A.; COLLINS, M.; HARRIS, P. P.; HUNTINGFORD, C.; JONES, C. D.. **Amazonian forest dieback under climate-carbon cycle projections for the 21** *Theoretical and Applied Climatology*, v. 78, p. 137-156, 2004.

CRAMER W.; BONDEAU, A.; SCHAPHOFF, S.; LUCHT, W.; SMITH, B.; SITCH, S. **Tropical forests and the global carbon cycle**: impacts of atmospheric carbon dioxide, climate change and rate of deforestation. *Biological Sciences*, V. 359 n° 1443, p 331-343, 2004.

CUNHA, Euclides. **Um Paraíso Perdido**: Ensaios, Estudos e Pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização, Introdução e Notas de Leandro Tocantins. 2 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 280 p.

DA SILVA, Alberto Teixeira. **Relações Internacionais e Meio Ambiente: Construindo uma agenda de Governança Policêntrica**. Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT14.html Acesso: 11 / 05 / 2012.

DA SILVA, Alberto Teixeira. **Amazônia na agenda ambiental global**. NUMA/UFPA, Belém. 265 p. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, **Decreto nº 1.900, de 22 de setembro de 2009**: instituição do fórum paraense de mudanças climáticas. Imprensa oficial do Estado do Pará. No.31.551, Belém, 2009. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/pages/2009/2009.09.24.DOE.pdf>> Acesso: 15 mai 2019.

EBCF, Empresa Brasileira de Conservação Florestal. **Projeto do Amazon Rio REDD+IFM redução de emissões de GEE pela degradação evitada**. Relatório organizado por EBCF, CO2, ORIGINAL TRADE. 2016. Disponível em: <<https://www.vcsprojectdatabase.org/services/publicViewServices/downloadDocumentById/25283>> Acesso: 20 abr 2019.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. FAS. **Relatório de Gestão 2009**. Manaus: FAS, 2009.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, FAS. **Projeto REDD+ RDS JUMA**. Site institucional, 2010. Disponível em: < <http://fas-amazonas.org/projeto-rds-do-juma/projeto-de-redd-da-rds-do-juma/>> Acesso: 10 jan 2019

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, FAS . **Perguntas e Respostas sobre a FAS**. Site institucional, 2014. Disponível em: < <http://fas-amazonas.org/a-fas/perguntas-e-respostas/>> Acesso em 05 mai 2019.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, FAS. **FAS repudia denúncia falsa sobre Bolsa Floresta**. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org/pt/noticia/FAS-repudia-denncia-falsa-do-GTA>> Acessado em: 15/04/2018.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, FAS, **Relatório de atividades 2017 / Fundação Amazonas Sustentável**. – Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2018. ISSN: 2319-0787. 158 p. : il. Disponível em: < <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2018/06/Projeto-Relatório-2017-FAS.pdf>> Acesso: 05 mai 2019

FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL, HBS. **O complexo debate internacional sobre o REDD**. Site institucional. Publicado em 30 nov 2015. Disponível em: < <https://terradireitos.org.br/noticias/noticias/hbs-o-complexo-debate-internacional-sobre-o-redd/19293>> Acesso: 11 abr 2019

FEARNSIDE, P. M. . **Environmental services as a strategy for sustainable development in rural Amazonia**. Ecological Economics, 20(1): 53-70, 1997.

FEARNSIDE, PHILIP M. **Environmental policy in Brazilian Amazonia: Lessons from recent history**. Revista Novos Cadernos NAEA, v. 19, p. 27-46, 2016/a.

FEARNSIDE, P. M.. **Brazilian politics threaten environmental policies**. Science (New York, N.Y.) v. 353, p. 746-748, 2016/b.

FEARNSIDE, P. M. **Pesquisa sobre conservação na Amazônia brasileira e a sua contribuição para a manutenção da biodiversidade e uso sustentável das florestas tropicais**. In: I.C.G. Vieira,; M.A.G. Jardim; E.J.P. da Rocha. (Org.). *Amazônia em Tempo: Estudos Climáticos e Socioambientais*. 1ed.Belém: Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi & Embrapa Amazônia Oriental, 2015, v. 1, p. 21-49.

FEARNSIDE, P. M.. **Climate change and the Amazon: Tropical dams emit greenhouse gases**. Revista (Cambridge, Mass.), v. 12, p. 30-31, 2013.

FEARNSIDE, PHILIP M.. **Consequências do desmatamento da Amazônia**. Scientific American Brasil, v. 2010, p. 54-59, 2010.

FEARNSIDE, PHILIP M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. 1. ed. Manaus: Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, 2003. v. 1. 134p .

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEBARA, M.F. 2014. **Sustainable Landscapes Program in Sao Felix do Xingu**, in: REDD+ on the Ground (eds E.O. Sills, S. Atmadja, C. de Sassi, A. Duchelle, D. Kweka, I.A.

Pradnja Resosudarmo and W.D. Sunderlin), CIFOR, Bogor, Indonesia. Disponível em: <<https://www.cifor.org/redd-case-book/case-reports/brazil/sustainable-landscapes-pilot-program-sao-felix-xingu-brazil/>> Acesso: 14 abr 2019

GCF - Força Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas. **Proposta de alocação das reduções de emissões “U-REDD” nos estados brasileiros membros do GCF**. 2a Edição - Revista e Atualizada. / organizado por Mariano C. Cenamo; Pedro G. Soares; Junia Karst. - Manaus: IDESAM, 2014.

GEMMILL, B.; BAMIDELE-IZU, A. **O papel das ONGS e da sociedade civil na governança ambiental global**. In: ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. Governança ambiental global: opções e oportunidades. São Paulo: Senac São Paulo, 2005. p. 89-113.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GLYCERIO, Carolina. **Amazônia já está “internacionalizada”, dizem ONGs**. 2008. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080610_amazoniainternacionalizacaocg.shtml> Acesso em 11 Jun 2018

GREVI, Giovanni. **The inter-polar world: new scenario**. Occasional Paper EUISS, vol.79, p.44. 2009. Disponível em: <<http://www.iss.europa.eu/uploads/media/op79.pdf>> Acesso: 07 Jul 2015

GREENPEACE, **Moratória da Soja é renovada por tempo indeterminado**. Site de internet. 2016. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/moratoria-da-soja-e-renovada-por-tempo-indeterminado/>> Acesso: 11 abr 2019

GROVE, R. **Green imperialism: colonial expansion, tropical Island Edens and the origins of environmentalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GUIMARÃES, Jayne. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade** / Jayne Guimarães; Adalberto Veríssimo; Paulo Amaral; Adnan Demachki – Belém, PA: Imazon, 2011. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/GUIA_MUNICIPIOSVERDES.pdf> Acesso: 10 abr 2019

GUPTA, Joyeeta; GRIJP, Nicolien Van der; KUIK Onna. **Climate Change, Forests and REDD**. Lessons for Institutional Design. New York: Routledge, 2013

HAASS, Richard N. **The age of nonpolarity**. Foreign Affairs, vol.87, p. 44-56, 13p. May/Jun, 2008. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2008-05-03/age-nonpolarity>> Acesso: 07 Jul 2015.

HADDAD, Marcelo Hector Sabbagh. **Análise dos mecanismos REDD+ e seus benefícios no Brasil: um estudo de caso na Ilha do Marajó – PA, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Área de concentração: Mitigação de Impactos Ambientais. São Paulo, 2013. 138p. Disponível em: <<https://carbonosustentavelbrasil.files.wordpress.com/2013/09/dissertac3a7c3a3o-marcelo-h-s-haddad.pdf>> Acesso: 14 mai 2019.

- HARDIN, Garrett. 1968. **The Tragedy of the Commons**. *Science*. 162:1243-1248. Acessível do site da Science, <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf>> Acesso: 11/11/2017
- HARRIES, John E. et al. **Increases in greenhouse forcing inferred from the outgoing longwave radiation spectra of the Earth in 1970 and 1997**. *Nature*. volume 410, pages 355–357, 2001. Disponível em: < <https://www.nature.com/articles/35066553>> Acesso: 11/11/2018
- HAWKING, Stephen, 1942-2018. **Breves respostas para grandes questões** / Stephen Hawking; tradução Cássio de Arantes Leite. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. 256 p. : il. ; 21 cm. ISBN 978-85-510-0431-9
- HELD, David; McGREW, A. **Prós e contras da globalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- HIRALDO, R., & TANNER, T. **The global political economy of REDD+** . Engaging social dimensions in the emerging green economy (Occasional Paper 4). Geneva: United Nations Institute for Social Development (UNRISD) & Freidrich Ebert Stiftung, 2011. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/137417/Hiraldo-Tanner.pdf>> Acesso: 11 may 2019
- HERZBERG, G.; **Rotation-Vibration Spectra of Diatomic and Simple Polyatomic Molecules with Long Absorbing PathsXI. The Spectrum of Carbon Dioxide (Co₂) below 1.25μ*,**" *J. Opt. Soc. Am.* 43, 1037-1044 (1953). Disponível em: < <https://www.osapublishing.org/josa/abstract.cfm?uri=josa-43-11-1037>> Acesso: 11/11/2018
- HUBER, Markus; KNUTTI, Reto. Anthropogenic and natural warming inferred from changes in Earth's energy balance. *Nature Geoscience* volume 5, pages 31–36, 2012. Disponível em: < <https://www.nature.com/articles/ngeo1327>> Acesso: 11/11/2018
- HULME, M. **Why we disagree about climate change: understanding controversy, inaction and opportunity**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2009. 392 p.
- KEOHANE, Robert O., OSTROM, Elinor. **LOCAL COMMONS AND GLOBAL INTERDEPENDENCE: Heterogeneity and Cooperation in two Domains**. Center for International Affairs, Harvard University: Sage Publications, 1995
- KEOHANE, Robert. O.; NYE Junior, Joseph. S. **Power and Interdependence**, 2. ed. [s.l]: Harper Collins Publishers, 1989
- KRAUTHAMMER, Charles. **The unipolar moment**. *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 1, pp. 23-33, 1990. Published by: Council on Foreign Relations. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20044692>> Acesso em: 18/01/2019
- JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais**. Antonio C Lessa, Henrique A.Oliveira (coord). São Paulo: Saraiva, 2013.
- IBGE. **Estados**. 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11 mar. 2019.

IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **REDD+ nos estados da Amazônia**: Mapeamento de iniciativas e desafios para integração com a estratégia brasileira. 2ª ed. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/images/central-de-midia/pdf/artigos/redd-estados-amazonia-mapeamento.pdf>> Acesso: 11 nov 2018.

IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **O Fórum Amazônico de Mudanças climáticas – FAMC**. Notícia de site, 2013. Disponível em: <<https://idesam.org/forum-amazonense-de-mudancas-climaticas-famc-2/>> Acesso: 11 mai 2019.

IGBP, International Geosphere Biosphere Program. **Recomendações para a Rio+20: riscos interconectados e soluções para um planeta sob pressão**. IGBP-INPE-INCT, Londres: 2012. Disponível em: <http://www.inpe.br/igbp/arquivos/InterconIssues_FINAL_LR-portugues.pdf> Acesso: 11/11/2017

IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Pará** / organizadores, Antônio José da Silva Sousa ... [et al]. – Belém, PA: Imazon, 2015. Disponível em: <https://k6f2r3a6.stackpathcdn.com/wp-content/uploads/2015/10/Forum_climaPara_04mar2019_web.pdf> Acesso: 03 mar 2019

IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Potencial Econômico nas Florestas Estaduais da Calha Norte**. 2012. Site institucional. Disponível em: <<https://imazon.org.br/potencial-economico-nas-florestas-estaduais-da-calha-norte/>> Acesso: 14 abr 2019

IMAFLOA. **REDD+ no Brasil**: status das salvaguardas socioambientais em políticas públicas e projetos privados / Bruno Brazil, Junia Karst, Marina Piatto, Mauricio Voivodic – Piracicaba, SP/ Imaflora, 2015. 83 p.

INOUE, Cristina. **Governance of global climate change in the Brazilian Amazon: the case of Amazonian municipalities of Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol 55, special edition, 2012, pp. 170-189

INOUE, Cristina. 2016. **Governança global do clima: proposta de um marco analítico em construção**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 91-117. Disponível em <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/242/300>> Acesso: 11 nov 2018

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **GCF – Fórum Global dos Governadores para Clima e Floresta**. 2011 Disponível em: <<https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/gcf-forum-global-dos-governadores-para-clima-e-floresta/>> Acesso: 11 mai 2019

IPCC, Summary for policymakers. In: SOLOMON, S. et al. (Ed.). **Climate change 2007: the physical science basis; contribution of WorkingGroup I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge (UK) and New York: Cambridge University Press, 2007a, p. 1-18. Disponível em: http://ipcc-wg1.ucar.edu/wg1/Report/AR4WG1_Pub_SPM-v2.pdf. Acesso em: 28 jun. 2018.

IPCC, **Climate change 2001: the scientific basis**. New York: Cambridge University Press, 2001a. p. 1-20. Disponível em: http://www.grida.no/climate/ipcc_tar/wg1/pdf/WG1_TARFRONT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2018.

IPCC, **Climate change 2013: the physical science basis**. In: Stocker, T. F. et al. (Ed.). Contribution of workinggroup 1 to the fifth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>>. Acesso em: 10 jun. 2018

IPCC. (2007) **Climate change: The Physical Science Basis**. Summary for Policymakers. Paris.

JONES, C. D.; COX, P. M.; ESSERY, R. L. H.; ROBERTS, D. L.; WOODAGE, M.J. **Strong carbon cycle feedbacks in a climate model with interactive CO₂ and sulphate aerosols**. Geophysical Research Letters, v. 30, n° 9, p. 1479, 2003.

LAKE, P.S.; PALMER, M.A.; BIRO, P.; COLE, J.; COVICH, A.P.; DAHM, C.; GIBERT, J.; GOEDKOOP, W.; MARTENS, K.. VERHOEVEN, J. **Global change and the biodiversity of freshwater ecosystems: impacts on linkages between above-sediment and sediment biota**. Bio Science, V. 50, n° 12, p. 1099-1107, 2000.

LANG, Chris. **The Nature Conservancy em São Félix do Xingu, Brasil: “desigualdade social cada vez maior”**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais – WRM. Publicado em 27 nov, 2015. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/the-nature-conservancy-em-sao-felix-do-xingu-brasil-desigualdade-social-cada-vez-maior/>> Acesso: 11 mai 2019

LATINI O.A.; PETRERE M.JR. 2004. **Redution of a native fish fauna by alien species: an example from Braslian fresh-water tropical lakes**. Fish Management Ecology 11(2):71-79.

LIESHOUT, M.V.; KOVATS, R.S.; LIVERMORE, M.T.J.; MARTENS, P. **Climate change and malaria: analysis of the SRES climate and socio-economic scenarios**. Global Environmental Change, v. 14, n. 1, p. 87-99, 2004.

LEAR, Linda. Introdução. In: CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social**. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Fev 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200004>.

LIMA *et al* . **Local preferences for REDD+ payment formats in Brazil: The Bolsa Floresta Programme, RDS Rio Negro**. 2013. Disponível em: < <https://pubs.iied.org/pdfs/G03765.pdf> > Acesso: 11 mai 2019.

LOHMANN, Larry. **O mercado de carbono: semeando mais problemas. Movimento tropical pelas florestas tropicais**. Ed.1. Montevideo, 1999. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/files/2002/12/O_mercado_de_carbono.pdf> Acesso: 11/11/2018

LORENZETTI, Julia Vaz; CARRION, Rosinha Machado. **Governança ambiental global: atores e cenários**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 721-735, Sept. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000300014>.

LOVELOCK, James. **A Vingança de Gaia**. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro. 2001

LOVELOCK, James. **Entrevista com o autor: Gaia de James Lovelock**. Instituto Jatobás: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.institutojatobas.org.br/mkt/top50/capitulos/Top50_cap8_Lovelock.pdf> Acesso: 11/11/2017

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento**. Revista Direito GV, v. 8, p. 527-552, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: possibilidades de um desenvolvimento sustentável num mundo globalizado**. Novos Cadernos NAEA, v. 5, p. 155-181, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos**, um futuro a (re)construir. Revista Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 1, p. 107-121, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais**. 1. ed. Belém: Cultura Brasil, 2015. v. 1. 335p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992. 367p

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, Bandidos e heróis**. Belém: CEJUP, 1997. 454p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **The Amazon before the Brazilian environmental issue**. In: Liz-Rejane Issberner and Philippe Léna. (Org.). Brazil in the Anthropocene. 1ed. Abingdon: Routledge, 2017, v. 1, p. 62-81.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernização às avessas**. In: Maria José Jackson Costa. (Org.). Sociologia na Amazônia: Debates Teóricos e Experiências de Pesquisa. 1ªed. Belém: EDUFPA, 2001, v. , p. 47-70.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. **A paradiplomacia financeira no Brasil da república velha, 1890-1930**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, DF v. 55, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MADEIRA, W. V. . **Plano Amazônia Sustentável (PAS): sustentabilidade para quem?**. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012, Belém/PA. Anais do VI Encontro Nacional da

ANPPAS, 2012. v. 1. Disponível em: <
<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT14-192-502-20120630223821.pdf>> Acesso: 11 fev 2019

MAUAD, Ana C.E. **Governança global: intersecções com paradiplomacia em meio à crise climática.** In Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, São Paulo, n. 78, 2º vol. 2014. Disponível em: < <http://anpocs.com/index.php/bib-es-2/bib-78>>. Acesso: 11 jan 2019

MARIN, Rosa E. A.; HÉBETTE, Jean . **Cruzando a Fronteira: 30 anos do estudo do campesinato na Amazônia.** 1a. ed. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2004. v. I. 373p .

MARIN, Rosa E. A.; CASTRO, Edna Maria Ramos de . **Some other Amazonians: Perspectives on Modern Amazonia.** Londres: Institute for the Study of the Americas, 2004. v. 1. 211p .

MARIN, Rosa E. A.; CASTRO, E. (Org.) . **Amazônia em tempo de transição.** Belém: UNAMAZ, 1989.

MARENGO, J.A. Use of regional climate models in impacts assessments and adaptation studies from continental to regional and local scales. **The CREAS (Cenários Climáticos Regionalizados de Mudanças de Clima para a América do Sul) initiative in South América.** In: DIAS, P.L.S.; RIBEIRO, W.C.; NUNES, L.H. (Eds.). A Contribution to understanding the regional impacts of global change in South America. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007a. p. 9-19.

MARTINS, Rafael D'Almeida; FERREIRA, Leila da Costa. **Oportunidades e barreiras para políticas locais e subnacionais de enfrentamento das mudanças climáticas em áreas urbanas: evidências de diferentes contextos.** Ambient. soc., Campinas , v. 13, n. 2, p. 223-242, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 07 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200002>.

MILES, L.; GRAINGER, A.; PHILLIPS, O. **The impact of global climate change on tropical biodiversity in Amazonia.** Global Ecology and Biogeography, v. 13, p. 553-565, 2004.

MOREIRA, C.J.E. **Rainfall and flooding in the Guayas river basin and its effects on the incidence of malaria 1982–1985.** Disasters, v. 10, nº 2, p. 107-111, 1986.

HIGGINS, P.A.T. **Biodiversity loss under existing land use and climate change: an illustration using northern South America.** Global Ecology and Biogeography, V. 16, n. 2, p. 197-204, 2007.

MAY, P.; MILLIKAN, B.; GEBARA, M. **Contexto de REDD+ no Brasil: determinantes, agentes e instituições.** CIFOR Occasional Paper, 2016. 3ª edição revisada. 84 p. Disponível em: <[http://www.cifor.org/library/3636/o-contexto-de-redd-no-brasil-determinantes-atores-e-institui coes/](http://www.cifor.org/library/3636/o-contexto-de-redd-no-brasil-determinantes-atores-e-institui-coes/)> Acesso em: 11 nov 2018

McGRATH, David. **Biosfera ou biodiversidade**. In: XIMENES, T. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: UFPA. 1997. p. 33-70.

MENDES, Armando D. MENEZES, A. V. C.; DUARTE, C. S. M. **Linhas de ação para a valorização econômica da Amazônia**. In: *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*. Belém, 1 (1), p. 15-44, abr, 1963a.

MENDES, Armando D. **Uma nova política de valorização da Amazônia**. In: *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*. Belém, 1 (2), p. 147-156, out, 1963b.

MENDES, Armando D. **A invenção da Amazônia**: alinhavos para uma história de futuro. 3ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MENDES, Armando D. **Os investimentos privados e a política financeira do governo**. In: *Problemática da Amazônia*. Biblioteca do Exército: publicação 415, vol. 90, 1971.

MENDES, Armando D. **A casa e suas raízes**: ensaios sobre ecologia, Economia e “ecomenia”. Belém: Cejup, 1996.

MENDONÇA, F. & DANNI-OLIVEIRA, I.M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2007. ISBN: 978-85-86238-54-3

MORENO, Camila. SPEICH, Daniel and FUHR, Lili. **Carbon Metrics – Global abstractions and ecological** Edited by the Heinrich Böll Foundation Publication Series Ecology, Volume 42. Disponível em: < <http://ires.ubc.ca/2015/11/12/discussion-on-carbon-metrics-and-economic-valuation-of-nature/>> Acesso em: 19 Mar 2016

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**. *A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumerá, 1992.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Sítio sobre Conferência das Partes**, 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>> acesso: 11/11/2017.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **MMA divulga lista dos municípios que mais desmataram em 2007**, sítio institucional. 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/4590-mmadivulga-lista-dos-municipios-que-mais-desmataram-em-2007>> Acesso: 25 mai 2019

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores**, sítio institucional. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/5344-mais-sete-municipios-na-lista-dos-maiores-desmatadores>> Acesso: 25 mai 2019

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Lista dos municípios prioritários contra o desmatamento, sítio institucional**. 2017. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/8645-lista-de-munic%C3%ADpios-priorit%C3%A1rios-da-amaz%C3%B4nia>> Acesso: 25 mai 2019

MPF, Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **Acordo define metas para a sustentabilidade na cadeia produtiva de grãos no Pará.** Sítio de internet. Publicado em: 14/08/2014. Disponível em: < <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/acordo-define-metas-para-a-sustentabilidade-na-cadeia-produtiva-de-graos-no-para>> Acesso: 11 abr 2019

MPF, Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **Siderurgia – MPF faz balanço de atuação.** Sítio de internet. Publicado em: 10/06/2015. Disponível em: < <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/siderurgia-2013-mpf-faz-balanco-de-atuacao-e-alerta-que-interrupcao-das-atividades-e-embargo-por-descumprimento-de-tac-nao-livram-siderurgicas-do-para-de-repor-danos-ambientais>> Acesso: 11 abr 2019

MPF, Ministério Público Federal. **Protocolo Verde dos Grãos.** 2017 Diretrizes para a safra 2017-2018. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/protocolo-verde-dos-graos-diretrizes-para-a-safra-2017-2018/>> Acesso: 17 abr 2019

MOUTINHO, Paulo; SCHWARTZMAN, Stephan. **Tropical Deforestation and Climate Change.** Belém: IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Environmental Defense, Washington, DC, 2005. 131p.

MOTA, José Aroudo; GAZONI, Jeferson; GOÉS, Geraldo Sandoval. **Economia das mudanças climáticas.** Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos – DIRUR-IPEA, 2008. Disponível em: < www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/proclima/file/publicacoes/politica_economia/portugues/economia_mudancas_climaticas.pdf> Acesso em: 11 nov 2018

NAJAM, Adil; PAPA, Mihaela; TAIYAB, Nadaa. **Global Environmental Governance: a reform agenda.** Winnipeg: IISD, 2006

NEPSTAD, D.; CARVALHO, G.; BARROS, A.C.; ALENCAR, A.; CAPOBIANCO, J.P.; BISHOP, J.; MOUTINHO, P.; LEFEBVRE, P.; LOPES SILVA JR., U.; PRINS, E. **Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests.** *Forest Ecology and Management*, v. 154, n° 3, p. 395-407, 2001.

NEPSTAD, Daniel. C. Lewis, S. L. ; Brando, P. M. ; Phillips, O. L. ; van der Heijden, G. M. F. ; . **The 2010 Amazon Drought.** *Science (New York, N.Y.)* v. 331, p. 554-554, 2011/a.

NEPSTAD, Daniel; McGRATH, DAVID G. ; SOARES-FILHO, BRITALDO . **Systemic Conservation, REDD, and the Future of the Amazon Basin.** *Conservation Biology*, v. 25, p. 1113-1116, 2011/b.

NEPSTAD, Daniel. Balch, J. K. ; Brando, P. M. ; ALENCAR, A. . **Comment on "The Incidence of Fire in Amazonian Forests with Implications for REDD"**. *Science (New York, N.Y.)*, v. 330, p. 1627-1627, 2010.

NEPSTAD, Daniel; AZEVEDO-RAMOS, C. ; MOUTINHO, P ; LIMA, E. ; MERRY, F . **Passos para uma política de gestão socio-ambiental das florestas Amazônicas.** *Ciência & Engenharia*, v. 32, p. 45-54, 2006/a.

NEPSTAD, Daniel ; MOUTINHO, P ; SOARES FILHO, B . **The Amazon in a Changing**

Climate: Large-Scale Reductions in Carbon Emissions from Deforestation and Forest Impoverishment. 2006/b.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

NYE, J. **The future of power**. New York: Public Affairs, 2011.

NOBRE, Antonio Donato. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica / Antonio Donato Nobre. –São José dos Campos, SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014.

NOBRE, Carlos et. Al.. **Mudanças climáticas e Amazônia**. Ciência & Cultura, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007 .

NOBRE, C.A.; LAPOLA, D.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L.F.; CARDOSO, M.; OYAMA, M. **Mudanças climáticas e possíveis alterações nos biomas da América do Sul**. São Paulo, INPE/CTA, 2007.

NUNES, Benedito. Amazônia reinventada. In: II FOTONORTE. **Amazônia - o olhar sem fronteiras**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1998. p. 19-38.

NUNES, Benedito. Um conceito de cultura. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 531-551.

NUNES, Benedito. Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará (com omissões perdoáveis e imperdoáveis). In: MENDES, Armando Dias (Org.). **Amazônia, Terra & Civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 639-656.

NUNES, Benedito, HATOUM, Milton; **Crônica de duas cidades - Belém e Manaus**. Belém: SECULT, 2006.

O ECO, **Dicionário ambiental: O que é REDD?**. 2014. Disponível em: < <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27940-entenda-o-que-e-redd/>> Acesso em: 11 Mar 2019

OLIVEIRA, Leandro Dias, **Rio + 20 : Reflexões sobre geopolítica e ideologia**, *Espaço e Economia* [Online], 4 | 2014, posto online no dia 11 Setembro 2014, consultado o 30 Setembro 2016. URL : <http://espacoeconomia.revues.org/854> ; DOI : 10.4000/espacoeconomia.854

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Mercado de Carbono**. Sítio institucional. 2015. Disponível em < <http://www.observatoriodoclima.eco.br/mercado-de-carbono/>> Acesso: 11/11/2018

OSTROM, Elinor. 1990. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PICQ, Manuela. Rethinking IR from the Amazon. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 59, n. 2, e003, 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292016000200202&lng=en&nrm=iso>. access on 04 May 2019. Epub Sep 05, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600203>.

PMV, Programa Municípios Verdes. **Municípios Participantes**. Sitio institucional, 2017. Disponível em: < http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/pages/municipios_participantes> Acesso: 11 mai 2019

PINTO, A et al. **Diagnóstico socioeconômico e florestal do município de Paragominas**. Relatório técnico. Belém-PA: IMAZON, 2009.

PANCEL L., KÖHL M. (Eds.). **Tropical Forestry Handbook**. Second edition. Berlin: Springer-Verlag, 2016. ISBN 978-3-642-54601-3 (e-book)

PARÁ, DECRETO Nº 1.697, DE 05 DE JUNHO DE 2009. **Institui o Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará**. Imprensa Oficial do Estado do Pará, Diário Oficial nº. 31435, Poder Executivo, Belém, PA, 08/06/2009.

PRESSLER, Neusa. **Comunicação e Meio Ambiente: Agência de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia**. Belém: Unama; Manaus: UEA, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia - Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. v. 1. 111p

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter. **Meio Ambiente, ciência e poder: dialogo de diferentes matrizes de racionalidade**, Marcos (Coordenador) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo, EDUC, Fapesp.1996

PRODES, Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite; INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Taxas de desmatamento 1988-2018**. PRODES, OBT, INPE. Banco de dados online, 2019. Disponível em: < <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>> Acesso: 11 mai 2019

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA, **Annual Report 2008**. Vol.1: UNEP-PNUMA: 2008. Disponível em: < <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7742/-UNEP%202008%20Annual%20Report-2009837.pdf?sequence=3&%3BisAllowed=>> Acesso em: 11 mar 2019

RAUMOLIN, J. **L'homme et la destruction des ressources naturelles: la "Raubwirtschaft" au tournant du siècle**. *Annales - Économies, Sociétés, Civilisations*, v.39, n.4, p.798-819, 1984.

RAYNER, S; & MALONE, L. (1998). Technological change. In S. Rayner, & E. L. Malone (Eds.), **Human choice and climate change**. Vol. II, Resources and Technology (pp. 327-399). Columbus, Ohio: Battelle Press.

RAVENA, Nirvia . **Mudanças Climáticas: do debate científico ao discurso político, uma discussão fora do foco.** Papers do NAEA (UFPA), v. 332, p. 1, 2014.

RAVENA, Nirvia . **Ecologia política e estratégias de sustentabilidade: uma reflexão teórica.** Revista Novos Cadernos NAEA, v. 13, p. 103-120, 2011.

RAVENA, Nirvia SILVA, L. S. **A padronização das políticas de desenvolvimento na Amazônia.** Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 17, p. 168-191, 2012.

RAVENA, Nirvia ; CANETE, V. R. ; SOUZA, Cleide Lima de. ; SOUSA, R. M. ; ROCHA, W. M. . **Gestão das Águas na Amazônia: Atores Sociais, Marcos Regulatórios e Escalas.** In: Hernando Bernal Zamudio; Carlos H. Sierra y Mario Angulo - Catedra Unesco Amazonia. (Org.). Amazonia y Agua. Desarrollo Sostenible en el Siglo XXI. 1ed. Bilbao: Unesco Extea, 2009, v. I, p. 445-456.

RAVENA, Nirvia; RAVENA-CANETE, Voyner. . **Reflexão sobre a integração da pan-amazônica: o papel da Organização do Trabalho de Cooperação Amazônica (OTCA)** na regulação da água. In: Luis E. Aragón; José Aldemir de Oliveira. (Org.). AMAZÔNIA NO CENÁRIO SUL - AMERICANO. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. , p. 235-253.

RAVENA, Nirvia; RAVENA-CANETE, Voyner. ; RAVENA, N. ; SOUZA, Cleide L. de. . **Lições não Aprendidas: Hidrelétricas, Impactos Ambientais e Política de Recursos Hídricos.** Papers do NAEA (UFPA), v. 1, p. 1/ 239-17, 2009.

REIS NETO, Afonso Feitosa. **Digressão histórica da R.E.D.D (Redução do Desmatamento e da Degradação Florestal) no âmbito internacional: estudo das Conferências das Partes.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XX, n. 159, abr 2017. Disponível em: <
http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18712&revista_caderno=5
>. Acesso em março 2019.

RIBEIRO, Wagner C. **Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo.** Ano 18 , vol. I, n. 18 p. 75 - 84 JAN.-JUN./ Terra Livre: São Paulo, 2002

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A Questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.** Brasília: Senado Federal, 2005.

RITTL, Carlos. **Eventos climáticos extremos no Brasil.** Impactos, ciência e políticas publicas. WWF Brasil. WWF: São Paulo, 2012. Disponível em:
<<http://www.fapesp.br/eventos/2012/08/IPCC/Rittl.pdf>> Acesso em: 01 fev 2018

RODRIGUES, Rafael Jacques. **O papel do meio ambiente na geopolítica mundial.** In UFMG Diversa. No.14. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RODRIGUES, Saulo et al. **Aspectos geopolíticos das mudanças climáticas.** Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Revista Plenarium, v.5, n.5, p-84-94, 2008. Disponível em:
<
http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/725/aspectos_geopoliticos_mudancas.pdf?sequence=2> Acesso: 08 fev 2019

ROCKSTRÖM, Johan et al. **Planetary Boundaries: exploring the safe operating space for Humanity**. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, p. 32. 2009. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ROCHA, Jefferson Marçal. **A Sustentabilidade Ambiental e Economia de Livre Mercado: A impossível conciliação**. In: Estudos do Cepe- Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, jan./dez. 2002, p. 127- 144.

ROSENAU, J.; **Turbulence in world politics: a theory of change and continuity**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ROSENAU, James N; CZEMPIEL, Ernst-Otto. (org.) **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Imprensa oficial, São Paulo: 2000.

RUNYAN, C.; NORDERHAUG, M. **The path to the Johannes burg Summit**. *World Watch.*, v. 15, issue 3, May/June 2002

SOARES FILHO, Britaldo Silveira; GARCIA, Ricardo Alexandrino; RODRIGUES, Hermann; MORO, Sueli; NEPSTAD, Daniel. **Nexos entre as dimensões socioeconômicas e o desmatamento: A caminho de um modelo integrado**. In: BATISTELLA, Mateus; ALVES, Diogenes; MORAN, Emilio. (Org.). *Amazônia. Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo, 2008, v. 1.

SALLES, Guilherme Piffer; SALINAS, Delhi Teresa Paiva; PAULINO, Sônia Regina. **Execução de Projetos de REDD+ no Brasil Por Meio de Diferentes Modalidades de Financiamento**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília , v. 55, n. 3, p. 445-464, Sept. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000300445&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Apr. 2019. <<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550302>>

SANTILLI, Márcio; MOUTINHO, Paulo; SCHWARTZMAN, Stephan; NEPSTAD, Daniel; CURRAN, Lisa; NOBRE, Carlos. **Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: an editorial essay**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. 2000. Disponível em: <<http://rainforestcoalition.org.serv7.temphostspace.com/documents/SantillietalClimaticChange.pdf>> Acesso em: 12 mar 2019

SANTOS, Carlos Antonio Costa dos; SATYAMURTY, Prakki; SANTOS, Edilanê Mendes dos. Tendências de índices de extremos climáticos para a região de Manaus-AM. **Acta Amaz.**, Manaus , v. 42, n. 3, p. 329-336, Sept. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672012000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672012000300004>.

SANT'ANNA, Fernanda Mello e MOREIRA, Helena Margarido. **Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2016, n.20, pp.205-248. ISSN 2178-4884. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162006>.

SATHLER, Douglas; ADAMO, Susana B.; LIMA, Everton E. C.. **Mudanças climáticas e mitigação no setor florestal: REDD+**, políticas nacionais e desenvolvimento sustentável local na Amazônia Legal. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-630, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000300619&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Mar 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982015000000038>.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS, SEMA. **Quem somos**. Site institucional, 2017. Disponível em: < <http://meioambiente.am.gov.br/quem-somos/>> Acesso em: 11 abr 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS, SEMA. Noticia do site. **Sema retoma conselhos e fóruns que tiveram atividades paralisadas em governos passados**. Publicada em abril de 2019. Disponível em: < <http://meioambiente.am.gov.br/sema-retoma-conselhos-e-foruns-que-tiveram-atividades-paralisadas-em-governos-passados/>> Acesso: 11 mai 2019

SEMAS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. **Termo de Ajuste de Conduta prevê inovações no controle da atividade madeireira**. Site de internet. 2015. Disponível em: < <https://www.semas.pa.gov.br/2014/11/25/13944/>> Acesso: 11 abr 2019

SILLS EO, Atmadja SS, de Sassi C, Duchelle AE, Kweka DL, Resosudarmo IAP and Sunderlin WD, eds. 2014. **REDD+ on the ground: A case book of subnational initiatives across the globe**. Bogor, Indonesia: CIFOR. Disponível em: < http://www.cifor.org/publications/pdf_files/books/BCIFOR1403.pdf> Acesso: 11 fev 2019

STEFFEN, W., Richardson, K., ROCKSTRÖM, J., CORNELL, S., Fetzer, I., Bennett, E., Biggs, R., Carpenter, S., de Vries, W., de Wit, C., Folke, C., Gerten, D., Heinke, J., Mace, G., Persson, L., Ramanathan, V., Reyers, B., Sörlin, S., 2015, **Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet**, , *Science*, 347, American Association for the Advancement of Science, 2015

STERN, N., S. PETERS, V. BAKHSHI, A. Bowen, C. Cameron, S. Catovsky, D. Crane, S. Cruickshank, S. Dietz, N. Edmonson, S.-L. Garbett, L. Hamid, G. Hoffman, D. Ingram, B. Jones, N. Patmore, H. Radcliffe, R. Sathiyarajah, M. Stock, C. Taylor, T. Vernon, H. Wanjie, and D. Zenghelis (2006), **Stern Review: The Economics of Climate Change**, HM Treasury, London. Disponível em: < http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf> Acesso: 11 mar 2019

SIVARAM, V.; LIVINGSTON, D. **Leading from between: how California and Germany can fix the climate agenda**. *Foreign Affairs*, June 23, 2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-06-23/leading-between>> Acesso: 24 maio 2018.

SATO, E. (2000). **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(1), 138-169. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000100007>.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das relações internacionais**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SOUZA, Palmira L. Et al. **Resenha de Amazonia – geopolítica na virada do III milênio**. Agro@ambiente On-line, vol.2, no. 1, jan/jun, Boa Vista, 2008. ISSN 1982-8470. Disponível em < <https://revista.ufrr.br/agroambiente/article/download/170/312>> Acesso em: 10 Fev 2018.

SOUZA, Leny Cristina Barata. **Serviços ambientais (REDD) no âmbito da ordem ambiental global**: (des) (re) territorialização da vida na RDS do Juma-AM. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2532>> Acesso: 14 dez 2018

TEJEIRO, Guillermo; STANTON, Marcia. **Sistemas Estaduais de Pagamento por Serviços Ambientais**: Diagnóstico, lições aprendidas e desafios para a futura legislação / Guillermo Tejeiro, Marcia Stanton, autores; Paula Lavratti, organizadora. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014; 157p. Disponível em: < http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140425110842_667.pdf> Acesso: 15 mai 2019

TORRES, Felipe T.P. & MACHADO, Pedro J. O. **Introdução à Climatologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2017. ISBN: 978-85-221-1147-3

UN, UNITED NATIONS. **World Population prospects: key findings and advance tables**. UN, New York, UN PUBLICATIONS, 2017. Disponível em: < https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf> Acesso: 11/11/2017

UN, UNITED NATIONS (2015a). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso 23.12.2015.

UN, UNITED NATIONS (2015b). **Adoption of the Paris Agreement**. Conference of the Parties. Twenty-first session. <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/109r01.pdf>. acesso 02.01.2016.

VIANA, Virgílio M.. **Bolsa Floresta**: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 143-153, Dec. 2008/a. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000300009>.

VIANA, V., CENAMO, M., RIBENBOIM, G., TEZZA, J., PAVAN, M., 2008. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do JUMA**: O Primeiro Projeto de REDD na Amazônia Brasileira. Fundação Amazonas Sustentável. Manaus, 2008/b

- VIANA, Virgilio et al . **Soluções para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 66, n. 3, p. 25-29, Sept. 2014 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000300011>.
- VIEIRA, I.C.G. **Land Use and Biodiversity in the Amazon Region**. Simpósio Brasileiro de Mudanças Ambientais Globais. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2007.
- VIEIRA, I.C.G. **As Amazônias de Bertha K. Becker - 3 volumes**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.
- VINHOLI RAMPAZO, Adriana, Ichikawa, Elisa Yoshie, de Pádua Carrieri, Alexandre, **a influência do “mundo dos negócios” na governança ambiental GLOBAL**. Revista de Ciências da Administração [en linea] 2014, 16 (ISSN 1516-3865) : Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273532832006>> Acesso: 11 fev 2019
- VIOLA, E.J. **As complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas**. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 183-197.
- VIOLA, E. J. & LEIS, H. R. **Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo**. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo/SP, n.20, 1990. p.145-178
- VIOLA, E., BASSO, L. **O Sistema internacional no Antropoceno**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 31(92), e319201, 2016. Epub 29 de agosto de 2016. <https://dx.doi.org/10.17666/319201/2016>.
- VIOLA, E., Franchini, M., Ribeiro, T.L. 2013. **Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora. Governança Global e Democracia na Era da Crise Climática**. Editora Anna Blumme.
- OKEREKE, Chukwumerije; BULKELEY, Harriet; SCHROEDER, Heike. **Conceptualizing Climate Governance Beyond the International Regime**. Global Environmental Politics v. 9, n. 1, 2009, p. 58-78.
- YOUNG, O. **International Governance: protecting the environment in a stateless society**. Ithaca: Cornell University Press.1994.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- WARA, M.W., RAVELO, A.C., DELANEY, M.L. **Permanent El Niño-Like conditions during the Pliocene Warm Period**. Science, v. 309, n° 5735; p. 758-761, 2005.
- WHATELY, Marussia. CAMPANILI, Maura (org.). **Programa Municípios Verdes: lições aprendidas e desafios para 2013/2014**. – Belém, PA: Pará. Governo do Estado. 96p. ISBN 978-85-86212-51-2 . Programa Municípios Verdes, 2013. Disponível em: <<http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/files/999816d7a617e650c796109566e1337c/d67d8a>>

b4f4c10bf22aa353e27879133c/PMV_Lições%20Aprendidas%20e%20desafios%20para%202013_2014.pdf> Acesso: 15 nov 2018

ANEXOS

ANEXO 1 – A Paradiplomacia Financeira no Brasil: empréstimos externos dos Estados, 1894-1913.

Estado	Data	Valor do empréstimo	Fonte do empréstimo
1. Espírito Santo	5/10/1894	Frs 17,5 milhões	Banco Nacional Brasileiro
2. Minas Gerais	12/10/1896	Frs 65,0 milhões	Banque de Paris et des Pays Bas
3. São Paulo	18/4/1899	£ 1,0 milhão	Seligman Brothers Ltd
4. Pará	11/12/1901	£ 1,45 milhão	Seligman Brothers Ltd
5. São Paulo	3/12/1904	£ 1,0 milhão	Bank of London & South America
6. Bahia	21/12/1904	£ 1,06 milhão	Bank of London & South America
7. Pernambuco	11/3/1905	£ 1,0 milhão	Bemberg & Cie e H. Legru
8. São Paulo	4/4/1905	£ 3,8 milhões	Dresdner Bank, of Berlin
9. Paraná	1905	Frs 20,0 milhões	Banque Privée de Lyon Marseille e Comptoir National d'Escompte
10. Amazonas	23/5/1906	Frs 84,0 milhões	Société Marseillaise de Crédit Industriel & Commercial et de Dépôts
11. Alagoas	10/8/1906	Frs 12,5 milhões	Credit Départemental
12. São Paulo	1906	£ 1,0 milhão	Diskonto Gesellschaft-Nordeutsche Bank of Berlin
13. São Paulo	1906	£ 3,0 milhões	J.Henry Schroder Banking Corporation
14. Pará	4/3/1907	£ 650 mil	Seligman Brothers Ltd
15. São Paulo	21/10/1907	£ 2,0 milhões	Sorocabana Railway Company
16. Minas Gerais	1907	Frs 25,0 milhões	Joseph Loste & Cie
17. Espírito Santo	13/4/1908	Frs 30,0 milhões	Ch. Victor & Cie., de Paris
18. Alagoas	8/1/1909	£ 280 mil	Investment Registry
19. Ceará	1/5/1909	Frs 15,0 milhões	Louis Dreyfus & Cie, of Paris
20. Pernambuco	7/6/1909	Frs 37,5 milhões	Banque Privée Lyon Marseille
21. Santa Catarina	4/11/1909	£ 250 mil	Erlangers & Co, e Dunn, Fisher & Co
22. Bahia	22/1/1910	Frs 45,0 milhões	Credit Mobilier Français (Banque Union Parisienne)
23. Rio Grande do Norte	1/3/1910	Frs 8,75 milhões	Banque Syndicale Française
24. Maranhão	2/11/1910	Frs 20,0 milhões	Banque Argentine & Française
25. Minas Gerais	2/11/1910	Frs 120,0 milhões	Perier & Co
26. Pará	1910	£ 200 mil	Seligman Brothers Ltd
27. Minas Gerais	27/3/1911	Frs 50,0 milhões	Perier & Co
28. Paraná	20/12/1912	Frs 35,35 milhões	Ethelburga Syndicate Ltd, of London e Banque Privée Lyon Marseille
29. Rio de Janeiro	26/3/1905	£ 2,5 milhões	Boulton & Cia of London
30. Minas Gerais	19/2/1913	£ 120 mil	Dunn, Fischer & Co. Trust: The British & General Debenture Trust Ltd
31. Bahia	22/4/1913	£ 1,0 milhão	Lloyd's Bank Ltd

Fonte: Maia; Saraiva (2012, p. 116)

ANEXO 2 – Lista dos municípios que mais desmataram a Amazônia, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre 2007 e 2008.

2007	2008
1 - Alta Floresta (MT) 2 - Altamira (PA) 3 - Aripuanã (MT) 4 - Brasil Novo (PA) 5 - Brasnorte (MT) 6 - Colniza (MT) 7 - Confresa (MT) 8 - Cotriguaçu (MT) 9 - Cumaru do Norte (PA) 10 - Dom Eliseu (PA) 11 - Gaúcha do Norte (MT) 12 - Juara (MT) 13 - Juína (MT) 14 - Lábrea (AM) 15 - Machadinho D'Oeste (RO) 16 - Marcelândia (MT) – 1º lugar 17 - Nova Bandeirantes (MT) 18 - Nova Mamoré (RO) 19 - Nova Maringá (MT) 20 - Nova Ubitatã (MT) 21 - Novo Progresso (PA) 22 - Novo Repartimento (PA) 23 - Paragominas (PA) 24 - Paranaíta (MT) 25 - Peixoto de Azevedo (MT) 26 - Pimenta Bueno (RO) 27 - Porto dos Gaúchos (MT) 28 - Porto Velho (RO) 29 - Querência (MT) – 3º lugar 30 - Rondon do Pará (PA) 31 - Santa Maria das Barreiras (PA) 32 - Santana do Araguaia (PA) 33 - São Félix do Araguaia (MT) 34 - São Félix do Xingu (PA) – 2º lugar 35 - Ulianópolis (PA) 36 - Vila Rica (MT)	1 - Alta Floresta (MT) (pode sair da lista) 2 - Amarante do Maranhão (MA) (incluído) 3 - Altamira (PA) 4 - Aripuanã (MT) 5 - Brasil Novo (PA) 6 - Brasnorte (MT) 7 - Colniza (MT) 8 - Confresa (MT) 9 - Cotriguaçu (MT) 10 - Cumaru do Norte (PA) 11 - Dom Eliseu (PA) 12 - Feliz Natal (MT) (incluído) 13 - Gaúcha do Norte (MT) 14 - Itupiranga (PA) (incluído) 15 - Juara (MT) 16 - Juína (MT) 17 - Lábrea (AM) 18 - Machadinho D'Oeste (RO) 19 - Marabá (PA) (incluído) 20 - Marcelândia (MT) 21 - Mucajaí (RR) (incluído) 22 - Nova Bandeirantes (MT) 23 - Nova Mamoré (RO) 24 - Nova Maringá (MT) (pode sair da lista) 25 - Nova Ubitatã (MT) 26 - Novo Progresso (PA) 27 - Novo Repartimento (PA) 28 - Pacajá (PA) (incluído) 29 - Paragominas (PA) 30 - Paranaíta (MT) 31 - Peixoto de Azevedo (MT) 32 - Pimenta Bueno (RO) 33 - Porto dos Gaúchos (MT) (pode sair da lista) 34 - Porto Velho (RO) 35 - Querência (MT) 36 - Rondon do Pará (PA) 37 - Santa Maria das Barreiras (PA) 38 - Santana do Araguaia (PA) 39 - São Félix do Araguaia (MT) 40 - São Félix do Xingu (PA) 41 - Tailândia (PA) (incluído) 42 - Ulianópolis (PA) 43 - Vila Rica (MT)

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em MMA (2007) e MMA (2008)

ANEXO 3 – Lista dos municípios prioritários da Amazônia, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre 2016 e 2017.

	UF	Nome	Ano de Entrada	Portaria de Entrada
1	AM	LÁBREA	2008	Portaria n 28/2008
2	AM	BOCA DO ACRE	2011	Portaria n 175/2011
3	AM	APUÍ	2017	Portaria n 361/2017
4	AM	MANICORÉ	2017	Portaria n 361/2017
5	AM	NOVO ARIPUANÃ	2017	Portaria n 361/2017
6	MA	AMARANTE DO MARANHÃO	2009	Portaria n 102/2009
7	MA	GRAJAÚ	2011	Portaria n 175/2011
8	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	2008	Portaria n 28/2008
9	MT	PARANAÍTA	2008	Portaria n 28/2008
10	MT	NOVA MARINGÁ	2008	Portaria n 28/2008
11	MT	NOVA BANDEIRANTES	2008	Portaria n 28/2008
12	MT	JUÍNA	2008	Portaria n 28/2008
13	MT	GAÚCHA DO NORTE	2008	Portaria n 28/2008
14	MT	COTRIGUAÇU	2008	Portaria n 28/2008
15	MT	COLNIZA	2008	Portaria n 28/2008
16	MT	ARIPUANÃ	2008	Portaria n 28/2008
17	MT	JUARA	2009	Portaria n 102/2009
18	PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	2008	Portaria n 28/2008
19	PA	RONDON DO PARÁ	2008	Portaria n 28/2008
20	PA	NOVO REPARTIMENTO	2008	Portaria n 28/2008
21	PA	NOVO PROGRESSO	2008	Portaria n 28/2008
22	PA	CUMARU DO NORTE	2008	Portaria n 28/2008
23	PA	ALTAMIRA	2008	Portaria n 28/2008
24	PA	PACAJÁ	2009	Portaria n 102/2009
25	PA	MARABÁ	2009	Portaria n 102/2009
26	PA	ITUPIRANGA	2009	Portaria n 102/2009
27	PA	MOJU	2011	Portaria n 175/2011
28	PA	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2012	Portaria n 323/2012
29	PA	ANAPU	2012	Portaria n 323/2012
30	PA	ITAITUBA	2017	Portaria n 361/2017
31	PA	PORTEL	2017	Portaria n 361/2017
32	RO	PORTO VELHO	2008	Portaria n 28/2008
33	RO	PIMENTA BUENO	2008	Portaria n 28/2008
34	RO	NOVA MAMORÉ	2008	Portaria n 28/2008
35	RO	MACHADINHO D'OESTE	2008	Portaria n 28/2008
36	RO	BURITIS	2017	Portaria n 361/2017
37	RO	CANDEIAS DO JAMARI	2017	Portaria n 361/2017
38	RO	CUJUBIM	2017	Portaria n 361/2017
39	RR	MUCAJÁ	2009	Portaria n 102/2009

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em MMA (2017)

ANEXO 4 – Lista dos municípios com desmatamento monitorado e sob controle, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre 2016 e 2017.

	UF	Nome	Ano de Entrada	Portaria de Entrada	Ano de Saída	Portaria de saída
1	MT	QUERÊNCIA	2008	Portaria n 28/2008	2011	Portaria n 139/2011
2	MT	MARCELÂNDIA	2008	Portaria n 28/2008	2013	Portaria n 412/2013
3	MT	BRASNORTE	2008	Portaria n 28/2008	2013	Portaria n 412/2013
4	MT	ALTA FLORESTA	2008	Portaria n 28/2008	2012	Portaria n 187/2012
5	MT	FELIZ NATAL	2009	Portaria n 102/2009	2013	Portaria n 412/2013
6	MT	ALTO BOA VISTA	2011	Portaria n 175/2011	2017	Portaria n 362/2017
7	MT	CLÁUDIA	2011	Portaria n 175/2011	2017	Portaria n 362/2017
8	MT	CONFRESA	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017
9	MT	NOVA UBIRATÃ	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017
10	MT	PORTO DOS GAÚCHOS	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017
11	MT	SANTA CARMEM	2011	Portaria n 175/2011	2017	Portaria n 362/2017
12	MT	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017
13	MT	TAPURAH	2011	Portaria n 175/2011	2017	Portaria n 362/2017
14	MT	VILA RICA	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017
15	PA	ULIANÓPOLIS	2008	Portaria n 28/2008	2012	Portaria n 324/2012
16	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	2008	Portaria n 28/2008	2012	Portaria n 187/2012
17	PA	PARAGOMINAS	2008	Portaria n 28/2008	2010	Portaria n 67/2010
18	PA	DOM ELISEU	2008	Portaria n 28/2008	2012	Portaria n 324/2012
19	PA	BRASIL NOVO	2008	Portaria n 28/2008	2013	Portaria n 412/2013
20	PA	TAILÂNDIA	2009	Portaria n 102/2009	2013	Portaria n 412/2013
21	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	2008	Portaria n 28/2008	2017	Portaria n 362/2017

Fonte: Desenvolvido pelo autor. Baseado em MMA (2017)